

XXXIII COLÓQUIO INTERNACIONAL
AFIRSE PORTUGAL

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO:
CONTRIBUTOS DA
INVESTIGAÇÃO



afirse.ie.ulisboa.pt



LIVRO DO COLÓQUIO

LIVRE DU COLLOQUE

11, 12 e 13 de fevereiro de 2026

Introdução | Introduction

O XXXIII Colóquio da AFIRSE Portugal, subordinado ao tema “Políticas e Práticas de Educação e Formação: contributos da investigação”, pretende constituir-se como um espaço privilegiado de reflexão, debate e partilha de saberes em torno das políticas e práticas educativas.

O colóquio centra-se na análise da articulação e da influência recíproca entre as políticas educativas públicas, as práticas pedagógicas e a investigação científica. Destaca-se o papel decisivo destes domínios na construção de sistemas educativos mais robustos, inclusivos e equitativos, capazes de garantir o direito à educação para todos — tanto no acesso como no sucesso — num contexto marcado por rápidas e profundas transformações sociais, culturais, políticas, ecológicas, demográficas, económicas e tecnológicas.

As políticas educativas assentam em valores que orientam os seus objetivos, prioridades e formas de implementação, refletindo conceções sobre a educação, as diferentes idades da vida, a cidadania e a sociedade. Os valores e as orientações ideológicas que sustentam as políticas educativas, bem como as finalidades que estas atribuem à educação, representam uma questão fundamental a debater.

As políticas educativas públicas são instrumentos essenciais para a organização e orientação dos sistemas de ensino, nomeadamente na definição curricular e nas opções pedagógicas, tendo implicações no bem comum, nos direitos educativos fundamentais, na justiça social e na sustentabilidade da democracia. Influenciam igualmente a formação de professores e educadores, as condições de trabalho e o reconhecimento dos profissionais da educação, a articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como os modelos de acompanhamento e avaliação. Na construção e implementação das políticas educativas, assume especial relevância o conhecimento científico produzido no campo da educação, assim como a participação dos diversos agentes educativos.

As orientações políticas emanadas das organizações supranacionais exercem influência nas políticas educativas nacionais, promovendo, entre outros aspetos, a harmonização de objetivos e metas. Embora esta tendência possa favorecer a melhoria da qualidade, a promoção da equidade e a comparabilidade entre sistemas, também pode gerar tensões e efeitos indesejados, como a padronização excessiva, o foco exagerado nos resultados e métricas, e a falta de adaptação e adequação de modelos e práticas às especificidades nacionais e locais.

Neste contexto, com base nos contributos da investigação, o colóquio visa promover uma análise crítica e um diálogo entre investigadores, profissionais da educação e decisores políticos, abordando as conquistas, os desafios e as áreas de evolução das políticas públicas e das práticas educacionais, nos diferentes níveis de ensino e modalidades educativas, tanto formais como não formais. As questões centrais a serem discutidas incluem: Quais são as finalidades da educação e da escola pública? De que forma as políticas e práticas educativas podem responder às desigualdades sociais, económicas e culturais, garantindo a inclusão de todas as pessoas? Como podem as políticas e práticas educativas promover a formação de cidadãos críticos, criativos, conscientes e solidários, capazes de contribuir para a sustentabilidade da democracia e a transformação da sociedade? Qual o papel das políticas e das práticas educativas na formação de cidadãos responsáveis e capazes de agir de forma consciente face aos desafios globais, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade? Como se relacionam os diversos intervenientes na produção das políticas públicas da educação? E de que maneira as políticas e práticas educativas podem incentivar a colaboração entre escolas, famílias e comunidades? Como podem as políticas educativas equilibrar a autonomia das escolas com a necessidade de garantir padrões de qualidade, equidade e responsabilidade? Quais as implicações das orientações internacionais e da avaliação padronizada na educação?

EIXOS TEMÁTICOS DO COLÓQUIO

1. Políticas de educação e formação

Análise das políticas educativas nos planos internacional, nacional e local, dirigidas à educação de crianças, jovens e adultos, incluindo a educação intergeracional. A reflexão incide sobre as finalidades da educação, a conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas educativas, os atores e instituições envolvidos, bem como os mecanismos de coordenação e regulação que orientam os sistemas educativos.

2. Práticas pedagógicas e inovação educativa

Análise das metodologias de ensino e aprendizagem, inovação organizacional, curricular e pedagógica, práticas educativas inclusivas e promotoras de equidade, a educação digital, os processos de acompanhamento e avaliação.

3. Formação de professores, de educadores e de outros agentes educativos (mediadores, animadores, mentores, tutores, etc.)

Formação inicial e contínua, indução profissional, desenvolvimento profissional, identidade e saberes profissionais, condições de trabalho e reconhecimento.

4. Políticas educativas e educação não formal

Análise de políticas educativas que valorizam a complementaridade entre a educação formal, a educação não formal e a educação informal, desenvolvidas em múltiplos contextos (escolares, culturais, laborais, prisionais, associativos e comunitários, entre outros), valorizando a diversidade, flexibilidade, inclusão, autonomia e participação. Análise de práticas de reconhecimento e de validação de adquiridos experienciais e de comunidades de aprendizagem.

SIMPÓSIOS / SYMPOSIUMS

Simpósios | Symposiums

Simpósio 1 | Symposium 1 - 11/02 (quarta-feira), 17h30 - 19h00

Qual o sentido da educação para a cidadania nas primeiras idades? Realidades e preocupações vivenciadas em Portugal , no Brasil e em França

Maria João Cardona | IPSANTAREM | mjoao.cardona@ese.ipsantarem.pt

Daniela Finco | UNIFESP | dfinco@unifesp.br

Silvia Valentim | crfpe | silviavalentim@crfpe.fr

Teresa Matos | IPSetubal | maria.teresa.matos@ese.ips.pt

Amélia Marchão | IPPortalegre | ameliamarchao@ipportalegre.pt

Resumo

Este Simpósio visa apresentar uma parte do trabalho de um grupo de pesquisa que integra docentes de quatro instituições portuguesas (Escola Superior de Educação - ESE Santarém, ESE Setubal, ESE Portalegre e ESE Leiria), quatro instituições brasileiras (Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal de Juiz de Fora) e uma de França (Centro Regional de Formação de profissionais da Infância), ligadas à investigação e formação no trabalho docente para as primeiras idades. No âmbito do convênio estabelecido entre os três países, estão organizadas duas linhas de pesquisa, a saber: uma relacionada com as práticas educativas (crianças dos zero aos seis anos) e outra relacionada com o trabalho de formação das e dos profissionais que trabalham com esse grupo etário. Neste simpósio serão apresentadas algumas das principais questões que atualmente se colocam em Portugal, no Brasil e em França relativamente ao trabalho de educação para a cidadania na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico, e relativamente à formação dos/as profissionais que trabalham com este grupo etário. Haverá uma comunicação para refletir a situação de Portugal; uma segunda para refletir a situação do Brasil e uma terceira para discutir a situação de França. Partindo de uma apresentação sintética da realidade de cada país, num segundo momento serão refletidas as principais questões que estarão na base do desenvolvimento de pesquisas futuras.

Palavras-chave: Educação/Formação para a cidadania; Educação pré-escolar, primeiros anos da escolaridade obrigatória

Simpósio 2 | Symposium 2 - 11/02 (quarta-feira), 17h30 - 19h00

EDUCAÇÃO DE RUA - METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO COM PESSOAS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE NAS ÁREAS: SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA

Hélder Luiz Santos | CAI | swti@cai.org.pt

Annie Fontaine | Universidade Laval - Quebec | annie.fontaine@tsc.ulaval.ca

Resumo

O fenômeno da exclusão social na Europa e, pelo menos, agravou os últimos anos do fato da crise econômica e financeira. Em nota constante, um forte aumento do nome de jovens sem emprego, educação ou formação (NEET), migrantes e mineurs não acompanhados (MENA). Estas situações de ruptura provocam um grande estresse, mas podem levar a derivas radicais. Souvent en rue, ces jeunes se retrouvent isolés et éloignés des services sócio-educativos. Sua inclusão representa um dos maiores déficits sociais no nível mundial. A metodologia de educação de rua, enriquecida pela produção de conhecimentos sobre questões de trabalho social e de educação, é uma ferramenta indispensável de intervenção nos domínios da educação, da coesão social e do diálogo intercultural. O trabalho social de rua propõe uma démarche de ajuda e uma ação educativa não formal sobre o lugar de socialização de um jogo difícil, que os celui-ci se encontram em situação de ruptura familiar, de abandono escolar ou em proie à toute autre difficulté ou tout facteur limitant son développement en tant que sujet de droit autonome. O animador sócio-educativo da rua arpente, o espaço público e, por sua proximidade e disponibilidade, constitui a cadeia limitada entre o jogo difícil e as estruturas formadas não são excluídas ou designadas. A ação socioeducativa que todos os homens encontraram todos os seus sentidos e toda a sua eficácia é aplicada em contextos onde todos os outros casos de fracasso (marginalização, situação de não emprego, educação ou formação, errância, estigmatização, riscos relacionados à prostituição, à consumação de droga ou álcool, risco de radicalização, problemas com as autoridades ou com a justiça). A metodologia de animação socioeducativa da rua Cherche permite reencontrar a vida em seu lugar de vida, permitindo construir uma relação educativa baseada na confiança e favorecendo a emancipação. Este Simpósio busca responder a perguntas muito importantes, como as seguintes: O que é a educação de rua? Para a educação da rua? Où, quando e o comentário é praticado? A partir dos resultados de três pesquisas/ações menées por três membros da rede DISWN. Uma sobre a questão de princípios da prática da educação de rua (appelé travail de rue) em Quebec, uma outra sobre a questão europeia de valor justo, a educação de rua como uma estratégia de qualidade baseada na abordagem participativa e final, uma pesquisa feita

em níveis mundiais sobre a importância da formação contínua educadores de rua e de participação na definição de necessidades de formação e pesquisa.

SIMPÓSIOS 3 | SYMPOSIUM 3 - 12/02 (Quinta-feira), 09h30-11h00

Inovação pedagógica em ambientes virtuais ou presenciais na era digital: experiências no Brasil, Cabo Verde, Peru e Portugal

Adolfo Calderón | Pontifícia Universidade Católica de Campinas |
adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br

Ana Luísa Rodrigues | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa |
alrodrigues@ie.ulisboa.pt

Ana Maria Carvalho | Universidade Estácio de Sá – Universidade Veiga de Almeida –
Universidade do Grande Rio | profa.ana.carvalho@gmail.com

Carolina Pereira | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | cmpereira@ie.ulisboa.pt

Jorge Dias | ADM – Agência Reguladora do Ensino Superior de Cabo Verde |
jorge.dias@ares.cv

Resumo

O presente simpósio tem por objetivo reunir quatro estudos que analisam experiências e reflexões sobre a inovação pedagógica em ambientes virtuais e presenciais na era digital, a partir de investigações desenvolvidas em Portugal, Brasil e Cabo Verde, bem como de uma leitura transversal do contexto europeu. A primeira comunicação analisa a realidade de Cabo Verde, onde as instituições de ensino superior enfrentam limitações tecnológicas e digitais que condicionam a adoção de práticas pedagógicas inovadoras. O estudo evidencia que, embora existam iniciativas promissoras, persistem desafios estruturais relacionados à infraestrutura de conectividade, à capacitação docente e à equidade no acesso. A segunda comunicação aborda o contexto europeu, no qual a integração da inteligência artificial na educação é atravessada por tensões regulatórias, éticas e pedagógicas, tendo como referência o *AI Act* (Regulation 2024/1689). A terceira comunicação centra-se em Portugal, discutindo os impactos da emergência da inteligência artificial generativa, exemplificada por ferramentas como o ChatGPT, no ensino superior. Os resultados indicam que os estudantes percebem os docentes ainda distantes de uma integração crítica dessas tecnologias, predominando discursos centrados nos riscos e limitações, em detrimento de suas potencialidades pedagógicas. Por fim, o simpósio incorpora a experiência brasileira, marcada pela cooperação internacional e pela internacionalização transformadora. O estudo desenvolvido pela PUC-Campinas (Brasil), em parceria com a PUCP (Peru), analisa as potencialidades e os

desafios da oferta de disciplinas interinstitucionais e internacionais, remotas e síncronas, em nível de mestrado e doutorado. A articulação dessas quatro comunicações permite explorar, de forma integrada, diferentes dimensões da inovação pedagógica: a infraestrutura e a inclusão digital em Cabo Verde; a regulação e a governança da inteligência artificial na Europa; a integração da inteligência artificial generativa no ensino superior português; e a cooperação interinstitucional e internacional no Brasil. O eixo comum que conecta essas experiências é a busca por estratégias pedagógicas que conciliem inovação tecnológica, equidade e sustentabilidade educacional, em contextos distintos, mas convergentes em seus desafios globais. Assim, este simpósio pretende contribuir para o debate internacional sobre políticas e práticas de educação e formação, em sintonia com o tema central do XXXIII Colóquio da AFIRSE Portugal 2026, evidenciando que a inovação pedagógica na era digital só se torna efetiva quando articulada a políticas públicas consistentes, literacia crítica, cooperação internacional e compromisso ético com a construção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Simpósio 4 | Symposium 4 – 12/02 (quinta-feira), 11h30–13h00

Trabalho, Inteligência Artificial e Formação ao Longo da Vida

Daisy Cunha | Universidade Federal de Minas Gerais | daisycunhaufmg@gmail.com

Carmen Cavaco | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | carmen@ie.ulisboa.pt

Jussara Reis-Andersson | Universidade Mid-Sweden (Midtuniversitetet) |
jussara.reis-andersson@miun.se

Nuno Dorotea | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | nmdorotea@ie.ulisboa.pt

Rúben Marreiros | Universidade Alfonso X el Sabio | rubenmarreiros@gmail.com

Ana Pedro | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | aipedro@ie.ulisboa.pt

Ana Luísa Rodrigues | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa |
alrodrigues@ie.ulisboa.pt

Resumo

As novas tecnologias avançam e ganham capilaridade em todas as situações laborais, redefinindo a própria natureza do trabalho humano. Elas aprofundam desafios, principalmente após emergência da Inteligência Artificial, para a cooperação homem-máquina porque articulam artefatos, instrumentos e ferramentas diversas em uma interação sistêmica

(computação em nuvem, Internet das Coisas, Big Data). Tais tendências de organização da produção desafiam os trabalhadores jovens e adultos que são chamados à intervir de modo necessário e insubstituível para assegurar fluxos de produção nesses circuitos sistematicamente integrados. Este simpósio parte das transformações em curso para se interrogar primeiramente sobre o quanto esta reestruturação molecular digital da produção estaria trazendo novos desafios ao trabalho humano. Em que medida, estaria tornando mais rígida a gestão e governança do trabalho com prescrições normativas, impondo exigências de ritmos e ampliando a codificação dos gestos em tarefas rotinizadas? Ou em que medida estaria trazendo ao trabalho humano novos desafios tais como “discernimento”, “capacidade de enfrentar o imprevisto” e de “identificar e resolver problemas” na interface com as máquinas em todos os setores produtivos? Esta capacidade da Inteligência Artificial de melhor integrar fluxos e circuitos produtivos também impõe desafios à educação e à formação profissional trazendo novas exigências de qualificação, de engajamento e mobilização da experiência na formação ao longo de toda a vida. Em todas as profissões de nível superior podemos verificar diversos impactos, também observamos desafios nas formas de ensinar, nos conteúdos da formação e no perfil das profissões que estão sendo formadas. Este simpósio discute dificuldades institucionais e pedagógicas frente às transformações que se colocam no campo da educação, da formação profissional e da formação ao longo da vida. Algumas ambiguidades são relativas ao desenvolvimento humano e aos processos de aprendizagem em suas dimensões motoras, cognitivas, emocionais e existenciais mobilizadas nos educandos. Outras ambiguidades estão relacionadas à atenção necessária às intercorrências éticas e metodológicas no processo de ensino, bem como às implicações sociais, culturais e políticas da formação ofertada. Reunindo pesquisadores do Brasil, Portugal e Suécia, as comunicações que integram este simpósio levantam questões relacionadas às formas de trabalhar no bojo das transformações tecnológicas em curso, de modo especial, àquelas proporcionadas pela introdução da inteligência artificial, e problematiza suas implicações em processos de educação, formação profissional de jovens e adultos, levantando questões para a aprendizagem ao longo da vida.

Palavras-chave: Trabalho; Inteligência artificial; Formação ao longo da vida

Simpósio 5 | Symposium 5 – 12/02 (quinta-feira), 17h30–19h00

Infâncias na creche: práticas tecidas no reconhecimento dos direitos da criança

Catarina Tomás | CICS.NOVA – Escola Superior de Educação de Lisboa | ctomas@fcsh.unl.pt

Gabriela Trevisan | ProChild CoLAB – Laboratório Colaborativo | gabriela.trevisan@gmail.com

Marta Botelho | Escola Superior de Educação de Lisboa – Colégio Piloto Diese |

martabotelhodealmeida@gmail.com

Lucianny Thaís Freire Matias | Universidade Federal do Amazonas | luciannythais@gmail.com

Joana Fragoso | Colégio Piloto Diese | joanavidalfragoso@gmail.com

Resumo

O simpósio “Infâncias na creche: práticas tecidas no reconhecimento dos direitos da criança” propõe-se discutir os modos como a creche se configura enquanto espaço social, educativo e pedagógico, onde se constroem práticas quotidianas que atravessam as vidas das crianças pequenas. Alicerçado nos referenciais da Sociologia da Infância, da Pedagogia da Infância e das Ciências da Educação, o simpósio interroga como se afirmam, se tensionam ou se limitam práticas que reconhecem as crianças como sujeitos de direitos. Nesta perspetiva, a creche é entendida não apenas como espaço de cuidado, mas também como lugar de produção de culturas de infância, de construção de cidadania e de metamorfose pedagógica desde os primeiros anos de vida. A primeira comunicação, apresentada por Marta Botelho — “A Creche como espaço de Cidadania: direitos de participação” — reflete sobre o papel do educador de infância na promoção da participação das crianças em creche, analisando práticas pedagógicas que favorecem a cidadania infantil e a democratização da vida educativa. Joana Fragoso — “Bebés e crianças pela cidade” — traz para a discussão as relações entre bebés, crianças e cidade, problematizando como a circulação, os percursos e as experiências urbanas se inscrevem nas aprendizagens e na construção de pertença social desde a creche. A comunicação de Lucianny Thaís Freire Matias — “Análise das assembleias como efetivação dos direitos das crianças manauaras” — centra-se nas assembleias nas turmas de maternal III da fase creche, discutindo a sua relevância para a efetivação do direito à participação e para a democratização das práticas pedagógicas. Por fim, Catarina Tomás e Gabriela Trevisan — “Da Convenção à Creche: o lugar das crianças pequenas nos Comentários Gerais” — analisam o enquadramento dos direitos das crianças pequenas nos Comentários Gerais do Comité dos Direitos da Criança da ONU, discutindo as implicações normativas e pedagógicas desse

referencial para a creche. O simpósio promove, assim, um diálogo transnacional e interdisciplinar em torno das práticas pedagógicas que reconhecem e ampliam os direitos das crianças na creche. Ao articular estudos situados em Portugal e no Brasil e ao cruzar diferentes enfoques teóricos e metodológicos, procura-se afirmar a creche como espaço público fundamental na construção de uma infância cidadã, reconhecida como sujeito de direitos e produtora de cultura desde o início da vida.

Simpósio 6 | Symposium 6 – 13/02 (sexta-feira), 09h30–11h00

Escola, currículo vivo e aprendizagem nos territórios: integração de saberes e culturas como referência para políticas e práticas de educação e formação

Sônia Maria Jaconi | Instituto de Estudos Avançados da USP – Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica | jaconisonia@gmail.com

Luis Carlos de Menezes | Instituto de Estudos Avançados da USP – Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica – IF/USP | menezes@if.usp.br

Carlos Alberto Mourthé Jr. | Instituto de Estudos Avançados da USP – Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica | carlosmourthe@gmail.com

Gilson Soares de Araújo | Instituto de Estudos Avançados da USP – Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica – Tribunal de Contas do Piauí | gilson.araujo@tcepi.tc.br

Eliane Penha Mergulhão Dias | Instituto de Estudos Avançados da USP – Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica – Fatec – Unip – FCC | elianemergulhao@gmail.com

Luciana Cordeiro Limeira | Instituto de Estudos Avançados da USP – Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica – Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) | lucianaclimeira@gmail.com

Inês Vieira | Universidade Lusófona (Centro Universitário de Lisboa) – CeIED | ines.vieira@ulusofona.pt

Resumo

O simpósio propõe-se a refletir sobre experiências e investigações que concebem a escola não apenas como espaço de aprendizagem e pertencimento, mas como núcleo articulador de redes solidárias entre professores, estudantes e comunidade. Nessa perspectiva, o projeto defende um currículo vivo, capaz de dialogar efetivamente com as vocações do território,

integrar saberes e culturas locais e favorecer a construção coletiva de soluções para os desafios sociais, econômicos e ambientais da comunidade. Trata-se de pensar a escola e a comunidade como parceiras indissociáveis, comprometidas com a promoção da equidade e da transformação social. A partir das ações desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos Escolas e Territórios, da Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica, do Instituto de Estudos Avançados da USP, busca-se compreender como práticas pedagógicas inovadoras podem promover vínculos mais profundos entre escola, território e sociedade. Essas experiências permitem analisar metodologias de ensino e aprendizagem que rompem com modelos tradicionais, favorecendo práticas inclusivas, dialógicas e enraizadas nas realidades locais. Ao reconhecer saberes comunitários, histórias coletivas e práticas culturais como dimensões constitutivas do processo educativo, essas iniciativas contribuem para a construção de um currículo vivo, capaz de integrar múltiplas linguagens, conhecimentos e culturas. Nessa perspectiva, a formação de educadores e os processos de acompanhamento e avaliação adquirem novos contornos, orientados pela equidade, pela democratização do acesso ao conhecimento e pela valorização das práticas que efetivamente transformam os territórios. Esses estudos, ao abordarem realidades distintas, convergem para o debate central do simpósio, oferecendo perspectivas complementares que fortalecem a compreensão sobre o papel da escola como agente de transformação territorial e social. O simpósio também se propõe a debater os desafios contemporâneos da educação, incluindo o papel da educação digital e das tecnologias emergentes como instrumentos para ampliar conexões, partilhar experiências e fortalecer redes colaborativas entre professores e pesquisadores. Ao reunir diferentes pesquisadores(as) e experiências nacionais e internacionais, este simpósio pretende fomentar um diálogo interdisciplinar e comparativo, com o objetivo de contribuir para a consolidação de políticas públicas e práticas pedagógicas que fortaleçam a educação de qualidade como direito.

Palavras-chave: Territórios educativos; Redes de aprendizagem; Escola e comunidade.

Simpósio 7 | Symposium 7 – 13/02 (sexta-feira), 11h30–13h00

Construção da identidade profissional em diferentes contextos: papel das experiências e dos acompanhamentos múltiplos

Elisabeth Issaieva | INSEI – CY Paris Université | issaieva.elisabeth@gmail.com

Carmen Cavaco | Universidade de Lisboa – Instituto de Educação | carmen@ie.ulisboa.pt

Resumo

A construção da identidade profissional e a profissionalização constituem processos temporais complexos, atravessados por tensões e dilemas decorrentes da crescente complexificação dos domínios profissionais e das múltiplas exigências em termos de conhecimentos e competências, em constante evolução e variáveis conforme os contextos e as situações de trabalho. Diversas definições, abordagens e indicadores têm sido propostos para melhor compreender a temporalidade e a complexidade desses processos. Para Uwamariya e Mucamurera (2005), a identidade profissional constitui um “processo de mudança e transformação” vivido pelos profissionais, orientado para a melhoria das práticas, o domínio do trabalho e o sentimento de maior segurança e conforto no exercício profissional. Outros autores concebem o desenvolvimento da identidade profissional como um percurso marcado pela superação de obstáculos, estruturado em diferentes fases, tais como a apreensão, a inquietação e a incerteza; a exploração e experimentação de novas práticas; e, posteriormente, os ajustamentos e a consolidação (Jorro & Pana-Martin, 2012). De acordo com Vanhulle (2009), a construção de conhecimentos para o domínio do trabalho e a condução de ações autênticas implica um processo de transições abertas, variável segundo os “graus de complexidade” associados a diferentes indicadores do desenvolvimento profissional. As experiências vividas, os acompanhamentos e as interações estabelecidas ao longo da trajetória profissional configuram-se, assim, como elementos centrais, embora frequentemente marcados por ambiguidades, descontinuidades e exigências contraditórias. Em contextos caracterizados por mudanças constantes, instabilidade e percursos de vida cada vez mais complexos, emergem múltiplas interrogações: como se constrói o profissional face à acumulação crescente de exigências? De que modo a profissionalização e a identidade profissional são tensionadas por novos obstáculos que dificultam a resposta a essas demandas? Quais são as fontes de transformação do desenvolvimento profissional e que tipos de desenvolvimento se produzem? Com que recursos e em que condições? O presente simpósio reúne três comunicações que procuram aportar elementos de reflexão e de resposta a essas questões. Embora ancoradas em abordagens teóricas e formativas distintas, as comunicações são complementares entre si e contribuem para uma compreensão mais ampla dos processos de construção da identidade profissional em diferentes contextos, enfatizando o papel das experiências e dos dispositivos de acompanhamento múltiplos ao longo da trajetória profissional.

ATELIÊS/ATELIERS

ATELIÊS 1/ATELIERS 1

11/02 | 17h30 – 19h00

ATELIÊS 1 | ATELIERS 1 - 11/02 – 17h30-19h00

Sala 03 | ID 14

[ID 14] Os centros sociais e de convívio e as políticas públicas sociais na educação e formação de adultos: os instrumentos e os recursos da ação pública

Maria Pereira | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa |
manuela38ster@gmail.com

Resumo

O XXXIII Colóquio da AFIRSE Portugal, subordinado ao tema *Políticas e Práticas de Educação e Formação: contributos da investigação*, propõe-se como um espaço de reflexão crítica sobre a articulação entre as políticas públicas, as práticas educativas e a investigação científica. Inserido neste contexto, o presente estudo aborda o papel dos Centros Sociais e de Convívio enquanto instrumentos de ação pública no âmbito das políticas sociais e da educação e formação de adultos, explorando a sua relevância na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Num cenário marcado por profundas transformações sociais, culturais, demográficas e tecnológicas, os Centros Sociais e de Convívio assumem crescente importância enquanto estruturas de proximidade e intervenção comunitária. O projeto de investigação analisou os modos de interpretação e de materialização das políticas públicas, bem como a forma como essas instituições operam a interseção entre políticas sociais e educativas, contribuindo para o desenvolvimento de competências, o combate à exclusão social, a promoção do envelhecimento ativo, da cidadania ao longo da vida e da equidade social. A investigação assentou numa abordagem metodológica de corpus misto, com primazia qualitativa, incidindo sobre a análise de documentos orientadores das políticas públicas e sobre práticas concretas de formação desenvolvidas nos Centros Sociais e de Convívio. Os resultados evidenciam que, apesar de constrangimentos financeiros e estruturais, essas instituições desempenham um papel relevante na operacionalização das políticas públicas de educação e formação de adultos, sobretudo junto de populações em situação de vulnerabilidade ou risco de exclusão social. Conclui-se que o reforço da articulação entre políticas públicas, práticas educativas locais e investigação científica é fundamental para a consolidação de sistemas de educação e formação de adultos mais robustos, ajustados às dinâmicas contemporâneas e orientados para o combate às desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação e Formação de Adultos; Centros Social e Centro de Convívio; Instrumentos e Recursos da Ação Pública.

Sala 03 | ID 72

[ID 72] Encontros de musicoterapia com estudantes da EJA: diversidade, inclusão e resistência

Nelizabeth Alves da Silva Dias | Universidade Federal de São Paulo |

nelizabeth.dias@unifesp.br

Andréa Perosa Saigh Jurdi | Universidade Federal de São Paulo | a.jurdi@unifesp.br

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como um espaço heterogêneo, marcado por múltiplas subjetividades, trajetórias e experiências de vida interseccionalmente articuladas, atravessadas por questões de gênero, classe, raça e origem. Trata-se de um campo de enfrentamento das exclusões e desigualdades sociais, bem como de inclusão de sujeitos historicamente produzidos como invisíveis, configurando-se, assim, como um espaço de proteção da dignidade humana e de resistência. Inspirado na perspectiva freireana, que compreende a educação como prática emancipatória, ato de conhecimento e ação política, este estudo parte do entendimento de que as experiências silenciadas na EJA precisam ser desveladas e valorizadas, na medida em que se constituem como possibilidades contra-hegemônicas de confronto e superação de totalidades dinâmicas e excludentes. Nesse contexto, a musicoterapia é compreendida como um processo de intervenção no qual o musicoterapeuta auxilia pessoas a promoverem saúde e bem-estar por meio de experiências musicais e da relação terapêutica, reconhecendo o fazer musical como acessível a qualquer sujeito. A musicoterapia social e comunitária alcança potencial emancipatório quando rompe com a ordem estabelecida e possibilita a escuta de parcelas da população historicamente invisibilizadas. O objetivo deste ateliê é conhecer e analisar as trajetórias escolares de estudantes da EJA de uma escola pública do estado de São Paulo (Brasil), narradas a partir de uma intervenção musicoterapêutica, buscando compreender os desafios relacionados à diversidade e às desigualdades sociais vivenciados por esse público. A pesquisa, de abordagem qualitativa, desenvolveu-se por meio de doze encontros de musicoterapia, nos quais foram construídas práticas artísticas, musicais e culturais voltadas à partilha, à produção

de saúde e à troca de saberes. As experiências envolveram memórias relacionadas ao lugar de origem, bem como decisões e escolhas ao longo da vida. Como resultados preliminares, observa-se que os estudantes se expressaram musical e verbalmente acerca do papel da escola em suas trajetórias. Coletivamente, foi construída a letra da música “*O pulo da gaita*”, tema do filme *O Auto da Compadecida*, evidenciando a potência da musicoterapia como dispositivo de expressão, inclusão e resistência no contexto da EJA.

Palavras-chave: EJA; Diversidade; Musicoterapia.

Sala 03 | ID 74

[ID 74] Educação não formal e atividade profissional: a face oculta da formação em situação de trabalho

Nélia Vicente | Instituto de Educação – Universidade de Lisboa | neliavicente@edu.ulisboa.pt

Resumo

A presente investigação de doutoramento insere-se no campo das políticas educativas que valorizam a complementaridade entre educação formal, não formal e informal, sublinhando a pluralidade de espaços e tempos de aprendizagem. Parte do pressuposto de que aprender é uma atividade social que ultrapassa a escola e os ambientes prescritos de formação (Canário, 2007; Eraut, 2000), centrando-se na análise das dinâmicas educativas não formais em situação de trabalho, a partir do estudo de caso de uma empresa do setor da indústria alimentar. A questão de partida — “*Como aprendem os operários de uma empresa do setor da indústria alimentar em situação de trabalho?*” — desdobra-se em interrogações relativas às modalidades, aos processos, aos tipos de saberes mobilizados e aos fatores que potenciam ou limitam a aprendizagem. Os principais objetivos consistem em: i) compreender práticas de aprendizagem em situações de trabalho menos institucionalizadas; ii) analisar tarefas e processos que configuram oportunidades formativas; e iii) mapear a produção científica nacional e internacional neste domínio. O enquadramento teórico filia-se na conceção de que a situação de trabalho constitui um espaço de produção e circulação de saberes, simultaneamente teóricos e práticos, no qual emergem formas educativas frequentemente invisíveis às lógicas escolares, mas fundamentais para a construção de competências e para a valorização dos saberes experienciais (Fuller & Unwin, 2010). A investigação articula duas dimensões analíticas centrais: a análise das situações de trabalho, com foco nas tarefas e

práticas profissionais, e a análise da formação em situação de trabalho, incidindo sobre as modalidades, os processos e os fatores condicionantes da aprendizagem. O estudo procura problematizar a invisibilidade das aprendizagens não formais em contexto laboral e reforçar a importância de políticas educativas que reconheçam, validem e potenciem as experiências adquiridas, favorecendo a construção de comunidades de aprendizagem mais inclusivas, flexíveis e participativas.

Palavras-chave: Educação não formal; Aprendizagem em situação de trabalho; Educação e trabalho.

Sala 03 | ID 189

[ID 189] Entre o espaço da formação e o espaço do trabalho: políticas formativas na administração pública do Brasil e de Portugal

Karolina Vyvyan Lopes da Silva | Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | karolina.vyvyan35@gmail.com

Resumo

As transformações socioeconômicas e no mundo do trabalho mobilizam discursos e ações que convergem para o aumento da oferta de formação profissional, justificada pela necessidade de aquisição de novos saberes capazes de responder às contingências da atualidade. Nesse cenário, ganham força as argumentações de que o investimento em políticas de formação constitui uma estratégia de qualificação e de potencialização do desempenho na prestação de serviços, incluindo os serviços públicos. Desse modo, o “educativo” passa a ocupar lugar central nos debates sobre mudanças organizacionais. A pesquisa objetiva compreender as políticas e práticas de formação enquanto construção dialética configurada no contexto da administração pública do Brasil e de Portugal. Trata-se de uma investigação ancorada no paradigma fenomenológico-interpretativo (Amado, 2017), de natureza qualitativa (Denzin & Lincoln, 2006), que compreende dois estudos de caso (Lüdke & André, 1986): o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Brasil) e o Instituto da Segurança Social – ISS-IP (Portugal). O desenho metodológico, no que se refere aos métodos de produção e análise de dados, envolve a realização de entrevistas semiestruturadas (Ferreira, 2014) e a análise documental, por meio da análise categorial de conteúdo (Amado, 2017). Esta comunicação centra-se, em particular, na triangulação dos dados empíricos produzidos nos anos de 2024 e 2025, tendo

como referência documentos e normativos que estruturam as políticas formativas dos/as trabalhadores/as da função pública em Portugal e no Brasil, em articulação com os discursos dos sujeitos que integram esses contextos institucionais. Nesse sentido, busca-se focar as dimensões político-histórica-relacionais que caracterizam as lógicas e práticas formativas emergentes da dinâmica organizacional, situadas no espaço-tempo da formação em relação com o espaço-tempo do trabalho, bem como os impactos dessa correspondência na prestação de serviços à sociedade.

Sala 04 | ID 133

[ID 133] FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DE PROFESSORES ALFABETIZADORES EM CENTROS PÚBLICOS EXCLUSIVOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: FAZERES SABERES DESVELADOS EM NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS

Jalmiris Regina Oliveira Reis Simão | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
jalmiris.reis@gmail.com

Carmen de Jesus Dores Cavaco | IE/ULisboa | carmen@ie.ulisboa.pt

Resumo

Esta pesquisa de doutorado, de abordagem qualitativa, objetiva compreender os processos de formação e (auto)formação de professoras alfabetizadoras que atuam em escolas públicas exclusivas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Parte dos fundamentos epistemopolíticosmetodológicos da pesquisa narrativa (auto)biográfica (Bragança(2009, 2019, 2020; Josso,2010 ; Reis, 2014, 2023) e dos estudos e pesquisas com os cotidianos (Alves,2019; Certeau, 2013; Oliveira, 2012, Cavaco, 2009). A pesquisa formação (Bragança; Motta, 2019) é um conceito que agrega a pesquisa e a formação Simão (2025) com compreensão da narrativa como parte do processo, o denomina pesquisaformaçõanarrativa, pois pesquisa, formação e narrativa são integrantes de um processo triúno indissociável . complexos, exigindo abordagens específicas e diferenciadas; (2) os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que apontam cerca de 9,1 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas. As escolas públicas exclusivas de EJA, com atividades presenciais em três turnos, são o campo empírico da pesquisa para promoverem uma vivência educativa diária contínua, considerando a vida laboral e familiar dos estudantes e suas especificidades. Ateliês

biográficos (Delory-Momberger, 2006) são estratégias de escuta sensível das narrativas docentes, valorizando seus saberes e práticas autorais, construídas para além dos referenciais hegemônicos. A experiência das alfabetizadoras é um campo legítimo de conhecimento, que exige reflexão a posteriori (Cavaco, 2009). São poucas as escolas exclusivas de EJA que mantêm aulas de alfabetização no Brasil. Há uma busca por uma instituição em cada região, que atenda aos critérios definidos. Já foram realizados ateliês em uma escola da região Sul. Na região Sudeste, a partir de uma reunião com a equipe gestora, foram definidos encontros com as alfabetizadoras em abril/2026. A investigação segue com rigor epistemológico e vigilância crítica, ampliando seu referencial teórico para aprofundar os sentidos da (auto)formação contínua (Reis, 2014) e experiencial (Cavaco, 2009), reafirmando o compromisso com a valorização da experiência docente, com a justiça social e com práticas inclusivas na educação de jovens, adultos e idosos.

Sala 04 | ID 310

[ID 310] O impacto do Erasmus+ na educação de adultos em Portugal

Paula Guimarães | Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | pguimaraes@ie.ulisboa.pt

Carolina Pereira | Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | cmpereira@ie.ulisboa.pt

Ana Luísa Rodrigues | Instituto de Educação, Universidade de Lisboa |

alrodrigues@ie.ulisboa.pt

Resumo

A Estratégia de Lisboa, adotada no ano de 2000, marcou o início de orientações políticas para a educação de adultos na União Europeia (UE). Estas orientações apoiam-se em diversos mecanismos, como objetivos e programas financeiros, que traduzem uma intervenção política suave (soft law) através de instrumentos de governança eficazes, como no caso dos programas de financiamento. Esta apresentação incide sobre um estudo de impacto do programa Erasmus+ nas entidades que promovem ações de educação de adultos (nível meso), nos trabalhadores dessas organizações e nos adultos que nessas atividades participam (nível micro) em Portugal. Esta pesquisa assentou em técnicas de coleta de dados quantitativos, como um questionário distribuído a organizações apoiadas financeiramente entre 2018 e 2022, e qualitativas, como entrevistas semi-estruturadas e entrevistas em grupo, a

trabalhadores dessas organizações e a adultos que nas ações participaram, e análise documental, sobretudo de documentos da UE e literatura cinzenta das entidades em estudo. Os resultados apontam para o pequeno impacto que o programa possui ao nível nacional (nível macro), nomeadamente na política pública de educação e formação de adultos que contempla ofertas de educação formal de iniciativas de gestão de recursos humanos, como a promoção dos níveis de escolaridade e qualificação profissional, mas denotam o papel importante que este programa exerce nas entidades de análise, nos trabalhadores e participantes no desenvolvimento de ações que são de educação não formal.

Sala 04 | ID 338

[ID 338] Mulheres egressas da Educação de Jovens e Adultos na Educação Superior no Brasil

Simone Dos Santos | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | simonevaldete@gmail.com

Mónica De La Fare | Universidade Católica de Pelotas | monica.fare@ucpel.edu.br

Martina Isnardo GUSMÃO | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
martinaisnardog@gmail.com

Valentina Silva Da Luz | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
valentinaluz26@gmail.com

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil compõe reparação social, na consideração do padrão de desigualdade histórico, imposto especialmente para pessoas pretas e pardas pela abolição da escravização datada em 1888. Nos últimos 20 anos, os índices de escolaridade da população melhoraram significativamente, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2024 executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram o Ensino Médio chegou a 56,0%. Diante desse contexto, a pesquisa qualitativa, financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) processo 422395/2023-4, realizou quatorze entrevistas com mulheres egressas de classes de Educação de Jovens e Adultos, de exames de certificação, as quais estão cursando Educação Superior em instituições públicas ou

privadas. Os pressupostos teóricos da obra de Pierre Bourdieu, especialmente seus escritos sobre trajetória, campo e habitus, proporcionam a análise dos dados, na consideração das colocações e deslocamentos dessas mulheres com interrupções de estudos em função da maternidade, desvalorização da escolaridade da mulher, relatos de violência doméstica, maridos que interditavam sua vontade de estudar. A retomada dos estudos e a conquista da vaga na Educação Superior ocorre depois que os filhos estão jovens ou para aquelas com filhos pequenos e em idade escolar a exigência da organização de uma rede de apoio, na maioria composta por outras mulheres: mães, parentes, amigas, vizinhas para a divisão do cuidado. Há relatos de disposição para a desistência do curso no período da pandemia de COVID19 pela falta de equipamentos adequados para as aulas à distância, dificuldade de acompanhamento das aulas. Os resultados da pesquisa revelam trajetórias interrompidas pela condição de gênero, a necessidade de políticas de assistência estudantil universitária voltadas para as mulheres: salas específicas para amamentação, salas ambientes para permanência das crianças enquanto a mãe estudante está em atividade acadêmica. A importância de cursinhos pré vestibulares populares para aprovação no exame vestibular, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e incentivos de professores nas classes de EJA para a continuidade na Educação Superior.

Palavras-chave: Gênero; Trajetória; Certificação.

Sala 04 | ID 337

[ID 337] O currículo como um instrumento de (in) justiça social na Educação de Jovens e Adultos

Carla Bandeira | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | carladband66@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda a importância da construção de um currículo para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como princípios de justiça social a teoria tridimensional de Nancy Fraser, discorda sobre a escola e sua relação com o público da EJA, sob a ótica da teoria da reprodução de Pierre Bourdieu, que contribui para manter inalterada a estrutura social que define quem domina e quem é dominado, dificultando a mobilidade social por meio da educação. Mesmo aqueles sujeitos de classe social desfavorecidos que atendem aos critérios escolares e alcançam níveis de educação superiores ainda não possuem

garantias de mudança de status quo. A metodologia da pesquisa compõe um estudo de caso junto ao Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire na cidade de Porto Alegre, o qual é específico na oferta de EJA de alfabetização e Educação Fundamental. Conclui-se, portanto, apontando para a importância da construção de um currículo para a modalidade EJA, com a pretensão de ser um instrumento educativo comprometido com a justiça social, sustentado em conteúdos significativos e em estratégias que visem à transformação das estruturas que resultam nas injustiças sociais. Evidencia-se, assim, a EJA como política pública educacional comprometida com a justiça social em uma dimensão afirmativa e transformadora.

Palavras-chave: Desigualdades educacionais; EJA; Porto Alegre.

Sala 05 | ID 19

[ID 19] Partidos políticos e reforma do ensino médio: ideologia, disputa e concepções de educação básica no Brasil

Flávio Bezerra de Sousa | Universidade de Brasília | saintflavio35@gmail.com

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira | Universidade de Brasília | daniellen@unb.br

Liliane Campos Machado | Universidade de Brasília | lcmpedagogia@unb.br

Ana Maria de Albuquerque Moreira | Universidade de Brasília | anaalbuquerque@unb.br

Resumo

Este manuscrito trata do papel desempenhado pelos partidos políticos brasileiros no debate em torno do ensino médio como última etapa da educação básica para jovens e adultos no país. A lei número 13.415/2017, que altera a estrutura curricular em tom reformista (Laval, 2004), exige a necessidade de exames e debates sobre os impasses e consequências do aspecto ideológico-partidário como barreira às específicas e concepções da educação, a partir dos eixos de análise: i) valores e concepções de cidadania, desenvolvimento humano e inclusão; ii) organismos internacionais à luz da atuação partidária e; iii) entre o público e o privado. Utiliza-se de pesquisa documental e bibliográfica como procedimento metodológico que considera as informações contidas em documentos e ações das agremiações políticas. São informações variadas, desde jornais, jornais, redes sociais, revistas, páginas eletrônicas, até pronunciamentos de parlamentares dos partidos envolvidos no processo, em que de um lado

se encontra uma visão liberal e conservadora, e de outro, a perspectiva declarada progressista que circunscreve o debate no entorno da reforma do ensino médio, respeitando rigorosamente o campo científico. De resultado, fundamenta-se em Poulantzas (1977) para extrair da categoria ideologia o desenvolvimento do discurso engendrado no processo de construção de um tipo de aprendizagem cujo pano de fundo é a formatação do sujeito destinado ao trabalho precário, de baixa qualificação e cercado por sintomas do conservadorismo, ações que tentam desfavorecer as concepções e especificidades da educação como direito público subjetivo.

Palavras-chave: Partidos políticos brasileiros, Reforma educacional, Finalidades da educação, Ideologia e educação.

Sala 05 | ID 73

[ID 73] Em torno da ideia de indução profissional de professores: sentidos e significados nos discursos de atores políticos e institucionais

Mariana Gaio Alves | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | mga@ie.ulisboa.pt

Joana Campos | Escola Superior de Educação de Lisboa | jcampos@esex.ipl.pt

Elisabete X. Gomes | Escola Superior de Educação de Setúbal – Instituto Politécnico de Setúbal
| elisabete.gomes@ese.ips.pt

Resumo

Têm sido recorrentes, no espaço público, notícias que revelam uma escassez inequívoca de professores de ensino básico e secundário face às necessidades das escolas. Tendo em conta o envelhecimento etário deste grupo profissional, com a conseqüente perspectiva de que muitos continuem a se aposentar em cada ano, é urgente delinear programas e práticas para iniciar um grande número de novos professores na profissão. Neste contexto, os contributos da investigação educativa sobre a formação de professores, numa etapa específica e decisiva - a fase de indução profissional - tornam-se extremamente oportunos e mesmo prementes. A proposta de comunicação sistematiza resultados preliminares de uma pesquisa na qual procuramos compreender de que modo a indução profissional docente vem sendo ajustada enquanto forma de iniciação de professores na profissão em discursos científicos e políticos. Este objetivo geral se desenvolve em três questões orientadas: 1) quais sentidos e significados para o termo indução profissional docente é possível mapear na literatura científica nacional e

internacional das últimas décadas?; 2) que sentidos e significados assumem o termo indução profissional docente nos discursos recentes de atores de política educativa em Portugal?; 3) de que sentidos e significados se reveste o termo indução profissional docente nos discursos recentes de atores institucionais com intervenção no debate público sobre políticas educativas em Portugal? Para responder à primeira questão, reunimos contribuições de uma pesquisa em bases bibliográficas internacionais, na qual se pretende mapear e examinar a presença do tema indução docente na publicação científica das últimas décadas. Os contributos de resposta às outras questões decorrem de análise documental que incidem, no caso da segunda, na legislação portuguesa sobre habilitação para a docência e em pareceres e recomendações do Conselho Nacional de Educação; e que considere, para a terceira, relatórios e estudos produzidos por organismos com intervenção no debate público sobre educação e professores em Portugal (nomeadamente, Edulog e Fundação Francisco Manuel dos Santos). Este corpus de análise inclui documentos surgidos apenas na última década, evoluindo a compreensão sobre as perspectivas e posicionamentos recentes sobre indução docente no espaço público e político. Globalmente, pretendo-se examinar entendimentos, ora convergentes ora contraditórios, em torno da ideia de indução profissional de professores.

Sala 05 | ID 109

[ID 109] POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INFLUÊNCIA DO EMPRESARIADO: APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Ana Carolina Rangel | Universidade de Lisboa – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” | rangel.acf01@gmail.com

Resumo

Este trabalho de pesquisa investiga a influência crescente do setor privado nas políticas educacionais, analisando a implementação do Novo Ensino Médio no Brasil e traçando paralelos com o cenário português. A reforma brasileira, impulsionada pela Lei 13.415 de 2017, prometeu flexibilização curricular por meio dos Itinerários Formativos (IF), mas na prática, revelou-se um mecanismo de padronização. Sob a lente da “nova filantropia” de Stephen Ball, uma pesquisa destaca a atuação de institutos e fundações empresariais no Brasil, como o Instituto Unibanco e o Instituto Ayrton Senna, que influenciam diretamente as políticas educacionais com um discurso focado em eficiência e resultados mensuráveis. Essa abordagem direcionada à educação para as demandas do mercado, transformando a escola

em um ambiente de performatividade e reprodução de competências específicas ao trabalho. O estudo amplia a discussão ao demonstrar que a interferência de empresas, instituições financeiras e organizações multilaterais, como a OCDE, não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Em Portugal, uma pesquisa revela a atuação de agentes de transferência e empresas criadas pela elite empresarial, como a EDULOG, que segue uma lógica semelhante de influência nas redes de políticas públicas. Ao comparar as realidades brasileira e portuguesa, o trabalho busca compreender como a atuação do setor privado impacta o trabalho e a subjetividade dos professores, evidenciando um movimento global de mercantilização da educação pública que compromete sua natureza democrática e social.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Políticas Educacionais, Empresariado.

Sala 05 | ID 127

[ID 127] BNCC e Educação Básica no Brasil: itinerários políticos, atores sociais e implicações formativas

Celoy Mascarello | Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC |
celomascarello@gmail.com

Maria Teresa Ceron Trevisol | Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC |
mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br

Paulo Roberto Dalla Valle | Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC |
paulodallavalle@sed.sc.gov.br

Cristiane de Oliveira Fiorentini | Universidade Católica de Portugal | cris.fiorentini@gmail.com

Resumo

Este texto é fruto de uma investigação e tem por objetivo analisar o processo de elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, a BNCC foi orientada desde a Constituição de 1988, no Art. 210, está disposto que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (Brasil, 1988, p. 32). A metodologia de construção da investigação que resultou neste texto é bibliográfica e documental. O processo de elaboração da base teve início em 2013. Participativo e colaborativo por meio de consulta pública online, o processo de elaboração da BNCC teve início em 2015, com um grupo de mais de 100 redatores, liderados pelo MEC. O documento

foi produzido em meio a uma crise política, os debates se realizaram entre os meses de setembro de 2015 e março de 2016 período que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Fundações, institutos privados e pessoas ligadas ao sistema de avaliação e associações de gestores, foram vozes privilegiadas pela mídia, chamadas com frequência a se manifestarem sobre o documento. Em 14 de dezembro de 2018, foi oficializada a versão atual da Base Nacional Comum Curricular, culminando assim na estruturação de um conjunto coeso que abrange as aprendizagens essenciais previstas para toda a Educação Básica. A BNCC foi desenvolvida ao longo de várias administrações governamentais. As versões de 2011 a 2016 foram criadas durante o mandato de Dilma Rousseff. A versão de 2017 foi lançada sob a liderança de Michel Temer (2016-2018). Sua implementação começou a partir de 2020. Isso ocorreu durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). A BNCC reconhece que a educação no Brasil deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, voltada para a preservação da natureza, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Por conta disso, a ideia é que esses novos currículos possam desenvolver as 10 competências gerais, que são um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que deverão ser desenvolvidos porque estão conectados com os desafios que o mundo contemporâneo oferece. Concluímos que, embora se anunciasse como um processo participativo, a elaboração da BNCC contou com a participação pouco significativa dos profissionais da educação. As consultas e seminários tiveram caráter mais informativo do que deliberativo, reduzindo o protagonismo destes profissionais, abrindo espaço para maior influência de institutos e fundações privadas na definição dos rumos do documento.

Palavras-chave: Educação Básica no Brasil; Base Nacional Comum Curricular; Política Educacional.

Sala 06 | ID 37

[ID 37] A CONVIVÊNCIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Telma Vinha | Universidade Estadual de Campinas | telmavinha@gmail.com

Cesar Amaral Nunes | Universidade Estadual de Campinas | cesaraanunes@gmail.com

Luciene Tognetta | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
luciene.tognetta@unesp.br

Ana Maria Aragão | Universidade Estadual de Campinas | anaragao@unicamp.br

Resumo

Tendo como foco as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, esta investigação problematiza os desafios enfrentados pelas instituições educativas brasileiras diante do aumento das situações de violência e de outros problemas de convivência envolvendo estudantes, explorando suas manifestações, especificidades e incidências. Pesquisas recentes apontam que os problemas se expressam em indisciplina e desrespeito às regras de convivência e manifestações perturbadoras mais graves, como práticas de bullying, exclusões sistemáticas, agressões físicas e verbais, depredações do patrimônio escolar e episódios de violência simbólica que repercutem diretamente na qualidade das aprendizagens, na saúde emocional de professores e alunos e no fortalecimento ou enfraquecimento dos vínculos sociais que sustentam a vida escolar. Discutimos ações que têm sido desenvolvidas em escolas brasileiras para enfrentar esse cenário, focalizando estratégias educativas não apenas punitivas, mas promovendo espaços de diálogo, escuta e responsabilização, fortalecendo valores democráticos e éticos. Estão incluídas assembleias de classe, rodas de conversa, projetos de mediação de conflitos, programas de tutoria entre pares e iniciativas de educação socioemocional, que se mostraram potentes na prevenção de violências e na reconstrução de relações mais respeitadas e solidárias. As aprendizagens derivadas das pesquisas realizadas indicam a importância de compreender a convivência como eixo estruturante das práticas pedagógicas e da gestão escolar, ressaltando que sua promoção exige intencionalidade, planejamento coletivo e formação docente continuada. Além disso, importa a avaliação da convivência e do clima escolar, entendida como condição fundamental para identificar fragilidades, potencialidades e avanços das práticas implementadas.

Palavras-chave: Convivência escolar, Violência escolar, Problemas de convivência.

Sala 06 | ID 70

[ID 70] Finalistas do 12º ano: motivações de ingresso no ensino superior

Esmeralda Santo | CeIED | emaria9889m1@gmail.com

Dulce Maria Franco | Universidade Lusófona, ESEL-IPLUSO, CeIED | dulce.franco@ulusofona.pt

Joana Quinta | Universidade Katyavala Bwila | quintajo@gmail.com

Micaela Fonseca | Universidade Lusófona, HEI-Lab: Laboratórios Digitais de Interação

Homem-Ambiente | micaela.fonseca@ulusofona.pt

Maria Neves Gonçalves | ESEL-IPLUSO, CeIED | p1873@ulusofona.pt

Resumo

Num cenário atual de redução de alunos que ingressaram em 2025, no ensino superior português, e numa investigação que pretende reforçar a ligação entre os níveis dos ensinos secundário e superior, quisemos perceber as opções de estudantes no final do ciclo do secundário, aquando da candidatura ao ensino superior, que impacta na escolha da futura profissão, não só condicionando a vida das famílias como tendo implicações na própria sociedade (Dias e Sá, 2016; Ivanova, 2024; Brooks, 2003). Deste modo, o objetivo desta comunicação foi a auscultação de alunos do 12.º ano do ensino secundário, em Portugal, de turmas de Línguas e Humanidades, Ciências e Tecnologias, e Ciências Sociais e Económicas, para se compreenderem as implicações que subjazem à escolha de um curso superior. A opção metodológica teve por base a elaboração de um questionário que foi aplicado, após validação, a estudantes portugueses (n=60), da região da Grande Lisboa, tratando-se de uma amostra intencional. O questionário foi constituído por perguntas abertas e fechadas num total de 34. A análise dos resultados foi sustentada em duas abordagens: i) uma análise de conteúdo (qualitativa) e ii) uma análise simples de dados estatísticos (quantitativa), permitindo a identificação das preocupações e motivações que orientaram as escolhas, relativamente à candidatura de ingresso no ensino superior, quer em instituições públicas quer privadas. Deste modo, foram identificados os fatores que mais influenciaram a decisão daqueles alunos que terminaram o ciclo do secundário (12º ano), bem como os motivos atribuídos à opção daqueles que decidiram não se candidatar ao ensino superior. A análise dos resultados leva-nos a uma melhor compreensão das expectativas, interesses e constrangimentos vívidos dos jovens (e famílias), oferecendo uma visão abrangente sobre as suas perspectivas de um futuro académico, profissional e social. Com esta abordagem, espera-se criar condições que permitam tornar mais consistente uma avaliação crítica ao nível da implementação de políticas educativas. Assim como se pretende fortalecer a ligação entre os níveis de ensino, com vista à construção de percursos formativos – e de sucesso – mais coerentes e alinhados com as necessidades da sociedade atual, das aspirações dos jovens e da escola – sentido holístico.

Palavras-chave: Ingresso no ensino superior; Perceções dos estudantes sobre o ensino superior; Articulação ensino secundário e superior.

[ID 134] Educação técnico-profissional em Angola: desafios da integração sócio-económica juvenil

Piedade Catoto | Universidade Nova de Lisboa | a2023117383@campus.fcsh.unl.pt

Resumo

A educação técnico-profissional em Angola configura-se como uma das estratégias para a inserção da juventude no mercado de trabalho e para o desenvolvimento socioeconómico do país. Contudo, verifica-se que as políticas públicas nesta área enfrentam desafios significativos, que limitam a sua efetividade na integração socioeconómica juvenil. Entre os principais entraves, destacam-se a insuficiência de infraestruturas formativas, a fragilidade curricular, a desarticulação entre instituições de ensino e o setor produtivo, bem como a ausência de mecanismos de supervisão e avaliação do processo formativo. Neste sentido, o presente artigo analisa criticamente tais limites, ao mesmo tempo que identifica possibilidades emergentes, tais como a cooperação institucional envolvendo escolas e empresas, a melhoria dos currículos escolares, a formação contínua de agentes escolares e a inserção da juventude em políticas de emprego e empreendedorismo. Conclui-se que o fortalecimento da educação técnico-profissional requer políticas integradas, sustentadas e centradas na juventude, capazes de alinhar a formação profissional às dinâmicas do desenvolvimento socioeconómico local e global.

Palavras-chave: Educação técnico-profissional; Empregabilidade; Juventude; Angola.

Sala 06 | ID 135

[ID 135] Retorno e permanência escolar na escola pública brasileira após a pandemia de CoVID-19: quem se importa com os jovens?

Roseli Esquerdo Lopes | Universidade Federal de São Carlos | relopes@ufscar.br

Bruna Carolina Dos Reis | Universidade Federal de São Carlos |

bruna.reis@estudante.ufscar.br

Patrícia Borba | Universidade Federal de São Paulo | patricia.borba@unifesp.br

Resumo

O Brasil enfrentou um aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais com a pandemia de CoVID-19, a partir do ano de 2020, também explicitado pelos dados de

pesquisas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresentam agravante aumento na desistência escolar. Diante dessa realidade, questiona-se, portanto: Como se produziu a permanência escolar de jovens de ensino secundário da rede pública de ensino regular no estado de São Paulo, Brasil, após a pandemia de CoVID-19? Com isso, objetivo geral desta pesquisa, que compõe uma tese de doutorado em desenvolvimento, bem como uma pesquisa temática mais ampla, foi investigar a visão dos jovens sobre o ensino médio e a permanência escolar no contexto pós-pandêmico da rede pública de educação de um estado brasileiro, a saber: São Paulo. Para tanto, foi realizada uma revisão de mapeamento da literatura acerca da desistência escolar no ensino médio no Brasil, um levantamento documental de políticas e programas públicos que tratam da desistência escolar no país e no estado de São Paulo, além de, paralelamente, um estudo empírico com jovens de uma escola pública de ensino médio. Tal estudo foi proposto em duas etapas, ao longo de dois anos, com a aplicação de questionários, realização de conversas coletivas, entrevistas em profundidade com jovens e suas famílias e de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos. Nossa hipótese parte do entendimento de que esse contexto de aprofundamento das desigualdades educacionais e do processo de fragmentação e dualidade do ensino médio público brasileiro tem gerado novos desafios para o enfrentamento da desistência escolar. Nos parece ser fundamental a escuta de familiares para apreendermos as redes de proteção social dos jovens e como atuam para a permanência escolar, uma vez que apostamos na importância dessas redes enquanto suportes para essa permanência. Enquanto resultados, espera-se que a pesquisa possa configurar os desafios expostos para a permanência de jovens no ensino médio da escola pública, além de desenvolver estratégias e tecnologias sociais que subsidiem políticas educacionais em favor da conclusão da Educação Básica para todos os jovens brasileiros em idade própria,, através de políticas efetivas e em diálogo com as juventudes.

Palavras-chave: Permanência Escolar; Ensino Médio; Pandemia de CoVID-19

Sala 07 | ID 98

[ID 98] Inclusão escolar e formação continuada de docentes no Estado de Santa Catarina

Raquel Fröhlich | Raquel Fröhlich | raquel.frohlich@udesc.br

Maria José Lozano | Maria José Lozano | marialozano.udesc@gmail.com

Resumo

A narrativa de educação para todos, baseada nas políticas educacionais brasileiras, a partir da década de 1990 em nível federal, produz efeitos nos processos de escolarização das pessoas com deficiência na educação básica, construindo entendimentos e práticas sobre inclusão escolar. Tais efeitos também incidem no que tange à formação docente. Nesse sentido, as políticas de formação iniciais apontam fragilidades e que exigem da formação continuada uma responsabilidade de instrumentalizar os professores quanto a saberes para promover e operacionalizar a inclusão nas escolas. Dentro desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar aspectos relacionados à formação continuada oferecida aos docentes da educação básica na rede estadual de Santa Catarina (SC), no que se refere à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Trata-se de uma pesquisa de caráter documental, que analisou cursos oferecidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e pela Secretaria de Educação (SED) aos professores das aulas comuns da rede regular de ensino do estado de SC, no período de 2012 a 2022. A análise da materialidade elencada teve como inspiração a análise de discurso a partir de Michel Foucault. O exercício permitiu identificar a recorrência de saberes conceituais presentes na formação continuada dos professores regentes das classes comuns na rede estadual de SC, sobre inclusão de pessoas com deficiência. Os saberes conceituais enfatizam concepções e discutem os campos clínicos e biomédicos relacionados ao público da educação especial. É possível concluir que os saberes conceituais, atrelados ao campo médico, impactam diretamente nas fragilidades pedagógicas, de ensino e nos processos de in/exclusão. Desta forma, mapear saberes fomentados na formação continuada é essencial para identificar desafios e oportunidades, bem como qualificar o processo de formação docente. Além disso, a formação docente continuada possibilita a produção de estratégias de inclusão, promovendo um ambiente de aprendizagem mais equitativo e adequado às necessidades de todos os alunos.

Palavras-chave: Formação docente continuada; Inclusão Escolar; Saberes Docentes.

Sala 07 | ID 144

[ID 144] FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES EM ANGOLA: Um estudo sobre a construção de modelo de formação de professores com base em perspectivas de gênero, dinâmicas pedagógicas e sociais na escolarização da mulher no meio rural

Sandra Mussungu | Instituto de Educação | sm13@edu.ulisboa.pt

Resumo

Este estudo analisa a formação contínua de professores em Angola, com foco nas perspectivas de género e nas dinâmicas pedagógicas e sociais externas para a educação da mulher nas zonas rurais. Parte-se da premissa de que a educação deve constituir um espaço de diálogo sobre questões sociais contemporâneas, promovendo inclusão e diversidade. Nesse contexto, a formação e o acesso das mulheres à educação escolar emergem como temas centrais. A formação contínua é concebida como um instrumento transformador da prática pedagógica, capacitando os docentes para refletirem criticamente sobre suas ações e desenvolverem competências que abordem as questões de género de forma sensível e eficaz. A prática reflexiva assume papel fundamental nesse processo, permitindo aos professores ajustarem suas abordagens pedagógicas às necessidades específicas das mulheres rurais. O objetivo principal da pesquisa é propor um modelo de formação contínua e um esquema de trabalho colaborativo que favoreça a equidade de género e fortaleça a educação da mulher no meio rural. A escolha por esse público corre das barreiras que enfrentam para concluir a formação básica, devido às múltiplas responsabilidades atribuídas a elas, como tarefas domésticas, gravidez precoce e casamentos prematuros. A metodologia adotada é uma Investigação Baseada em Design, com abordagem qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados incluem entrevistas e observações realizadas durante e após as ações formativas, além da análise de conteúdo. Os resultados revelam que uma formação contínua, quando pautada na prática reflexiva, contribui significativamente para uma educação mais equitativa em termos de género. Além disso, promove melhorias na atuação docente, fortalece a identidade entre professores e impulsiona o desenvolvimento do profissional docente.

Palavras-chave: Formação contínua; Modelo de formação; Género; Dinâmicas pedagógicas; Educação rural; Inclusão social.

Sala 07 | ID 146

[ID 146] Configurações Discursivas do Professor de Educação Especial: Uma Análise Comparativa das Políticas Educacionais Brasil–Portugal

Fabiana Garcez | UDESC | fabi.udesc@gmail.com

Resumo

Historicamente, a história das pessoas com deficiência foi acompanhada por períodos de exclusão e segregação, marcados pela produção de desigualdades. A partir da expansão de

documentos de conhecimento mundial, a perspectiva inclusiva ocupa papel central nos debates no campo da educação, sobretudo na necessidade de implementação de sistemas educacionais inclusivos. Nesse cenário, novos atores compõem a especialização escolar, emergindo a figura do professor de educação especial que atua nos contextos das aulas comuns de ensino. Nessa ótica, o trabalho colaborativo surge como a possibilidade que envolve o trabalho articulado entre o professor de educação especial e o professor do ensino comum, tendo como pressuposto que a escola necessita ser modificada para qualificar o ensino ministrado para todos os estudantes. O estudo em questão tem como objetivo compreender em que medida as políticas normativas educacionais do Brasil e Portugal configuram o papel do professor de Educação Especial como mediador da inclusão. O estudo fundamenta-se na perspectiva pós-estruturalista, apoiando-se no conceito de discurso de Michel Foucault. Com relação ao procedimento metodológico, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter comparativo, tendo como materialidade documentos normativos e legislativos de ambos os países, produzida no período de 2006 a 2025. Os dados serão investigados por meio de análise documental e análise de discurso, sendo que as categorias serão criadas posteriormente à análise da materialidade, garantindo critérios éticos de fidedignidade interpretativa e de consideração dos contextos sociopolíticos em que os documentos foram produzidos. Os resultados evidenciam avanços relevantes no reconhecimento da educação inclusiva como direito no Brasil, mas também revelam lacunas quanto à clareza das atribuições e às condições objetivas de trabalho do professor de Educação Especial. Como limitação, ressalta-se o foco exclusivo nos documentos oficiais, sendo necessária a possibilidade de novas investigações sobre como gestores e professores interpretam e traduzem as políticas nos seus contextos reais.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Educação inclusiva; Trabalho colaborativo.

Sala 07 | ID 148

[ID 148] FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E INCLUSÃO NO EMITEC

Mônica Torres | UNEB e SEC | mtorres@uneb.br

Selma Santos | Secretaria de Educação do Estado da Bahia |

selma.santo@nova.educacao.ba.gov.br

Resumo

A oferta de políticas de formação de professores na Bahia se estende à inclusão e acessibilidade constitui desafio para formação de professores da Educação Básica, especialmente para aqueles que atuam com estudantes com deficiência no Ensino Médio. Nesse cenário, a oferta de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) torna-se uma alternativa possível, pois se constitui como uma política educacional voltada para atender estudantes que, prioritariamente, residem em localidades distantes ou de difícil acesso. As aulas são transmitidas diariamente pelos professores formadores via sinal de TV, com abrangência em 127 municípios e 330 localidades com atendimento de aproximadamente 15.337 estudantes. Diante da emergência para criação de ações de inclusão associada à implantação da cultura de acessibilidade no EMITec, foi criada o Grupo Trabalho Inclusão, com o propósito de promover práticas inclusivas, e oferecer suporte pedagógico capaz de favorecer o respeito à diversidade humana e reduzir barreiras de acessibilidade educacional vivenciadas por estudantes com deficiência. Em atenção a esse cenário, problematiza-se: quais são as possibilidades e desafios da formação continuada de professores do EMITec para promoção da inclusão de estudantes com deficiência no ensino médio? O estudo tem como objetivo mapear as ações de formação continuada de professores realizados no EMITec, tendo em vista contribuir para ampliação da inclusão e da acessibilidade no Ensino Médio. No estudo adota-se como referencial teórico (Mantoan, 2003) que acompanha a diversidade humana, ao tempo defende a perspectiva de inclusão comum a todos e (Galvão Filho, 2022) que discute e propõe possibilidades de acessibilidade na área de Tecnologia Assistiva. Além deles, outra referência fundamental é a Lei Brasileira de Inclusão no 13.146/2015, a qual prevê e busca garantir o exercício dos direitos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência em igualdade de condições. O estudo desenvolveu uma pesquisa exploratória com análise documental. Os resultados preliminares apontam para a formação continuada durante as Atividades Complementares (AC) abordando temas sobre inclusão e acessibilidade, disponibilização de documentos orientadores no AVA para implementação de ações pedagógicas: uso de audiodescrição nas aulas, adequação do uso da fonte em textos e slides, atuação de tradutores e intérpretes de Libras, bem como produção e materiais didáticos-pedagógicos acessíveis, ampliarão a participação e aprendizagem de todos os estudantes no EMITec.

Palavras-chave: Formação continuada de professores; EMITec; Inclusão; Acessibilidade; Tecnologia Assistiva.

Sala 08 | ID 40

[ID 40] Conceção de recursos educativos inclusivos para exploração da natureza: fundamentos, processos e resultados de um projeto inovador para futuros professores

António Almeida | Instituto Politécnico de Lisboa / EDUNOVA.ISPA / CICS.NOVA |
aalmeida@eslx.ipl.pt

Rita Lança | Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire – Pontinha, Odivelas |
230ritalanca@prof.aebf.pt

Resumo

O contato dos jovens com a natureza tem vindo a diminuir, com consequências negativas, dado que o mundo natural contribui para a criatividade, promove o bem-estar físico e psíquico e a sensibilidade para a preservação da natureza. Paralelamente, destaca-se a necessidade de inclusão de todos os alunos no processo de aprendizagem, independentemente de suas características específicas, sociais, linguísticas ou culturais. O presente projeto atende a essas necessidades, melhorando a formação de futuros docentes. Participaram estudantes de dois mestrados profissionalizantes para o ensino básico de uma instituição de ensino superior, envolvidos no desenho de recursos educativos inclusivos, adaptados à diversidade dos alunos das escolas públicas. Estes estudantes frequentaram uma unidade curricular, centrada na integração entre língua materna e ciência, privilegiando o contato com contextos naturais. Antes de projetar os recursos, os estudantes visitaram diversos locais de interesse natural na área metropolitana de Lisboa, para aprofundar o conhecimento científico e explorar possibilidades de abordagem para alunos do ensino básico. As visitas destacaram a biodiversidade e a geodiversidade das áreas e permitiram pensar estratégias de integração com a língua materna. Em sala de aula, sistematizou-se a potencialidade destes locais e reuniu-se ferramentas digitais e princípios de design inclusivos, como tipo de letra, paleta de núcleos e sistemas de áudio a acompanhar textos. O processo de elaboração foi desenvolvido com apoio de tutoria, sendo selecionados quatro recursos que se destacaram pelo design, pelas estratégias inclusivas e pela articulação interdisciplinar. Estes recursos foram testados por alunos de uma escola básica durante deslocamentos para locais naturais, utilizando tablets da escola e smartphones pessoais. Os professores acompanhantes verificaram a funcionalidade dos recursos e verificaram algumas falhas de progressão e a necessidade de reformulação de algumas instruções. A avaliação dos alunos, realizada através

de questionário, foi, ainda assim, muito positiva, destacando os conteúdos, o design e as aprendizagens fornecidas. Prevê-se envolve ainda estudantes em formação na testagem e melhoria dos recursos, permitindo integrar críticas e sugestões de aulas e futuros docentes. Após esta fase, os recursos digitais serão disponibilizados em acesso aberto no sítio da instituição, acompanhados de estratégias de divulgação à comunidade educativa.

Palavras-chave: Contato com a natureza; Recursos digitais inclusivos; Formação de professores.

Sala 08 | ID 87

[ID 87] Maternidade atípica e docência: (re)construção de práticas pedagógicas inclusivas com experiências de mães-professoras de crianças com TEA

Cléia Pereira | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC | cleia.pereira@udesc.br

Jussara Machado Ferreira | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC |

ferreirajussara303@gmail.com

Resumo

Este trabalho, parte de uma pesquisa concluída no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede (PROFEI) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), explora a complexa intersecção entre a maternidade atípica e a docência. O objetivo central foi compreender a exaustão materna e os processos de profunda transformação da vida pessoal e profissional de mães-professoras de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), que vivenciam múltiplas jornadas de cuidado familiar e exercício da docência na educação básica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na pesquisa narrativa e autobiográfica, acompanhando a experiência vívida como lócus privilegiado de produção de conhecimento. A investigação foi desenvolvida em duas etapas: inicialmente, uma revisão bibliográfica exaustiva em bases de dados como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, contextualizando os fundamentos. Em seguida, foram realizadas entrevistas narrativas com dez mães-professoras que atuam na educação básica da rede pública brasileira e que cursaram ou cursam no PROFEI. Os procedimentos éticos, incluindo a garantia de anonimato e confidencialidade das participantes, foram rigorosamente distribuídos. A análise dos dados, de cunho qualitativo, pautou-se na análise temática e narrativa, buscando categorias

emergentes e significados das experiências vívidas. Os resultados mostram que essas mulheres enfrentam uma jornada diária sobrecarregada, física e emocionalmente, agravada por desafios estruturais nas escolas, como turmas numerosos, escassez de apoio especializado e a persistente desvalorização docente. Contudo, apesar da investigação ser concluída pela maioria, as narrativas apontam para transformações significativas em suas vidas pessoais e, profundamente, em suas práticas pedagógicas. A vivência da maternidade atípica e a interação com crianças com TEA na escola impulsionam essas mães-professoras a desenvolverem um engajamento afetivo e ético mais eficaz com a inclusão escolar. Elas (re)constróem suas metodologias, promovendo práticas pedagógicas inovadoras, mais acolhedoras, sensíveis e adaptadas à diversidade humana. Esta pesquisa contribui para a compreensão das potencialidades e barreiras nos processos de inclusão, oferecendo subsídios para uma educação mais comprometida com os direitos humanos e a valorização das experiências plurais. A combustão materna, concebida aqui como uma especificação multifacetada e ainda subvisibilizada, emerge como categoria analítica central para visibilizar tanto as fragilidades quanto as forças transformadoras que impulsionam a inovação pedagógica. Limitações do estudo incluem o foco em um grupo específico de professores; futuras investigações podem explorar a sustentabilidade dessas práticas e seu impacto em maior escala.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Exaustão materna; Mães-Professoras Atípicas.

Sala 08 | ID 97

[ID 97] Formação inicial de professores de matemática na perspectiva da Educação Inclusiva: articulações teóricas e práticas

Denner Barros | Universidade de São Paulo | denner@icmc.usp.br

Resumo

Historicamente, a escola foi marcada por práticas excludentes que privilegiam determinados grupos, mesmo após avanços na democratização da educação. Superar esse cenário exige mudanças nas políticas públicas, nas práticas pedagógicas e na formação de professores. No Brasil, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), obrigatória pelo Decreto 5.626/2005, é o único espaço garantido para discutir a inclusão. Embora fundamental, ela não é suficiente,

pois muitos docentes ainda se relacionam despreparado para lidar com a diversidade em sala de aula. Nesse contexto, torna-se urgente fortalecer a formação inicial, contemplando discussão e práticas inclusivas. Esta pesquisa analisa a disciplina “Ensino no Contexto da Educação Especial e Inclusiva”, ministrada em 2025 para estudantes de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo. A proposta articulou aspectos teóricos e práticas inclusivas, em diálogo com ações de estágio realizadas em escolas públicas, acompanhando estudantes com deficiência. Com abordagem qualitativa, buscamos compreender potencialidades e dificuldades no processo formativo, a partir da aplicação de formulários e registros no diário de bordo do professor-pesquisador. Todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Após o acompanhamento ao longo de todo o semestre, os resultados demonstraram que os licenciados tinham pouco contato prévio com conceitos de Educação Inclusiva, mas as atividades propostas ampliaram sua segurança, compreensão das terminologias, uso de Tecnologias Assistivas e aproximação com a realidade escolar por meio do estágio. Ainda assim, destaca-se a necessidade de políticas institucionais e currículos mais consistentes, que promovam formação contínua e aprofundada sobre inclusão, além da obrigatoriedade legal da disciplina de Libras. Conclui-se que a Educação Inclusiva deve ser entendida como princípio ético e pedagógico que orienta a prática docente, garantindo o direito à educação de todos. Preparar professores para lidar com a diversidade em sala de aula não é apenas um desafio contemporâneo, mas também um compromisso social e político necessário.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação de Professores; Educação Matemática.

Sala 08 | ID 168

[ID 168] Inclusão, Diálogo e Cooperação: possibilidades de desenvolvimento do pensamento algébrico entre estudantes cegos e videntes

Ana Faustino | Universidade de São Paulo | carolinafaustino@icmc.usp.br

Elielson Sales | Universidade Federal do Pará | esales@ufpa.br

Resumo

Este artigo faz parte de uma pesquisa de pós-doutorado (2023-2024) concluída, a qual tem como objetivo investigar aspectos do desenvolvimento do pensamento algébrico com estudantes cegos e videntes que possam contribuir para práticas de ensino de matemática no

que diz respeito à inclusão e à promoção de oportunidades de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A questão norteadora da pesquisa é: “Quais as potencialidades e desafios do desenvolvimento do pensamento algébrico com estudantes cegos e videntes nos anos iniciais do Ensino Fundamental?”. Focada em uma abordagem qualitativa, a produção de dados foi realizada em uma turma do quarto ano e uma turma do quinto ano de duas escolas públicas da cidade de Belém/PA, Brasil, nas quais estudantes cegos estão matriculados em turmas comuns. Os dados foram produzidos durante três meses e registrados por meio de diário de campo, gravações de áudio e vídeo, fotos e registros das tarefas realizadas em aula e de todos os materiais manipulativos usados pelos estudantes. As tarefas realizadas durante a fase de produção de dados da pesquisa foram elaboradas atendendo aos seguintes aspectos: (i) ser acessível a todos os estudantes; (ii) permitir a exploração dos padrões por meio do tato e da audição; (iii) isolar o atributo utilizado para a identificação do padrão; (v) promover o diálogo e a cooperação; e (vi) garantir o direito de aprendizagem da matemática aos estudantes. Durante a análise dos dados, os vídeos e os áudios foram revisitados para identificar eventos críticos. Tais eventos foram transcritos e analisados. Especificamente neste trabalho, analisamos a primeira tarefa desenvolvida no quarto e no quinto ano do Ensino Fundamental, como quais focamos na exploração de padrões em sequências repetitivas e recursivas. Os resultados deste estudo trazem atraentes de que um ambiente de ensino e aprendizagem inclusivo que contribui para a humanização nas aulas de matemática envolve considerar as características das pessoas com deficiência na elaboração das tarefas que todos os alunos da turma irão realizar. Além disso, tal ambiente inclusivo nas aulas de matemática também envolve uma alta expectativa em relação à aprendizagem de todos os estudantes presentes na sala de aula, concebendo-os como capazes de aprender matemática, envolve o respeito a todos os estudantes e envolve uma interação dialógica e a cooperação entre todos os alunos. Os resultados também evidenciam que apresentar uma sequência utilizando materiais manipuláveis torna uma tarefa acessível a estudantes cegos e visuais, ao possibilitar que esses identifiquem, por meio da manipulação, uma característica comum em alguns elementos da sequência.

Sala 09 | ID 21

[ID 21] Identidade e saberes profissionais docentes: um estudo de caso numa escola privada

Resumo

A nossa investigação centrou-se no docente e nas suas práticas pedagógicas, no ensino privado. Efetivamente, e em linha com a revisão da literatura, pensar a práxis assume-se como um imperativo, em particular no que ao desenvolvimento profissional docente diz respeito (Dewey, 1910; Schön, 1987; Day, 2001; Nóvoa, 2009; Sá-Chaves, 2009). Neste sentido, pretendemos contribuir para o conhecimento sobre o perfil e formas de atuação do professor do ensino privado (do primeiro ciclo ao ensino secundário), tendo por base a reflexão dos participantes. O estudo é predominantemente qualitativo e conto com setenta e quatro participantes de uma escola privada da área de Lisboa. Para a recolha de dados, foi aplicado um inquérito por questionário aos docentes com a sua caracterização e oito dimensões específicas. Paralelamente, catorze professores (de disciplinas e funções distintas na escola) preencheram “Diários de Práticas” para eles se extraírem dilemas (Zabalza, 1994) da prática pedagógica diária. Além disso, observaram-se aulas de seis professores em dois momentos distintos (Estrela, 1986). Todos os dados foram alvo de uma análise de conteúdo cuidada, abrangente e descritiva, com vista a um estudo de caso aprofundado. Os resultados permitiram concluir, entre muitos outros aspectos emanados da investigação, que os docentes optam pelo regime privado para lecionar porque tais tarefas conferem estabilidade profissional e financeira. Por outro lado, reiteramos a importância de reflexão sobre a sua prática para consciencialização das ações e possível reformulação das mesmas. Considera-se que o currículo, de uma forma transversal a várias disciplinas e a vários ciclos de ensino, deveria ser reduzido e até mesmo, em muitos casos, reformulado.

Palavras-chave: Professores; Práticas reflexivas; Relação pedagógica.

Sala 09 | ID 303

[ID 303] A EXPERIÊNCIA COLETIVA DE AMBIENTAÇÃO NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM UM CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Janaina Vece | Universidade Paulista | janaina.vece@docente.unip.br

Eliana Delchiaro | Universidade Paulista | eliana.delchiaro@docente.unip.br

Lisandra Príncipe | Universidade Paulista | lisandra.princepe@docente.unip.br

Nonato Assis de Miranda | Universidade Paulista | nonato.miranda@docente.unip.br

Resumo

Esta comunicação descreve o processo de ambientação de três Núcleos de Iniciação à Docência (NID), vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil. O PIBID visa qualificar a formação inicial de professores, a partir da execução de um projeto específico, do estabelecimento de parceria entre universidade e redes de ensino e da concessão de bolsas para: licenciados, professores da universidade e, também, para docentes das escolas públicas parceiras. Cada NID é composto por 24 alunos matriculados no curso de Pedagogia da modalidade a distância do 1º ao 8º semestres de uma instituição de ensino superior privada, três professoras supervisoras das escolas parceiras, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e uma coordenadora de área professora da universidade, totalizando 84 participantes. Os licenciados cumprem 10 horas semanais no PIBID, sendo 5 horas aplicadas à pesquisa e extensão e 5 horas cumpridas na escola, desenvolvendo atividades docentes em apoio ao trabalho realizado pela professora alfabetizadora. Desenvolvido entre março e junho de 2025, o processo de ambientação buscou integrar teoria e prática na formação inicial docente, promovendo a aproximação com a realidade escolar e com práticas de alfabetização. Os dados foram coletados por meio de relatórios reflexivos escritos semanalmente pelos licenciados, transcrição de reuniões de planejamento e formação, realizadas mensalmente entre coordenação de área e supervisores, e coordenação de área e estudantes. A ambientação incluiu visitas às escolas, observação de práticas pedagógicas e participação em atividades educativas, promovendo a reflexão crítica sobre o cotidiano escolar e a desconstrução de visões idealizadas da profissão docente. Fundamentados em Nóvoa (2017), García (1999), Gatti (2011), Vaillant e Marcelo (2012), Merseth (2020), uma experiência confirma que a formação docente é um processo complexo, que exige inserção orientada em contextos reais. O papel das professoras supervisoras revelou-se essencial como coformadoras. Conclui-se que o PIBID, ao proporcionar a aquisição de conhecimentos em contextos escolares reais, constitui-se como uma estratégia potente para a valorização da docência e para a qualificação da formação inicial, especialmente em cursos de Pedagogia oferecidos a distância.

Palavras-chave: Iniciação à docência; PIBID; Formação inicial.

[ID 172] FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BIOLOGIA: O USO DAS TIC NO ENSINO DE BIOTECNOLOGIA

Lucimar Ferreira Costa | Universidade Estácio de Sá | lucimarcostabio@gmail.com

Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa | Universidade Estácio de Sá | smpedrosa@gmail.com

Resumo

A formação docente para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação tem se tornado uma demanda urgente e estratégica nas últimas décadas, especialmente diante da crescente digitalização das práticas pedagógicas nas escolas brasileiras. O uso das TIC pelo professor não depende apenas do acesso a equipamentos tecnológicos, mas da capacitação adequada para integrar essas ferramentas aos processos de ensino a partir de uma crítica valorativa e reflexiva em suas ações pedagógicas (Nóvoa, 2023). Esta pesquisa tem como objetivo analisar criticamente a formação inicial e continuada dos professores, evidenciando formas teóricas de integração das TIC no ensino de biotecnologia. Vista como um campo multidisciplinar, a biotecnologia tem uma relação intrínseca entre as áreas da Ciência e Tecnologia (CT) ao utilizar organismos vivos e/ou suas descrições na elaboração de produtos e processos com especificações específicas. Conforme Malajovich (2017), os produtos que resultam dos processos biotecnológicos são tecnologias utilizadas com a intenção de resolver as demandas sociais e a inclusão do tema biotecnologia nos currículos escolares têm sido reconhecidas em diversos países. Diante dessa nova realidade, a formação inicial e/ou continuada dos professores para um melhor desempenho de suas habilidades e competências se torna fundamental na vida profissional (Nóvoa, 2023), uma vez que as mudanças contemporâneas alavancadas pelo uso das TIC têm transformadas as relações com o saber na sociedade (Kenski, 2008; Castells, 2018), permitindo que se desenvolvam novas formas de trabalho, quebrando paradigmas espaço temporais e criando redes de interações interativas e facilitadoras do. (Costa, 2018).Tardif (2014) declara que o modelo instrucional desenvolvido por Mishra e Koehler (2006) conhecido como Conhecimento Tecnológico, Pedagógico e de Conteúdo (CTPC) estão fundamentados nos princípios da pedagogia e da didática funcional, desenvolvidos para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, para que o professor compreenda, se aproprie e estabeleça conexões entre esses domínios do conhecimento, tornando sua prática docente mais ativa, dinâmica e específica como novas formas de ensinar e aprender (Costa, 2024). A partir dessas

perspectivas, foi levantada a seguinte questão: em que medida a formação profissional colabora para ensinar Biotecnologia? A pesquisa foi organizada em etapas: revisão sistemática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e entrevista narrativa com professores de Biologia do Ensino Médio das escolas estaduais do município de Queimados, no Rio de Janeiro. Os resultados apontam que as dificuldades enfrentadas pelo professor para ensinar biotecnologia estão associadas à formação e à articulação dos saberes docentes, cuja intersecção perpassa por seus conhecimentos pedagógicos, sua destreza na utilização das TIC e sua expertise em dominar satisfatoriamente os conteúdos de sua disciplina.

Palavras-chave: Formação Docente; Tecnologias de Informação e Comunicação; Biotecnologia.

Sala 09 | ID 62

[ID 62] Formação de Professores e Educação Dialógica: uma análise das pesquisas entre 2020 e 2025

Luiz Claudio Rodrigues Torres | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) |
luizclaudiotorres092@gmail.com

Andréa Rosana Fetzner | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) |
andrea.fetzner@unirio.br

Resumo

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado iniciada em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), intitulado Práticas Dialógicas no Curso de Licenciatura em Biologia: índices viáveis e desafios, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha do tema decorre da minha experiência no pré-vestibular popular (2016-2017), quando vivenciei práticas coletivas, aulas interdisciplinares, saídas de campo e decisões em assembleia. Já em 2018, ao ingressar na licenciatura em Biologia da UNIRIO, parei-me com escassas práticas dialógicas e predominância de aulas expositivas avaliadas por provas discursivas. Dessa trajetória surgem as questões: o que alguns professores desenvolvem em práticas dialógicas? O que as caracterizaram? Para reflexão, realizei revisão de teses, dissertações e artigos publicados entre 2020 e 2025 nas plataformas SciELO Brasil e Banco de Teses e Dissertações da Capes, com as palavras-chave formação de professores e educação dialógica. Foram selecionados 7 relatórios de pesquisa/artigos, os quais poderiam

contribuir com a resposta às questões iniciais. A análise contempla teórico referencial, metodologia, problemas e conclusões, sendo este último aspecto o foco deste trabalho. Os resultados das conclusões, organizados em categorias, indicam que os relatórios de pesquisa/artigos: 1) atividades extracurriculares são fundamentais para práticas dialógicas e críticas; 2) desigualdades, dificuldades financeiras e letramento digital impactam a aprendizagem; 3) a articulação entre saber local e conhecimento científico favorecendo a aprendizagem; 4) tecnologias digitais ampliam o diálogo; 5) pedagogias freireana e salesiana especiais para a formação docente; 6) interdisciplinaridade, trabalho coletivo e pesquisa fortalecem a dialogicidade; 7) a educação bancária prejudica a interação escolar. Conclui-se que a revisão reforça a relevância da pesquisa ao evidenciar que práticas pedagógicas baseadas na interdisciplinaridade, projetos, cooperação e pesquisa, como mediação entre teoria e prática, são fundamentais para o diálogo entre saberes. Contudo, persistem esforços entre o trabalho docente e as condições estruturais das escolas, dificultando a efetivação de práticas de qualidade.

Palavras-chave: Diálogo; Práticas Dialógicas; Formação de Professores.

Sala 10 | ID 42

[ID 42] Estágio supervisionado em docência na disciplina de Didática: contributos para a educação básica e o Ensino Superior

Solange Gonçalves | Universidade de São Paulo | solange.argon@usp.br

Rita Gallego | Universidade de São Paulo | ritagallego@usp.br

Resumo

Este trabalho procura analisar as contribuições do Estágio Supervisionado em Docência na disciplina de Didática para a formação de futuros professores da educação básica. O Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) é uma modalidade de treinamento, oferecida exclusivamente por uma universidade pública brasileira, que visa o aprimoramento dos estudantes de pós-graduação *stricto sensu* para a futura atividade docente no Ensino Superior. Compõe-se de duas etapas: na primeira, a “Preparação Pedagógica”, o pós-graduando cursa uma disciplina cujo conteúdo focaliza as questões de ensino e aprendizagem no Ensino Superior; na segunda, o “Estágio Supervisionado em Docência”, o estudante estagia em uma disciplina de graduação, supervisionado pelo docente que a ministra. Para esta investigação,

tomamos-se como estudo de caso o estágio na disciplina de Didática, realizado no primeiro semestre de 2025, em que as pessoas autoras deste trabalho foram, respectivamente, estagiárias e docentes. Assim, elegeram-se uma questão investigativa – que elementos pedagógicos mobilizados nas etapas do PAE podem contribuir para a formação de professores da educação básica? – e um objeto de investigação – as reflexões dos graduandos sobre a disciplina, valendo-se de um questionário respondido ao final dela. Categorizados a posteriori e feitos a análise de conteúdo, os achados destacam tópicos como relevantes pela turma com relação à disciplina cursada, como presencialidade, apoio pedagógico, inspiração pedagógica e aprendizagem coletiva. Ao valer-se de autores como Meirieu, Tardif, Gallego e Silva e Costa, constatou-se que os conceitos mobilizados e aplicados pelas pessoas autoras deste trabalho (distância transacional, saberes docentes, tempos e espaços escolares, entre outros), quando do planejamento e da condução da disciplina, dialogaram de modo direto com o que os estudantes responderam como ações formativas relevantes para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Considere-se, portanto, que o estágio oferecido nessa disciplina de Didática, por meio do PAE, ao possibilitar essa ação conjunta exercida por docente e pessoa estagiária, oferece subsídios curriculares, pedagógicos, didáticos e investigativos que permitem uma formação mais robusta não só do futuro professor da educação básica, mas também do pós-graduando para o exercício futuro da docência no Ensino Superior, iniciativa que em muito parece contribuir para a melhoria da educação em ambas as esferas educacionais.

Palavras-chave: Formação docente; Didática; Educação básica.

Sala 10 | ID 45

[ID 45] A disciplina Didática no ensino superior e as influências da obra de Jean Piaget: as apropriações e seus efeitos no ensino e na investigação na Universidade de São Paulo (1950–1980) – Brasil

Katiene Nogueira da Silva | Universidade de São Paulo (USP) | katiene@usp.br

Resumo

O objetivo desta investigação é conhecer as influências que as ideias de Jean Piaget tiveram nas pesquisas e no ensino realizados pela professora Amélia Americano Franco Domingues de Castro. A disciplina Didática foi ministrada pela professora desde os anos de 1950 até sua aposentadoria na Universidade de São Paulo (USP), nos anos de 1980. Integrando a Cadeira de

Metodologia Geral do Ensino em um momento no qual a mesma era composta, em sua maioria, por licenciados, especialistas provenientes de todas as seções da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), atuou junto à formação didática do grupo de docentes mediante a organização dos “Seminários de Didática”, nos quais era dada ênfase ao estudo das bases psicogenéticas da Didática. Amélia ainda foi uma das pesquisadoras pioneiras a traduzir os livros e a difundir as ideias de Jean Piaget no Brasil. É importante ressaltar o seu trabalho de articular a teoria de Piaget à prática pedagógica. A professora integrou o grupo de docentes na USP que propunha a aplicação da teoria piagetiana à didática: entre os principais títulos estudados destacam-se “A Psicologia da Inteligência”, de 1947 e “O Nascimento da Inteligência na Criança”, de 1936. Tal análise representou um grande avanço para o estudo da psicologia genética e sua difusão através dos cursos na universidade e das publicações então decorrentes. Ao analisarmos as investigações realizadas pela professora, é possível perceber os seus esforços em divulgar e ampliar o acesso ao conhecimento sobre a teoria construtivista que, no caso brasileiro, acabou por impactar fortemente as práticas pedagógicas nas escolas, chamando a atenção para as singularidades no âmbito da produção de sentido e os diferentes ritmos de aprendizagem. Tais contributos ressoaram e ressoam ainda hoje na formação de professores, contribuindo para a realização de uma escolarização mais democrática. Para a realização do estudo, toma-se como fontes a documentação da USP e entrevistas realizadas com a professora Amélia. No âmbito da fundamentação teórica, são especialmente valiosas as contribuições de André Chervel (1990) concernentes à história das disciplinas escolares e Pierre Bourdieu (1989) acerca da teoria dos campos.

Palavras-chave: Formação de professores; Didática; Ensino superior

Sala 10 | ID 112

[ID 112] Reflexões Sobre o Estágio em Docência como Atividade Formativa a partir da Experiência em um Curso de Pós-Graduação Brasileiro

Aline Amorim Chaves | Universidade Federal Fluminense – UFF | achaves@id.uff.br

Resumo

O trabalho tem como proposta refletir sobre a atividade de estágio em docência realizada durante o ano de 2023 em uma disciplina ministrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). A atividade é obrigatória para estudantes bolsistas do curso de pós-graduação

em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua definição encontra-se no artigo 49 do Regulamento para os programas de pós-graduação stricto sensu da referida instituição que informa ser o estágio em docência “a participação de estudante de Pós-Graduação em atividades de ensino na educação superior da UFF, servindo para a complementação da formação pedagógica dos estudantes” (BRASIL, 2016, p.15). A atividade justifica-se pelo interesse em refletir criticamente sobre o estágio em docência no processo de formação dos cursos de pós-graduação Stricto-Sensu. Essa reflexão se faz necessária devido a importância da experiência prática na formação, permitindo que o estudante possa desempenhar, mediante supervisão de um professor, atividades de ensino, proporcionando experiência para o futuro exercício profissional. A disciplina intitulada Leitura e Elaboração de Textos em Serviço Social, tinha como um de seus objetivos situar o(a) estudante no universo do texto científico, por meio da leitura, apreensão e análise de textos, visando instrumentalizá-lo(a) para a sua produção. O objetivo apresentado indica o interesse em trabalhar conteúdos importantes, tanto no processo de aprendizado dos estudantes, para melhoria através do exercício da escrita, quanto para o trabalho desempenhado após a formação, pois o Serviço Social é uma profissão cuja execução se dá, entre outras coisas, através da interpretação da realidade e utilização de instrumentos técnicos que dependem diretamente da escrita. A metodologia é orientada por uma discussão teórico crítica desenvolvida a partir de uma análise bibliográfica de conteúdos sobre o estágio em docência relacionado-os com a experiência vivenciada na disciplina. Os resultados permitem afirmar que a atividade do estágio em docência apresenta uma múltipla dinâmica de aprendizado, que abrange todos os atores envolvidos, já que o professor supervisor adquire experiência de orientação de novos docentes, o estagiário adquire conhecimentos práticos e teóricos relacionados à dinâmica de sala de aula e os alunos apreendem o conteúdo ministrado no curso, trazendo suas experiências que acrescentam o conhecimento produzido.

Palavras-chave: Estágio em Docência; Pós-graduação; Formação Profissional.

Sala 10 | ID 321

[ID 321] Leveling Up Language Teaching: O Digital na Formação Inicial de Professores de Inglês

Sandra Fradão | IE-ULisboa; UIDEF | sfradao@gmail.com

Resumo

Numa época em que a integração do digital se assume como condição necessária para a inovação nas várias esferas da sociedade, surgem evidências recorrentes de que na área da educação esse potencial transformador não se tem manifestado nas práticas educativas. No ensino de línguas estrangeiras, as tecnologias têm sido reconhecidas pelas inúmeras oportunidades em criar situações reais de comunicação, com recurso a materiais autênticos e contextos sociopragmáticos diversificados. Esta relevância foi reforçada com a publicação do Companion Volume do QECRL, que explicita a necessidade de promover comunicação e mediação eficaz também em ambientes digitais. Neste contexto, a formação inicial de professores é determinante, uma vez que é um momento privilegiado para o desenvolvimento do uso pedagógico crítico e refletido destas ferramentas. O estudo aqui apresentado analisa os oito cursos de mestrado que conferem habilitação profissional para o ensino de inglês como língua estrangeira em Portugal, procurando identificar a presença e o papel atribuído às tecnologias digitais nos planos e unidades curriculares. Os documentos institucionais públicos, planos de curso e fichas de unidade curricular coletados entre abril e maio de 2025, foram analisados à luz de uma matriz temática baseada nos referenciais DigCompEdu e TPACK. Os resultados revelam a presença de uma formação inicial desigual e pouco estruturada do digital: apenas cinco cursos incluem unidades curriculares específicas sobre tecnologias digitais, das quais apenas três são obrigatórias. Além disso, as referências às tecnologias surgem de forma pontual e predominantemente instrumental, centradas na utilização de ferramentas e não na sua integração pedagógica. Observe-se, assim, uma ênfase no conhecimento tecnológico e nos recursos digitais, que contrasta com a expressão reduzida das referências à dimensão pedagógica e crítica do uso das tecnologias para o ensino. Conclui-se que, apesar de existirem alguns elementos inovadores, a formação inicial ou digital inicial é tratada de modo fragmentado, carecendo de uma integração transversal e sustentada. Torna-se, assim, urgente consolidar o lugar da competência pedagógica digital nos programas de mestrado, em coerência com os referenciais internacionais e com a exigência do ensino de línguas no século XXI. Cientes que as recentes alterações legislativas tornaram as tecnologias uma área de estudo obrigatória, tornam-se agora necessário aprofundar estes resultados à luz das novas propostas curriculares de modo a perceber se o digital se apresenta como uma dimensão estruturante da profissionalidade docente.

Palavras-chave: Formação inicial de professores; Ensino de línguas estrangeiras; Competências pedagógicas digitais

ATELIÊS 2 | ATELIERS 2

12/02 – Quinta-feira – 09h30-11h00

Sala 02 | ID 88

[ID 88] Justiça curricular e a distribuição do conhecimento na escolarização de alunos com deficiência intelectual/déficit cognitivo em sala de aula

Cléia Pereira | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC | cleia.pereira@udesc.br

Resumo

O estudo analisa a materialização da justiça curricular e a distribuição do conhecimento para alunos com deficiência intelectual em salas comuns, a partir de um comparativo entre Brasil e Portugal. A questão central investiga a tensão entre a igualdade formal de oportunidades, assegurada pela matrícula, e a eficácia diferenciação pedagógica, condição essencial para o acesso ao “conhecimento poderoso” (Young) sem incorrer em empobrecimento curricular ou exclusões sutis. Fundamenta-se em Bourdieu, Bernstein e Fraser, articulando escola, reprodução social e justiça curricular. A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, com estudos de casos múltiplos em escolas públicas de Florianópolis/SC e Braga/PT. Foram realizadas entrevistas com gestores e professores, observações em sala de aula e análise documental, interpretadas por análise temática. Os resultados apontam contrastes relevantes. Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 54/2018 ampliou o conceito de inclusão, prevendo medidas universais, seletivas e adicionais, articuladas no Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA). O modelo reforça a colaboração entre professores, com instrumentos como o Programa Educativo Individual (PEI) e o Currículo Específico Individual (CEI). Persistem, entretanto, ambiguidades, sobretudo pela exclusão de alunos com CEI de avaliações externas. No Brasil, a PNEPEI (2008) garante matrícula em classe comum e Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas a diferenciação curricular não aparece como princípio estruturante. A prática pedagógica revela adaptações pontuais, muitas vezes desvinculadas do currículo e centradas no professor da AEE, com poucas articulações colaborativas. Observa-se ainda a redução das expectativas quanto ao acesso a conhecimentos mais complexos, o que reforça desigualdades. Conclui-se que a justiça curricular exige que a diferenciação vá além de simplificações, garantindo redistribuição, reconhecimento e participação (Fraser). Enquanto no Brasil persistem fragilidades na articulação entre sala comum e AEE, em Portugal permanecem limites na aplicação do CEI. Em ambos os contextos, a efetividade da inclusão aponta para a formação docente contínua e as conexões de uma cultura escolar que valorizam a diversidade e garantem o acesso equitativo ao conhecimento válido.

Palavras-chave: Justiça Curricular, Diferenciação Pedagógica, Inclusão Escolar.

Sala 02 | ID 90

[ID 90] Que políticas públicas para a integração da população imigrante nas escolas?!

Carla Figueiredo | Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação | cibeleftster@gmail.com

Resumo

As escolas portuguesas lidaram de perto com a multiculturalidade desde os primeiros passos da Democracia, designadamente com a vinda de muitos imigrantes das ex-colónias portuguesas, mas só gradualmente ganharam consciência de que a integração num espaço comum se tinha de cuidar. É nos anos 90 (do século XX) que surgem agências governamentais e projetos, dos quais o mais expressivo foi o “Entreculturas”, um projeto de Educação Intercultural do Ministério da Educação (1993-1997). O projeto foi importante para evidenciar como Portugal era uma sociedade multicultural, sensibilizando os docentes para os respeitar e compreender as diferenças. Já menos claros têm sido os seus efeitos relativamente à promoção do sucesso escolar dessas minorias e à ocultação das desigualdades e formas subtis de racismo (Souta, 2000). Nas décadas seguintes continuou-se a criar estruturas dependentes do governo, espelhando as suas múltiplas designações também representações sociais (em 1996, Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, em 2007, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural -ACIDI, em 2023 o Alto Comissariado para as Migrações – ACM). É na esfera da ACM, em colaboração com a DGE/ME que desde 2012 é atribuída às escolas candidatas o selo intercultural, uma distinção simbólica de reconhecimento de boas práticas (por resposta a um questionário). Não obstante, na área da educação não houve mais políticas públicas consubstanciadas num projeto como o Interculturas, com uma forte dinâmica de formação de docentes, considerando Cardoso que "nos últimos anos, em diversos países ocidentais, a multiculturalidade tem estado cada vez mais afastada dos discursos políticos e, em alguns casos, é neles hostilizada através de mensagens de teor xenófobo. Fatos como estes são reveladores de um processo de fragilização das políticas para a promoção da igualdade cultural, étnica e racial" (Cardoso, 2017, p. 6). As mais recentes vagas imigratórias evidenciam a vinda de imigrantes que dominam ou não a língua portuguesa, gerando um predomínio de medidas políticas centradas na aquisição da língua portuguesa, importantes, mas não suficientes na criação de um clima positivo de integração. Procura-se, em particular, no caso desta comunicação, analisar, de acordo com uma metodologia de estudo de caso, como é que as lideranças intermédias de uma escola secundária, situadas no sul de Portugal, entendem este microcosmo da escola, assim como as medidas mais recentes de política educativa.

Palavras-chave: Políticas públicas; Imigração; Escolas

Sala 02 | ID 117

[ID 117] Gestão universitária e políticas de inclusão: desafios para a equidade no ensino superior

Joana Maria Costa | Instituto de Educação da ULisboa | joana@unochapeco.edu.br

Flávia Wagner | Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL | flv.wagner@gmail.com

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski | Universidade Comunitária da Região de Chapecó –

Unochapecó | taniazp@unochapeco.edu.br

Sofia Freire | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – ULisboa
| asraposo@ie.ulisboa.pt

Resumo

Com a ampliação das políticas públicas de inclusão e democratização do acesso à educação superior, especialmente a partir da década de 1990, verifica-se o ingresso crescente de parcelas ampliadas da população às universidades, sobretudo de pessoas com necessidades educativas especiais. Tal cenário impõe à gestão universitária um conjunto de desafios de alta complexidade, foco de nossa investigação, uma vez que exige a formulação e a implementação de políticas institucionais capazes de garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. O problema de pesquisa que direcionou a investigação assim se constituiu: como o acesso de estudantes com necessidades educativas especiais na educação superior reverbera em políticas institucionais de inclusão e nas práticas de gestão universitária não que se refere aos direitos desse público? O objetivo do texto foi analisar como os marcos de inclusão na educação superior se traduzem em práticas de gestão e quais desafios produziram para a implementação de políticas institucionais de acessibilidade e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais. Esta pesquisa desenvolveu uma abordagem qualitativa, na perspectiva pós-estruturalista. Para análise das materialidades empíricas, foram utilizadas entrevistas narrativas organizadas em agrupamentos temáticos e examinadas por meio da Análise do Discurso, com referenciais foucaultianos. Para o estudo foram entrevistados gestores atuantes em quatro universidades, uma pública federal, uma pública estadual, uma comunitária e uma privada. A classificação de definição do gestor entrevistado foi a da função exercida na instituição, como diretor acadêmico, diretor administrativo ou equivalente. O contato inicial e a indicação do nome do gestor entrevistado ocorreram por meio da pessoa responsável pelo setor de acessibilidade. O estudo evidenciou que é preciso tensionar os discursos atuais sobre inclusão e a comemoração reducionista relacionada somente ao dos índices, assim, mais do que manifestar o cotidiano do contexto da inclusão nas práticas de gestão universitária, os relatos dos gestores fazem circular os discursos benevolentes, clínicos, normativos que performam a própria política institucional.

Palavras-chave: Gestão universitária; Políticas de inclusão no ensino superior; Análise do discurso.

Sala 02 | ID 96

[ID 96] Formação de Professores para o Planejamento e a Diferenciação Pedagógica

Joana dos Santos | ISPA | 33634@alunos.ispa.pt

José Castro Silva | ISPA | jcsilva@ispa.pt

Resumo

A crescente diversidade dos perfis dos alunos nos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, bem como noutras instituições educativas, tem colocado novos desafios à prática docente, tornando essencial a preparação dos futuros professores para responder à heterogeneidade das turmas. O presente estudo tem como objetivo desenvolver um programa de formação de professores centrado no planeamento e na diferenciação pedagógica, promovendo práticas diversificadas ajustadas às necessidades específicas dos alunos. A investigação segue uma abordagem qualitativa, recorrendo à análise de narrativas de estudantes de educação, através das quais foram identificadas necessidades formativas relacionadas com a implementação de práticas diferenciadas em sala de aula e com o desenvolvimento de estratégias de planeamento ajustadas à diversidade dos alunos. Estes contributos permitiram delinear a estrutura inicial do programa de formação, cuja implementação está prevista em instituições de formação de professores nos próximos meses. Pretende-se que este programa promova metodologias que reforcem a capacidade de resposta dos futuros docentes, bem como a sua perceção de autoeficácia e satisfação profissional. Mais do que o número de alunos por turma, é a heterogeneidade dos perfis que condiciona a qualidade da prática pedagógica e a eficácia percebida no exercício docente. Neste sentido, os programas de formação configuram-se como instrumentos fundamentais de apoio à atividade profissional, sendo a diferenciação pedagógica um processo que depende diretamente da intervenção do professor. A literatura tem evidenciado o impacto decisivo da ação docente na aprendizagem, o que reforça a pertinência e a urgência de investir em programas de formação alinhados com as exigências atuais dos sistemas educativos. Acresce referir que a diferenciação pedagógica se encontra consagrada em orientações curriculares e em legislação de vários países, facto que sustenta a sua relevância e aplicabilidade em diferentes contextos.

Palavras-chave: Formação de Professores; Planeamento; Diferenciação Pedagógica.

Sala 03 | ID 02

[ID 02] A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR: CONTRADIÇÕES E APROXIMAÇÕES

Roberta Abreu | Universidade Federal da Bahia | robertamabreu@ufba.br

Dídima Andrade | Universidade do Estado da Bahia | didima.andrade@gmail.com

Caio Dultra | Universidade do Estado da Bahia | caiobatedu@hotmail.com

Resumo

O objetivo desta pesquisa é compreender a importância da formação pedagógica para o exercício do magistério no ensino superior na área de saúde, sob a perspectiva de docentes e discentes. A metodologia que norteou este estudo foi a pesquisa survey, situada numa abordagem qualitativa. O questionário docente foi divulgado institucionalmente, durante o período dos meses de maio, junho e julho do ano de 2024; o questionário discente, entre o período de maio, junho, julho e agosto do ano de 2024. As referidas divulgações geraram 39 respondentes no grupo de docentes e 36 respondentes no grupo de discentes. A análise dos dados demonstrou que a compreensão sobre a importância da formação pedagógica, tanto no

âmbito docente quanto discente, é estruturada por duas grandes categorias: formação docente e prática pedagógica. De acordo com os professores, a formação docente, na área de saúde, exige uma formação pedagógica que deve concentrar-se em contextualizar seus currículos para conhecimento, interpretação e intervenção na realidade, e desenvolver um trabalho que contemple as diversidades. Ambos os grupos apontam que, irreparavelmente, essa formação esbarrará em contradições sustentadas por um currículo tecnicista, aulas tradicionais, ausência de sentido entre o que é trabalhado em sala de aula e a realidade, e a visão dicotômica entre teoria e prática. No âmbito da prática pedagógica, é evidenciado que uma formação pedagógica pode assegurar estratégias mais efetivas, no sentido de envolver os estudantes no processo de aprendizagem, a saber: um ensino lúdico, abordagem dialética, utilização de tecnologias. Assinalam que é preciso levar em conta que a prática pedagógica é atravessada por múltiplos, complexos e simultâneos aspectos que desafiam sua efetividade: a falta de domínio metodológico, escassez de tempo para dedicação ao planejamento de ensino, formação predominantemente teórica. Como alternativas, os estudantes propõem um trabalho direcionado à concepção e prática do planejamento de ensino, uma atenção especial à relação entre docentes e discentes, zelo institucional para com a saúde mental dos professores e a conscientização de que a formação pedagógica é essencial para o exercício profissional. Ressaltamos que essa consciência, dentro desse próprio estudo, foi bem demonstrada pelos docentes.

Palavras-chave: Formação pedagógica; Docentes; Discentes.

Sala 03 | ID 165

[ID 165] DECOLONIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENLACES PARA UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Karpio de Siqueira | UNEB – Universidade do Estado da Bahia | kmsiqueira@uneb.br

Mônica Torres | UNEB – Universidade do Estado da Bahia | mtorres@uneb.br

Simone Coité | UNEB – Universidade do Estado da Bahia | scoite@uneb.br

Resumo

Em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, promulgadas em 2012, este estudo sugere que a implementação de práticas pedagógicas fundamentadas na perspectiva da decolonialidade pode contribuir para uma educação quilombola que valorize e reconstitua os saberes, práticas culturais e identidades étnico-raciais dessas comunidades, enfrentando o apagamento e marginalização de seus conhecimentos no contexto escolar. O problema centra-se na necessidade de transformar as práticas educativas para promover uma educação mais inclusiva, intercultural e resistente às imposições do colonialismo epistemológico, fortalecendo o protagonismo das comunidades quilombolas. Assim questionamos: quais as contribuições da formação de professores baseada na decolonialidade para construção da pedagogia emancipadora? O objetivo principal do estudo é analisar de que forma a formação de professores, baseada na decolonialidade, pode auxiliar na construção de uma pedagogia emancipadora, capaz de

valorizar e preservar os saberes ancestrais e culturais dessas comunidades. Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, utilizando análise interpretativa de documentos oficiais, literatura especializada e estudos acadêmicos, buscando compreender as interseções entre conhecimentos tradicionais e práticas pedagógicas. Os resultados indicam que a incorporação de princípios decoloniais na formação docente fortalece o reconhecimento dos saberes ancestrais, promove a interculturalidade e fomenta práticas pedagógicas emancipadoras, que resistem às imposições coloniais. Do mesmo modo, uma pesquisa revela a necessidade de políticas públicas e ações de formação contínua para consolidar essas práticas na educação quilombola, contribuindo para uma escola que respeite a diversidade cultural e fortaleça as identidades étnico-raciais. Considere-se, então, que a decolonialidade é uma abordagem fundamental para promover uma educação mais plural, democrática e resistente ao colonialismo epistemológico, consolidando práticas educativas que reforçam a autonomia e o protagonismo das comunidades remanescentes de quilombos.

Palavras-chave: Saberes Tradicionais; Formação de Professores; Diversidade Cultural.

Sala 03 | ID 43

[ID 43] ATELIÊS BIOGRÁFICOS DE PROJETOS: REFLEXIVIDADE DOCENTE NARRATIVA E ESCRITA DE SI

Edna Rutkowski | Universidade Estadual de Campinas | e093667@dac.unicamp.br
Ana Maria Aragão | Universidade Estadual de Campinas | anaragao@unicamp.br

Resumo

Uma proposta formativo-investigativa na formação docente fundamentada na narrativa e na escrita de si foram ferramentas para apoiar educadores na construção de um projeto auto orientado na docência – os ateliês biográficos de projeto. Analisamos os modos que uma pesquisadora, ao se envolver num processo coletivo de reflexão com professores em formação, (re)construí conexões entre passado, presente e futuro, reconfigurando sua própria identidade ao mesmo tempo em que contribui para a união identitária dos demais participantes. O lugar da narrativa foi um dos modos de um pesquisador registrar o percurso da pesquisa, construir os materiais como fonte do estudo e produzir conhecimentos com os participantes. Os procedimentos dos ateliês biográficos de projeto constituíram o suporte metodológico da pesquisa permitindo que uma pesquisadora e um grupo de novos professores da educação básica de diferentes regiões do Brasil participassem de seis encontros, num movimento de transformação mútua que potencializa a emancipação profissional dos envolvidos. Os participantes construíram narrativas reflexivas de experiência, registros audiovisuais dos encontros, diálogos investigativos, rodadas de partilha narrativa, narrativas de vida, diários, mensagens em grupos online e escritas da pesquisadora para os participantes. O foco desta comunicação está na análise dos modos como essas intencionalidades emergiram e se revelaram evidentes durante os encontros dos ateliês e nas estratégias reflexivas empregadas após os encontros, analisadas a partir do Paradigma Indiciário. Houve evidências de que a pesquisadora se tornou autora no curso do estudo ao

problematizar suas vivências cotidianas, reconstituindo-as reflexivamente em experiências formadoras que inspiraram outros modos de agir em seu contexto. Foi produzida, dialogicamente, uma modalidade formativa que integra teoria e prática em comunidades reflexivas cotidianas num processo relacional, ético e emancipador.

Palavras-chave: narrativas, reflexividade, ateliês biográficos de projeto.

Sala 03 | ID 285

[ID 285] ENTRE FRAGMENTAÇÃO E INOVAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS E A EMERGÊNCIA DOS CENTROS DE EXCELÊNCIA PEDAGÓGICA

Marta Mateus de Almeida | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | mialmeida@ie.ulisboa.pt

Joana Viana | IE-ULisboa | jviana@ie.ulisboa.pt

Resumo

Este estudo analisa o lugar do desenvolvimento profissional docente público (DPD) nas universidades portuguesas, num contexto marcado pela crescente pressão para a transformação do ensino superior e pela influência de agendas de regulação transnacional, como o Processo de Bolonha e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A investigação realizada mapeou as iniciativas de DPD promovidas entre 2014 e 2023, caracterizando-as em termos de modalidades e objetivos, e compreendendo a visão institucional que está subjacente. Metodologicamente, desenvolveu-se uma abordagem fenomenológica/interpretativa, assente na análise de 28 Planos Estratégicos e de Atividades das 14 universidades, complementada pela exploração dos websites de divulgação e pela caracterização dos recentes Centros de Excelência e Inovação Pedagógica (CEIP). Os resultados revelaram que 11 universidades declararam iniciativas de DPD, predominando cursos, workshops e eventos científicos de curta duração, maioritariamente de adesão voluntária. Com menor expressão, surgem prémios de inovação pedagógica, recursos digitais, observação entre pares e consultoria pedagógica. Apenas duas universidades oferecem programas estruturados de longa duração. Os objetivos mais frequentes incluem melhorar o ensino e a aprendizagem, desenvolver competências pedagógicas (nomeadamente digitais), disseminar práticas e considerar o mérito docente. A análise sugere uma visão ainda tecnicista e fragmentada da docência universitária, contrastando com tendências internacionais que valorizam programas contínuos, colaborativos e institucionalizados. A criação do CEIP, envolvendo todos os estabelecimentos públicos em consórcios interinstitucionais, pode representar um ponto de inflexão, introduzindo estruturas formais de apoio à formação pedagógica e à inovação. Contudo, permanece a interrogação: estaremos perante uma transformação estrutural da cultura institucional ou apenas uma resposta conjuntural a estímulos externos de financiamento? O estudo permite propor uma tipologia consolidada de práticas de DPD e abre um caminho para futuras análises sobre a europeização da educação

superior e os mecanismos de recontextualização de políticas no campo da profissionalização docente.

Palavras-chave: Políticas de desenvolvimento profissional docente; Tipologia de práticas de desenvolvimento profissional docente; Universidades portuguesas; Inovação pedagógica; CEIP.

Sala 04 | ID 85

[ID 85] A DISCIPLINA DE PRÉ-CÁLCULO COMO INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO APOIO AO APRENDIZADO DE CÁLCULO

Luciana Maria Rodrigues | Universidade de Brasília | luavila83@gmail.com

Marcelo Furtado | Universidade de Brasília | marcelo.f.furtado@gmail.com

Resumo

A reprovação, retenção e evasão em cursos de graduação em Matemática, especialmente na disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, são desafios recorrentes nas últimas décadas. Pesquisas sobre o tema apontam que as dificuldades dos estudantes em Cálculo estão frequentemente ligadas a lacunas de aprendizagem da Educação Básica, em particular no domínio de conceitos matemáticos fundamentais. Com o objetivo de mitigar esse problema, diversas universidades implementam estratégias de apoio, como a criação de disciplinas introdutórias que preparam os alunos para a disciplina de Cálculo 1. Este trabalho descreve a experiência da Universidade de Brasília (UnB) com a disciplina de Pré-Cálculo (PC) que, diferentemente da maioria das instituições, é oferecida de forma concomitante ao Cálculo 1 (C1), ambos no primeiro semestre. Na UnB, a disciplina de C1 segue um planejamento semanal de tópicos. Com base nesse cronograma, a disciplina de PC consiste em uma aula semanal de 1 hora e 40 minutos, em que foram revisados os conteúdos do Ensino Médio essenciais para a compreensão dos tópicos abordados na semana seguinte em C1. As aulas foram conduzidas de maneira participativa, combinando exposição teórica com atividades práticas e incentivando a interação entre os estudantes. Os resultados mostraram resultados positivos no turno diurno, com melhoria no desempenho e maior segurança dos alunos para acompanhar a disciplina C1. No turno noturno, os efeitos foram menos expressivos. Entre as possíveis razões para essa discrepância, destacamos a maior defasagem nos conteúdos do Ensino Médio entre os alunos do noturno e o menor tempo que esses alunos dedicam ao curso, já que muitos trabalham durante o dia. A implantação da disciplina de Pré-Cálculo pelo Departamento de Matemática da UnB representou uma inovação pedagógica, contribuindo para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem em C1. Os resultados indicam que, para o turno noturno, seria necessária uma carga horária semanal maior ou o deslocamento da disciplina C1 para o segundo semestre. As conclusões se baseiam no desempenho dos alunos nas disciplinas de PC e C1, e nas respostas apresentadas por estes nos formulários de avaliação da disciplina de PC.

Palavras-chave: Cálculo; Pré-Cálculo; Ensino-Aprendizagem; Educação Matemática.

Sala 04 | ID 11

[ID 11] O POTENCIAL DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTUDANTES DE ENGENHARIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO BRASIL

Renata Santos | Universidade Federal de Itajubá | renatasantos@unifei.edu.br

Resumo

Este documento apresenta a análise parcial de um estudo de caso em andamento que investiga o uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) como apoio ao ensino de Língua Portuguesa em cursos de engenharia de uma instituição pública brasileira. Com abordagem qualitativa, examina-se o impacto dessas tecnologias no desenvolvimento das competências de escrita acadêmica dos estudantes que, em geral, recebem formação prioritariamente técnica. Partindo do diagnóstico que apresenta lacunas significativas na formação comunicacional dos estudantes, principalmente relacionadas à produção textual científica, a pesquisa busca compreender como o uso orientado da IA pode atuar como recurso pedagógico. A investigação foi iniciada em 2025 com 99 alunos, e baseia-se em diagnóstico inicial, questionários e observações, além de atividades práticas de escrita. Os resultados parciais apresentados neste estudo revelam tanto os desafios quanto as possibilidades do ensino de escrita em cursos de engenharia, especialmente no que se refere à formação crítica e comunicativa dos estudantes. Apesar de demonstrarem familiaridade com plataformas digitais e ferramentas de IA, como o ChatGPT, muitos discentes ainda apresentam dificuldades na estruturação de textos científicos, no domínio das normas acadêmicas, na elaboração de argumentos coesos e fundamentados e no uso ético de fontes bibliográficas. O estudo defende a integração crítica da IA, como ferramenta complementar, ao processo de ensino, de modo a fortalecer a autonomia, a autoria e o pensamento reflexivo. Conclui-se que práticas pedagógicas interdisciplinares e intencionalmente planejadas podem contribuir significativamente para a formação comunicativa e técnica dos futuros engenheiros.

Palavras-chave: Inteligência artificial; Ensino de Língua Portuguesa; Engenharia; Escrita científica; Educação superior.

Sala 04 | ID 132

[ID 132] O PROJETO NÓS PROPOMOS!: INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA GEOGRAFIA ESCOLAR. EVIDÊNCIAS DA EDIÇÃO 2024/2025 EM PORTUGAL

Ana Louro | IGOT – ULisboa | analouro@edu.ulisboa.pt

Maria Esteves | IGOT – ULisboa | me@edu.ulisboa.pt

Sérgio Claudino | CEG/ULisboa | sergio@campus.ul.pt

Resumo

O projeto Nós Propomos!, assente na metodologia do Estudo de Caso, constitui uma experiência de inovação pedagógica em Geografia escolar, inicialmente concebida para o ensino secundário (Claudino e Coscurão, 2019). O estudo de caso, enquanto abordagem de

investigação, permite analisar em profundidade fenómenos geográficos em contextos reais, facilitando a compreensão de processos, padrões e interações espaciais (Brown, 2023). Esta metodologia possibilita a aplicação de conhecimentos em situações concretas, fomenta o pensamento crítico, integra múltiplas fontes e ferramentas e promove maior envolvimento dos alunos no processo de aprendizagem. Contudo, implica desafios significativos, como a delimitação rigorosa do caso, a recolha e análise de dados complexos, bem como a exigência de planeamento e recursos em contexto escolar (Hamilton, 2024). Ao longo dos 15 anos de existência, o projeto expandiu-se para diferentes níveis de ensino e áreas disciplinares, sobretudo em contextos onde a Geografia assume uma natureza interdisciplinar. O modelo de trabalho aproxima a escola da comunidade, envolvendo alunos na identificação de problemas locais e na formulação de soluções fundamentadas, com indicação de medidas concretas, recursos e agentes responsáveis. O projeto distingue-se igualmente pela apresentação pública dos resultados, tanto no seminário nacional organizado pelo IGOT-ULisboa como perante a comunidade local, designadamente decisores e entidades municipais. Desta forma, diversos projetos desenvolvidos nas escolas já foram implementados nos municípios, valorizando o seu impacto na comunidade e no território. Na edição de 2024/2025, foram submetidos cerca de 500 trabalhos, cuja análise de conteúdo permite identificar as principais questões investigadas: ambiente e sustentabilidade, mobilidade e acessibilidade, requalificação do espaço público e inclusão social e cidadania. O trabalho de campo revelou-se estruturante, mobilizando inquéritos, entrevistas, observações diretas e registos fotográficos. A integração de tecnologias digitais (TIC e TIG), de plataformas multimédia e de interações com autarquias e associações reforçou a relevância social das propostas. Os resultados demonstram não apenas o envolvimento e a motivação dos alunos, mas também a sua capacidade de estabelecer parcerias articuladas e de transformar o conhecimento geográfico em ação cívica. Foram igualmente identificadas limitações, nomeadamente a gestão do tempo letivo, constrangimentos administrativos à realização de trabalho de campo e dificuldades no acesso a recursos tecnológicos. Apesar disso, o Nós Propomos! tem sido reconhecido como manifestação de inovação pedagógica e modernização da prática docente, constituindo para os alunos uma alternativa à aprendizagem tradicional, que os estimula a exercer a cidadania ativa mesmo antes da maioridade.

Palavras-chave: Geografia; Inovação pedagógica; Estudo de caso; Cidadania territorial

Sala 04 | ID 171

[ID 171] O USO DAS TIC COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE BIOTECNOLOGIA E A FORMAÇÃO DE CIDADANIA CRÍTICA FRENTE À DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO

Lucimar Ferreira Costa | Universidade Estácio de Sá | lucimarcostabio@gmail.com

Resumo

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) têm se consolidado como ferramentas essenciais para a promoção da divulgação científica. Em uma era marcada por desafios para a

educação científica (Cachapuz, 2012) e pela rápida circulação de informações no combate às notícias falsas, é fundamental garantir que os jovens desenvolvam um pensamento crítico com embasamento científico. Esta pesquisa tem como objetivo investigar como os professores de Biologia contextualizam e abordam a biotecnologia. Conforme Costa (2024), o uso das TIC como estratégia pedagógica no ensino de biotecnologia está alicerçado no conceito de aprendizagem significativa e na capacidade das tecnologias em ampliar o acesso ao conhecimento científico. Para Ausubel (2003), a aprendizagem é mais eficaz quando o estudante relaciona o conteúdo novo com seus conhecimentos prévios, o que pode ser potencializado por recursos multimídia que proporcionam experiências envolventes. Além disso, Moran (2011) destaca a importância da interatividade proporcionada pelas tecnologias, permitindo aos estudantes a exploração e colaboração de conteúdos em ambientes virtuais de aprendizagem. No ensino de biotecnologia, que envolve conceitos complexos, o uso de vídeos, simulações, podcasts e fóruns online contribui para desmistificar mitos e corrigir informações que circulam nas redes sociais, fortalecendo a função de divulgação científica (Harari, 2020). A biotecnologia, por estar ligada à manipulação genética, ao uso de organismos vivos e de novas tecnologias (Malajovich, 2017), frequentemente é alvo de desinformação, o que reforça a necessidade de uma divulgação científica que aproxime os estudantes da ciência e promova a construção do pensamento crítico. O uso crítico da tecnologia pode incentivar os estudantes a questionar fontes, analisar dados e formular argumentos fundamentados, habilidades essenciais para identificar notícias falsas. A partir dessas premissas, foi suscitada a questão norteadora: quais são as influências que as TIC trazem para o ensino da biotecnologia e para a formação científica? A pesquisa foi organizada em etapas: revisão sistemática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e entrevista narrativa com professores de Biologia do Ensino Médio das escolas estaduais do município de Queimados, no Rio de Janeiro. Os resultados apontam que, com o advento da internet e a ampla circulação de conteúdos na web, é fundamental que o professor tenha uma visão crítica ao utilizar a tecnologia como recurso educacional, evitando informações errôneas ou desconstruídas. Ao serem integradas ao ensino, as TIC atuam como importantes aliadas no combate à desinformação, ampliam o alcance da divulgação científica e fortalecem as competências críticas dos estudantes, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de diferenciar fatos de notícias falsas e preparados para os desafios contemporâneos da ciência.

Palavras-chave: Tecnologias da Informação e Comunicação; Formação Científica; Biotecnologia.

Sala 05 | ID 210

[ID 210] RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS BRASIL–PORTUGAL

Giane Oliveira | UDESC | giane_pedagoga@hotmail.com

Resumo

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que fundamenta os princípios a serem seguidos pelas instituições educacionais, ele é atravessado por leis, normas, decretos e resoluções, além das significações do modo como deve ser construído. As legislações destacam a importância do PPP como instrumento para a gestão escolar, estabelece que as instituições educacionais devem elaborar, garantindo que suas práticas sejam planejadas e coerentes com os princípios da educação, configurando-se como um instrumento de cumprimento das diretrizes legais.

Implica ainda em pensar de que forma serão incluídos os saberes advindos das experiências dos sujeitos inseridos no processo educacional (alunos/crianças, famílias e professores), qual será a relação estabelecida com a comunidade na qual a instituição está inserida e como todos os envolvidos participam na construção e organização do trabalho pedagógico. Enfatiza-se ainda o papel das instituições de ensino e da coletividade, reforçando a importância da participação dos professores no processo e a autonomia das instituições.

O estudo em questão tem como objetivo compreender como são construídos os PPPs do Brasil e de Portugal a partir das relações previstas com a participação das famílias, evidenciando a perspectiva da educação inclusiva. A investigação fundamenta-se na perspectiva pós-estruturalista, apoiando-se no conceito de discurso de Michel Foucault. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter comparativo, tendo como materialidade documentos de ambos os países, produzidos nos anos de 2024 e 2025.

Os dados serão investigados por meio de análise documental e análise de discurso, sendo que as categorias serão criadas posteriormente à análise da materialidade, assegurando critérios éticos de fidedignidade interpretativa e observação dos contextos sociopolíticos em que os documentos foram produzidos. Os resultados evidenciam avanços relevantes no reconhecimento da educação inclusiva como direito no Brasil e em Portugal. Como limitação, ressalta-se o foco exclusivo nos documentos dos anos de 2024 e 2025, revelando-se o contexto da contemporaneidade.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Famílias; Relações; Educação Infantil.

Sala 05 | ID 206

[ID 206] DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: DIÁLOGO E REFLEXÃO PARA (TRANS)FORMAR

Ana Teresa Gonçalves | Escola Superior de Educação de Setúbal | teresa.goncalves@ese.ips.pt

Resumo

A documentação pedagógica é concebida como uma estratégia de mediação que torna visíveis os processos de aprendizagem de crianças e adultos, promove o diálogo com a comunidade educativa e sustenta a construção da profissionalidade docente. A experiência desenvolvida na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar, evidencia a importância da documentação pedagógica enquanto

instrumento colaborativo de análise, projeção e (trans)formação das práticas pedagógicas experienciadas pelos/as estudantes nas Unidades Curriculares (UC) de Estágio em Educação de Infância I e II, em contextos de creche e de jardim de infância. Considerando a articulação entre a pedagogia da infância e a pedagogia da formação inicial de educadores/as de infância, o quadro conceptual assenta numa perspetiva participativa que reconhece o direito dos/as estudantes à coconstrução da sua aprendizagem profissional. Esta abordagem convoca, ainda, o conceito de isomorfismo pedagógico, ao proporcionar a experimentação de atitudes, métodos, recursos e formas de organização coerentes com aquelas que se projetam para o exercício profissional. A proximidade da investigadora ao contexto do estudo orientou a adoção de uma investigação praxeológica. Os procedimentos incluíram observação participante e análise documental. A análise dos dados realizou-se de forma colaborativa, através de processos contínuos de devolução e reflexão partilhada entre os/as estudantes, os/as educadores/as cooperantes e a professora supervisora. Os resultados evidenciam que a documentação pedagógica se consolidou como instrumento central na construção da profissionalidade docente, contribuindo para: (i) transformar os ambientes educativos; (ii) promover a participação das crianças; (iii) envolver as famílias; e (iv) fortalecer o trabalho colaborativo da equipa. Sublinha-se, assim, a relevância da documentação pedagógica na promoção da qualidade, equidade e justiça social, bem como a necessidade de aprofundar a sua integração na formação inicial e contínua de educadores/as de infância.

Sala 05 | ID 320

[ID 320] (Re)Configurações do poder educativo no contexto da descentralização: o Encontro Local de Políticas Educativas como arena política

Raquel Barreto | Universidade de Aveiro | barreto.r@ua.pt

António Neto-Mendes | University of Aveiro | amendes@ua.pt

Resumo

Este estudo exploratório analisa um Encontro Local de Políticas Educativas (E.L.P.E.) como arena política onde se tornam visíveis as tensões e negociações geradas pelo processo de transferência de competências na educação. Apesar do debate crescente sobre a descentralização educativa em Portugal, as dinâmicas intermunicipais e as perceções dos atores locais permanecem pouco estudadas, o que justifica a análise deste Encontro como campo educacional privilegiado para observar a reconfiguração do poder local. O objetivo é compreender como se (re)configuram as relações de poder entre escolas e municípios, a nível intermunicipal, através das narrativas dos atores educativos, face ao impacto do processo de descentralização. O enquadramento teórico articula o conceito de campo (Bourdieu) com as perspetivas de governação multinível (Teles) e de regulação e equilíbrio de poderes (Barroso), concebendo o E.L.P.E. como um campo educacional ou um “laboratório educativo local” que permite observar a construção de novas formas de regulação educativa, perante o processo de transferência de competências. Partimos do princípio de que este processo situa os atores educativos locais numa rede complexa de intermitências e descontinuidades (Neto-Mendes)

com o poder central. O conflito central que emerge do processo de transferência de competências não se limita a uma reconfiguração do papel do Estado, mas traduz-se numa (re)definição prática e relacional da autonomia das escolas (Barroso), acompanhada por uma redistribuição assimétrica de poder (Teles) entre os municípios no plano intermunicipal. A metodologia, de base qualitativa e etnográfica, centra-se na observação e análise das interações e narrativas produzidas durante o E.L.P.E., procurando captar perceções, tensões e posicionamentos dos atores educativos locais face ao processo de descentralização. Os resultados preliminares sugerem que o processo de descentralização não se configura como uma simples transferência administrativa, mas como uma reconfiguração regulatória local, em que as regulações centrais são reinterpretadas por práticas de autonomia e de interdependência entre municípios e escolas. Conclui-se que a descentralização educativa traduz um movimento dinâmico de (re)definição das fronteiras entre o poder central e o poder local, reabrindo o debate sobre a autonomia das escolas e os modos de governação territorial da educação. A análise contribui para repensar a autonomia das escolas e os equilíbrios do poder no quadro da governação intermunicipal da educação.

Palavras-chave: Descentralização educativa; Campo educacional; Autonomia.

Sala 05 | ID 174

[ID 174] ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE EDUCATIVO EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA – ANÁLISE DA QUALIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE EDUCADORAS/ES

Mónica Pereira | ISPA – Instituto Universitário, EDUNOVA.ISPA | monica.pereira@ispa.pt

Natalie Nóbrega Santos | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação | natalie.santos@ie.ulisboa.pt

Lourdes Mata | ISPA – Instituto Universitário | lmata@ispa.pt

Carla Costa Fernandes | EDUNOVA.ISPA | cfernandes.edunova@ispa.pt

Ana Teresa Brito | ISPA – Instituto Universitário, EDUNOVA.ISPA | anateresa.brito@ispa.pt

Resumo

Foi objetivo deste estudo caracterizar as perceções de educadoras/es de infância relativamente ao ambiente educativo, nas suas várias dimensões: relações, espaços e rotinas. Neste sentido foi criado um instrumento com base nas OCEPE (Lopes da Silva et al., 2016) e em trabalhos nacionais e internacionais. Através de uma análise fatorial confirmatória constatou-se a adequação de uma estrutura de seis dimensões ($\chi^2 = 6591,84$, CFI = .904, TLI = .900, RMSEA = .069 [.068, .071], SRMR = .058). A D1 – Organização da sala – integra 16 itens com valor de consistência interna ω McDonald's = .95 (ex.: A organização da sala é flexível, reestruturando-se dependendo dos interesses e necessidades das crianças/do grupo); D2 – Organização do Espaço Exterior – 13 itens com ω McDonald's = .95 (ex.: Os materiais e equipamentos são diversificados, apelando à curiosidade e exploração das crianças); D3 – Organização do Tempo e Rotinas – 9 itens com ω McDonald's = .93 (ex.: Nos momentos de transição as crianças sabem, sem depender do adulto, o que fazer ou para onde se dirigir); D4 – Participação de Crianças e Famílias – 6 itens com ω McDonald's = .92 (ex.: As famílias são

ouvidas para se ajustarem as rotinas, de modo a responder melhor às suas necessidades e às das crianças); D5 – Autonomia e Articulação com Equipa Educativa – 7 itens com ω McDonald's = .94 (ex.: Na equipa pedagógica pensamos e discutimos sobre a organização dos materiais e dos espaços educativos); e D6 – Articulação com Direção – 3 itens com ω McDonald's = .95 (ex.: Partilho a visão da Direção/Coordenação sobre o que é importante na planificação e gestão das rotinas). Os itens foram respondidos através de uma escala de concordância do tipo Likert de 7 pontos (1 = Discordo totalmente; 7 = Concordo totalmente), sendo que valores mais elevados indicam uma perceção associada a melhor qualidade. O questionário foi aprovado pelo Ministério da Educação na plataforma MIME e pela Comissão de Ética do Centro de Investigação do ISPA. Foi distribuído através de um link partilhado a nível nacional com agrupamentos de escolas e instituições com jardins de infância privados e da rede solidária, sendo respondido de forma anónima e garantindo-se o uso dos dados para fins de investigação. Pelos resultados foi possível constatar diferenças estatisticamente significativas na organização dos espaços, com maior qualidade atribuída ao espaço sala face ao espaço exterior. A organização do tempo e rotinas apresentou os valores mais elevados de perceção positiva. Ao nível das relações, a dimensão com valores mais baixos foi a participação de crianças e famílias, sendo perspectivada como boa a articulação na equipa educativa. Em todas as dimensões, os valores indicam algum potencial de melhoria. Os resultados serão discutidos face aos referenciais de qualidade e às diretrizes nacionais e documentos de suporte à implementação do currículo.

Palavras-chave: Qualidade; Educação de infância; Ambiente educativo.

Sala 06 | ID 57

[ID 57] DOCÊNCIA E TRABALHO DIGNO: UM OLHAR GERACIONAL

Paula Neves | Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra |
pneves@esec.pt

Cláudia Andrade | Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra / InED – Centro de
Investigação e Inovação em Educação, Politécnico do Porto | mcandrade@esec.pt

Fátima Pereira | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo /
InED – Centro de Investigação e Inovação em Educação, Politécnico do Porto |
fatimapereira@ese.ipvc.pt

Carla Serrão | Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto / InED – Centro de
Investigação e Inovação em Educação, Politécnico do Porto | carlaserrao@ese.ipp.pt

Inês Bessa | InED – Centro de Investigação e Inovação em Educação, Politécnico do Porto |
inesmarquesbessa@gmail.com

Resumo

O conceito de trabalho digno, de carácter aspiracional, foi proposto pela Organização Internacional do Trabalho e estabelece os atributos fundamentais do trabalho, organizado em quatro pilares: a promoção dos direitos trabalhistas, o emprego, a proteção social e o diálogo social. Estes quatro pilares integram a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

da ONU, sendo o Trabalho Digno um dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico). O presente estudo faz parte do projeto “Trabalho Digno na Profissão Docente”, que tem como objetivo principal contribuir para a compreensão da importância de cada um dos domínios envolvidos na construção do trabalho digno na profissão docente. Com base numa escala de Trabalho Digno, foram coletados dados junto de uma amostra de 341 docentes de diferentes gerações sobre cada uma das dimensões do Trabalho Digno, a saber: (1) princípios e valores fundamentais no trabalho (respeito, justiça, capacidade interventiva e saúde mental); (2) tempo e carga horária de trabalho adequado (equilíbrio entre trabalho, família e vida pessoal); (3) trabalho gratificante e produtivo (produtividade, satisfação pessoal e contribuição para as gerações futuras); (4) retribuição atribuída ao exercício da cidadania (remuneração e suficiência para o trabalhador e família); (5) proteção social (sistema de segurança social ao trabalhador e sua família); (6) oportunidades (progresso profissional e liberdade de escolha de trabalho alternativo); (7) saúde e segurança (segurança física e saúde no local de trabalho). Os dados evidenciam que, embora diferentes gerações partilhem o desejo por melhores condições de trabalho e reconhecimento, há diferenças na forma como cada grupo geracional percebe e reivindica as diferentes dimensões. Estes resultados suscitam reflexões que poderão orientar a formulação de recomendações para a (re)definição de políticas e a implementação de medidas concretas, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos docentes, reforçar o seu desenvolvimento profissional e prevenir os efeitos negativos no seu bem-estar.

Palavras-chave: Trabalho Digno; Profissão Docente; Bem-estar docente

Sala 06 | ID 66

[ID 66] UM OLHAR SOBRE O ADOECIMENTO DOCENTE

Elza Silva | Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR | efagundesilva@gmail.com

Alboni Vieira | Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR | alboni@alboni.com

Resumo

No Brasil, o professor enfrenta, cada vez mais, desafios no exercício de sua profissão. Com jornada de trabalho ampliada, perante a necessidade de complementar sua renda, sente-se enfraquecido, desrespeitado, desmotivado, trabalhando em ambientes sem a necessidade de estrutura, com turmas cheias, alunos desinteressados, além da negação de direitos e particularmente a que é designada. Dessa forma, o trabalho, realizado em condições de estresse, deflagra processos de adoecimento, ao mesmo tempo em que expõe o docente a crescente vulnerabilidade. Nesse contexto, considerando o número significativo de docentes que acabam se afastando do trabalho devido a problemas de saúde decorrentes da profissão, surgiu o interesse na realização desta pesquisa. Verificou-se que a questão do adoecimento dos professores, como decorrente das suas condições de trabalho, vem sendo objeto de estudos no meio acadêmico e mostra que os afastamentos dos docentes de suas atividades podem estar diretamente relacionados com as condições de trabalho a que estão expostos. O objetivo desta comunicação é, assim, investigar o ensino docente nas escolas de Educação

Básica na rede pública estadual do Paraná, no período de 2020 a 2024. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais transtornos de saúde que fundamentam a concessão de licenças médicas aos professores do Quadro Próprio do Magistério do Paraná, no período; investigar se houve afastamento do trabalho ou de função do professor no período avaliado; e analisar as políticas públicas educacionais que visam a prevenção do adoecimento docente. A metodologia utilizada envolve pesquisa bibliográfica e documental. Foi consultado o Relatório de Perícia Médica Dinâmico que apresenta os dados recentes sobre a concessão de licença-saúde e remoção da função de servidores do Quadro Próprio do Magistério, no período 2020/2024, junto à Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS), pertencente à Secretaria de Estado de Administração e Previdência do Paraná (SEAP) e que tem como uma de suas atribuições a avaliação da capacidade laborativa dos servidores pelos critérios do CID-10. Os dados estudados apontam para as causas predominantes de concessão de licença-saúde ou de afastamento de função, dando a conhecer os níveis de adoecimento dos professores do Ensino Básico do Estado, o que possibilita entender essas causas e colaborar na proposição de medidas para prevenir ou minimizar esses fatores intercorrentes.

Palavras-chave: Profissão docente; Licença; Tratamento de saúde.

Sala 06 | ID 142

[ID 142] O ASSISTENTE SOCIAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: RESISTÊNCIA, INCLUSÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Joyce Helena Leal | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | joyce.leal@ufms.br

Tarcísio Luiz Pereira | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | tarcisio.pereira@ufms.br

Resumo

O estudo objetivo reflete sobre o trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil dentro das universidades públicas, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – rompimento pela Lei nº 14.914, promulgada em 3 de julho de 2024. Trata-se de uma pesquisa qualitativa orientada pelo materialismo histórico dialético que busca o conhecimento da realidade dos assuntos a partir da totalidade social, onde o objeto das Ciências Sociais é histórico (Minayo, 2001, p. 13). O principal objetivo da PNAES é garantir a permanência de estudantes em vulnerabilidade, nas Instituições Federais de Ensino Superior e Técnico (IFES), possibilitando que estes consigam concluir os cursos em que ingressaram. Mas destaca-se que a efetivação de políticas de permanência não deve se resumir a auxílios financeiros, envolvendo principalmente ações pautadas na promoção da equidade e da justiça social e, neste contexto, os assistentes sociais orientados por um Projeto Ético-Político crítico são fundamentais. Buscamos refletir como o trabalho dos profissionais pode ser uma ferramenta de resistência e transformação, contribuindo para uma universidade mais inclusiva e plural, educando para os direitos e para a cidadania crítica, entendendo a educação como direito e dever do Estado. A presença do Serviço Social nesse cenário é marcada por múltiplas extensões, mas também por potências transformadoras. Diante da mercantilização da educação, da precarização das condições de permanência estudantil e da intensificação das

desigualdades, o trabalho do Serviço Social nas universidades se configura como um espaço de resistência e afirmação de direitos. Essa atuação não é neutra: é orientada pelo projeto ético-político da profissão, consagrado em seu Código de Ética. O Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) estabelece princípios fundamentais que norteiam a atuação, destacando-se a promoção da equidade e da justiça social. No espaço universitário, esses princípios ganham concretude na atuação voltada à assistência estudantil, na escuta de demandas sociais, na mediação de conflitos e na articulação com redes de proteção social. O assistente social, portanto, não atua apenas na dimensão assistencial, mas também como sujeito político que contribui para a construção de uma universidade mais democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Universidade; Serviço Social; Transformação Social.

Sala 06 | ID 68

[ID 68] PERFIL DOS READAPTADOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE: SAÚDE E TRABALHO DOCENTE

Gleice Silva | Universidade Federal de Minas Gerais | sgleiceaparecida@gmail.com

Daisy Cunha | Universidade Federal de Minas Gerais | daisycunhaufmg@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa de doutorado em andamento investiga a readaptação funcional que é a condição de saída da regência de sala de aula por motivo de doença física ou psicológica. Buscamos construir um perfil dos docentes readaptados na RME-BH, para isso foram encontrados dados sobre os números de readaptação na educação no município, na gestão de saúde do servidor. Os objetivos da investigação são: analisar o quadro da readaptação funcional em BH na série histórica (2022–2023); investigar as alterações no processo jurídico-administrativo e médico-legal do dispositivo de readaptação funcional (tipos de entradas, processualidade, critérios de julgamento dos casos, etc.); colher histórias de vida de professores em situação de readaptação funcional; discutir a relação saúde-trabalho de professores no contexto da situação de readaptação funcional. A metodologia utilizada mescla revisão bibliográfica de literatura sobre trabalho e saúde docente, análise documental sobre este dispositivo médico-legal, levantamento de série histórica de banco de dados da RME-PBH e história de vida de professores em situação de readaptação funcional. O referencial teórico associa histórias de vida e trabalho de professores aos elementos da filosofia da vida de Georges Canguilhem e à Abordagem Ergológica do Trabalho, buscando refletir sobre o binômio saúde-doença e suas implicações e renormalizações nas vidas dos indivíduos. Os resultados esperados são: avaliação da pertinência do enquadramento jurídico-médico-legal; conhecimento do perfil de readaptação funcional na RME-BH; compreensão quanto aos sentimentos e percepções dos docentes ao contarem suas trajetórias e suas entradas nessa condição. A devolutiva da pesquisa para a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte e a possibilidade de que, a partir desse estudo e de outros futuros, seja possível a elaboração de

políticas públicas que auxiliem os docentes a terem maior bem-estar e melhores condições nas suas atividades laborais.

Palavras-chave: Docentes; Trabalho; Readaptação.

Sala 07 | ID 31

[ID 31] A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM CONTEXTO DE SALA DE AULA: DILEMAS E ENSEJOS

Maria da Silva Santana | Instituto Politécnico da Guarda | rosariosantana@ipg.pt

Resumo

A Inteligência Artificial (IA) impõe uma rápida alteração dos paradigmas de ensino e aprendizagem exigindo uma rápida adaptação por parte de todos os agentes educativos. Os suportes tecnológicos e os meios digitais de difusão de informação, bem como aqueles de ajuda e suporte à criação de conteúdos digitais são manipulados por todos os jovens em contextos diferenciados daqueles exigidos no contexto educativo. Cientes desta realidade, e das potencialidades destes suportes, bem como aquelas saídas do uso da IA, prevemos a sua inclusão em contexto educativo potenciando não só a sua utilização, como a discussão sobre o facto e sobre os produtos saídos da sua utilização. É necessário ter consciência de que a presença desses suportes em sala de aula oferece ao professor e ao aluno a oportunidade de realizar atividades mais envolventes e criativas numa primeira abordagem, não está isenta de perigos e suspeitas. Face à evolução que se evidencia, em termos sociais, económicos, culturais e educacionais, vemo-nos de alguma forma solicitadas a introduzir estas novas ferramentas em contexto educativo, de modo a fomentar a dinamização de atividades mais envolventes para os alunos, os quais são, na época que atravessamos, cada vez mais os agentes da sua própria evolução em termos cognitivos e criativos. Para isso desenvolvemos algumas atividades com recurso a plataformas e aplicativos de IA que nos permitiram obter dados que apresentamos em contexto de sala de aula, tornando as sessões mais atrativas e mobilizadoras. Nesta comunicação apresentamos os resultados que obtivemos com a realização dessas sessões, nos domínios da criação artística em articulações com uma discussão alargada sobre as potencialidades e incertezas da aplicação da IA em contexto de sala de aula.

Palavras-chave: Inteligência artificial; Prática educativa; Arte e educação.

Sala 07 | ID 275

[ID 275] ESCOLA E INTERSETORIALIDADE, DISCURSOS DE INCLUSÃO E AUTONOMIA EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

Eliane dos Santos | Universidade São Francisco – USF | eliane.ferreira@mail.usf.edu.br

Márcia Amador Mascia | Universidade São Francisco – USF | marcia.mascia@usf.edu.br

Resumo

O presente resumo é um recorte de uma tese em andamento que tem como objetivo problematizar a ação de intersectorialidade entre Educação, Assistência Social e Saúde, enquanto uma política de complementaridade entre a educação formal e não formal valorizando a inclusão e a autonomia. A pesquisa analisa, nos discursos de gestores de uma escola, um centro de saúde (CS) e um centro de referência de assistência social (CRAS), como a escola se insere no contexto da intersectorialidade, a partir da percepção desses gestores. Discorreremos sobre como essa relação intersectorial pode ser concebida. Para chegar aos resultados, analisamos a relação entre escola e intersectorialidade a partir da concepção dos gestores de três equipamentos públicos, uma escola, um centro de saúde e um centro de referência de assistência social, participantes de uma rede intersectorial. A metodologia adotada foi qualitativa, com análise discursiva de recortes provenientes de entrevistas. A conclusão apresenta reflexões sobre a articulação entre escola e intersectorialidade na esfera do sistema de garantia de direitos, discutindo se essa relação se configura como uma parceria efetiva ou ainda com características de fragmentação, nos âmbitos da educação formal e da educação não formal.

Palavras-chave: Intersectorialidade; Educação formal; Educação não formal.

Sala 07 | ID 221

[ID 221] EDUCAÇÃO COMO PRÁXIS EMANCIPATÓRIA: INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS EM BAIROS DE HABITAÇÃO SOCIAL

Sofia Silva | Universidade da Madeira | sofia.silva@staff.uma.pt

Nuno Fraga | Universidade da Madeira | nfraga@staff.uma.pt

Resumo

Entre 2020 e 2025, trinta estudantes finalistas da Licenciatura em Ciências da Educação da Universidade da Madeira desenvolveram projetos curriculares de Intervenção Comunitária nos Polos Comunitários da Investimentos Habitacionais da Madeira (IHM), sediados em três bairros de habitação social do Funchal. Inspirados pela Investigação-Ação Participativa (Kemmis & McTaggart, 1988) e pela pedagogia crítica de Paulo Freire (1970, 2009), os projetos foram concebidos em diálogo com os residentes, respondendo a prioridades como o envelhecimento ativo, a alfabetização funcional, a inclusão social e a valorização cultural. Uma análise qualitativa dos relatórios e portfólios reflexivos dos estudantes, complementada por testemunhos comunitários, evidencia que essas experiências funcionaram como práticas emancipatórias: promoveram diagnósticos participativos, fortaleceram vínculos de ambiente, ampliaram a autoeficácia dos participantes e consolidaram competências éticas e relacionais nos futuros profissionais da educação. A mediação institucional do IHM revelou-se essencial para a continuidade das iniciativas, atenuando a rotatividade dos estagiários e potencializando a apropriação comunitária das ações. Este estudo confirma que a educação se constitui como práxis emancipatória sempre que articula investigação, participação e compromisso ético, criando condições para que sujeitos e comunidades se reconheçam como protagonistas de sua história. Ao valorizar saberes locais e promover a coautoria das práticas educativas, estas

disciplinas demonstram que a formação em Ciências da Educação, quando ancorada em contextos reais, contribui para a construção de profissionais críticos e para o fortalecimento da cidadania ativa em territórios marcados pela vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Educação de Adultos; Intervenção Comunitária; Práxis Emancipatória; Pedagogia Crítica; Desenvolvimento Comunitário; Inclusão Social.

Sala 07 | ID 122

[ID 122] INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR: estudo comparado entre Brasil e Portugal

Flávia Wagner | Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL | flv.wagner@gmail.com

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski | Universidade Comunitária da Região de Chapecó | taniazp@unochapeco.edu.br

Maria João Mogarro | Instituto de Educação – ULisboa | mjmogarro@ie.ulisboa.pt

Resumo

A presente pesquisa faz parte de um estágio pós-doutoral e está situada na grande área da educação, no campo de estudo do ensino superior, especificamente sobre a temática da educação especial no paradigma inclusivo sob o olhar da gestão educacional. Tem como objetivo analisar as barreiras e facilidades que o estudante com necessidades educativas especiais (NEE) encontra nas universidades, das quais impactam na saúde mental. É um estudo comparado entre universidades, com recorte para as Universidades do Porto e de Lisboa em Portugal; e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó e do Sul de Santa Catarina no Brasil. O interesse foi confrontar as duas realidades por meio de um estudo documental das políticas institucionais que amparam uma pessoa com deficiência (retirado dos sites das instituições) e um estudo de campo por meio de entrevista com guia semiaberto aplicado via plataforma digital aos responsáveis pela gestão de apoio ao estudante com NEE, para compreender os serviços e práticas envolvidas dentro do contexto universitário. Os critérios de inclusão dos participantes foram: gestores/responsáveis pelos setores/núcleos de inclusão para estudantes com NEE, que atuam a mais de 5 (cinco) anos no cargo. Analisamos os dados frente ao referencial de ambos os países, com destaque para as sete dimensões da acessibilidade, preconizadas por Sassaki (2009): 1) Arquitetônica; 2) Comunicacional; 3) Metodológico; 4) Instrumental; 5) Programática; 6) Atitudinal; 7) Naturais. Entendemos que a falta de uma das 7 (sete) acessibilidades pode gerar barreiras para a saúde mental do estudante com NEE e comprometer a permanência e a inclusão na educação superior. Para tabular os dados e construir as categorias de análise utilizou-se o método de análise de conteúdo de Bardin (2016). A pesquisa está em andamento, revelando semelhanças e diferenças e evidenciando práticas que melhor efetivam o processo de inclusão no Ensino Superior de ambos os países. Além disso, são oferecidos indicativos para a construção de políticas públicas e práticas humanizadoras e inclusivas, ressaltando a relevância da saúde mental em contextos educacionais do Ensino Superior para estudantes com NEE. A presente

pesquisa conta com o apoio financeiro da FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

Palavras-chave: Ensino superior; Educação inclusiva; Pessoas com necessidades educativas especiais.

Sala 08 | ID 269

[ID 269] A (IM) PERCEPÇÃO BOTÂNICA PRESENTE NO DESENHO DE CRIANÇAS DAS SÉRIES INICIAIS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL BRASILEIRA

Letícia Ferreira | Universidade do Minho / Universidade Estadual de Maringá |
leticiah.ferreira2010@gmail.com

Zélia Ferreira Caçador Anastácio | CIEC, Instituto de Educação, Universidade do Minho |
zeliarf@ie.uminho.pt

André Luis de Oliveira | Universidade Estadual de Maringá – UEM | aloprof@gmail.com

Resumo

A cegueira botânica, atualmente nomeada impercepção botânica (IB), é uma característica caracterizada pela dificuldade humana em perceber, valorizar ou considerar plantas no ambiente. Tal invisibilidade pode ser percebida desde a infância, sendo influenciada por fatores como a cultura, as práticas e o currículo escolar. No contexto brasileiro, a matriz curricular do ensino de Ciências Naturais é regulamentada pela Base Nacional Comum Curricular. Este documento orienta, uma distribuição conceitual sobre o grupo vegetal, apenas para o 2º ano, com a descrição das características, funções, relações ambientais e partes das plantas. Nas demais séries, não há propostas de conceitos específicos sobre Botânica. Tendo em vista essa distribuição conceitual, é fundamental refletir sobre as influências dessa fragilidade no currículo e no IB. Este trabalho teve como objetivo investigar as percepções infantis sobre plantas, com foco na análise de desenhos produzidos por 22 alunos das séries iniciais do ensino fundamental. A análise destes critérios como presença da planta, detalhamento, contexto e vínculo afetivo. Os resultados encontrados mostraram que a percepção infantil quanto a natureza se relaciona com (a) Natureza Real (12 desenhos com florestas, sítios, riachos e montanhas); (b) a Natureza Imaginada (5 desenhos com elementos fantasiosos); (c) Espaços Turísticos (2 desenhos contendo espaços turísticos brasileiros); e (d) Cenários Digitais (4 ocorrências de desenhos de resultados de jogos de construção). Além disso, para ilustrar uma planta conhecida pelas crianças, a maioria dos elementos representavam (a) Plantas ornamentais (15 desenhos com Rosa, Girassol, Rosa do Deserto, Dente de Leão); (b) Plantas Frutíferas (5 ilustrações com pés de manga, morango, maçã, coco e cana-de-açúcar); e (c) Plantas de outros usos (3 desenhos com o cacto e o bambu). Considere-se que a Natureza Real foi predominante nas criações artísticas infantis, podendo demonstrar laços afetivos com esses ambientes, entretanto sem percepção específica da diversidade vegetal; além disso, a presença de cenários vegetais em jogos digitais mostra influência no cotidiano tecnológico e no imaginário infantil. As criações generalizadas indicam

IB pois centraram-se nos elementos amplos (florestas, árvores, riachos, montanhas) e um pouco nos elementos específicos da diversidade botânica. Ainda assim, considera-se que as plantas mais conhecidas pelas crianças são as ornamentais, mediadas pela cultura social, familiar, escolar e digital, tendo pouco destaque às plantas frutíferas, demonstrando IB pelo repertório limitado. Em resumo, esse estudo contribuiu para reflexões sobre o ensino dos organismos vegetais com o público infantil, evidenciando indicativos de IB desde as séries iniciais. Destacamos a necessidade de ampliar o repertório infantil com práticas pedagógicas que estimulem um contato mais frequente com as plantas, fortalecendo vínculos e colaborando com a redução dessa frequência.

Palavras-chave: Cegueira Botânica; Ensino de Ciências e Botânica; Ensino Fundamental.

Sala 08 | ID 347

[ID 347] Da Escola à Floresta: Crianças como Agentes Ambientais da Terra

Maria Clementina Rios | FPCEUP | clementinarios@gmail.com

Resumo

Esta investigação visa analisar a Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (EADS) em contextos educativos, buscando compreender como crianças e jovens constroem a sua identidade e cidadania ambiental numa época marcada pela emergência climática. Partindo da evolução internacional da educação ambiental e das orientações da Agenda 2030, buscamos compreender como diferentes abordagens pedagógicas, desde práticas educativas centradas na transmissão de conteúdos, até propostas participativas e experienciais, podem influenciar a relação que as crianças e os jovens podem desenvolver com a natureza, a comunidade e com as questões socioambientais. Esta investigação, de carácter qualitativo, foi desenvolvida em três fases. Envolveu educadoras de EADS, crianças e jovens de múltiplos contextos educativos, incluindo escolas com pedagogias alternativas e um projeto de investigação-ação participativa numa floresta local. Os resultados mostram que práticas assentes sobretudo em normatividade curricular e em condutas prescritas, tendem a limitar a agência ambiental das crianças, afastando-as da sua realidade ambiental. Em contraste, contextos que favorecem o contato regular com a natureza, a participação ativa em processos de decisão e a investigação comunitária promovem emoções positivas, consciência crítica, ações ambientais significativas e um sentido robusto de pertença à comunidade e à Terra. O estudo evidencia que a EADS, quando orientada por princípios democráticos e emancipatórios, permite que crianças e jovens assumam papéis interventivos, desenvolvam leituras políticas das questões ambientais e se reconheçam como agentes ambientais capazes de intervir no presente. Concluir que promover práticas educativas participativas, contextualizadas e enraizadas em ecossistemas locais é fundamental para fortalecer uma cidadania ambiental comprometida, crítica e socialmente transformadora.

Sala 08 | ID 223

[ID 223] Políticas de Educação e Formação na Perspectiva da Ética Ecológica Integral

Resumo

O trabalho se insere na discussão sobre políticas de educação e formação na perspectiva da ética ecológica integral (EEI) com vistas à conexão entre as dimensões humanas e planetárias. A problemática atual e extremamente relevante para a efetivação da sustentabilidade no contexto contemporâneo, aborda a interconexão entre as políticas de educação em direitos humanos (EDH) e as políticas de educação ambiental (EA) no currículo escolar. A metodologia de trabalho permitiu reunir argumentos de revisão integrativa de literatura e de documentos das políticas educacionais que referem a inclusão das temáticas no currículo escolar. A reflexão assente na triangulação dos pressupostos da educação em direitos humanos e da educação ambiental na efetivação de uma cultura da ética ecológica integral tem aporte em Bauman (2017), Brasil (2012, 2024), Builes Cadavid et al. (2018), Candau et al. (2013), Cruz Meléndez (2017), Estêvão (2012), Eyng e Villa Boas (2025). A sistematização e análise de dados situam os desafios da educação na perspectiva da EEI no contexto contemporâneo: a cegueira institucionalizada sobre o modelo econômico neoliberal; lógica utilitarista e suas contradições entre políticas e programas; os programas ecológicos em nível global que muitas vezes falham em desafiar a racionalidade subjacente à acumulação de capital. Portanto, são necessários processos pedagógicos capazes de efetivar as intencionalidades das políticas da EA e da EDH na práxis curricular. Tais processos abrangem: apreensão de conhecimentos historicamente construídos; afirmação de valores, atitudes e práticas sociais; formação de uma consciência cidadã em níveis cognitivo, social, ético e político; desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; fortalecimento de práticas individuais e sociais que geram ações e instrumentos de promoção da EEI.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Educação Ambiental; Ética Ecológica Integral.

Sala 08 | ID 157

[ID 157] Confluências no entre de uma horta escolar: possibilidades de modos outros de habitar a terra

Michela da Silva | Universidade de São Paulo | michela@icmc.usp.br

Núbia Ferreira Machado de Amorim | Universidade de São Paulo | nubiaamorim@usp.br

Resumo

Este resumo busca apresentar uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, FEUSP/São Paulo/Brasil, que percorre processos de subjetivação mapeados a partir do desenvolvimento de projetos de hortas escolares agenciados em uma escola municipal da cidade de São Paulo. Os mapas cartográficos descrevem experimentações no entre a construção de horta escolar com as professoras, com os estudantes, com os gestores, com a comunidade, com os grupos de pesquisa e com os espaços que os envolvem.

Uma dinâmica realizada a partir de reuniões, encontros e discussão a respeito das teorias, das práticas e das políticas necessárias para a construção da horta na escola. Encontros que ao percorrer políticas educativas e de educação não formal discutem as dificuldades entre um currículo oficial e as práticas escolares. Essas experiências foram desenvolvidas com a produção das hortas escolares a partir dos conhecimentos afroindígenas, como a agroecologia e a agrofloresta. Com isso, a pesquisa discute a possibilidade de práticas pedagógicas escolares, em que uma cosmologia indígena se insere no currículo da Educação Básica. O percurso cartográfico mapeado nos mostra a manutenção de algumas relações nas estruturas escolares, como a configuração dada à burocracia pública e as opressões de classe, raça e gênero. O método cartográfico de Gilles Deleuze, Félix Guattari, percorre todo o processo investigativo desta pesquisa, engendrando encontros com: quilombamentos, a mãe-terra e os povos indígenas e quilombolas, sendo que, os projetos das hortas escolares percorreram encontros com: o terreno, as comunidades, os coletivos, a educação formal e informal. A pesquisa é percorrida por fluxos, pelos bons e maus encontros que, de acordo com alguns autores da Filosofia da Diferença, podem promover, ou não, o aumento da nossa potência de vida, desse modo, o trabalho que produz movimentos que (des)regulam essa potência. Assim, num exercício de mapeamento desses processos, buscamos visibilizar as linhas de força nos tempos-espacos-escolares e nas estruturas físicas-burocráticas-escolares, problematizando as relações do projeto horta escolar, buscando confluências para um ecossistema outro.

Palavras-chave: Educação Matemática; Cartografias; Hortas Escolares.

Sala 09 | ID 246

[ID 246] Política de financiamento e o acesso ao ensino de graduação privado no Brasil (2010–2024): um olhar sobre o Prouni e o Fies

Ana Maria Moreira | Universidade de Brasília | anaalbuquerque@unb.br

Cristina Helena Carvalho | Universidade de Brasília | cristina.helena.carvalho@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa em que medida as políticas federais de financiamento estudantil, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), influenciaram o acesso à graduação no setor privado brasileiro entre 2010 e 2024. O recorte foi feito na rede privada, por ser a faceta mais evidente na expansão da educação superior no Brasil. Em 2024, o País atingiu a marca de mais de 10 milhões de estudantes matriculados em cursos de graduação, destes, 80% estão em instituições privadas, segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP/MEC). A identificação do perfil socioeconômico dos estudantes que frequentam o ensino superior privado, conforme dados do Síntese de Indicadores Sociais 2023 (IBGE), mostra que as mulheres formam a maioria (58%); há maior proporção de brancos (51%), e, em faixas de rendimento domiciliar, 6% são dos 20% mais pobres. Esses dados revelam barreiras de entrada em cursos de graduação, mesmo com políticas criadas para expandir o acesso à educação superior pela via privada. O Prouni oferece bolsas de estudo de 100% ou 50% para estudantes que não concluíram curso superior e cuja renda familiar mensal

per capita seja de até 1,5 salário-mínimo no primeiro caso e entre 1,5 e 3 sm, no segundo caso. Já o FIES é um programa de empréstimo estudantil reembolsável para estudantes de cursos de graduação presenciais não gratuitos. Com o objetivo de compreender o alcance dessas políticas de democratização do acesso à formação superior no Brasil, este estudo baseia-se em análise documental e estatísticas descritivas. A pesquisa utiliza dados oficiais relativos ao tipo de financiamento estudantil e às características dos beneficiários por marcadores de raça/cor, sexo e renda, extraídos do Censo da Educação Superior e da Síntese de Indicadores Sociais. Nos resultados, destaca-se a expansão significativa de novos contratos do FIES, entre 2010 e 2015, quando as regras foram flexibilizadas, incluindo redução das taxas de juros, aumento do limite de financiamento, prazos mais longos para carência e amortização; Após 2017 houve forte retração do programa e a partir de 2019, o quantitativo de bolsas do Prouni superou os empréstimos estudantis. Em 2024, os estudantes beneficiados pelos dois programas representam apenas 7% das matrículas privadas, enquanto a grande maioria busca por vagas em cursos oferecidos de baixo custo à distância, cuja proporção é de 61% e 39%. Observam-se desigualdades persistentes e baixo alcance da política pública de financiamento estudantil até o acesso à educação superior.

Palavras-chave: Prouni; FIES; Acesso à educação superior privada.

Sala 09 | ID 317

[ID 317] Ensino aprendizagem e o trabalho estudantil: o processo de bolsificação em curso nas universidades públicas brasileiras

Lilian Araújo | Universidade Federal do Pará | lilianaraujo@ufpa.br

Resumo

A partir de aproximações com o materialismo histórico dialético, o presente trabalho objetivo explicitar e analisar a ação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no Brasil, que com base no discurso de práticas de ensino aprendizagem, justificam a utilização da força de trabalho de estudantes dos cursos de graduação, por meio do estágio, conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), na efetivação de tarefas administrativas no âmbito das Universidades públicas. A Universidade Federal do Pará (UFPA), localizada na Região Norte do Brasil, possui 12 campi e conta com 453 estudantes bolsistas, os quais desenvolvem atividades laborais regulamentadas pela referida Lei. Metodologicamente, fez-se pesquisa em documentos, leis, editais, instruções normativas e portarias e, a partir dos dados iniciais, demonstrou-se que a UFPA possui 2.458 servidores/as públicas/as ocupando cargos de técnicos/as administrativos/as efetivos/as, sendo que desses/as, 285 ocupam cargos que exigem o ensino médio completo, ou seja, o mesmo nível de escolaridade dos/as estudantes que cursam a primeira graduação. As bolsas de trabalho (estágio), pagas com recursos da administração superior e das unidades acadêmicas, tornam-se financeiramente mais atrativas ao/a estudante que os auxílios provenientes da política de Assistência Estudantil, a qual foi instituída no país, enquanto política pública, por meio da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 (Brasil, 2024). Esse tipo de exploração da força de trabalho de estudantes nas universidades

públicas estimula um processo de bolsificação e inviabiliza melhores condições de utilização do tempo do/a estudante para o desenvolvimento de atividades acadêmicas com base no ensino, na pesquisa e na extensão. Além disso, as atividades administrativas, muitas vezes, estão totalmente desvinculadas da formação do/a discente, ou seja, desvinculadas do seu curso de graduação. Com as reflexões realizadas para este estudo, compreendeu-se que é necessário criar mecanismos para garantir a permanência estudantil de todos/as os/as estudantes, sem distinção, o que implica na necessidade de ampliar os recursos do fundo público para o devido investimento em políticas públicas, dentre elas a política de Assistência Estudantil, a qual necessita pautar-se em um atendimento amplo, não focalizado e inclusivo.

Palavras-chave: Ensino aprendizagem; Bolsificação; Universidade pública.

Sala 09 | ID 224

[ID 224] A mercantilização e tecnocratização da educação: o papel das fundações privadas na educação profissional brasileira

Renato Almeida | Renato Almeida | renatobalmeida@hotmail.com

Fábio Soares da Silva | IFRN | fabio.silva@ifrn.edu.br

Resumo

A crescente presença de fundações e institutos privados na formulação e execução de políticas públicas educacionais tem se consolidado como um dos destaques da cena educacional brasileira nas últimas décadas. O objetivo deste trabalho é analisar a influência dessas organizações na gestão das secretarias de educação e, em particular, na educação profissional, considerando suas implicações para o trabalho docente e para a formação crítica dos estudantes. A pesquisa se baseou em análise bibliográfica e documental, contemplando relatórios institucionais, programas e plataformas digitais mantidas por fundações como Lemann, Itaú Social, Itaú Educação & Trabalho, Natura, Unibanco, Telefônica Vivo, além da organização Todos pela Educação e da Fundação Lucia e Pelerson Penido. O estudo constitui um movimento de influência crescente desses atores privados na definição de agendas educacionais, que se materializa em programas de gestão, formação de professores e plataformaformização da educação. Como resultados, aponta-se que, embora tais iniciativas ampliem o acesso a ferramentas de gestão e itinerários de formação técnica, elas reforçam uma concepção instrumental e tecnocrática da educação, subordinando-a à lógica da eficiência e da mercantilização. Essa dinâmica se insere no que Kuenzer (2016, p. 17) denomina de pedagogia da acumulação flexível, cuja finalidade é formar trabalhadores com “subjetividades flexíveis” que aceitam, de modo natural, a precarização e a polivalência. A discussão é aprofundada a partir de referenciais críticos, destacando a centralidade do trabalho docente como práxis e a necessidade de resistência à colonização empresarial da escola. Conclui-se que o enfrentamento desse processo exige a afirmação da educação como direito social, a valorização da autonomia docente e o fortalecimento da perspectiva histórico-crítica na formulação das políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação profissional; Políticas educacionais; Fundações privadas.

Sala 09 | ID 316

[ID 316] Governança local e educação: panorama das teses e dissertações em Portugal (2000–2024)

Catarina Catarina | Universidade de Aveiro | canrodrigues@ua.pt

Andreia Gouveia | Universidade de Aveiro | andreiagouveia@ua.pt

António Neto-Mendes | Universidade de Aveiro | amendes@ua.pt

Resumo

A intervenção municipal na educação é uma dimensão fundamental das políticas educativas no plano local, refletindo dinâmicas de descentralização, governança educacional e corresponsabilização dos territórios na gestão dos sistemas educativos. Em Portugal, desde a instauração do regime democrático, em 1974, assiste-se à discussão em torno do reforço do papel dos municípios na educação em diversos domínios do conhecimento: científico, técnico e empírico. No entanto, as pesquisas sobre o assunto revelam a dispersão do conhecimento, tornando relevante a necessidade de sistematizar informação sobre o modo como esta temática tem sido abordada na produção científica nacional, em particular na literatura cinzenta. Neste contexto, e no âmbito de um projeto de investigação mais alargado, foi realizado um levantamento sistemático de teses de doutorado e dissertações de mestrado, publicado em instituições de ensino superior portuguesas, públicas e privadas, com o objetivo de apresentar um panorama de como esta área de investigação se desenvolveu nos últimos 25 anos. Com base numa abordagem quantitativa e exploratória, que combina análise temática e estatística descritiva, este trabalho procura contribuir para o conhecimento nesta área, através da apresentação de resultados preliminares dessa investigação, que integra um corpus de 171 teses de doutorado e dissertações de mestrado, apresentando de forma sistematizada os contextos de investigação e os eixos temáticos das publicações. Os dados evidenciam uma produção académica crescente ao longo dos últimos 25 anos. A maioria dos trabalhos situa-se no grau de mestrado, com maior concentração em universidades públicas. As áreas científicas predominantes são as Ciências da Educação, Administração Pública e Administração Educacional, revelando a convergência entre preocupações de natureza política e pedagógica. A orientação académica mostra uma concentração distribuída em determinadas regiões, revelando desigualdades na investigação sobre o tema. Os estudos utilizam maioritariamente qualitativos, centrando-se em estudos de caso e análises de metodologias de políticas locais. O levantamento permite revelar tendências que apontam para o debate sobre a importância do papel dos municípios na construção de sistemas educativos mais contextualizados, participativos e equitativos. Além disso, este mapeamento oferece subsídios para a definição de agendas futuras de investigação no campo das políticas públicas de educação.

Palavras-chave: Políticas educativas locais; Intervenção municipal; Literatura cinzenta.

Sala 10 | ID 65

[ID 65] Base Nacional Comum Curricular e a Didática Desenvolvimental: desafios e perspectivas em produções acadêmicas

Daliana Patrícia Gonçalves Domingues | Universidade Federal de Alfenas – MG, Brasil |
daliana.domingues@sou.unifal-mg.edu.br

Jordânia Geórgia Caproni Morais | Universidade Federal de Alfenas – MG, Brasil |
jordania.morais@sou.unifal-mg.edu.br

Resumo

A pesquisa tem como objetivo compilar e analisar produções bibliográficas publicadas entre 2018 e 2024 nas plataformas SciELO e Google Scholar sobre a Didática Desenvolvimental e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Homologada pelo Ministério da Educação do Brasil em 2017, a BNCC é um documento normativo que organiza a educação básica no país, define aprendizagens a serem asseguradas a todos os alunos e funciona como referência nacional tanto para a construção dos currículos escolares quanto para iniciativas de formação docente. Estruturada a partir de competências e habilidades, a proposta assume uma perspectiva pragmática de educação, voltada ao atendimento das exigências do mercado. Nesse movimento, evidencia-se uma orientação de caráter tecnicista, centrada em resultados mensuráveis, o que pode reduzir o espaço para uma formação mais ampla dos estudantes. Trata-se de um estudo bibliográfico de natureza qualitativa, voltado para a identificação de diálogos, convergências e conclusões presentes nas construções teóricas dos trabalhos selecionados. A formação referencial teórica da pesquisa apoia-se em autores da teoria crítica do currículo, como Sacristán (2000), Young (2001) e Apple (2006), cujas contribuições possibilitam problematizar a função reguladora do currículo e compreender as implicações da BNCC para o escolar e o papel social da escola. Nesse cenário, alguns estudos analisados apontam caminhos alternativos. Ruella (2023) sugere metodologias diferenciadas capazes de ampliar as formas de apropriação e elaboração dos saberes, promovendo aprendizagens mais significativas. Soares (2018), fundamentado em Davydov, propõe a adaptação do currículo prescrito e a ressignificação do currículo praticado, em defesa de uma formação que contemple o desenvolvimento integral dos estudantes enquanto sujeitos históricos e sociais. Campos (2019) complementa essa perspectiva ao destacar a importância do ensino desenvolvimental para a formação do pensamento teórico e para a superação de práticas meramente empíricas. Uma análise preliminar evidencia os limites dos currículos prescritivos, em especial da BNCC, cujo caráter pragmático e utilitário tende a restringir a construção do conhecimento escolar. Conclui-se que a Didática Desenvolvimental apresenta-se como alternativa promissora, por valorizar o pensamento teórico, a mediação pedagógica intencional, a construção ativa dos saberes e a formação crítica dos estudantes, reafirmando o papel transformador da educação.

Palavras-chave: Currículo Prescrito; Didática Desenvolvimental; Abordagem Educacional.

Sala 10 | ID 95

[ID 95] Direito à educação no Brasil: situando o debate

Ricardo Hack | Unoesc | hack.ricardoadv@icloud.com

Marilda Schneider | Unoesc | marilda.schneider@unoesc.edu.br

Camila Rostirola |Unoesc | camila.rostirola@unoesc.edu.br

Resumo

O direito à educação constitui tema candente no Brasil, mobilizando pesquisadores de diferentes áreas e correntes teóricas que buscam compreender sua historicidade, seus marcos normativos e os desafios de sua efetivação. Trata-se de um direito social fundamental, inscrito na Constituição de 1988, que atravessa dimensões históricas, políticas, sociais, culturais, econômicas e pedagógicas. Em um país de dimensões continentais, como o Brasil, marcado por desigualdades estruturais e persistentes, a garantia da educação básica para todos ainda se coloca como desafio estratégico para a consolidação da cidadania e o fortalecimento da democracia. Considerando o exposto, o presente estudo teve como objetivo analisar criticamente a produção científica nacional sobre o direito à educação, identificando tanto contribuições quanto lacunas de investigação. Para isso, foi realizado um mapeamento sistemático de artigos indexados na base *Scopus*, utilizando o descritor *direito à educação* e aplicando filtros referentes às áreas de Ciências Sociais e Artes e Humanidades, sem recorte temporal, de modo a abranger um espectro amplo de artigos científicos. A busca, realizada em agosto de 2025, resultou em 108 trabalhos, dos quais 55 compuseram o *corpus* de análise. A realização da análise de conteúdo (Bardin, 2009) possibilitou classificar os artigos em eixos temáticos os quais focalizam aspectos relacionados aos fundamentos, história e concepções do direito à educação; acesso e permanência dos estudantes na escola; judicialização e atuação de órgãos de controle; financiamento; currículo, avaliação e qualidade educacional. Essa diversidade temática revela a complexidade do debate e a coexistência de diferentes perspectivas analíticas, ora mais normativas e prescritivas, ora críticas e propositivas. Observou-se ainda a concentração dos trabalhos em periódicos de referência nacional e internacional, como *Educação & Sociedade* e *Educação e Pesquisa*. Os resultados evidenciam que a produção científica tem contribuído para qualificar o debate sobre o direito à educação, problematizando tensões entre universalização do acesso, a garantia da qualidade e os mecanismos de responsabilização estatal. A análise desse conjunto de publicações aponta a necessidade de agendas investigativas que aprofundem o diálogo entre análises empíricas e a formulação de políticas públicas, fortalecendo os debates em torno da equidade, qualidade e participação social.

Palavras-chave: Direito à Educação; Educação Básica; Políticas Educacionais.

Sala 10 | ID 199

[ID 199] Trajetórias Escolares e de Vida de Adolescentes em Contextos de Privação de Liberdade: Revisão Sistemática e Integrativa

Francisca Lima | Universidade Federal do Paraná – UFPR | franvlprof@gmail.com

Sonia Haracemiv | Universidade Federal do Paraná – UFPR | sharacemiv@gmail.com

Resumo

O presente estudo trata de uma revisão sistemática e integrativa e tem como objetivo investigar a produção no campo científico sobre as trajetórias escolares e de vida dos/as adolescentes privados/as de liberdade. Para tanto, a metodologia envolve estudos publicados em cinco bases eletrônicas de trabalhos científicos: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), Scopus, Web of Science, SciELO e Redalyc, dentro de um recorte temporal de onze anos. Foram 2.419 produções inicialmente identificadas que, após um minucioso trabalho de seleção, resultaram em oito trabalhos selecionados, os quais foram submetidos à leitura integral e posterior análise integrativa. A partir da análise, ficou evidenciado que os direitos fundamentais infantojuvenis, consagrados na legislação brasileira, apresentam hiatos significativos entre teoria e prática, sendo que, à medida que esses direitos são violados, de maneira quase proporcional, aumentam as chances de os/as jovens alterarem seus percursos de vida para trajetórias marcadas por práticas em conflito com a Lei. Constatou-se ainda que, dentro dos limites das bases selecionadas para esta revisão, são poucos os trabalhos que tratam das histórias de vida e/ou do envolvimento das trajetórias escolares dos/as adolescentes em situação de privação de liberdade. Nesse sentido, estudos que articulem os percursos escolares formalizados em documentos com as narrativas de experiências vivenciadas em diferentes tempos e espaços mostram-se relevantes para a compreensão das tramas complexas que envolvem a vida desses/as adolescentes, possibilitando a identificação de pontos de tensão que os/as conduziram a situações-limite, como a prática do ato infracional.

Palavras-chave: Adolescentes em contextos de privação de liberdade; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; Trajetórias escolares.

Sala 10 | ID 244

[ID 244] Abandono Precoce da Educação e Formação: Identidades, Cursos de Vida e Políticas Educativas de Reconhecimento

Liliana Zeferino | Instituto de Educação – Universidade de Lisboa | lilianazeferino@campus.ul.pt

Natália Alves | Instituto de Educação – Universidade de Lisboa | nalves@ie.ulisboa.pt

Resumo

Este estudo explora os sentidos atribuídos pelos jovens ao abandono precoce da educação e formação (APEF) e o modo como esta experiência molda as suas identidades e percursos de vida. A investigação decorre no município da Amadora, território urbano marcado por desigualdades interseccionais e dinâmicas de segregação espacial, onde a escola surge simultaneamente como espaço de oportunidades e de exclusão. A partir de 25 entrevistas narrativas com jovens — principalmente mulheres e descendentes de imigrantes de primeira ou segunda geração — emergem experiências atravessadas por estigmatização territorial, discriminação étnico-racial e constrangimentos socioeconómicos, nos quais a escola desempenha um papel ambíguo: enquanto espaço de socialização e aprendizagem, pode também reforçar exclusões, limitar oportunidades e contribuir para a construção de identidades marcadas pela marginalização. As narrativas revelam, contudo, formas de agência e de reconfiguração biográfica frequentemente invisibilizadas pelos discursos dominantes sobre a APEF. O objetivo central é compreender de que forma a APEF molda as identidades e os cursos de vida. A questão orientadora — como a influência da APEF nos processos de construção identitária e de reinvenção biográfica? — desdobra-se em três eixos: (i) os significados atribuídos à rutura com a escola; (ii) as representações identitárias nas narrativas juvenis; e (iii) as estratégias de superação e aprendizagem biográfica mobilizadas após o abandono. O quadro teórico articula os conceitos de abandono escolar precoce (Calarco, 1989; Rumberger, 2011), identidade (Giddens, 1991; Hall, 1996) e cursos de vida (Elder, 1998), numa perspetiva informada pela interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e pela justiça espacial (Soja, 2010). Estes referenciais permitem compreender como classe, género, etnicidade e território se entrecruzam nas trajetórias juvenis, produzindo não apenas barreiras e desigualdades, mas também recursos de pertença, resistência e proteção biográfica (Furlong & Cartmel, 2007). Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e biográfica, orientada pela ética da escuta e pela reflexividade crítica. As entrevistas foram analisadas por meio de codificação temática e elaboração de retratos interpretativos, com apoio do software NVivo. Esta estratégia analítica valoriza tanto os constrangimentos estruturais quanto as capacidades de ação e ressignificação dos jovens. Os resultados preliminares indicam que a APEF não se reduz a uma falha individual, mas configura um processo socialmente situado que reconfigura identidades, redes de pertença e percursos de vida. A análise sublinha a necessidade de políticas educativas de reconhecimento (Honneth, 1995; Fraser, 2003) que deem visibilidade às vozes dos jovens, valorizem aprendizagens formais e não formais e enfrentem desigualdades interseccionais, legitimando múltiplas formas de construção de sentido, pertença e futuro.

Palavras-chave: Abandono Precoce da Educação e Formação (APEF); Identidade; Cursos de Vida; Políticas Educativas de Reconhecimento

ATELIÊS 3 | ATELIERS 3

12/02 – Quinta-feira

ATELIÊS 3 | ATELIERS 3- 12/02 – Quinta-feira – 11h30-13h00

Sala 2 | ID 103

[ID 103] Formação Acadêmica e Prática Profissional nos Institutos Federais: uma análise dos Estágios Obrigatórios

Marina Caprio | (Instituto Federal de São Paulo – IFSP / Universidade Estadual Paulista – UNESP | marinacaprio@gmail.com

Resumo

O presente trabalho foca a formação de professores nos Institutos Federais brasileiros, com ênfase nos avanços curriculares. Criados em 2008 pela Lei nº 11.892, os Institutos Federais oferecem educação básica (profissional de nível médio), graduação e pós-graduação, destinando 50% das vagas à educação profissional e 20% à formação de professores. Na formação docente, os estudantes atuam em espaços compartilhados com alunos da educação básica, onde a convivência e a atuação em ambos os níveis configuram uma realidade específica. Esse contexto peculiar suscita questionamentos sobre suas potencialidades no sentido de oferecer um espaço privilegiado para processos de socialização dos futuros professores na cultura do magistério. Assim, investiga-se os desenvolvimentos curriculares nos Institutos Federais e sua relação com a formação de professores, com foco em três aspectos: a articulação entre teoria e prática na formação docente; o impacto do compartilhamento de espaços entre alunos da educação básica e licenciandos na socialização profissional; e a forma como os documentos institucionais orientam o planejamento, a supervisão e a integração do estágio à formação teórica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, concentrando-se na análise dos documentos que regulamentam o estágio em três Institutos Federais com maior número de matrículas em cursos de licenciatura em 2024: Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Busca-se compreender como instituições que oferecem simultaneamente educação básica e formação docente orientam os futuros professores para a prática pedagógica, articulando formação acadêmica, experiência profissional e inserção no mundo do trabalho. O quadro teórico é constituído pelos conceitos de profissionalização da docência, bem como de universitarização e profissionalização da formação de professores. Pressupõe-se que o estágio supervisionado curricular constitua um espaço potencial para a socialização docente no que se refere aos saberes profissionais, cuja efetivação depende de planejamento, supervisão, orientação e articulação intencional com os conteúdos teóricos da formação.

Sala 2 | ID 121

[ID 121] Práticas Profissionais Docentes: uma inserção curricular necessária na formação docente

Maria de Fátima Reszka | Faculdade Dom Bosco | reszka@faculdedombosco.edu.br

Resumo

A Faculdade Dom Bosco (Brasil) iniciou a oferta do curso de Pedagogia na modalidade a distância em 2024, com o objetivo de formar professores com um diferencial de práticas docentes desde os primeiros trimestres, contemplando um currículo atravessado pelo diálogo entre teoria e prática. O aumento da oferta de cursos de licenciatura na modalidade a distância tem evidenciado currículos focados predominantemente na teoria e em sistematizações de conhecimentos afastados da realidade escolar e das práticas docentes. Entendemos que uma formação docente distante da prática cotidiana da escola se torna vazia e sem sentido, deixando uma ampla lacuna formativa nos egressos desses cursos. Com essa preocupação e alinhadas à normativa legal nacional, propusemos o desenho curricular de um curso de Pedagogia que incluiu, desde o início, a possibilidade de práticas profissionais docentes. Os componentes de Práticas Profissionais Docentes configuraram-se como componentes curriculares co-requisito de outros de abordagem teórica e foram estruturados de modo a conhecer e aplicar instrumentos de pesquisa em educação, como observações, entrevistas, análise documental e elaboração de material didático, a fim de que os acadêmicos possam experienciar o fazer docente. As questões abordadas nessas práticas envolvem competências socioemocionais, desenvolvimento humano, tecnologias, avaliação, inclusão e atividades lúdicas. A metodologia utilizada para esta pesquisa baseia-se na análise das reflexões dos acadêmicos em suas produções nesses componentes curriculares, configurando-se como uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Como resultado, no primeiro ano de aplicação deste currículo, observou-se que os acadêmicos, ainda que inseridos em um curso a distância, potencializam suas aprendizagens teóricas na prática escolar, tornando-se mais observadores e desenvolvendo senso crítico sobre as diversas situações nas quais foram inseridos. Além disso, ao produzir relatórios, memórias e materiais didáticos, os estudantes são submetidos a uma avaliação de cunho formativo, na qual os conteúdos teóricos trabalhados no componente curricular co-requisito são colocados em prática. Algumas configurações ainda precisam ser realizadas nessa implementação, como a assinatura de convênios, a adequação das metodologias, o alinhamento dos instrumentos de pesquisa e a formação contínua dos professores responsáveis por esses componentes, a fim de qualificar a proposta e fortalecer o currículo, considerando também a recente mudança obrigatória para a modalidade semipresencial.

Palavras-chave: Formação Docente; Práticas Profissionais Docentes; Currículo.

Sala 2 | ID 125

[ID 125] Educadores de Infância Cooperantes como Agentes Formadores: Desafios e Oportunidades na Supervisão em Estágio

Isabel Maria Correia | Instituto Politécnico de Setúbal | isabel.correia@ese.ips.pt

Sofia Figueira | Instituto Politécnico de Setúbal | sofia.figueira@ese.ips.pt

Resumo

A supervisão em contexto de estágio assume um papel estratégico na formação dos futuros educadores de infância, exigindo práticas reflexivas, colaborativas e ajustadas aos desafios atuais da educação. A centralidade dos educadores de infância cooperantes como agentes formadores reforça a necessidade do seu reconhecimento e capacitação, criando espaços de diálogo, partilha e construção conjunta de saberes. Neste sentido, torna-se essencial criar oportunidades de formação contínua que potenciem a análise crítica das práticas e a construção de uma cultura profissional partilhada. A presente comunicação divulga os resultados de um curso de formação contínua, acreditado pelo Conselho Científico da Formação Contínua de Professores (CCFCP), dinamizado pelo Centro de Formação Ordem de Santiago e dirigido a educadores cooperantes que colaboram com o Mestrado em Educação Pré-Escolar da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Participaram 25 educadores, num percurso formativo centrado na reflexão sobre situações reais vivenciadas pelos estagiários, com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências de supervisão e fortalecer a construção de uma comunidade de aprendizagem entre pares. A metodologia adotada foi amplamente valorizada pelos participantes, que destacaram o impacto das reflexões partilhadas na compreensão das dinâmicas pedagógicas e na abertura a novas possibilidades de supervisão. Como avaliação final do curso, os participantes elaboraram uma grelha para avaliação dos estagiários, definindo critérios e construindo coletivamente um instrumento orientador. Para a validação do instrumento, realizou-se um grupo focal com seis educadores cooperantes, representantes dos diferentes grupos de trabalho ao longo da jornada formativa. Este momento gerou um diálogo profundo e enriquecedor, permitindo recolher informações complementares e consolidar o instrumento. Resultou uma grelha de avaliação final, a aplicar já no próximo ano letivo pelos educadores cooperantes envolvidos no Mestrado, representando um avanço significativo na sistematização e coerência da supervisão em contexto de estágio. Esta experiência confirma o potencial da formação colaborativa enquanto motor de desenvolvimento profissional e de melhoria contínua da qualidade educativa, contribuindo para uma supervisão mais consistente, dialogada e promotora de inovação.

Palavras-chave: Supervisão; Educadores Cooperantes; Formação Contínua.

Sala 2 | ID 160

[ID 160] Educar e Cuidar na Formação Docente na modalidade a Distância: Experiências no Estágio Supervisionado em Educação Infantil

Karoline Santos | Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC | karol.ciprianos@gmail.com

Cleia Pereira | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC | cleia.pereira@udesc.br

Tânia Unglaub | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC | tania.unglaub@udesc.br

Resumo

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a formação inicial docente no Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil, componente curricular do curso de Pedagogia a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Um problema central reside nos desafios inerentes à formação à distância, evidenciados pelas múltiplas adversidades (emocionais, familiares, acadêmicas, socioeconômicas) enfrentadas pelas acadêmicas. O estudo articula-se com a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que promovam a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade, sendo de grande relevância para debates sobre humanização na educação superior e formação de professores para a Educação Infantil. Fundamentado na pesquisa-ação (Thiollent, 2022) e na análise de vivências como método científico (Daltro e Faria, 2019), o estudo problematiza como a pedagogia do cuidado (Kramer, 2005) e a valorização da afetividade (Ribeiro, 2010) podem se manifestar e contribuir para mitigar as adversidades vivenciadas por acadêmicas em formação inicial a distância. Metodologicamente, o trabalho configura-se como um relato de experiência, que, pela perspectiva da pesquisa-ação, permite documentar e analisar criticamente as práticas desenvolvidas. Os dados foram encontrados por meio de observações participantes da equipe docente, relatórios orais das acadêmicas e análise dos registros e interações na sala virtual da universidade, buscando compreender os significados atribuídos às estratégias de suporte. Aspectos éticos foram respeitados pela natureza do relato de experiência. Os resultados evidenciam que a abordagem docente pautada no cuidado (escuta ativa, atenção individualizada, suporte psicopedagógico e flexibilização de prazos) e a relação de afetividade estabelecidas foram fundamentais para a superação das adversidades e a permanência dos estudantes. Conclui-se que tais ações representam práticas pedagógicas do cuidado (Kramer, 2005), corroborando a indissociabilidade entre educar e cuidar na formação docente e a importância da afetividade para a integralidade do professor (Ribeiro, 2010). A experiência reforça a necessidade de integrar essas dimensões humanas às técnicas de formação, especialmente na educação infantil, e aponta pistas para futuras investigações sobre o desenvolvimento de currículos mais sensíveis e inclusivos em ambientes de formação a distância.

Palavras-chave: Formação docente; Educação a distância; Pedagogia do cuidado

Sala 3 | ID 102

[ID 102] A Implementação da Lei 13.935/2019: A Inserção de Psicólogos e Assistentes Sociais na Rede Escolar Brasileira

Joyce Helena Leal | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS | joyce.leal@ufms.br

Tarcísio Luiz Pereira | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS | tarcisio.pereira@ufms.br

Lorannoelly Vargas Costa Paz | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS | lorannoelly.costa@ufms.br

Resumo

O trabalho propõe uma análise sobre a inserção dos Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Educação Básica no Brasil a partir da criação da Lei 13.935/2019, que determina a presença destes profissionais nesta política pública. Objetiva-se discutir sobre a relevância desta inserção, pensando nas possibilidades e desafios neste campo de atuação. O estudo consiste em uma pesquisa com abordagem qualitativa, tendo como método o materialismo histórico dialético que busca o conhecimento da realidade dos sujeitos a partir de toda a totalidade social (Minayo, 2001). O Código de Ética dos Assistentes Sociais (Lei 8662/1993) orienta que a garantia de direitos é fundamental para a articulação com os aspectos pedagógicos necessários para a manutenção de uma educação com qualidade. O que está alinhado com os objetivos da Psicologia no campo educacional, que deve atuar tanto em conformidade com a garantia da educação enquanto direito fundamental – como apontado pelo Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1947) – como, também, consoante ao Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), com isso, demarcando o compromisso ético-político dos profissionais e seu comprometimento com o desenvolvimento de práticas que procuram compreender o sujeito e suas relações sociais como partes constituintes. Cabe destacar que o cenário contemporâneo no capitalismo exigiu um olhar atento sobre as diferentes manifestações da Questão Social e seus rebatimentos nas políticas sociais, por isso, entendemos que a realidade é permeada de contradições. As diversas formas de precarizações das políticas públicas condicionam o processo de ensino/aprendizagem, mas também podem ser estratégicas e potenciais para a proteção social de alunos e famílias. Sendo assim, inserir Assistentes Sociais e Psicólogos neste espaço tão diverso e contraditório pode permitir estratégias importantes para a consciência coletiva e transformação social, conforme defendido por Paulo Freire (2005) sobre a educação como um caminho para a emancipação humana, ao enfatizar o papel do sujeito como agente de mudança. Acreditamos que essas categorias profissionais podem contribuir para uma educação que inclui vozes de diferentes assuntos, contemplando as diversidades e especificidades socioculturais e pedagógicas, pois entendemos a escola como um espaço democrático, que comporta um grande número de pessoas com histórias, experiências, culturas e saberes diferentes.

Palavras-chave: Educação Básica; Serviço Social; Psicologia.

Sala 3 | ID 63

[ID 63] Políticas e práticas de formação de professores de Educação Visual e Ofical (EVO) em São Tomé e Príncipe

António Coelho | UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | antoniocoelho@edu.ulisboa.pt

Maria João Mogarro | UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | mjmogarro@ie.ulisboa.pt

Ana Paula Caetano | UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | apcaetano@ie.ulisboa.pt

Resumo

De acordo com diversos autores (Nóvoa, 2017; Vaillant & Manso, 2012; Zeichner, 2013), as políticas de educação seguem, na atualidade, duas grandes linhas. Uma aprofunda o caráter profissional dos professores e releva a importância de os capacitar com valências humanistas e investigativas, para que estes desenvolvam uma prática criativa, inclusiva, equitativa, propiciadora de justiça social, liberdade e democracia. A outra sustenta-se numa visão tecnicista do docente, entendido como reproduzidor de estratégias pedagógicas, preocupada com a redução de custos, razão pela qual a formação tende a ser de curta duração, realizada maioritariamente na escola, com o formando a exercer a docência, e centrada essencialmente em aspetos práticos. A presente investigação centra-se em compreender como os professores de Educação Visual e Oficinal (EVO), em São Tomé e Príncipe, se desenvolvem profissionalmente. Conhecer as políticas e práticas de formação de professores revelou-se fulcral para alcançar essa perceção. Desenvolveu-se uma investigação qualitativa, recorrendo à recolha de dados por diferentes vias. Neste texto, mobilizam-se documentos (legislação, planos de formação, notas de campo) e entrevistas biográficas, de modo a confrontar as políticas com a prática da formação inicial dos docentes de EVO e as suas perceções. Os dados recolhidos foram submetidos a análise de conteúdo. A participação dos professores foi voluntária e anónima, tendo sido respeitados os compromissos éticos. A análise da legislação permitiu constatar que esta defende uma formação humanista, atenta à realidade local e regional, inspirada nos resultados do projeto *Tuning África* (Madiba et al., 2018) e preocupada com o desenvolvimento profissional dos docentes (Coelho, Caetano & Mogarro, 2024). Contudo, apenas na última década foi regulamentada a formação de professores, verificando-se uma adaptação recente da formação inicial a essa legislação. No caso específico da EVO, continua a não existir oferta formativa (Coelho & Caetano, 2022), apesar das iniciativas desenvolvidas pelo supervisor pedagógico e pelos próprios professores junto da Universidade de São Tomé e Príncipe. Assim, estes docentes possuem, maioritariamente, formação média na área ou formação superior em áreas distintas (Coelho, Mogarro & Caetano, 2025). Os professores continuam a manifestar a necessidade de uma formação inicial específica, que lhes permita adquirir mais conhecimentos e superar as limitações que esta lacuna acarreta ao longo da carreira. Conclui-se que a tutela necessita de envidar maiores esforços no sentido de transpor para a prática as políticas já definidas, de modo a garantir o acesso destes professores à formação inicial.

Palavras-chave: Formação de professores; Políticas públicas; São Tomé e Príncipe.

Sala 3 | ID 113

[ID 113] Políticas Públicas voltadas para Escolas Diferenciadas: um estudo de caso

Emilia Augusto | Colégio Pedro II | emiliacarolina@gmail.com

Cecília Marafelli | Colégio Pedro II | cmmarafelli1@gmail.com

Resumo

O último Censo Escolar (INEP, 2024) evidencia que a realidade das escolas diferenciadas é diversa quanto ao público que as frequenta, aos territórios em que se inserem e à sua estrutura física. Especificamente no estado do Rio de Janeiro, existem 69 escolas localizadas em áreas diferenciadas, atendendo comunidades indígenas, quilombolas, rurais e caiçaras, organizadas nas redes municipais, estaduais e federais de ensino. Este resumo apresenta a realidade estrutural de uma escola diferenciada situada em uma comunidade caiçara no litoral sul do Rio de Janeiro. Interessa articular a realidade socioestrutural desta unidade escolar com as políticas públicas destinadas às escolas diferenciadas, evidenciando os múltiplos interesses envolvidos e a relevância de políticas intersetoriais e intrafederativas para a defesa das escolas diferenciadas no Brasil. A escola foco deste estudo atende estudantes com idades entre 4 e 18 anos, matriculados desde a pré-escola até os anos finais do ensino fundamental, organizados em turmas multisseriadas (INEP, 2024). Historicamente, as escolas multisseriadas localizam-se em regiões periféricas, de menor densidade populacional, com baixos índices socioeconômicos e reduzida presença do Estado (Lichand et al., 2023). Em diversos contextos, a escola configura-se como o único aparelho estatal presente na vida da população local, tornando-se o centro de múltiplos processos comunitários. Nesse sentido, este trabalho apresenta os desafios legais e pedagógicos da formação docente para atuação em turmas multisseriadas, a partir de práticas de extensão desenvolvidas na escola foco do estudo por docentes da rede federal de ensino vinculados ao Colégio Pedro II. Para além da apresentação dessas práticas, é traçado um panorama das políticas públicas externas direcionadas às escolas diferenciadas, analisando-se as condições estruturais da escola e seus impactos nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Tais análises mostram-se relevantes, considerando que outros estudos indicam que a estrutura escolar ainda se constitui como uma barreira significativa aos processos educativos no Brasil (Paro, 2017).

Palavras-chave: Educação Diferenciada; Turmas Multisseriadas; Práticas Pedagógicas.

Sala 3 | ID 123

[ID 123] Formação Continuada e Precarização do Trabalho do Segundo Professor de Turma em Santa Catarina: análises a partir do Ciclo de Políticas

Fabiana Garcez | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC | fabi.udesc@gmail.com

Raquel Fröhlich | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC | raquel.frohlich@udesc.br

Resumo

No Brasil, o estado de Santa Catarina diferencia-se dos demais por ter regulamentado, em 2006, a Política de Educação Especial, que disciplina os serviços de educação especial na rede comum de ensino e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado. Como desdobramento desse processo e em consonância com o paradigma da inclusão, emerge, no contexto da escola comum, o Atendimento em Classe do Segundo Professor de Turma (SPT), cuja função é atender alunos com deficiência, anteriormente institucionalizados exclusivamente em escolas especiais. Nesse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo

problematizar os processos de tradução da política de formação continuada na atuação do segundo professor de turma, a partir da percepção de gestores de escolas estaduais da Grande Florianópolis. O estudo fundamenta-se na perspectiva pós-estruturalista, ancorando-se no referencial epistemológico da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), proposta por Stephen Ball, a qual possibilita a análise articulada de três contextos: o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática. A análise dos contextos de influência e de produção de texto teve como materialidade documentos normativos das políticas de educação especial do estado de Santa Catarina, no período de 1988 a 2018. Para a análise do contexto da prática, o procedimento metodológico consistiu na realização de um grupo focal com dez gestores escolares vinculados à Coordenadoria Regional de Educação da Grande Florianópolis, Santa Catarina. Foram observados os princípios éticos da pesquisa educacional, incluindo o consentimento dos participantes e a garantia de anonimato. A transcrição dos quatro encontros realizados de forma online, bem como a organização das recorrências e dos deslocamentos discursivos dos gestores escolares, evidenciaram dimensões da precarização do trabalho do segundo professor de turma, destacando-se o aumento do número de estudantes e de turmas, o regime de contratação temporária e a fragilização da formação continuada. Como limitação do estudo, aponta-se a restrição da amostra a gestores de uma única região, o que pode limitar a generalização dos achados. Conclui-se pela necessidade de investigações futuras que busquem compreender o papel das instituições formadoras no campo da educação, em diálogo com diferentes contextos e atores.

Palavras-chave: Segundo professor de turma; Abordagem do ciclo de políticas; Formação continuada.

Sala 4 | ID 213

[ID 213] A Documentação Pedagógica como Processo Formativo na Educação Infantil Brasileira

Jaqueline Schroeder | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC / Brasil | jaqueline.schroeder@prof.pmf.sc.gov.br

Giane Oliveira | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC / Brasil | giane_pedagoga@hotmail.com

Resumo

Este estudo investiga a produção da documentação pedagógica nas instituições brasileiras de Educação Infantil e o seu caráter formativo no trabalho docente. Apoiado na pedagogia da infância e no referencial italiano, no que se refere ao reconhecimento do protagonismo da documentação pedagógica nos processos educativo-pedagógicos com crianças na Educação Infantil brasileira, o estudo insere-se no contexto das políticas públicas de Educação Infantil no Brasil e debruça-se sobre pesquisas realizadas na última década (2015–2025) que enfocam o processo formativo da documentação pedagógica. Trata-se, portanto, de pesquisas que analisam registros, relatos e materiais pedagógicos como dispositivos que, além de

documentar, possibilitam tensionar normas institucionais, rotinas pedagógicas e modelos tradicionais de avaliação. Busca-se compreender como a observação, o registro e a interpretação das práticas cotidianas das/com as crianças constituem práticas que produzem saberes, forjam subjetividades e evidenciam relações de poder entre professores, crianças e famílias. O estudo, de perspectiva pós-estruturalista e caráter qualitativo, articula-se teórico-metodologicamente às noções de discurso e de governo, de inspiração foucaultiana, ao focar pesquisas que analisam os discursos produzidos pela documentação pedagógica. Os resultados indicam que a documentação pedagógica elaborada pelas instituições produz efeitos nos sujeitos envolvidos e, por vezes, mostra-se antagônica às concepções de criança(s) e infância(s) que fundamentam a relevância de sua produção. Entretanto, experiências formativas que compreendem a documentação pedagógica como prática ética, reflexiva e formativa problematizam o desenvolvimento da prática pedagógica e apontam acréscimos para uma Educação Infantil sensível, crítica e orientada por uma perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Documentação pedagógica; Educação Infantil; Processo formativo; Foucault; Brasil.

Sala 4 | ID 181

[ID 181] O regime de colaboração do Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA no estado de São Paulo

Maria Regina Pereira | UNDIME Nacional – Brasil | mariaregina.passos@gmail.com

Iris Vanessa Alves Marques Anunciato | UNDIME – São Paulo / Brasil | irisannunci@yahoo.com.br

Resumo

O presente resumo tem por objetivo apresentar o impacto do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA (estabelecido em regime de colaboração entre o governo federal e o governo do estado de São Paulo, o qual adotou o nome “Alfabetiza Juntos – SP) no processo de alfabetização das crianças do 2º ano do Ensino Fundamental, nas redes municipais do estado de São Paulo em 2024. Conforme preceitua a Base Nacional Comum Curricular BNCC, a alfabetização das crianças brasileiras, está prevista para se efetivar até o final do 2º ano do ensino fundamental. Para assegurar esse direito, o Ministério da Educação, instituiu em 2023, o CNCA, com o propósito de alavancar os índices de alfabetização nessa faixa etária. A efetivação desse compromisso nos municípios se dá da seguinte forma: a secretaria estadual de educação dispõe de uma equipe de colaboradores internos e externos, em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação de São Paulo - UNDIME-SP. O objetivo maior desse regime de colaboração entre estado e municípios, é propiciar a formação contínua aos docentes alfabetizadores, de modo a impactar a prática pedagógica em sala de aula e elevar a aprendizagem dos discentes. A organização de todo processo formativo acontece a partir do Comitê de Formação, composto pelas equipes da Secretaria Estadual de Educação-SEE e UNDIME-SP. Este é responsável por refletir e elaborar as pautas formativas em

encontros mensais on-line, em seguida, a primeira versão da pauta é aplicada presencialmente, aos 20 formadores do parceiro SESI e aos 21 formadores da UNDIME-SP, possibilitando os ajustes necessários. Posteriormente, os 20 formadores SESI realizam a formação aos 320 analistas da instituição SESI, nos espaços do próprio Serviço Social da Indústria – SESI, em São Paulo. Após a apropriação dos conteúdos e das estratégias propostas, esses analistas ministram as formações destinadas aos professores alfabetizadores das redes municipais, em parceria com as duplas formadas por representantes do SESI e UNDIME-SP. Essas duplas, constituídas a partir dos estudos das pautas e formações, também atuam na condução das formações nos municípios, desenvolvendo, junto aos analistas do SESI, as mesmas pautas inicialmente elaboradas e estudadas. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o impacto desse processo, desde a concepção da pauta até os resultados obtidos pelos alunos. Para o trabalho realizado foi utilizada a pesquisa quantitativa, a partir dos resultados de alfabetização ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, obtidos pelas redes municipais em 2024.

Palavras-chave: Alfabetização; Formação continuada; Regime de colaboração.

Sala 4 | ID 187

[ID 187] Gritos mudos: vozes insurgentes de educadoras de infância de contextos socioeducativos de creche

Bárbara Tadeu | Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Educação | Portugal | barbara.tadeu@ese.ips.pt

Resumo

Este artigo analisa os processos de construção das identidades profissionais de educadoras de infância em contextos socioeducativos de creche, problematizando as condições estruturais, formativas e simbólicas que moldam o exercício profissional no trabalho com crianças de 0 a 3 anos. A investigação, de natureza qualitativa, crítica e fenomenológico-hermenêutica, recorreu a um grupo focal com sete participantes e a trinta entrevistas semiestruturadas, tendo os dados sido submetidos a uma análise temática reflexiva. O quadro teórico mobiliza os conceitos de identidade profissional, agência, reconhecimento, injustiça epistémica e cuidado como saber, situando-os na especificidade da ação pedagógica em creche. Os resultados revelam quatro dimensões centrais: (i) reconhecimento e visibilidade, evidenciando experiências de apagamento institucional e desvalorização social; (ii) agência profissional, expressa em práticas de resistência silenciosa e em decisões éticas cotidianas; (iii) formação e silenciamento epistémico, expondo fragilidades da formação inicial e a ausência de uma linguagem legitimada para a nomeação de saberes situados; e (iv) cuidado como conhecimento, reforçado como competência profissional intencional, mas ainda marginalizado por representações técnicas e de género. Conclui-se que a identidade profissional das educadoras de infância em creche se desenvolve na tensão entre o ser, o poder ser e o dever ser, reclamando políticas e práticas de formação inicial e contínua que

consolidem os saberes profissionais, bem como condições laborais que promovam a justiça epistêmica, a dignidade profissional e a qualidade educativa nos primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Identidade profissional de educadores de infância; Creche; Justiça epistêmica.

Sala 4 | ID 326

[ID 326] A Educação Científica e a Educação Básica: o estado do conhecimento em produções científicas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação no Estado do Amazonas – Brasil

Aldalucia dos Santos Gomes | Universidade do Estado do Amazonas - UEA | amdsg.dea25@uea.edu.br

Evandro Ghedin | Universidade Federal do Amazonas -UFAM | evandroghedin@ufam.edu.br

Jaqueline Soares da Silva Ferreira | Universidade Federal do Amazonas -UFAM | jaqueline.ferreira@ufam.edu.br

Resumo

O presente texto trata-se de um recorte de uma pesquisa em nível de doutoramento do Programa de Pós-Graduação na Amazônia PGED/Educanorte. Apresenta como objetivo principal o mapeamento das produções científicas acerca da Educação Científica/Iniciação Científica no âmbito da Educação Básica no Estado do Amazonas. A revisão da literatura focou na identificação de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Brasil, a busca resultou em 9 (nove) trabalhos publicados nos últimos 10 (dez) anos (2015-2025). O processo de Educação/Iniciação Científica presente no contexto da Educação Básica configura-se como importante espaço de construção de conhecimentos relacionados ao campo da ciência, do método científico e da produção de saberes nas mais variadas áreas da ciência. O intuito desta investigação foi o de construir um estado do conhecimento sobre Educação/Iniciação Científica na Educação Básica. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica em formato de estado do conhecimento, com recorte temporal adotado entre os anos de 2015-2025, tendo sido inseridos nas bases de dados os descritores para composição do corpus da pesquisa: “Educação”; “Iniciação Científica”; “Educação Básica”; “Estado do Amazonas”. Os resultados demonstraram a presença de 9 (nove) publicações, sendo 7 (sete) dissertações e 02 (duas) teses. A análise descritiva demonstrou a concentração dos estudos na cidade de Manaus. A maior parte dos estudos contou com análise documental, seguida de entrevistas e observações, como recursos de coleta de dados. As conclusões dos estudos apresentaram as potencialidades da EC/IC na formação e motivação dos estudantes em sala de aula, mas também ressaltaram preocupação com a formação pedagógica docente, bem como suscitaram reflexões sobre a importância da educação científica na contemporaneidade. É possível considerar, portanto, que a presença de práticas de Educação/Iniciação Científica na educação básica colabora significativamente na formação crítica e cidadã dos estudantes, fomentando o debate em torno da ciência, necessidade cada vez maior no atual contexto.

Palavras-chave: Educação Científica; Educação Básica; Amazônia Brasileira.

Sala 5 | ID 311

[ID 311] Aprendizagem significativa e experiências extracurriculares na escola pública: perspectivas da pedagogia inclusiva e das neurociências

Selma Santos | Secretaria de Educação do Estado da Bahia e Universidade do Estado da Bahia – UNEB | selma.santo@enova.educacao.ba.gov.br

Resumo

Este trabalho apresenta uma experiência pedagógica exitosa desenvolvida em uma escola pública localizada em comunidade socialmente vulnerável do interior da Bahia, Brasil. O estudo busca compreender: como as atividades extracurriculares que desenvolve principalmente competências socioemocionais contribuem para a aprendizagem significativa de estudantes em contexto social vulnerável? A gestão escolar, por meio de palestras, passeios culturais, visitas e outras ações pedagógicas, dentro e fora do ambiente escolar, desperta interesse, engajamento e entusiasmo, evidenciando que ensino e aprendizagem extrapolam os muros da escola. O estudo articula-se com os princípios da pedagogia inclusiva, equânime e emancipadora, com base em Mantoan, Freire, Arroyo e Amorim, ressaltando a escola como espaço de construção coletiva de saberes e valorização da singularidade humana. Além disso, dialoga com contribuições da neurociência, que demonstram que experiências afetivas e contextualizadas potencializam a aprendizagem significativa. Os resultados indicam que práticas pedagógicas sensíveis ao contexto social e à diversidade favorecem o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo vínculos afetivos e tornando a educação mais humana, equitativa e transformadora.

Palavras-chave: Pedagogia inclusiva; Aprendizagem significativa; Experiência escolar.

Sala 5 | ID 91

[ID 91] Pedagogia do olhar e cinema: entre educação estética e experiência educativa

Emanuela Mancino | Università degli Studi di Milano-Bicocca – UNIMIB | emanuela.mancino@unimib.it

Resumo

Cinema e escola: um diálogo formativo A relação entre cinema e escola configura-se como uma trama dinâmica, na qual ambos os âmbitos se influenciam reciprocamente. O cinema tem narrado a vida escolar, enquanto a escola não reconheceu nenhuma linguagem cinematográfica um potencial educativo e expressivo capaz de incidir na formação dos estudantes. Ambas as realidades concorrem para nutrir o imaginário, favorecendo processos de crescimento, aprendizagem e reflexão.

O cinema como experiência formativa Diferentemente de outras linguagens, o cinema não se limita a transmitir conceitos, mas permite perceber e sentir, ativando uma aprendizagem que envolve sentidos, gestos e emoções. Por isso, não pode ser considerado um mero instrumento de entretenimento ou um recurso didático acessório: configure-se como um verdadeiro ambiente formativo, centrado no sujeito que aprende e em sua participação ativa.

Metodologias e papéis A introdução do cinema na prática didática modifica o papel tradicional do professor, que os detentores do saber passam a ser facilitador e guia. A obra fílmica estimula processos de diálogo, reflexão e confronto, delineando uma pedagogia de processo voltada para a produção de sentido em vez da simples transmissão de conteúdos. Nesse quadro, o educador acompanha os estudantes em percursos de aprendizagem gerativos e críticos.

Linguagem cinematográfica e consciência crítica O cinema, por meio de sua dupla natureza narrativa e tecnológica, convida o espectador a ler tantas histórias representadas quanto os dispositivos que foram produzidos. A educação cinematográfica não deve, portanto, reduzir a disciplina escolar tradicional, mas sim estimular a capacidade dos estudantes de se tornarem espectadores conscientes e críticos. Ver e pensar através das imagens configura-se hoje como uma necessidade formativa essencial, em um contexto cultural no qual a conexão entre ver e saber é dominante (Mancino, 2020).

O projeto “O espelho do presente” Nessa perspectiva insira o projeto *“O espelho do presente: o cinema como chave para interpretar a contemporaneidade”*, lançado no primeiro quadrimestre do ano letivo 2024–2025 e dirigido às escolas de ensino fundamental e médio. A iniciativa explorou o potencial formativo do cinema como instrumento de interpretação da realidade, estruturando-se em uma fase introdutória dedicada ao ABC da linguagem cinematográfica, exibições orientadas, momentos de análise e debate e atividades laboratoriais diferenciadas por nível de ensino.

Temáticas educativas Os temas tratados, escolhidos em conjunto com as escolas participantes, abrangem três áreas centrais para a formação: sustentabilidade ambiental, diversidade e inclusão, educação para a legalidade. Por meio desses percursos, o cinema revelou-se não apenas espelho do presente, mas também experiência estética capaz de conjugar aprendizagem e beleza, reforçando o valor formativo das imagens e promovendo uma cidadania crítica e consciente.

Sala 5 | ID 305

[ID 305] Intersectorialidade e escola, discursos de inclusão e autonomia em contexto de educação formal e não formal

Eliane dos Santos | Universidade São Francisco – USF | eliane.ferreira@mail.usf.edu.br

Resumo

O presente resumo é um recorte de uma tese em andamento que tem como objetivo problematizar a ação de intersectorialidade entre Educação, Assistência Social e Saúde, enquanto uma política de complementaridade entre a educação formal e não formal valorizando a inclusão e a autonomia. A pesquisa analisa, nos discursos de gestores de uma escola, um centro de saúde (CS) e um centro de referência de assistência social (CRAS), como a escola se insere no contexto da intersectorialidade, a partir da percepção desses gestores. Discorreremos sobre como essa relação intersectorial pode ser concebida. Para chegar aos resultados, analisamos a relação entre escola e intersectorialidade a partir da concepção dos gestores de três equipamentos públicos, uma escola, um centro de saúde e um centro de referência de assistência social, participantes de uma rede intersectorial. A metodologia adotada foi qualitativa, com análise discursiva de recortes provenientes de entrevistas. A conclusão apresenta reflexões sobre a articulação entre escola e intersectorialidade na esfera do sistema de garantia de direitos, discutindo se essa relação se configura como uma parceria efetiva ou ainda com características de fragmentação, nos âmbitos da educação formal e da educação não formal.

Palavras-chave: Intersectorialidade; Educação formal; Educação não formal.

Sala 5 | ID 234

[ID 234] Cozinha Neurofuncional no Processo de Reabilitação

Caroline Ribeiro Souza | Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU | caroline.souza@fmu.br

Juliana Leandro | Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU | juliana.leandro@fmu.br

Ana Claudia Balda | Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU | ana.balda@fmu.br

Resumo

A Cozinha Neurofuncional tem como objetivo proporcionar aos estagiários de Fisioterapia uma experiência prática de intervenção em saúde neurológica e funcional, utilizando o ambiente da cozinha como recurso terapêutico. A proposta busca trabalhar habilidades motoras, cognitivas e funcionais dos pacientes, explorando a cozinha como espaço rico em estímulos que favorecem tanto a reabilitação quanto a promoção da independência funcional. No projeto, o papel da Fisioterapia é centrado na funcionalidade e no movimento. Os alunos aprendem a analisar gestos como alcance, compreensão e coordenação motora fina e grossa durante atividades de cozinha, além de estimular a mobilidade funcional em transferências, posições e posturas. Também são trabalhos o equilíbrio e o controle postural em tarefas como cortar, manipular ou manusear roupa, bem como a força e a resistência em atividades repetitivas que envolvem membros superiores e inferiores. Outro ponto central é a promoção da independência, por meio da adaptação de tarefas conforme as limitações motoras, e a orientação de pacientes e cuidadores sobre segurança, prevenção de quedas e acessibilidade. Entre os exemplos de atividades desenvolvidas destacam-se: cortar alimentos macios (coordenação motora fina e força de preensão), alcançar a mão em diferentes alturas (amplitude e equilíbrio), mexer massas ou bater ingredientes (fortalecimento muscular),

organizar ingredientes na bancada (mobilidade e postura funcional) e propor desafios aos graduados (como evoluir da posição sentada para a em pé ou variação do peso dos ossos). O envolvimento dos alunos de Fisioterapia é ativo em todas as etapas: planejamento junto ao professor, condução e observação das tarefas, correção de movimentos, registro de desempenho funcional e reflexão coletiva sobre os avanços e adaptações permitidas. Esse projeto-piloto evidencia o poder do uso da cozinha como ambiente terapêutico, integrando teoria e prática em um contexto real e significativo para o paciente. Além de desenvolver competências clínicas e reflexivas nos estudantes, promove atividades funcionais que impactam diretamente na autonomia e na qualidade de vida dos pacientes, fortalecendo a formação humanizada e prática em Fisioterapia. Este projeto reforça ações interprofissionais no processo de ensino aprendizagem e desenvolvimento de competências específicas do curso.

Sala 6 | ID 114

[ID 114] O SINDICALISMO E A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO EM PORTUGAL

Jennifer Webb Santos | Universidade Federal do Pará (UFPA) | jenniferwebbufpa@gmail.com

Belmiro Cabrito | Universidade de Lisboa | b.cabrito@ie.ulisboa.pt

Resumo

O presente trabalho apresenta o estudo desenvolvido com vista à compreensão da relação do movimento sindical docente com a dinâmica da estruturação e organização da carreira docente em Portugal no período pós 2010, especialmente no contexto de congelamento salarial iniciado no final da década anterior. Esse trabalho foi motivado, inicialmente, pelo estudo comparativo Brasil-Portugal feito no âmbito do desenvolvimento de estágio intercalar na Universidade de Lisboa durante a realização de pesquisa de doutorado em educação pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Políticas Públicas Educacionais (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo tema central foi a Carreira Docente. Em vista disso, o estudo em questão, teve como intenção ampliar e aprofundar conhecimentos na área da carreira e organização do movimento docente por meio dos sindicatos da categoria em Portugal e compreender o contexto da estagnação da carreira e formação dos docentes por 9 anos, 4 meses e 2 dias e seus reflexos. Para a realização da pesquisa foram feitas observações e entrevistas durante manifestações sindicais públicas, seguidas de visitas à sede da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), localizada na cidade de Lisboa, que congrega o maior número de trabalhadores na educação de Portugal, o que possibilitou uma vivência sobre a resistência às políticas de retirada de direitos do trabalhador docente. Foi realizado levantamento documental no centro de documentação da entidade, além da revisão de literatura sobre sindicalismo e carreira docente que subsidiaram uma entrevista com professoras sindicalizadas. No transcurso do trabalho foi possível dialogar também com professores que atuam no movimento docente e perceber os limites e as possibilidades da organização da categoria para enfrentar o processo de precarização e a desvalorização da

carreira docente, evidenciando que as políticas de austeridade neoliberal estão presentes em diversos países e que o projeto de superação da crise do capitalismo é geral e sua consequência principal é o aprofundamento da retirada de direitos da classe trabalhadora que promove a desigualdade social. Finalmente, reflete-se sobre o sentido político da recuperação faseada do tempo de serviço congelado a partir de 1 de setembro de 2024, no quadro do capitalismo neoliberal global.

Palavras-chave: Sindicalismo; Carreira Docente; Austeridade.

Sala 6 | ID 314

[ID 314] Os docentes como investigadores da sua prática, num grupo cooperativo de formação no Movimento da Escola Moderna

Luís Mestre | Movimento da Escola Moderna | luismestre31@gmail.com

Resumo

A par da precarização das condições de trabalho e da intensificação e burocratização do trabalho docente, a atual falta de professores contribui para o risco de desprofissionalização da profissão docente, afetando, não apenas a disponibilidade para os professores investigarem o seu próprio trabalho de forma colegial e democrático, mas também, o reconhecimento e valorização do conhecimento produzido por movimentos que atribuem ao trabalho docente uma natureza intelectual (Moreira, 2025). Nesse sentido, é oportuno registar e valorizar os vários estudos realizados em Portugal e recomendações propostas sobre a formação contínua, onde se valoriza, não só o trabalho colaborativo e a reflexão dos professores em prol da melhoria das suas práticas e aprendizagem dos alunos, como o professor enquanto investigador e produtor de conhecimento profissional (Estrela et al., 2018; Faria et al., 2019). A afirmação dos professores como profissionais intelectuais (Giroux, 1997) que investigam, escrevem, produzem e publicam conhecimento, em prol da melhoria da aprendizagem dos seus alunos, no seio de comunidades de prática, assume-se como crucial para que a profissão docente, em grande parte, seja valorizada (Tinoca, 2017), como para que se ultrapasse o afastamento entre investigação, prática e desenvolvimento profissional (Dimmock, 2016). O presente estudo tem como um dos objetivos compreender se o trabalho desenvolvido num grupo cooperativo de formação, iniciado em 2022, no seio de uma comunidade de prática já obrigatória, o Movimento da Escola Moderna, reflete as características de uma investigação da prática (Cochran-Smith & Lytle, 1990,1993) e os docentes participantes se documentam como pesquisadores. Pretende-se, igualmente, identificar a função e o perfil do professor investigador que dinamiza as sessões de formação/investigação, à luz dos conceitos de supervisão colaborativa e colegial (Alarcão & Canha, 2013; Glickman et al., 2018) e de autoformação cooperada (Niza, 2012). A investigação é organizada na forma de um estudo de caso único, do tipo ramificado, sendo o caso o grupo cooperativo de formação e os sub-casos os docentes e o seu processo formativo. Para além da coleta de dados incidir nos planos de investigação, diários profissionais e ensaios sobre a prática investigada, prevê-se realizar entrevistas semidiretivas individuais e de Focus

Group. O processo de análise assentará na análise documental e de conteúdo. O investigador deste estudo assume também o papel de participante na dinamização do grupo em causa, o que o torna numa variável importante no processo de coleta e de análise dos dados. Pretende-se, a partir dos resultados alcançados, compreender se o trabalho realizado no grupo cooperativo de formação reflete as características de uma investigação da prática e os docentes envolvidos se identificam como investigadores, tal como identificar a função e o perfil do professor organizador e dinamizador do referido grupo.

Sala 6 | ID 192

[ID 192] POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO DOS PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS EM GOIÁS

Maria Cristina Mesquita | Pontifícia Universidade Católica de Goiás
|mcristinadm@yahoo.com.br

Renato Almeida | Universidade Estadual de Goiás | renatobalmeida@hotmail.com

Rodrigo Mohn | Pontifícia Universidade Católica de Goiás | mohnfideles@gmail.com

Resumo

A valorização docente é um pilar para a consolidação de uma educação pública de qualidade, uma vez que envolve remuneração, condições de trabalho, progressão na carreira e reconhecimento social. Este estudo resulta de pesquisa em andamento e analisa a política de valorização docente no Estado de Goiás, Brasil, com foco nos Planos de Cargos e Salários (PCS) dos municípios, sua vinculação ao Piso Salarial Nacional e a aplicação de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). O universo abrange 224 municípios cujos PCS foram localizados. A investigação, de natureza comparativa e qualitativa, baseada em levantamento documental, consultas ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás. Os resultados demonstram que 91% dos municípios possuem PCS publicados, o que representa um avanço em termos de institucionalidade e transparência. No entanto, persistem desigualdades regionais significativas. Regiões como o Norte e o Oeste Goiano, caracterizadas por menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baixa densidade populacional e economias menos planejadas, concentram as maiores dificuldades na formalização e atualização dos PCS, evidenciando fragilidade técnica e administrativa. Em contrapartida, nas regiões, como o Sudeste, o Sudoeste e o Entorno do Distrito Federal, apresentam maior regularidade na institucionalização de seus planos. A Região Metropolitana de Goiânia, apesar de reunir os municípios com maior arrecadação e proximidade da capital, revelou contradições, com número expressivo de PCS não localizados, apontando para desigualdades intraurbanas. No que se refere à vinculação dos PCS ao Piso, os resultados obtidos em quatro Regiões evidenciam que 53% não citam o Piso de forma definitiva em seus PCS. Essa prática gera achatamento salarial, distorções na progressão funcional e limita a efetividade da política de valorização. Uma análise da aplicação dos recursos em MDE, tendo como aplicação mínima de 25% dos impostos e transferências constitucionais, revelou oscilações relevantes durante o período pandêmico, especialmente em 2021, quando a Emenda Constitucional nº 119 flexibilizou a obrigatoriedade de investimento mínimo. Conclui-se que, embora o Estado de

Goiás tenha avançado na formalização do PCS e na adequação ao Piso Nacional, persistem contradições estruturais que dificultam a consolidação de uma política de valorização docente.

Palavras-chave: Valorização docente; Planos de Cargas e Salários; Piso Salarial Nacional.

Sala 6 | ID 318

[ID 318] PERSPECTIVAS DE PROFESSORES FORMADORES DE FUTUROS PROFESSORES SOBRE O PLANEJAMENTO ENTRE PARES: RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ESPANHA

Leticia Guarisa | Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de Valencia | leticiaguarisa@ufrj.br

Resumo

Esta pesquisa em andamento ancora-se na área da Educação e no campo da Formação de Professores, particularmente na construção de conhecimento em torno da teoria do desenvolvimento profissional docente, com atenção específica ao planejamento do ensino realizado entre pares na escola. Tem por objetivo depreender sentidos sobre o planejamento entre pares no contexto escolar na perspectiva de professores formadores de futuros professores da Universidade de Valência - Espanha. Insere-se como parte de uma pesquisa de doutorado sanduíche com vinculação entre Brasil e Espanha. Teoricamente, Imbernón (2011), Marcelo (2009) e Cruz e Fernandes (2024) balizam a aposta no desenvolvimento profissional docente situado nas experiências docentes e nos conhecimentos construídos na escola enquanto locus da atuação profissional. Vasconcellos (2018; 2002) e Gandin (2014) fundamentam a discussão sobre o planejamento participativo e dialógico, e André et al. (2010) e Souza e Cruz (2022) sobre o conceito de professor formador de futuros docentes. Metodologicamente, em uma abordagem qualitativa (Ludke; André, 1983), a construção de conhecimento empírico será realizada através da pesquisa narrativa (Clandinin; Connelly, 2015; Galvão, 2005), com interesse nas narrativas docentes para o entrelaçamento entre perspectivas sobre o planejamento do ensino entre pares no contexto da escola. Serão realizadas entrevistas narrativas com professores que formam futuros professores, com foco nos sentidos e nas experiências docentes que são fontes para a construção de conhecimento através de uma descrição minuciosa dos significados produzidos pelos participantes. O material empírico contribuirá para a relação de diferentes perspectivas sobre o planejamento pedagógico do professor com foco no desenvolvimento profissional. Em que, no Brasil, serão investigadas as narrativas de professores da educação básica que atuam em escolas vinculadas ao Complexo de Formação de Professores, política institucional de Formação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e na Espanha, focaliza-se nas narrativas de professores formadores da Faculdade de Filosofia e Educação da Universidade de Valência. Como considerações parciais, evidencia-se a necessidade de estudos e pesquisas que relacionem a formação de professores com o desenvolvimento profissional e que contemplem concepções diversas sobre o processo de atuação docente e organização do trabalho pedagógico: o planejamento.

Palavras-chave: Desenvolvimento profissional docente; Professor formador; Planejamento entre pares.

Sala 7 | ID 209

[ID 209] Plataformas digitais e os efeitos nas ferramentas verticais de accountability na educação básica catarinense

Marilda Pasqual Schneider | Unoesc | marilda.schneider@unoesc.edu.br

Camila Rostirola | Unoesc | camila.rostirola@unoesc.edu.br

Ricardo Hack | Unoesc | hack.ricardoadv@icloud.com

Resumo

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

O uso de plataformas digitais na educação básica brasileira intensificou-se na última década, reforçando o monitoramento e o controle da ação de gestores e professores. Em Santa Catarina, a plataforma Educação na Palma da Mão constitui exemplo emblemático dessa dinâmica, ao reunir dados de matrícula, frequência, desempenho e comunicação escola-família em um ambiente digital centralizado. Longe de representar apenas inovação tecnológica, expressa o aprofundamento da lógica de regulação por resultados, típica de reformas educacionais em contexto neoliberal, nas quais a gestão passa a ser mediada por indicadores e algoritmos. O estudo objetiva analisar criticamente os efeitos da plataformização nas escolas catarinenses, evidenciando como a coleta massiva de dados e os mecanismos de accountability impactam a gestão, o trabalho docente e a participação democrática. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em pesquisa documental, examinando legislações, relatórios técnicos e materiais de comunicação, articulados à literatura crítica sobre tecnocratização, accountability e plataformização da educação (Afonso, 2012; Barroso, 2005; Adrião, 2021; Williamson, 2022). A análise denuncia os riscos da plataformização como forma de privatização indireta e de aprofundamento das desigualdades, indicando a urgência de políticas digitais que assegurem transparência, participação social e proteção de dados. Resultados preliminares mostram que o uso de plataformas intensifica práticas de vigilância sobre estudantes, gestores e professores, reduzindo a complexidade do fenômeno educativo a métricas e rankings. A lógica de accountability vertical reforça relações hierárquicas e desloca o debate sobre qualidade da esfera pública para uma governança algorítmica opaca, fragilizando o protagonismo pedagógico e homogeneizando práticas de gestão das escolas. Na plataformização digital, tecnologias mapeiam e controlam processos, induzindo autogestão algorítmica e esvaziamento do sentido do trabalho educativo, com priorização da aceleração e mercantilização da educação (Duci; Gomes, 2024). A pesquisa ressalta a necessidade de equilibrar o uso dessas tecnologias com a preservação da dimensão humana e do diálogo pedagógico, visando uma educação pública democrática, plural e emancipatória.

Palavras-chave: Plataformização da educação; Governança digital; Accountability.

Sala 7 | ID 295

[ID 295] NOVA GESTÃO PÚBLICA E BUROCRACIA ELETRÔNICA: IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Daniela Terto | IFRN – Universidade do Minho | danielaterto@gmail.com

Resumo

A utilização de ferramentas eletrônicas na gestão da educação se tornou uma característica já naturalizada no cotidiano das escolas e por isso demanda estudos que evidenciem seus efeitos na democratização da gestão escolar. O presente estudo objetivo discute as implicações da Nova Gestão Pública (NGP) e da burocracia eletrônica na gestão democrática da educação. Resultado de um levantamento bibliográfico que se fundamenta em autores e autores como Newman e Clarke (2012); Verger e Normand (2015); Meira (2019); Lima (2021); Torres (2023), entre outros. A pesquisa conjunta que o uso das plataformas eletrônicas é uma estratégia defendida pela NGP, modelo de gestão que defende que as organizações possuam liberdade para gerenciar, liberando-se dos controles governamentais por meio de estratégias flexíveis e adaptativas. As plataformas eletrônicas são defendidas como recurso à desburocratização e flexibilização dos processos, garantindo agilidade nas respostas aos problemas educacionais. Lima (2021), entretanto, afirma que estes não só não desburocratizam os processos, como os acentuam, por meio da vigilância digital, configurando-se uma burocracia aumentada. O uso de plataformas eletrônicas na gestão da educação traz em seu discurso o ideal de desburocratização e modernização proferido pela NGP, mas, contudo, constitui-se numa burocracia eletrônica, posto que amplia ainda mais o controle, a vigilância e a regulação, agora realizada remotamente. Limita ou mesmo inviabiliza a capacidade de decisão e atuação das instituições, dos sujeitos e órgãos colegiados, envolvidos na alimentação, nutrição e divulgação de dados, mas sem tempo ou condições para realizar a análise devida e reflexão destes. Conclui-se que sob os princípios da decisão NGP, a burocracia eletrônica tende a comprometer a democratização da gestão da educação posto que diminui a já fragilizada autonomia escolar, centraliza a tomada de decisão e aumenta o controle sobre os processos. Esses efeitos distanciam a gestão cada vez mais de um ideal democrático e participativo, contribuindo com uma educação que resulta em “processos de escolarização desumanizados” (Lima, 2021) e em culturas fragmentadas (Torres, 2023) que constroem os espaços de criatividade e espontaneidade humana em detrimento de práticas rígidas e hiperburocratizadas.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública; Burocracia eletrônica; Gestão democrática da educação.

Sala 7 | ID 315

[ID 315] Políticas Municipais Complementares à Educação Escolar: os Casos de Salamanca e Sintra

João Pedro Caseiro | Universidade de Coimbra | jpcaseiro@fpce.uc.pt

Joaquim Luís Medeiros Alcoforado | Universidade de Coimbra | jalcoforado@fpce.uc.pt

Resumo

O papel dos municípios em educação tem evoluído ao nível formal, não formal e informal, tanto por força da lei, como pela proatividade dos agentes locais em reforçar a responsabilidade das autarquias nestas matérias. Na educação escolar verifica-se, em diversas autarquias, uma tendência para ir além das burocracias e formalidades previstas na lei, com o desenvolvimento de ferramentas de planeamento estratégico e a disponibilização de ofertas complementares às escolas. A regular proatividade das autarquias em Portugal e Espanha, na educação, está geralmente em linha com as recomendações internacionais — como por exemplo da OCDE, União Europeia e UNESCO — e reveste-se de particular importância num contexto global de aceleradas mutações e imprevisibilidade, onde as comunidades locais são desafiadas de diversos modos. O presente trabalho apresenta os casos municipais de Sintra e Salamanca ao nível de políticas educativas locais, diferentes entre os dois contextos e diferenciadoras dos percursos educativos. A investigação inclui contributos provenientes da análise documental, entrevistas a responsáveis políticos e de uma revisão de literatura integrativa e permite uma melhor compreensão das políticas públicas locais complementares aos currículos educativos. O estudo enquadra e descreve práticas únicas em cada um dos contextos, adaptadas às necessidades e vontades próprias, identificadas por cada autarquia local. De modo geral, estas práticas perspetivam a inclusão, a emancipação cidadã e a promoção cultural e académica.

Palavras-chave: Políticas Educativas; Municípios; Educação.

Sala 7 | ID 250

[ID 250] A mercantilização e o preço da educação para a infância: parcerias, políticas e poder em disputa

Verônica Couto Machado Bello Macedo | Universidade do Minho – Universidade Estácio de Sá
| veronicacoutomachado@gmail.com

Marcelo Mocarzel | Universidade Estácio de Sá | marcelomocarzel@gmail.com

Fernando Ilídio Silva Ferreira | Universidade do Minho | filidio@ie.uminho.pt

Karine Morgan | Universidade do Estado do Rio de Janeiro | morganuff@gmail.com

Resumo

Este trabalho propõe uma análise crítica e comparativa dos processos de privatização e das parcerias público-privadas (PPPs) na educação infantil no Brasil e em Portugal, interrogando os seus impactos na democratização do acesso e na equidade educativa. A relevância da investigação assenta na crescente presença de instituições privadas financiadas com recursos públicos, realidade que desafia os princípios de justiça social e universalização que sustentam o direito à educação. Inserido nos eixos do colóquio sobre políticas públicas, regulação e equidade, o estudo dialoga com os desafios contemporâneos da gestão educacional em contextos marcados por reformas de orientação neoliberal. O quadro teórico baseia-se em autores como Stephen Ball, Christian Laval, Theresa Adrião, Vanda Peroni, Marcelo Mocarzel e Fernando Ilídio Ferreira, cujas contribuições têm problematizado criticamente os impactos da

mercantilização da educação, com especial atenção aos conflitos entre os setores público, privado e comunitário. São mobilizadas categorias como privatização endógena e exógena, justiça social, regulação e equidade. A questão da investigação é: Como os processos de privatização e as PPPs impactam a democratização do acesso e a equidade na educação infantil no Brasil e em Portugal? Os objetivos incluem mapear marcos normativos, analisar modalidades de parceria, avaliar seus efeitos na qualidade e no acesso, e produzir subsídios teórico-críticos para a defesa da educação como direito público. Metodologicamente, trata-se de uma investigação qualitativa e comparativa, centrada na Análise Crítica do Discurso (ACD) como estratégia para compreender os sentidos produzidos por discursos institucionais e políticos em torno das PPPs. A ACD será aplicada a documentos legais, relatórios e entrevistas com gestores públicos, dirigentes de instituições parceiras e representantes de conselhos municipais de educação. A análise pretende identificar relações de poder, estratégias discursivas e formas de legitimação dessas políticas, articulando os discursos ao contexto político e histórico em que se produzem. Como contributos, espera-se oferecer evidências empíricas que revelem os efeitos das PPPs sobre a equidade e a qualidade na educação infantil, contribuindo para um debate fundamentado sobre a legitimidade político-pedagógica desses arranjos. O estudo pretende também fortalecer a formulação de políticas mais democráticas e socialmente justas, reafirmando a educação infantil como direito universal e responsabilidade do Estado.

Palavras-chave: Privatização; Educação Infantil; Equidade.

Sala 8 | ID 319

[ID 319] 20 anos de TIC no currículo em Portugal. E os estudantes que ingressam no ensino superior sentem-se confiantes no uso de tecnologias?

Sandra Fradão | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-ULisboa) | sfradao@gmail.com

Joana Viana | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-ULisboa); UIDEF | jviana@ie.ulisboa.pt

Resumo

Nas últimas décadas, várias mudanças foram introduzidas nas escolas portuguesas quanto ao uso de tecnologias digitais nos processos de ensino e de aprendizagem. Após vinte anos de medidas de política educativa e curricular na área das TIC no ensino básico e secundário em Portugal, que incluíram a criação da disciplina de TIC e a integração transversal das tecnologias no currículo, importa compreender como estas medidas se refletem na preparação digital dos alunos que ingressam no ensino superior. O estudo aqui apresentado examina a evolução do uso de tecnologias digitais por estudantes do 1.º ano da licenciatura em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, ao longo de quinze anos (2010-2024). Adotando uma abordagem descritiva e interpretativa, os dados recolhidos através de questionário (N≈720) foram analisados com o objetivo de compreender: (i) que utilização de tecnologias digitais fazem os estudantes que ingressam no ensino superior; (ii) que variações

se observam ao longo de 15 anos (2010–2024) quanto a dispositivos, aplicativos, objetivos de uso, atitudes e percepções de competências digitais; e (iii) que a relação se pode estabelecer entre essa utilização e as medidas de política educativa inovadoras ao longo de vinte anos. Os resultados preliminares revelam mudanças no uso das tecnologias, tanto no nível pessoal como acadêmico, ao longo dos últimos quinze anos. As redes sociais mantêm uma adesão total desde 2017 e o uso de ferramentas de comunicação síncrona (como Zoom e Teams) e de armazenamento e partilha de documentos (Google Drive, OneDrive) regista um crescimento acentuado. No contexto educativo, o uso diversificou-se ao longo dos anos, passando de recursos mais informativos para ferramentas colaborativas de criação multimédia e plataformas de videoconferência. As tecnologias são usadas principalmente para comunicação, interação e entretenimento, mas também para pesquisa e organização de informação. Em síntese, verifica-se uma evolução nas práticas e atitudes dos estudantes que ingressam no ensino superior, revelando maior confiança e autonomia no uso de tecnologias. De destacar que a percepção de competência digital tem vindo a aumentar, com 68% dos estudantes a declararem-se “bastante” ou “muito competentes” em 2024, quando nos primeiros anos do estudo essa percentagem é menor que 50%. Após vinte anos de medidas de política educativa integrar tecnologias nas práticas pedagógicas e curriculares da escola em Portugal e contribuir para o desenvolvimento de competências digitais ao longo da escolaridade obrigatória, os estudantes parecem chegar à universidade com uma forte presença digital nas suas rotinas cotidianas e académicas. Contudo, isso não significa que se sintam fluentes e competentes digitalmente, indicando que a sua autoconfiança no uso das tecnologias permanece moderada.

Palavras-chave: TIC; Escola; Competências digitais; Política educativa; Portugal.

Sala 8 | ID 128

[ID 128] Entre exemplos, decepções e inspirações: uma investigação sobre os professores marcantes em escritos memorialísticos de licenciados da Universidade de São Paulo

Katiene Nogueira da Silva | Universidade de São Paulo (USP) | katiene@usp.br

Resumo

Este trabalho traz uma reflexão diante das marcas deixadas pelos professores ao longo da formação escolar e da formação docente. Tais percepções, construídas de maneira subjetiva pelos estudantes, criam identificações positivas ou negativas, não só com o professor, mas também com o conteúdo da disciplina que esse professor ministra e até mesmo com a própria escola. É certo que reconhecemos experiências individuais e/ou coletivas como práticas educativas a serem seguidas como caminho basilar é correr o risco de não enxergar o que Bourdieu chamou de “A ilusão biográfica” (2006), referindo-se às implicações nocivas que esse caminho pode trazer. Tendo em vista a complexidade das situações em sala de aula, não é possível entender os relatos como algo modelar, uma espécie de “receita de bolo” a ser seguida. Contudo, é possível estabelecer novas práticas e encarar essas experiências como possibilidades, no que Catani (1997) chamou de fazeres docentes particulares. Em se tratando

de um espaço, a escola, onde o tempo de vivência é específico, essas percepções influenciam ações e decisões, justamente porque fazem parte da construção individual (inspirando ou interferindo de maneira nociva nas trajetórias dos sujeitos), principalmente quando essas memórias e histórias são marcantes. Os professores deixam marcas na memória de seus alunos de acordo com o tipo de mediação que exercem sobre eles. Há várias propostas que sublinham as histórias de vida e os relatos memorialísticos como sendo enredos para estudar as práticas de docentes, ou seja, uma reflexão sobre vários aspectos ligados aos processos educativos pode ser potencializada a partir de estudos autobiográficos (TARDIF, 2000). Assim, a partir de escritos memorialísticos de estudos produzidos no âmbito das licenciaturas da Universidade de São Paulo busca-se investigar e refletir sobre o potencial formativo do exercício no ensino superior.

Palavras-chave: Professores marcantes; Escritos memorialísticos; Formação de professores.

Sala 8 | ID 262

[ID 262] Acompanhamento dos egressos do curso de Matemática da UnB

Luciana Maria Rodrigues | Universidade de Brasília | E-mail: luavila83@gmail.com

Janete Gamboa | Universidade de Brasília | E-mail: jscjanete@gmail.com

João Batista Holanda Neto | Universidade de Brasília | E-mail: joao.holanda@gmail.com

Paulo Henrique Costa | Universidade de Brasília | E-mail: phalfa@gmail.com

Resumo

O acompanhamento dos egressos é um instrumento importante para avaliar a qualidade da formação acadêmica e orientar processos de inovação pedagógica nos cursos. De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, a análise do perfil dos egressos é estratégica para garantir a qualidade dos cursos, orientar sua expansão e fortalecer a efetividade acadêmica e social das instituições. Nesse contexto, a investigação das trajetórias profissionais de estudantes egressos fornece subsídios relevantes para compensar práticas pedagógicas, currículos e metodologias de ensino. Este trabalho apresenta um estudo sobre os egressos do curso de Matemática da Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de compreender sua inserção profissional, a adequação da formação recebida e a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. Os resultados iniciais revelam percursos profissionais diversificados, que vão da docência na educação básica e na educação superior e também atuando em áreas de governo. Contudo, apontam desigualdades no acesso a oportunidades acadêmicas e profissionais. A análise sugere que o monitoramento contínuo dos egressos pode subsidiar inovações curriculares e metodológicas, fortalecer práticas educativas inclusivas e ampliar a integração entre universidade, mercado de trabalho e sociedade. Assim, compreender a realidade dos egressos do curso de Matemática da UnB contribui para avaliar a eficácia do curso e se apresenta como uma via para promover a inovação na educação superior.

Palavras-chave: Acompanhamento; Egressos; Matemática.

Sala 8 | ID 283

[ID 283] Percepções de Egressos sobre a Formação em Pedagogia: Contribuições para Avaliação Institucional e Justiça Social

Nonato Miranda | Universidade Municipal de São Caetano do Sul | mirandanonato@uol.com.br

André Silva | Universidade Paulista (UNIP) | andre_anjos@yahoo.com.br

Silton Romboli | Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) | silton.romboli@online.uscs.edu.br

Resumo

A formação de professores, historicamente marcada por tensões entre teoria e prática, constitui um eixo central para o fortalecimento da democracia e da justiça social em tempos de crise. Estudos como os de Gatti e Barreto (2009), Pimenta (2012) e Diniz-Pereira (2011) destacam a centralidade da formação inicial na constituição da identidade docente, ao mesmo tempo em que apontam fragilidades estruturais. Nesse cenário, as pesquisas com egressos têm se mostrado fundamentais para a avaliação institucional e para a revisão curricular (Andriola, 2014; Paul, 2015), embora ainda sejam pouco exploradas de modo sistemático no Brasil. Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa realizada com 237 egressos do curso de Pedagogia da Universidade Paulista (UNIP), que responderam a questões abertas sobre pontos positivos e negativos de sua formação. A análise temática evidenciou, entre os aspectos positivos, a relevância de docentes inspiradores, a inserção no mercado de trabalho — muitas vezes via concursos — e o impacto social da graduação como instrumento de ascensão pessoal e profissional. Também foram destacados projetos, oficinas e disciplinas como Psicologia e Libras, vistas como diferenciais formativos. Por outro lado, emergiram críticas recorrentes à insuficiência de práticas em sala, à burocratização do estágio e das horas complementares, à desigualdade na didática dos professores e às lacunas em educação inclusiva e em Educação de Jovens e Adultos. Essas percepções dialogam com achados de Libâneo (2006), Scheibe (2007), Tardif (2014) e Nóvoa (2018), que apontam a necessidade de aproximar mais fortemente a formação inicial das realidades da escola e da gestão educacional. Ao trazer a perspectiva dos egressos, esta pesquisa evidencia que a escuta de ex-alunos pode subsidiar não apenas processos de autoavaliação institucional, mas também políticas públicas de formação docente mais críticas, inclusivas e socialmente referenciadas. O estudo, assim, reforça que a valorização do pedagogo, em sua docência e funções ampliadas, é condição necessária para a promoção da justiça social e para a renovação democrática da escola.

Palavras-chave: Egressos; Pedagogia; Políticas de Formação de Professores

Sala 9 | ID 292

[ID 292] Ler e escrever para o exercício da cidadania digital: análise de livros escolares do Brasil e de Portugal

Ana Paula de Sá | Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Universidade do Porto (UP) | anap.ss88@gmail.com

Resumo

Considerando a importância das literacias digitais críticas para o século XXI, o objetivo da comunicação é discutir as perspectivas de cidadania digital que podem ser apreendidas dos exercícios de leitura e escrita associados à esfera digital presentes em livros escolares do Brasil e de Portugal. Entendemos que esse tipo de material não apenas fornece promessas sobre a implementação de políticas e discursos curriculares, mas que sua autoria culmina por algumas vezes numa autoridade pedagógico-curricular. Além de recorrer à revisão bibliográfica de concepções contemporâneas de cidadania digital, o quadro teórico tem como ponto de partida as proposições freireanas de palavravimundo e de formação para a cidadania transformadora e crítica, comprovadas à perspectiva de multissemiótica da Pedagogia dos Multiletramentos. Optamos por desenvolver um estudo qualitativo que segue os princípios da Análise de Conteúdo, realizando, inicialmente, uma leitura flutuante das matrizes curriculares do Brasil e de Portugal, e, em seguida, uma categorização das ocorrências identificadas nas obras didáticas. O corpus é composto por manuais de Inglês e de Português do 9º ano de ambos os países. Os resultados apontam que, em comum aos dois contextos, a alfabetização digital é abordada no componente Inglês com vistas à comunicação online, o que indica a articulação do aprendizado do inglês ao exercício da cidadania global. Quanto ao componente português, é mais frequente e diversa a presença desse tipo de atividade no corpus brasileiro, o que aproxima-se de visões tanto comportamentais quanto críticas-transformadoras de cidadania digital. Em Portugal, a referência ao digital no contexto do ensino de língua portuguesa se faz mais a nível técnico (como fonte, suporte, ferramenta), com atenção predominantemente à materialidade textual, e por isso sem grande relação com questões sociais/cidadãs. Uma hipótese explicativa para essa diferença é o fato do currículo de Portugal contar com componentes inexistentes no Brasil, como “TIC” e “Cidadania e Desenvolvimento” (com o domínio dos Media), que permitem que a literacia digital seja explorada para além do alcance do ensino de línguas. Esses dados chamam a atenção para a importância de se investigar e teorizar abordagens mono, inter e transdisciplinares da alfabetização digital nas políticas curriculares, a fim de compreender quais são os papéis e as contribuições de diferentes disciplinas na preparação dos jovens para a cidadania digital.

Sala 9 | ID 251

[ID 251] POR QUE ENSINAR LITERATURA NO ENSINO FUNDAMENTAL? LITERATURA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Amanda Catem | Unigranrio | alvesamanda2@yahoo.com.br

Tamara Campos | Unigranrio | tamara.campos@unigranrio.edu.br

Resumo

Deve-se ensinar literatura para ir além do hábito de ler, para formar cidadãos críticos e ampliar o olhar sobre os livros e sobre a vida, porque mais do que agregadora de conhecimento, literatura também é experiência. É preciso (re)pensar o conceito, a relevância e a função social da literatura para que seu ensino e aprendizagem sejam uma prática significativa dentro do espaço escolar. Nessa perspectiva, surge o letramento literário que consiste em escolarizar a literatura, como forma de garantir o uso e o domínio de textos literários dentro do espaço escolar a fim de tornar os educandos leitores proficientes dentro e fora do universo escolar. “Por ter a função maior de tornar o mundo compreensível, transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas é que a literatura tem e precisa manter um lugar especial nas escolas” (Cosson, 2014, p. 17). Desta forma, o objetivo principal deste trabalho é pensar a aula de literatura, baseada no letramento literário de Rildo Cosson, que envolve a apropriação e a interpretação dos textos literários como experiência humana e tem como fundamento a necessidade de superar as práticas tradicionais de ensino que limitam o potencial formativo da literatura e desmotivam os alunos. O letramento literário na escola é diferente da leitura literária feita apesar da escola, pois a condição de leitor autônomo está associada às estratégias aprendidas durante as práticas escolares, pois a literatura não é inteligível no nível imediato, uma vez que o texto literário não trabalha com um saber, mas vários saberes. Tendo como fundamento a necessidade de superar as práticas tradicionais que limitam o potencial formativo da literatura e desmotivam os discentes, realizou-se uma sequência didática baseada no conto A Nova Califórnia de Lima Barreto. Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa, com observação ativa em uma turma do 7º ano de uma escola pública no município do Rio de Janeiro, ao longo de um bimestre letivo. A metodologia baseou-se no processo de “Letramento Literário” de Rildo Cosson, utilizando as etapas de motivação, leitura, interpretação e contextualização, além de atividades interativas. Os resultados deste trabalho demonstram que a literatura na sala de aula e as práticas pedagógicas que valorizam a interação, o diálogo e a contextualização contribuem para a formação de leitores críticos e autônomos.

Palavras-chave: Literatura; Ensino Fundamental; Letramento Literário.

Sala 9 | ID 341

[ID 341] Espaços Educativos na Escola Nova: Um Estudo do 1.º Jardim de Infância em Bragança (1915)

Luís Castanheira | Centro de Investigação em Educação Básica do Instituto Politécnico de Bragança | luiscastanheira@ipb.pt

Resumo

Este estudo investiga os espaços educativos das propostas pedagógicas de uma verdadeira Escola Nova, tendo como foco a primeira Escola Infantil, ou Jardim de Infância, criado em 1915 na cidade de Bragança, Portugal. A criação de uma nova instituição de ensino requer um

entendimento profundo das melhores práticas e estruturas de escolas semelhantes para facilitar a implementação de abordagens práticas. A implementação da primeira Escola Infantil na cidade foi desafiada pela falta de referências locais, uma vez que não existiam outras instituições da mesma natureza para crianças entre os 3 e 6 anos de idade, antes da escolarização primária. Os objetivos deste trabalho consistem em: 1) apresentar uma Escola Infantil, detalhando todos os seus espaços educativos, tanto interiores quanto exteriores; 2) investigar as influências que nortearam a concepção desses espaços; e 3) analisar o impacto que os espaços educativos tiveram no funcionamento e na dinâmica da escola. A metodologia aplicada é alicerçada numa abordagem hermenêutica, utilizando pesquisa qualitativa para interpretar documentos e uma heurística para localizar material relevante em jornais, atas e relatórios do período em questão. Os resultados deste estudo incluem a apresentação da planta da escola infantil, assim como uma análise detalhada de todos os seus espaços educativos. Verifica-se que a criação da escola foi significativamente influenciada por instituições semelhantes localizadas na cidade do Porto, que foram visitadas pelos seus fundadores, assim como pela fiscalização de escolas infantis observadas em outros países. Os espaços educativos, ao serem bem planejados e adaptados às necessidades do público-alvo, revelam-se elementos cruciais para o sucesso ou fracasso de qualquer instituição escolar. É imperativo que tais ambientes sejam concebidos com cuidado e atenção, promovendo aprendizagens práticas e inclusivas.

Palavras-chave: Educação; Infância; Escola nova.

Sala 9 | ID 169

[ID 169] O PAPEL DA BIOÉTICA NA FORMAÇÃO CIENTÍFICA E CIDADÃO NO ENSINO MÉDIO: UM ENFOQUE NA BIOTECNOLOGIA

Lucimar Ferreira Costa | Universidade Estácio de Sá | lucimarcostabio@gmail.com

Stella Maria Peixoto de Azevedo Pedrosa | Universidade Estácio de Sá | smpedrosa@gmail.com

Resumo

A crescente complexidade da biotecnologia e sua inserção em diversas esferas da vida humana exigiram uma abordagem educacional que vá além do conhecimento técnico/científico. Atuando como um eixo transversal para o desenvolvimento do pensamento crítico com responsabilidade social, a bioética surge como um componente curricular fundamental do ensino médio (Guimarães, 2017). Este estudo tem como objetivo analisar o papel da bioética na formação científica e tecnológica, enfatizando sua aplicação no ensino da biotecnologia. Conforme Malajovich (2017), a biotecnologia, por sua natureza inter/transdisciplinar e seu potencial para moldar o futuro da humanidade, coloca dilemas que a ciência por si só pode não resolver. Questões sobre edição genética, organismos geneticamente modificados, clonagem e uso de células-tronco exigem uma reflexão aprofundada que contempla valores morais e princípios éticos. Assim, a bioética é definida como o estudo sistemático da conduta humana no campo das ciências da vida e da saúde, na

medida em que essa conduta é examinada à luz dos valores e princípios morais, fornece o arcabouço teórico necessário para essa reflexão (Costa, 2024). No contexto do ensino médio, a bioética não deve ser isolada isoladamente, mas como uma estratégia pedagógica integrada ao currículo de biologia. Sua aplicação prática pode ocorrer por meio de debates, seminários e projetos de pesquisa que estimulam os alunos a ponderar sobre os prós e contras das tecnologias em desenvolvimento. A proposta é promover a discussão de temas controversos de forma informada e respeitosa. Isso alinha o ensino às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, que preconiza o desenvolvimento de competências e habilidades que preparam o estudante para a vida em sociedade e para a tomada de decisões conscientes (Brasil, 2018). A inclusão da bioética na educação científica fortalece o letramento científico, permitindo que os jovens não apenas compreendam a ciência, mas também que participem do debate público sobre suas aplicações. Ao integrar o estudo da biotecnologia com a reflexão ética, a escola se posiciona como um espaço para a construção de cidadãos capazes de analisar criticamente as inovações e de agir de forma responsável frente aos desafios do mundo contemporâneo. A partir dessas perspectivas, foi suscitada a seguinte questão: como a formação científica pode capacitar os estudantes a compreenderem as implicações éticas, sociais e ambientais das inovações biotecnológicas? A pesquisa foi organizada em etapas: revisão sistemática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e entrevista narrativa com professores de Biologia do Ensino Médio das escolas estaduais do município de Queimados, no Rio de Janeiro. Os resultados apontam que a inserção da bioética no currículo tende a capacitar os jovens a questionar não apenas o "como fazer", mas o que se "deve fazer", sendo essencial para promover o desenvolvimento da consciência crítica social.

Palavras-chave: Bioética; Formação Científica; Biotecnologia.

Sala 10 | ID 27

[ID 27] Autoavaliação e gestão democrática: caminhos para políticas permanentes na pós-graduação

Carolina Soares Bueno | Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | carolsoaresbueno@gmail.com

Elisa Henning | Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | elisa.henning@udesc.br

Luciane Mulazani dos Santos | Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | luciane.mulazani@udesc.br

Resumo

A autoavaliação institucional se consolidou, nos últimos anos, como um dispositivo estratégico para qualificar os programas de pós-graduação no Brasil. Inserida nos processos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especialmente no ciclo 2017-2020, a autoavaliação (AA) deixou de ser apenas uma exigência burocrática para assumir um papel pedagógico, político e formativo, mobilizando docentes, discentes, egressos e técnicos na construção de diagnósticos coletivos e na definição de ações de melhoria. Este trabalho apresenta uma proposta de política de autoavaliação docente e discente no

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGE/UDESC), articulada tanto ao planejamento estratégico institucional quanto às diretrizes da CAPES para o quadriênio 2025-2028. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, será desenvolvida durante um estágio pós-doutoral e prevê a elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados junto a diferentes atores, uma análise das práticas já realizadas, além da sistematização de resultados em relatórios e seminários. A perspectiva adotada considera a AA como mecanismo de gestão democrática, valorizando o diálogo, a participação e a corresponsabilidade. Espera-se, assim, que o processo se consolide como política permanente do PPGE/UDESC, orientando decisões estratégicas de curto, médio e longo prazo e fortalecendo a identidade, a legitimidade e o impacto social do Programa. Ao monitorar práticas de autoavaliação às políticas públicas educacionais, o estudo contribui para a reflexão sobre os mecanismos de coordenação e regulação que orientam os sistemas educativos e evidenciando potencialidades e fragilidades do modelo atual.

Palavras-chave: Autoavaliação; Políticas Educacionais; Pós-Graduação.

Sala 10 | ID 24

[ID 24] A NOVA CONFIGURAÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURAS: VIVENCIAIS E EXPERIÊNCIAS – O CASO DA UAB/UNITINS À LUZ DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 4/2024 E O NOVO MARCO REGULATÓRIO DA EAD

Rodrigo Nascimento | Unitins | rodrigo.vn@unitins.br

Mariana Neta | Unitins | mariana.sn@unitins.br

Silveria Basniak | Unitins | silveria.ab@unitins.br

Alessandra Ruita Santos Czapski | Unitins | alessandra.rs@unitins.br

Darlene Teixeira Castro | Unitins | darlene.tc@unitins.br

Resumo

O presente trabalho integra uma pesquisa no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculada à Universidade Estadual Unitins, e tem como objetivo discutir a prática acadêmica à luz da presencialidade na modalidade de Educação a Distância (EaD), conforme diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 4/2024 e o novo Marco Regulatório da EAD. A discussão pauta-se na realidade dos cursos de licenciatura ofertados pela UAB-Unitins, identificando as estratégias institucionais adotadas para a adaptação às novas diretrizes e os impactos da Resolução CNE/CP nº 4/2024 e o novo Marco Regulatório da EAD na regulação de seus cursos. No contexto da Educação a Distância, a Universidade consolidou um modelo organizacional que garante a qualidade do processo formativo e o acompanhamento permanente dos acadêmicos, por meio de uma atuação integrada entre professores formadores e tutores, que prestam suporte pedagógico e técnico, de forma presencial e a distância. Adota-se, para tanto, uma abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionários e entrevistas, análise de desempenho acadêmico, consulta a documentos institucionais e legislações vigentes. Os resultados preliminares indicam que a UAB – Unitins, por intermédio de seus cursos, tem investido em aspectos fundamentais para

assegurar a qualidade da formação docente, tais como, o fortalecimento da presencialidade pedagógica, por meio da mediação qualificada de professores formadores e tutores, com a comunicação síncrona; a ampliação de momentos formativos presenciais nos polos; a garantia de atividades práticas supervisionadas e de estágios curriculares obrigatórios devidamente acompanhados; a integração entre teoria e prática nas propostas pedagógicas dos cursos; e a consolidação de ambientes virtuais de aprendizagem que favoreçam a interação, a autonomia e o engajamento dos acadêmicos. Portanto, a Unitins, em consonância com as exigências legais e com os princípios de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade, tem direcionado esforços estratégicos para atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica, fomentando a construção e do domínio de saberes essenciais à prática docente, bem como do desenvolvimento da capacidade de atuar de forma crítica e participativa nos processos de inovação que envolvem a profissão de professor.

Palavras-chave: Licenciatura; Presencialidade; Diretrizes Curriculares Nacionais.

Sala 10 | ID 30

[ID 30] A aplicação das técnicas do teatro e do Kamishibai em educação: um caso

Maria da Silva Santana | Instituto Politécnico da Guarda | rosariosantana@ipg.pt

Resumo

Numa época marcada pelo uso abusivo das novas tecnologias pelos jovens, cremos ter nas metodologias mais tradicionais um suporte que permite compensar as práticas pedagógicas, tornando-as mais próximas do aluno. As áreas artísticas permitem o desenvolvimento de projetos colaborativos, onde a criatividade baseada no respeito pelas soluções apresentadas, além de um conjunto de conhecimentos, será uma solução para o seu crescimento pessoal e intelectual. O Kamishibai, de origem japonesa, é uma forma de contar histórias que remontam ao século oitavo. Revelando-se uma ferramenta útil para as aprendizagens, ligando áreas distintas do conhecimento. Introduzido na Europa nos anos 1970, por forma a estimular a aprendizagem da leitura e da escrita, estabelece um diálogo entre as áreas distintas que reclama para a sua implementação. Além disso, ao exigir a simplicidade de um texto, a singularidade das imagens que elucidam a história, uma forma modesta de fazer a dramatização e a sonorização do texto criado pelos intervenientes, mostrou-se, para nós, uma estratégia de trabalho em sala de aula com vista à sua implementação na prática docente de futuros professores. Nesse sentido, foi proposta a criação de uma história original e coletiva enfatizando todo o processo de criação artística. Deste modo, desde a construção do butai à elaboração de ilustrações, passando pela produção de uma sonorização a par da oratória, o aluno está envolvido em sua própria aprendizagem. Desse trabalho surtiu uma apresentação que aqui revelamos dar a conhecer, num resultado que aplica os conhecimentos veiculados na área da Educação Artística, e que destapa alguns dos problemas transversais aos diferentes níveis de ensino, e que poderão ser discutidos a partir desta proposta.

Palavras-chave: Kamishibai; Educação; Pedagogia.

[ID 299] Pressupostos do Enade das Licenciaturas (Brasil): apontamentos com base em uma pesquisa documental

Luana Ferrarotto | IFSP – Campus Bragança Paulista | luanaferrarotto@ifsp.edu.br

Resumo

Em 2004, no Brasil, foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) cujo objetivo é avaliar os cursos superiores. Um dos seus instrumentos é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Após duas décadas, o Enade aplicado nas Licenciaturas ganhou regulamentação própria. Sua aplicação anual inclui uma avaliação teórica e uma avaliação prática (Brasil, 2024). A implantação do Enade das Licenciaturas sinaliza a necessidade de investigações, pois os exames tendem a induzir as ações dos cursos. Assim, apresentamos uma pesquisa documental que objetivou analisar os pressupostos do Enade das Licenciaturas. A partir da análise de conteúdo (Bardin, 1977), foram examinados 14 documentos oficiais e 8 vídeos com declarações do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Desse processo, emergiram nas categorias: Primazia dos resultados quantitativos; Perfil desejado de docente: competências e valorização da prática e Enade das Licenciaturas como indutor de mudanças. Neste resumo, abordaremos a primeira delas. O Enade das Licenciaturas começou a ser construído após a divulgação dos resultados das licenciaturas no Enade de 2021, considerados baixos. A fala do secretário executivo junto do MEC exemplifica a relação entre qualidade e desempenho: “a qualidade que a gente afere, especialmente pelo Enade, em relação às licenciaturas, ela deixa a desejar” (Conviva Educação, 2025). A centralidade de dados quantitativos também aparece na comissão de elaboração do Enade das Licenciaturas, fornecida por docentes de licenciatura com os melhores desempenhos no Enade e por professores(as) de escolas com altos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Conviva Educação, 2024). Não há dúvida quanto a importância da avaliação de cursos e os exames podem ser utilizados como um dos instrumentos. Contudo, desconsiderar o contexto evidencia a aproximação com uma concepção mercadológica que impulsionou a concorrência em oposição a “colaboração e troca de experiências mudando a melhoria de qualidade” (Rothen; Barreyro, 2011, p. 27). Na concepção de qualidade social, além dos indicadores quantitativos, os indicadores qualitativos são contemplados, de modo a evidenciar aspectos que não são revelados apenas por números (Silva, 2009). Uma avaliação ancorada na qualidade social pode contribuir com a qualificação dos cursos e com a formação de docentes comprometidos com a democracia e a inclusão.

Palavras-chave: Avaliação; Qualidade; Formação de professores(as).

ATELIÊS 4/ATELIERS 4

12/02 | 17h30 – 19h00

ATELIÊS 4 | ATELIERS 4 - 12/02 – Quinta-feira – 17h30-19h00

Sala 2 | ID 23

[ID 23] Articulação entre formação de professores e gestão colaborativa: evidências do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) nos estados do Maranhão e Piauí

Flávio Bezerra de Sousa | Universidade de Brasília | saintflavio35@gmail.com

Danielle X. Pamplona Nogueira | Universidade de Brasília | daniellen@unb.br

Janaína Angelina Teixeira | Universidade de Brasília | janaina.angelina@unb.br

Liliane Campos Machado | Universidade de Brasília | lcmpedagogia@gmail.com

Resumo

A alfabetização das crianças brasileiras até o 2º ano do ensino fundamental constitui um dos maiores desafios para a efetivação do direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Assim, o CNCA surge como uma política pública estruturada em regime de colaboração entre União, estados e municípios, voltada para garantir a alfabetização plena e a recuperação de aprendizagens nos anos iniciais, especialmente de estudantes com baixos índices de proficiência em leitura, escrita e matemática. Este manuscrito analisa a execução do CNCA nos estados do Maranhão (MA) e Piauí (PI), com ênfase nos processos de formação continuada e de desenvolvimento de professores, bem como na gestão educacional como estratégias centrais para a melhoria dos indicadores de alfabetização entre 2023 e 2025. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na análise de documentos oficiais do CNCA e relatórios técnicos. Os resultados indicam que nos estados houve aumento no Índice Criança Alfabetizada (ICA) e os municípios atingiram boa parte das metas destinadas. O crescimento proporcional de crianças alfabetizadas e das capacitações que auxiliaram docentes a aplicar metodologias efetivas e utilizar avaliações diagnósticas associando as práticas pedagógicas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se destaca. A atuação docente tem sido fortalecida pelos programas de formação, e no campo da gestão educacional, o regime de colaboração possibilitou apoio técnico e pedagógico direcionado aos municípios com menores índices de desempenho e de condições de trabalho. Os resultados também revelam desafios, como a necessidade de ampliar a cobertura e a efetividade das ações de formação e de reconhecimento. A análise demonstra que o CNCA é uma política pública com potencial de induzir mudanças estruturais, e para tanto, o fortalecimento da formação de professores e da gestão educacional em regime de colaboração despontam como elementos-chave para a melhoria dos resultados.

Palavras-chave: Educação básica; Gestão Educacional; Formação de professores; Alfabetização.

Sala 2 | ID 147

[ID 147] Educação integral em tempo integral: formação de gestores(as) e construção de políticas públicas

Resumo

A terceira década dos anos 2000 foi marcada pela reemergência dos debates em torno da Educação a Tempo Inteiro, Brasil. Essa é uma consequência da retomada da agenda da ampliação da jornada escolar diária dos estudantes e das dimensões educativas da escola pelo atual Ministério da Educação (MEC). E não é sem motivo a mobilização recorrente do prefixo “re” para caracterizar esse estado de coisas. Afinal, “retrocessos”, “retornos” e, por outro lado, “retomadas”, são marcas da trajetória dessa política no país. O Programa Mais Educação - PME (Brasil, 2007), à força assumida por esse projeto educacional na primeira década dos anos 2000. Sob o referencial de políticas históricas orientadas pelo reconhecimento do direito à Educação para todas as pessoas, o Programa se notabilizou pela capacidade de alcance da Educação Básica e pelos seus transbordamentos como a remontagem dessa concepção educativa nos textos da lei, como o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). Por outro lado, tendo limitado o escopo da Educação Integral não que diz respeito ao número de escolas e estudantes atendidos; às práticas educativas vinculadas à extensão da carga horária escolar; e à própria carga horária semanal dos estudantes, o Programa Novo Mais Educação - PNME (Brasil, 2016) foi representativo dos retrocessos vivenciados por esse projeto de educação na história recente do país. Mais recentemente, sob a gestão federal que assume a residência do país como mote, o Programa Escola em Tempo Integral – ETI, foi instituído por meio da Lei 14.640/2023 (Brasil, 2023), sendo a formação de gestores um dos seus eixos. Em diálogo com o ETI, neste trabalho pretende-se debater, a partir de estudos de caso de diferentes regiões do país, a interação entre política e formação de gestores, suas potencialidades e limites para construção de políticas de Estado para a educação.

Sala 2 | ID 151

[ID 151] PARFOR UNEB E FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM/PARA EQUIDADE

Mônica Torres | Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e SEC | mtorres@uneb.br

Simone Coité | Universidade do Estado da Bahia (UNEB) | scoite@uneb.br

Karpio Siqueira | Universidade do Estado da Bahia (UNEB) | kmsiqueira@uneb.br

Resumo

A formação de professores configura-se como desafio para a democratização da oferta de educação superior no Brasil exigindo definição de política nacional de formação inicial continuada de professores e profissionais da Educação Básica. Nesse contexto, nasce o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR criado pelo Decreto nº 6.759/2009, que institui a Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. A implantação do PARFOR na UNEB em 2009, ocorreu através da parceria entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) atendendo a 105 municípios da Bahia vinculados a 25 Territórios de Identidade da Bahia, registrando 268 turmas ofertadas nas áreas de Pedagogia, Letras Vernáculas, Letras-Língua Inglesa, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Artes

Visuais, Biologia, Computação, Química, Sociologia. Em 2023 foi criado o Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR EQUIDADE, no qual o PARFOR submeteu e teve cinco cursos com nove turmas de Licenciaturas: Intercultural Indígena, Pedagogia Quilombola, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo e Educação Inclusiva. O PARFOR EQUIDADE é uma ação especial realizada no âmbito do Programa PARFOR-CAPES em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão -SECADI/MEC que objetivamente forma professores indígenas, quilombolas e do campo, ou que atua na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância. Nesse contexto questionamos quais os desafios e contribuições do PARFOR EQUIDADE UNEB para formação de professores para a diversidade? A metodologia adotada foi uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, associada à análise documental. Os resultados indicam desafios para a gestão administrativa do programa no processo de implantação e gestão das turmas diante de novas perspectivas adotadas nos processos seletivos de estudantes e professores; apontam a importância de cursos e currículos construídos por pesquisadores a partir das demandas das comunidades quilombolas, indígenas e de pessoas com deficiência, com base na Pedagogia da Alternância, o que vem contribuindo para a formação, emancipação, empoderamento de professores da educação básica que atuam na educação indígena, quilombolas e na educação de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: PARFOR UNEB; Formação de Professores; Pedagogia da Alternância.

Sala 2 | ID 119

[ID 119] Projeto Indução: Necessidades, dificuldades e estratégias de integração na docência

Isabel Velez | Escola Superior de Educação de Lisboa | ivelez@eselx.ipl.pt

Tiago Tempera | Escola Superior de Educação de Lisboa | tiagot@eselx.ipl.pt

Resumo

O início da carreira docente é extremamente reconhecido como um período exigente, marcado por dificuldades provocadas pelo processo de adaptação e confronto entre as expectativas e a realidade profissional. Embora a Formação Inicial forneça bases fundamentais para os futuros professores, há vários desafios da prática docente, como a integração na cultura escolar, a gestão da sala de aula ou o equilíbrio emocional para os quais, os jovens professores não se sentem preparados. Nesse sentido, a indução profissional surge como uma etapa decisiva para o desenvolvimento profissional dos jovens professores, bem como para a construção de sua identidade docente e sua permanência na carreira. A partir da identificação das necessidades e dificuldades de jovens professores do 1.º e 2.º CEB (até dois anos de experiência), o Projeto Indução procura oferecer apoio didático, social e emocional aos participantes. Para esse efeito, contate com uma equipe de mentoria interdisciplinar, promovendo a integração em contextos escolares diversificados e facilitando a transição entre o perfil do estudante e o papel do professor. Através de uma abordagem metodológica mista,

baseada num estudo de caso, o projeto acompanha professores em início de carreira, identificando percepções, dificuldades e estratégias de adaptação dos jovens professores. Nossos resultados preliminares são desafios identificados como a gestão da sala de aula, a sobrecarga burocrática e o isolamento nas escolas. Por outro lado, é também referido o potencial de partilha entre pares e de acompanhamento por mentores. Deste modo, o projeto problematiza a indução como parte integrante da formação contínua, propondo estratégias que respondam às necessidades concretas dos docentes e contribuindo para a melhoria da formação inicial, do desenvolvimento profissional e da integração dos jovens professores na carreira docente. De forma geral, o projeto Indução contribuiu para fortalecer a autoconfiança e o bem-estar dos jovens professores, apoiando-os no desenvolvimento de competências pedagógicas e relacionais. Possibilitou ainda que estabelecessem relações entre o contexto escolar e a aprendizagem no ensino superior. Por último, através deste projeto, será possível fornecer linhas orientadas para a implementação de programas de indução eficazes.

Sala 3 | ID 126

[ID 126] A produção acadêmica sobre como o Programa Saúde na Escola trabalha as questões de gênero e sexualidade (2007–2025)

Evandro Magalhães Filho | Universidade Federal da Bahia | evandrofilho@ufrb.edu.br

Marta Teles Brito de Jesus | Universidade Federal da Bahia | marta.licia@ufba.br

Resumo

A articulação entre saúde e educação é estratégica para o fortalecimento democrático e para a promoção integral da cidadania. Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído no Brasil em 2007, busca integrar ações de saúde e educação com foco na qualidade de vida de crianças e jovens no espaço escolar. Dentre os desafios emergentes, destacam-se o combate à violência de gênero vivenciada por estudantes no ambiente escolar, tais como, agressões verbais e físicas, podendo promover nos/nas estudantes: baixo desempenho e evasão escolar, isolamento social, depressão, sentimento de não pertencimento as instituições de ensino, tentativas de autolesão ou suicídio. Levando-se em consideração à importância e o tempo de existência do Programa, questiona-se se há produção acadêmica sobre o PSE e o que vem sendo discutido a respeito de suas práticas no campo da educação, gênero e sexualidade. O objetivo principal desta comunicação é debater a produção científica nacional sobre o PSE, com ênfase em práticas relacionadas a gênero e sexualidade. A metodologia é de natureza qualitativa, que adotou a revisão integrativa da literatura seguindo as etapas: formulação da pergunta norteadora, definição de critérios de inclusão e exclusão, busca sistemática, extração e organização dos dados, análise crítica e síntese dos achados. Pode-se afirmar que a produção científica sobre a temática de gênero e sexualidade no PSE ainda é escassa, apesar de ter sido identificada uma produção significativa sobre o PSE. Os dados demonstram lacunas como: a necessidade de monitoramento e avaliação do programa, fortalecimento da participação social, ampliação de metodologias ativas, integração intergeracional, fragilidade na participação da gestão dos setores educação e saúde, investimento em formação de profissionais e estratégias de coordenação que contemplem a

diversidade e a equidade, articulando os níveis internacional, nacional e local. Por fim, esse estudo subsidia políticas públicas ao evidenciar a necessidade de fortalecimento do PSE que incentiva práticas pedagógicas de educação em saúde na escola como espaço de promoção da saúde e equidade de gênero, por meio de um panorama crítico das pesquisas já realizadas, apontando lacunas temáticas e metodológicas que orientarão futuras ações do programa e práticas de intervenção multidisciplinares.

Palavras-chave: Programa Saúde na Escola; Políticas educativas; Gênero e sexualidade.

Sala 3 | ID 267

[ID 267] Experiências da Educação para Sexualidade: diálogos possíveis entre Brasil e Portugal

Laíse da Silva Durante | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | laise.durante@gmail.com

Neila Seliane Pereira Witt | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | neila.witt@ufrgs.br

Zélia Ferreira Caçador Anastácio | Universidade do Minho (UMinho) | zeliadf@ie.uminho.pt

Resumo

A Educação para Sexualidade trata de um componente importante para a constituição dos sujeitos nas diferentes culturas e sociedades, promovendo a construção de valores relacionados à cidadania crítica, à igualdade de gênero, à diversidade e à saúde. Considerando as formas distintas com que as práticas e a documentação – que normatiza a incorporação dessa discussão no ambiente escolar – podem apresentar essa temática, como países do Brasil e Portugal se tornam exemplos relevantes, pois apresentam diferenças na sua implementação e institucionalização. Em Portugal, a Lei n.º 60/2009 estabelece a obrigatoriedade da Educação para Sexualidade em todos os níveis do ensino básico e secundário, enquanto a Portaria n.º 196-A/2010 regulamenta a sua implementação, definindo metas, carga horária, integração nos projetos educativos das escolas, formação contínua de docentes e articulação com a educação para a saúde. No Brasil, embora documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular mencionem a temática de forma transversal, não existe legislação que garanta sua implementação, tornando a prática dependente da mobilização dos docentes e da gestão escolar. Essa lacuna normativa contribui para ações pedagógicas suscetíveis a “verdades” e pressões ideológicas, limitando o enfrentamento às desigualdades e em formar cidadãos críticos, conscientes e solidários. Os resultados preliminares da pesquisa indicam que os docentes brasileiros buscam desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a inclusão, o respeito pela diversidade e a reflexão crítica, evidenciando a importância de debates, da capacitação docente, do suporte institucional e de políticas educativas. As experiências escolares de Portugal levam a pensar que a implementação eficaz da Educação para Sexualidade pode se tornar mais bem amparada com a formulação de políticas públicas consistentes, da articulação entre escolas, famílias e comunidade, e da promoção de práticas pedagógicas alinhadas com os princípios de

equidade, qualidade e responsabilidade social. A investigação tem contribuído para o conhecimento e a compreensão das condições necessárias para a promoção de ações que rompam com determinadas “verdades” e possibilidades de práticas de Educação para Sexualidade mais efetivas nas escolas do Brasil, ressaltando o papel do Estado, das instituições educativas e dos docentes na construção de uma escola inclusiva, democrática e comprometida com uma formação cidadã integral.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Verdades; Normas e Políticas educativas.

Sala 3 | ID 248

[ID 248] EDUCAÇÃO MENSTRUAL E ATIVIDADE FÍSICA ESCOLAR: COMO SENSIBILIZAR A PARTIR DO TESTEMUNHO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS ?

Maria Condessa | Universidade dos Açores | maria.id.condessa@uac.pt

Zélia Anastácio | Universidade do Minho | zeliaf@ie.uminho.pt

Resumo

Na atual Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC, 2025) uma das várias dimensões a implementar é a da Saúde, que pretende garantir que as crianças e os jovens adquiram, através do currículo escolar, saberes que promovam o aumento do seu “bem-estar físico e mental, integrando na sua vivência a importância da alimentação saudável, da atividade física, da promoção da saúde mental, da saúde sexual e reprodutiva, e da vivência de famílias da intimidade, permitindo escolhas informadas, conscientes e seguras (...)” (p.5). Em Portugal, as meninas, que adquirem a menarca habitualmente a partir dos seus 12/13 anos, confrontam-se com fatores de ordem biológica e emocional que criam desigualdade de oportunidades para uma prática de exercício físico com qualidade, comparativamente com os seus colegas rapazes. O estado físico do período (pré)menstrual, muitas vezes com sérias perturbações (pe dismenorreia e a síndrome pré-menstrual), refletindo-se na sua saúde e bem-estar, nunca é considerado para a prática da atividade física na escola (EF) e é muito pouco falado no contexto escolar. Com esta investigação, nossa intenção respondeu à questão “Como podemos nas práticas educativas escolares, através da EF e Cidadania, promover a consciencialização para os problemas associados ao estado (pré)menstrual e o impacto que daí advém para a qualidade de vida das mulheres?”. Contámos com um grupo de adolescentes, estudantes de licenciatura (n=443) e tentamos conhecer a sua perceção sobre os fatores considerados como limitativos e que se associavam ao seu estado (pré)menstrual dos jovens à prática de EF e refletimos algumas propostas positivas para um melhor enquadramento no contexto escolar. Recorremos a um questionário (Google Forms) aprovado pela Comissão de Ética (2024). Os seus dados foram tratados através de uma análise estatística descritiva simples (%) e correlacional (Ró de Spearman, p<05). Para a maioria desses estudantes os sintomas físicos percebidos aumentavam da fase pré-menstrual para a menstrual, impedindo-as de praticar atividade física escolar por sentirem cansaço, falta de motivação e de vontade para fazer prática. Muitos corroboravam sobre a necessidade de se criarem melhores condições na escola, com divulgação e comunicação para todos, por

exemplo, sobre as alterações que ocorrem no período menstrual, e com disponibilização de produtos de higiene e maior privacidade nos balneários (88,2%) para que houvesse um aumento do gosto pela atividade física e se reduzissem as diferenças para com os seus colegas do sexo masculino.

Palavras-chave: Atividade Física na Escola; Menstruação; Educação e Cidadania.

Sala 3 | ID 343

[ID 343] Políticas educacionais e a atuação da Psicologia Escolar/Educacional no enfrentamento das violências de gênero, raça e sexualidade: estudos compreensivos entre Brasil e Portugal

Elzeni Damasceno Elzeni | Universidade Federal da Bahia (UFBA)
damasceno.elzeni829@gmail.com

Ana Luísa Rodrigues | Universidade de Lisboa (ULisboa) | alrodrigues@ie.ulisboa.pt

Resumo

Este trabalho apresenta um projeto de pesquisa de doutorado em andamento, orientado ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Brasil. A investigação analisa as políticas educacionais e formativas que orientam a atuação da Psicologia Escolar/Educacional no enfrentamento das violências de gênero, raça e sexualidade em escolas públicas do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (Bahia/Brasil) e de Lisboa (Portugal). Parte-se da constatação de lacunas nas políticas públicas que regulam a presença da Psicologia na educação básica e sua contribuição na promoção da equidade e dos direitos humanos. No Brasil, a Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a inserção de psicólogos(os) e assistentes sociais nas redes públicas de ensino, constitui um marco essencial, mas ainda enfrenta desafios de implementação. Em Portugal, o Decreto-Lei nº 190/91 organiza os serviços de apoio psicológico e de orientação educativa, estabelecendo um modelo mais consolidado, embora ainda desigual entre escolas e regiões. A pesquisa ancora-se em perspectivas pós-crítica, pós-estruturalista e decolonial, adotando uma abordagem abrangente e qualitativa, com procedimentos que incluem análise documental e entrevistas com profissionais da educação e da Psicologia, a serem realizadas em etapas posteriores. A investigação também dialoga com as políticas de diversidade e igualdade, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que obrigam o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e com a Lei portuguesa nº 38/2018, que garante o direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de sexualidade. O estudo seguirá rigorosamente os princípios éticos em pesquisa com seres humanos previstos nas legislações brasileira e portuguesa. Atualmente em fase de revisão teórica e mapeamento das legislações e programas educacionais nos dois contextos, busca contribuir para o fortalecimento de políticas comprometidas com a diversidade, a justiça social e a descolonização dos saberes, reafirmando o papel ético e político da Psicologia Escolar e Educacional na construção de uma educação integral, democrática e equitativa.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Psicologia Escolar/Educacional; Diversidade e Justiça Social.

Sala 4 | ID 264

[ID 264] A IA na Formação Inicial de Professores: Oportunidades e Desafios

Gorete Pereira | CIE-UMa | goretepereira@staff.uma.pt

Fernanda Gouveia | CIE-UMa | fernandapg2@sapo.pt

Resumo

O presente estudo analisa os novos ambientes de aprendizagem emergentes no Ensino Superior, bem como os impactos e desafios que a utilização da Inteligência Artificial (IA) coloca à Pedagogia e à formação inicial de professores. A integração da IA em ambientes de aprendizagem e formação poderá contribuir para a reinvenção de metodologias tradicionais de ensino e para a abertura de novas perspectivas acerca do modo como se “ensina e se aprende”. A autonomia que a IA proporciona ao aprendiz constitui um dos elementos catalisadores do seu potencial transformador, favorecendo a criação de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, interativos e ajustados às necessidades formativas dos estudantes. Contudo, importa reconhecer que, a par das oportunidades, a utilização da IA levanta também riscos e limitações significativas, tais como questões éticas, dependência tecnológica, possível despersonalização das práticas pedagógicas e a exigência de garantir que a formação inicial de professores inclua competências críticas para lidar com estes desafios. A investigação aqui apresentada segue uma abordagem qualitativa, com recurso ao estudo de caso. Pretende-se, assim, compreender de que forma os estudantes da formação inicial de professores utilizam a IA e que contributos esta tecnologia pode oferecer à sua formação. Os resultados apontam para o potencial da IA enquanto prática pedagógica inovadora, com especial relevância nos contextos de aprendizagem próprios do século XXI.

Sala 4 | ID 312

[ID 312] Professores e representações sociais de tecnologias de informação e comunicação: Entre saberes profissionais tradicionais e práticas inovadoras

Cristiane Fiorentini | Universidade Católica Portuguesa | cris.fiorentini@gmail.com

Ariane Silva | Universidade Católica Portuguesa | ariane.francolopes@gmail.com

Resumo

As tecnologias de informação e comunicação na educação têm despertado o interesse de investigadores e de responsáveis pela definição de políticas de formação de professores. Diante dos desafios que estas tecnologias apresentam, é importante conhecer a opinião dos docentes, uma vez que isso pode contribuir para o aperfeiçoamento dos programas de formação inicial e contínua neste domínio. Este estudo baseia-se na teoria das representações sociais (Moscovici, 2001), que valoriza o conhecimento do senso comum sobre temas sociais,

pois este tem um efeito nas suas atitudes, comportamentos e emoções. A pesquisa examina as representações sociais sobre tecnologias de 130 professores que habitam a região sul do Brasil, em duas fases. Em 2020, esses professores participaram de um programa de formação em tecnologias digitais. Em 2023, eles foram convidados a participar da segunda fase do estudo. Nas duas fases, foi aplicado o mesmo questionário on-line composto por três técnicas: associação livre, produção de metáforas e seleção de imagens. A análise comparativa entre as duas fases examina possíveis transformações nas representações ao longo do tempo. A pesquisa também examina imagens sobre as tecnologias na educação, veiculadas em revistas direcionadas ao público de professores nesse período de tempo. Essas imagens podem veicular ideias sobre as tecnologias e participar na construção de representações. A perspectiva plurimetodológica do estudo pretende facilitar a expressão de uma variedade de ideias e emoções (Bauer & Gaskell, 1999) e a observação do conteúdo, estrutura e processos de objetivação de representações (Vergès, 1992; Lo Monaco et al., 2016). Os dados textuais foram analisados com o software EVOC (2000) e os visuais, por meio da análise de conteúdo e de técnicas de análise de imagens em estudos de representações sociais (Silva et al., 2020, 2021). Os resultados indicam que sentimentos negativos, como medo e ansiedade, diminuíram na segunda fase. Contudo, práticas e concepções tradicionais de ensino continuaram presentes na segunda fase, apontando para a coexistência entre saberes tradicionais e inovadores. A análise revela que as tecnologias são representadas, sobretudo pela sua função de facilitar a comunicação e o registo de informações. O estudo analisa as implicações desses resultados para os programas de formação inicial e contínua de professores e para prática pedagógica.

Palavras-chave: Representações Sociais; Formação de professores; Tecnologias de informação e comunicação.

Sala 4 | ID 304

[ID 304] Dados em foco, práticas pedagógicas em espera: a face individualizada de tecnologias na educação básica

Jaciara Carvalho | Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) | jaciara.sa@puc-campinas.edu.br

Resumo

Esta comunicação apresenta resultados de uma ação de pesquisa, financiada pelo CNPq, que buscou compreender a presença de tecnologias orientadas por dados na educação básica pública do Brasil. O problema envolve a expansão dessas tecnologias, que opera com dados inseridos por humanos ou capturados automaticamente durante o uso, tendo poucos estudos específicos a esse nível de ensino no país. São exemplos dessas tecnologias como plataformas de registro e acompanhamento de estudantes, jogos educativos que analisam padrões de resposta, sistemas de correção automática, ambientes virtuais com recursos de análise de participação e desempenho, plataformas que oferecem trilhas personalizadas e softwares de tutoria. Uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório recorreu ao envio de um

questionário online a 26 secretarias municipais, 26 secretarias estaduais e ao Distrito Federal, ambas de educação, em meados de 2025. Vinte e uma secretarias de todas as regiões responderam: Norte (PA, AC, AM, RR, TO), Nordeste (MA, PI, SE), Centro-Oeste (GO, MS), Sudeste (RJ, SP, MG, ES) e Sul (SC, RS, PR). Ainda que o uso de questionários apresente limitações quanto à análise das apropriações pedagógicas, o procedimento foi definido por suas perspectivas em uma investigação nacional. Após análise temática das respostas relativas às práticas pedagógicas, as convenções-se que essas tecnologias têm sido utilizadas para: 1) gestão do estudante (frequência, notas, desempenho); 2) planejamento das aulas; e 3) personalização e adaptação da aprendizagem – este último com menor incidência. Assim, observou-se que o uso permanece mais ocasional a fins de envio do que as alterações e/ou inovações pedagógicas propriamente ditas, como evidência uma das respostas: “[...] os dados orientam o olhar sobre a aprendizagem dos estudantes”. Não houve menção a mudanças ou inovações nas práticas pedagógicas. Quanto à questão específica sobre transformações pedagógicas, as respostas reiteram o vínculo dessas tecnologias ao acompanhamento individualizado. Se, por um lado, teria intenção de promover intervenções pedagógicas mais direcionadas, por outro, tais tecnologias poderiam contribuir para práticas menos coletivizadas, em acordo com o ideário neoliberal. Essas e outras reflexões serão aprofundadas no Colóquio, a partir de uma perspectiva crítica-transformadora de educação e tecnologias.

Palavras-chave: Automação; Inteligência artificial; Educação pública.

Sala 4 | ID 219

[ID 219] A EXIGÊNCIA DE ADERÊNCIA ÀS TECNOLOGIAS PRIORITÁRIAS E SEUS IMPACTOS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL (2020–2023)

Adolfo Calderón | Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) | adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br

Resumo

Este estudo investiga os impactos da exigência de cumprimento às Áreas de Tecnologias Prioritárias (ATP), definidas pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) do Brasil, sobre os projetos submetidos ao Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ-CNPq) na área de Educação. Introduzida pelo Edital CNPq n. 09/2020, a medida distribuída como concentrada avaliativa a vinculação das propostas a setores estratégicos, como tecnologias habilitadas, de produção, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, deslocando a definição da relevância científica da área para intervenções governamentais externas. O objetivo é avaliar os impactos dessa política sobre bolsistas de produtividade em Educação, analisando como os prêmios influenciaram propostas, trajetórias temáticas e agendas de pesquisa, bem como discutir os efeitos de sua extensão em 2023 para futuras políticas de indução científica. O referencial teórico ancora-se na abordagem sistêmica das políticas públicas, articulada à sociologia da ciência de Robert Merton, especialmente suas concepções sobre hierarquização, sistema de recompensas e o “efeito Mateus”.

Metodologicamente, trata-se de estudo exploratório, analítico-descritivo e multimetodológico, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. Os resultados mostram que os pesquisadores de níveis mais altos demonstraram menor adesão às diretrizes externas, enquanto os de nível mais baixo adaptaram-se mais, por apresentarem mais vítimas à desclassificação e à não renovação das bolsas. Conclui-se que a política induziu rearranjos no campo da pesquisa em Educação no Brasil, reabrindo o debate sobre autonomia científica e os limites da interferência governamental na definição das agendas de investigação.

Palavras-chave: Tecnologias Prioritárias; Política Científica; Educação.

Sala 5 | ID 252

[ID 252] UMA PROPOSTA DIDÁTICA: A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS NEOLOGISMOS DA LÍNGUA

Amanda Catem | Unigranrio | alvesamanda2@yahoo.com.br

Tamara Campos | Unigranrio | tamara.campos@unigranrio.edu.br

Resumo

O neologismo é um aspecto linguístico bastante recorrente e produtivo na língua portuguesa e constitui-se como um rico processo de desenvolvimento do léxico de uma língua. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi levar as unidades neológicas, descobertas nas matérias selecionadas do jornal *Lance!* e da revista *Toda Teen*, à sala de aula a fim de explorar as significações dos neologismos dentro de um contexto comunicativo. Para isso, destaca-se a importância de trabalhar com esse processo de renovação lexical nas aulas de língua portuguesa, preconizando a contextualização dos vocábulos para levar os discentes a refletirem sobre a língua em situações reais de comunicação. Para a delimitação dos itens neológicos, desenvolveu-se o direcionamento lexicográfico apoiado em um corpus de exclusão composto pelo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, publicado pela Academia Brasileira de Letras, edição online. Quanto aos neologismos semânticos, foram considerados os casos em que os vocábulos assumem sentidos que não estão consignados nos dicionários *Aurélio* (2010) ou *Michaelis* (versão online), pois, desta forma, fundamenta-se as palavras consideradas novas semanticamente. Isto porque, muitas pessoas criam e utilizam novas palavras todos os dias e o fato de não estarem arroladas em dicionários não significa que já não tenham sido utilizadas anteriormente por algum grupo ou pessoa. A investigação inclui uma intervenção didática em uma escola pública do Rio de Janeiro com alunos de uma turma do 9º ano do ensino fundamental, envolvendo atividades de leitura, debates e inferências para verificar a compreensão e motivação dos neologismos selecionados.

Palavras-chave: Neologismo; Ensino Fundamental; Ensino.

Sala 5 | ID 255

[ID 255] Além da redação para o Enem: a escrita do gênero dissertativo-argumentativo como meio de formação crítica para os estudantes do Ensino Médio

Vitória De Jesus | Universidade do Estado da Bahia | vitoriaarj.20@gmail.com

Janara Soares / Universidade do Estado da Bahia | janarasoares@uneb.br

Resumo

O gênero dissertativo-argumentativo tem como característica central refletir sobre questões e propor possíveis soluções, configurando-se como um exercício de raciocínio e um importante instrumento para o desenvolvimento da criticidade dos sujeitos. No entanto, nas últimas décadas, especialmente devido a sua exigência no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), esse gênero tem sido frequentemente ensinado em formatos engessados, baseados em modelos prontos e fórmulas, priorizando o alcance de notas no exame em detrimento da construção do pensamento crítico. Esse modelo tem impactado também o ambiente escolar, desconsiderando os princípios do ensino de gêneros textuais como práticas sociais, defendidos por estudiosos da área (Antunes, 2003). Desse modo, este trabalho tem como objetivo refletir a escrita do gênero dissertativo-argumentativo no ambiente escolar como uma prática pedagógica inovadora, além de ser um meio de formação crítica e, por consequência, de resistência para os estudantes de escola pública, que podem, através da apropriação do gênero, discutir temáticas importantes para a participação e transformação social. Para isso, dialoga-se com aportes teóricos que defendem uma perspectiva interacionista e sociológica da linguagem (Antunes, 2003; Marcuschi, 2008), considerando também os estudos de hooks (2013), que defendem a educação como prática libertadora e transformadora. A análise permitiu compreender que o ensino do gênero dissertativo-argumentativo, quando desvinculado do simples treinamento para o ENEM e articulado às práticas sociais, pode ser uma ferramenta potente para a formação crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Redação para o Enem; Formação crítica; Ensino.

Sala 5 | ID 130

[ID 130] Crenças dos Professores em Relação às Políticas de Retenção Escolar em Portugal

Natalie Santos / Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa / E-mail: natalie.santos@ie.ulisboa.pt

Joana Pipa / ISPA / E-mail: jpipa@ispa.pt

Vera Monteiro / ISPA / E-mail: veram@ispa.pt

Francisco Peixoto / ISPA / E-mail: fpeixoto@ispa.pt

Resumo

Uma prática pedagógica controversa utilizada no apoio aos alunos que apresentam dificuldades académicas é a retenção escolar. Porém, a investigação sugere que a retenção não melhora, a longo prazo, o desempenho académico dos alunos ou o seu funcionamento socioemocional, afetando desproporcionalmente a crianças de baixo nível socioeconómico e de minorias étnicas, ameaçando a equidade educativa. No entanto, é uma prática frequentemente utilizada em Portugal. Em consequência, em 2019, o Governo português

estabeleceu no seu programa de governo o objetivo de: “Criar um plano de não retenção no ensino básico, trabalhando de forma intensiva e diferenciada com os alunos que revelam mais dificuldades”. Este estudo teve como objetivo compreender as opiniões dos professores portugueses sobre este objetivo de não retenção e analisar como estas opiniões se relacionam com as suas crenças sobre retenção e perceções da cultura coletiva docente. Participaram 1.597 professores do ensino básico de Portugal Continental, Madeira e Açores. Os professores responderam a um questionário que avaliava as suas crenças sobre a efetividade da retenção escolar e os seus riscos socioafetivos, assim como a sua perceção da cultura coletiva docente na escola (metas partilhadas, consonância de valores e eficácia coletiva). Também responderam a uma questão aberta para expressarem livremente a sua opinião sobre o objetivo da política. A maioria dos professores (≈60%) concordou com o objetivo de não retenção; no entanto, cerca de um quarto discordou, usando termos negativos, e 15% apresentaram opiniões pouco claras, nem a favor nem contra. Quase metade dos professores levantou preocupações significativas sobre a viabilidade do objetivo, apontando falta de recursos, ceticismo quanto ao investimento real a ser realizado pelo governo, e sugerindo a necessidade de reestruturações curriculares. A análise de perfis latentes revelou que, em escolas com forte cultura coletiva, os professores (mesmo os que favoreciam a retenção) mostravam-se geralmente mais abertos à nova política. Em contraste, em escolas com fraca cultura coletiva, os professores (mesmo os que se opunham à retenção) eram mais céticos ou completamente contra a política. A resposta dos professores à política de não retenção parece ser moldada não apenas pelas suas crenças pessoais, mas pela cultura coletiva da escola, sendo fundamental a sua promoção, com a liderança escolar a desempenhar um papel crucial nesse processo.

Palavras-chave: Retenção escolar; Cultura coletiva docente; Políticas educativas

Sala 5 | ID 340

[ID 340] Materiais e Mobiliário Pedagógico na 1.ª Escola Infantil de Bragança: Uma Perspetiva Histórica da Educação de Infância na I República Portuguesa

Luís Castanheira | Centro de Investigação em Educação Básica do Instituto Politécnico de Bragança | luiscastanheira@ipb.pt

Resumo

Este estudo insere-se no campo da História da Educação, com um enfoque específico na Educação de Infância, ao investigar os materiais e mobiliário pedagógicos utilizados na primeira Escola Infantil oficial em Bragança, Portugal, que atendeu crianças de 3 a 6 anos de idade entre 1915 e 1934. Durante a I República Portuguesa (1910-1926), os ideais republicanos visavam a formação de um "homem novo", promovendo a criação de escolas infantis em todo o país. Neste contexto, diversas legislações foram implementadas para regular a estruturação dessas novas instituições, bem como a seleção dos materiais lúdico-didáticos e o mobiliário necessário. Este estudo é considerado de especial relevância para a História da Educação, na medida em que busca resgatar e analisar documentos

significativos que documentam o passado educacional de Portugal, contribuindo para uma melhor compreensão e aprimoramento do presente e futuro da educação. Os objetivos definidos para esta pesquisa são: 1) investigar os diferentes materiais que equiparam e foram utilizados na referida escola durante o período de análise; 2) comparar esses materiais com aqueles disponíveis nas escolas primárias contemporâneas; e 3) examinar a importância desses objetos pedagógicos no desenvolvimento e funcionamento da escola. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, baseada na análise de conteúdo de documentos da época, incluindo atas, relatórios e notícias de jornais, disponíveis em arquivos municipais e distritais. A partir dos dados recolhidos, conclui-se que o município de Bragança demonstrou um forte compromisso com o sucesso da escola infantil, investindo significativamente na sua capacidade de oferecer materiais e mobiliário adequados, alcançando um nível de qualidade que rivalizava com as escolas primárias da época. Além disso, os resultados deste estudo enfatizam a importância decisiva que os objetos pedagógicos desempenham no bom funcionamento de qualquer instituição escolar, corroborando a necessidade de uma reflexão contínua sobre a sua seleção e utilização no ambiente educativo.

Palavras-chave: Materiais Pedagógicos; História da educação; Infância.

Sala 6 | ID 52

[ID 52] A educação musical nos dispositivos legais da educação brasileira e sua reverberação no currículo dos cursos de Pedagogia

Helena Felício | (UNIFAL-MG) | helena.felicio@unifal-mg.edu.br

Rafael Garcia | (UFMG) | rafaelmarin7@hotmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise sobre as propostas para a Educação Musical presentes na legislação educacional brasileira e sua reverberação nos cursos de Pedagogia dos institutos federais e das universidades brasileiras do estado de Minas Gerais. Foram analisados 28 cursos de institutos de educação e de universidades públicas (federais e estaduais). Considerando que no contexto brasileiro os cursos de Pedagogia são responsáveis pela formação inicial de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental e a importância da Música nestas etapas de escolarização (Gordon, 2012, 2013; Swanwick, 1988, 1994; Swanwick, Tillman, 1986; Willems, 1970), entendemos que a Música deve ultrapassar sua utilidade como estratégia destinada ao entretenimento dos estudantes para ser considerada uma modalidade artística com potencial educativo. Antes, porém, de ressignificarmos o papel da Música na Educação Básica, torna-se necessário compreender como os cursos de formação de professores têm incorporado a Educação Musical em seus currículos, tendo em vista a atuação de seus egressos na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir de uma abordagem qualitativa procedemos uma análise documental dos dispositivos legais da Educação Básica brasileira e dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia das universidades mencionadas. Os primeiros resultados evidenciam que a Música sempre esteve presente nas propostas curriculares como área de conhecimento

necessária no processo de escolarização, embora se verifique, no decorrer do tempo, perdas consideráveis da área no currículo, passando de uma linguagem artística própria para uma modalidade diluída entre outras linguagens artísticas e em um único componente curricular (Artes), perdendo suas especificidades. A análise dos projetos demonstrou que apenas um deles faz referência à Educação Musical como disciplina obrigatória. Em outro projeto ela aparece como disciplina optativa e nos demais projetos como expressão na disciplina Artes ao lado de outras linguagens artísticas. Ao reconhecermos o potencial da Música para o desenvolvimento humano, concluímos que é necessário provocar transformações no contexto da formação inicial, abrindo possibilidades para práticas em Educação Musical mais sistemáticas a fim de que os futuros professores ultrapassem a utilização da Música como entretenimento e que a mesma possa ser assumida como elemento fundamental para o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Educação Musical; Educação Básica; Currículo de Formação de professores.

Sala 6 | ID 220

[ID 220] DIABETES MELLITUS TIPO 1 NA INFÂNCIA: E AGORA PROFESSOR?

Maria Reszka | Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre | reszka@faculdaadedombosco.edu.br

Marceli Rheinheimer | FACCAT | marcelimodel@sou.faccat.br

Crifani Franciele Vieira da Silva | Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre | crifani_vieira@outlook.com

Resumo

O propósito deste artigo é entender a criança Diabética Tipo 1 no ambiente escolar, assim como a importância da formação do professor para conseguir auxiliar no manejo, acolhimento e cuidado desse aluno, e ainda, se necessário, poder realizar intervenções escolares. Este estudo é de abordagem qualitativa do tipo exploratória, realizado através de entrevistas semiestruturadas, com seis professoras graduadas, sendo que quatro dessas docentes atuam na educação infantil da rede privada, e as outras duas nos anos iniciais da rede pública, todas localizadas no Vale do Paranhana no estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Buscamos também dados nos relatórios dispostos pelo Instituto da Criança com Diabetes do estado. A análise de dados foi realizada seguindo a técnica de Bardin (2011), de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Percebe-se, nos resultados, que apesar do crescente número de crianças portadoras da doença, os professores participantes têm pouco conhecimento sobre o Diabetes Mellitus Tipo 1, mesmo já tendo assistido uma criança diabética. Os únicos cuidados citados como relevantes foram para que não ocorresse um quadro de hipoglicemia ou hiperglicemia com o aluno. Mesmo tendo observado as questões emocionais que a doença traz, não desenvolvem nenhuma intervenção para esse aluno. Salienta-se a falta de formação de professores na área da saúde sobre a doença e a inexistência da atuação de uma equipe multiprofissional na escola, para amparar a criança diabética, os pais e a equipe escolar.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus Tipo 1; Infância; Formação de professores.

Sala 6 | ID 243

[ID 243] CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE SINAIS GESTO-VISUAIS PARA O SISTEMA DIGESTÓRIO

Lara Mônica Gomes | Universidade Federal de Goiás | duarte_lara@ufg.br

Soraya Bianca Reis Duarte | Instituto Federal de Goiás | sorayaduarte@ifg.edu.br

Neuma Chaveiro | Universidade Federal de Goiás | neumachaveiro@ufg.br

Claudney Maria De Oliveira | Universidade Federal de Goiás | claudney@terra.com.br

Dolors Rodríguez-Martín | Universidade de Barcelona | dolorsrodriguezmart@ub.edu

Beatriz Souza Lima | Universidade Federal de Goiás | beatrizlimaits@gmail.com

Leandro Alves Torres | Instituto Federal de Brasília | leandroletrasunb@gmail.com

Cristiane Pereira | Unintese, São Ângelo | cristianesipereira@gmail.com

Carolina Rodrigues Mendonça | Universidade Federal de Jataí | carolina.mendonca@ufj.edu.br

Nilza Nascimento Guimarães | Universidade Federal de Goiás | nilzang2@ufg.br

Resumo

Este trabalho apresenta a construção de um banco de sinais gesto-visuais voltados à terminologia anatômica do sistema digestório, com o objetivo de promover práticas pedagógicas inclusivas no ensino superior, especialmente nos cursos da área da saúde. A proposta parte da constatação de que os estudantes enfrentam barreiras significativas na compreensão de conteúdos científicos, devido à predominância da língua portuguesa e à escassez de materiais acessíveis na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao considerar a Libras como língua de instrução, o projeto desenvolve sinais específicos para termos anatômicos técnicos, muitos dos quais não possuem representação em línguas de sinais como a American Sign Language (ASL), a Langue des Signes Française (LSF) e a Lengua de Señas Española (LSE). A iniciativa se caracteriza como uma inovação educativa ao integrar recursos visuais e linguísticos à prática docente, respeitando os parâmetros da comunicação gesto-espacial e valorizando a percepção visual como elemento central da aprendizagem surda. A criação dos sinais foi realizada por um grupo interdisciplinar, envolvendo pesquisadores da anatomia, da Libras e da educação inclusiva, que colaboraram na definição de critérios linguísticos e científicos específicos. O processo incluiu etapas de pesquisa terminológica, elaboração visual dos sinais e validação junto à comunidade surda e bilíngue, por meio de questionários, oficinas e debates. Essa escuta ativa reforça o compromisso ético e pedagógico do projeto, garantindo que os sinais atendam às necessidades reais dos usuários. Além de beneficiários estudantes surdos, o banco de sinais contribui para a formação bilíngue de profissionais ouvintes da saúde, ampliando sua capacidade de comunicação, escuta ativa e acolhimento em contextos clínicos e educativos. Mais do que um dicionário técnico, trata-se de um recurso didático que potencializa o ensino bilíngue, favorecendo a equidade no acesso ao conhecimento e contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis à diversidade

linguística e cultural. Ao propor uma abordagem crítica e colaborativa, o trabalho reafirma o papel da educação como espaço de inclusão, inovação e transformação social.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Língua de Sinais; Acessibilidade aos Serviços de Saúde.

Sala 6 | ID 231

[ID 231] Mobilização de recursos não digitais para o desenvolvimento de estratégias de Educação Inclusiva

Catarina Leal | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa |
catarina-leal@edu.ulisboa.pt

Resumo

O Desenho Universal para a Aprendizagem preconiza a criação de ambientes e ferramentas que tenham em conta o conjunto de traços cognitivos, afetivos e fisiológicos que refletem a forma pessoal como os alunos processam a informação, os sentimentos e comportamentos em situações de aprendizagem. Neste sentido, é privilegiado o trabalho flexível e diferenciado assente na diversificação de estratégias que contribuem para chegar o melhor possível aos alunos, atendendo à sua singularidade e heterogeneidade (Piscalho, et al., 2022). De acordo com Ernest Mayr, a biologia é uma ciência observacional que estuda fenômenos e experiências da própria vida, organizando as suas generalizações em redes conceituais que integram ideias da biologia funcional e da biologia evolutiva (Mayr, 2003: 43,73). Considerando as características desta área do conhecimento, é importante enfatizar a legitimidade científica de métodos observacionais-comparativos que, embora fora de moda, considerando as tendências atuais face à utilização de recursos digitais (incluindo a inteligência artificial), são nucleares no desenvolvimento do que foi e do que é o estudo dos seres vivos. Metodologias que implicam a observação e a análise comparativa encontramos nos acervos de muitas escolas recursos para o desenvolvimento de estratégias de ensino-aprendizagem. Assim, nesta investigação-ação pretende-se compreender de que forma o património escolar pode contribuir para a Educação Inclusiva, através da construção, realização e monitorização de um conjunto de cenários de aprendizagem que implicam a mobilização de elementos das coleções de biologia e geologia que são participados e validados pelos professores e alunos de uma escola de Lisboa. Para o efeito, são realizados grupos focais e será aplicado um curto questionário aos estudantes interessados, cujos resultados serão sujeitos à análise qualitativa de dados que incluirá também itens do registo das observações e dos contactos informais. Todos os procedimentos têm em conta os princípios éticos e deontológicos que estão em vigor na investigação portuguesa.

Nossos dados coletados até o momento ficaram evidentes os benefícios da exploração háptica dos elementos do acervo, por meio de aprendizagens mais ativas que promovem a capacidade de análise e de pensamento dos alunos. Tratando-se de um estudo de caso poderá ter interesse que sejam desenvolvidos futuramente estudos noutras escolas e com outras coleções.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; DUA; Património escolar.

Sala 7 | ID 32

[ID 32] O Impacto da Avaliação Digital Formativa no Desenvolvimento de Competências em Física e Química A

Marília Pacheco | INDIVIDUAL | mariliapacheco1975@gmail.com

Lúcia Amante | UAB | lucia.amante@uab.pt

Vera Monteiro | UAB | vera.monteiro@sapo.pt

Resumo

Num cenário em que a transformação digital reconfigura práticas pedagógicas, este estudo investiga o impacto da avaliação digital formativa no desenvolvimento das competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, no contexto da disciplina de Física e Química A (FQA) no ensino secundário. De natureza mista, a investigação também é estudo de caso e investigação-ação, envolvendo alunos e docentes de FQA. Foram desenvolvidos cinco atividades pedagógicas com recurso a simulações interativas, laboratórios virtuais, quizzes gamificados, vídeos com perguntas internas e portfólios digitais. A coleta de dados incluiu questionários, observação em aula, grupos focais, análise documental e registros em plataformas digitais, garantindo triangulação entre métodos qualitativos e quantitativos. No caso dos portfólios digitais, emergiram dimensões inesperadas. Para além do seu papel previsto na promoção da autorregulação e metacognição, os alunos consideraram-nos como espaços de reflexão crítica sobre a aprendizagem. No entanto, também manifestaram resistência, sobrecarga de trabalho e dificuldade na interpretação dos critérios de avaliação. Estes dados revelam que, sem orientação clara, a inovação digital pode gerar frustração, contrariando os seus objetivos motivacionais. A avaliação formativa digital revela-se, assim, não apenas como confirmação teórica, mas como um campo produtivo de produtividade, expondo limites e potencialidades. A comunicação oral aprofundará estas explicações, sublinhando o caráter disruptivo dos dados e a urgência de compensar a aplicação dos portfólios digitais no ensino secundário.

Palavras-chave: Avaliação formativa digital; Competências do PASEO; Portefólios digitais; Metacognição.

Sala 7 | ID 297

[ID 297] A avaliação educacional nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em exatas do Instituto Federal de São Paulo-Brasil

Luana Ferrarotto | IFSP – campus Bragança Paulista | luanaferrarotto@ifsp.edu.br

Jean Rodrigues | IFSP | jean.zefer@ifsp.edu.br

Marta Garcia | IFSP | martagarcia@ifsp.edu.br

Resumo

A avaliação educacional é definida por Freitas et al. (2009) como a interligação entre seus três níveis: sala de aula, externa em larga escala e institucional. Os autores destacam que diferentes políticas e práticas podem ser desenvolvidas a partir de concepções de avaliação distintas, o que justifica a abordagem desse campo de conhecimento nos cursos de formação de professores(as). Integrantes do grupo de pesquisa Avaliação e Relações Escolares (Ares), do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), no Brasil, têm investigado o lugar que a avaliação educacional ocupa nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PCCs) das licenciaturas dessa instituição. Neste resumo, apresentamos as análises dos cursos de exatas, a saber: 12 PPCs de matemática, 8 PPCs de física e 9 PPCs de química. Para tanto, empregamos uma técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Nas Licenciatura em Física, apenas 2 PPCs possuem componentes curriculares específicos de avaliação. Na maioria dos PPCs, a avaliação aparece apenas como um tópico em alguns componentes curriculares. A avaliação em sala de aula é a mais mencionada e a avaliação institucional é a menos mencionada nos componentes curriculares. A avaliação externa consta dos componentes curriculares de 5 PPCs. Nas Licenciaturas em Química, há apenas uma componente curricular específica da avaliação educacional. O nível da avaliação em sala de aula está presente em todos os PPCs. Já a avaliação externa consta em 2 PPCs e a avaliação institucional está ausente em todos. Nas Licenciaturas em Matemática, apenas 3 PPCs possuem componente curricular específico sobre avaliação, sendo um deles uma eletiva. A avaliação em sala de aula aparece como conteúdo de todos os PPCs, a avaliação externa consta em 4 PPCs e a avaliação institucional é a que menos recebe atenção. Nos PPCs dos três cursos, os processos de avaliação, apesar de descritos como formativos, não são caracterizados de modo a permitir a compreensão das práticas realizadas. A problematização dos três níveis de avaliação educacional na formação inicial dos(as) docentes é fundamental para o desenvolvimento da crítica consciente sobre as políticas que incidem sobre a escola e repercutem na organização do trabalho pedagógico, como as políticas de avaliação externa de caráter gerencial que têm se proliferado no Brasil. Instrumentalizados com estudos teóricos e práticos, as práticas avaliativas podem incorporar perspectivas inclusivas e de formação humana ampliada junto aos estudantes.

Palavras-chave: Avaliação educacional; Formação de professores(as); Projeto Pedagógico de Curso.

Sala 7 | ID 118

[ID 118] Processos de Corregulação e Práticas de Avaliação na Aprendizagem da Matemática

Brunna Passarinho | EDUNOVA-ISPA | brunnabritopt@gmail.com

Vera Monteiro | EDUNOVA-ISPA | veram@ispa.pt

Resumo

A corregulação é compreendida como um processo dinâmico de interação entre alunos e professores, no qual se constroem conjuntamente estratégias de planejamento, monitorização, ajuste e reflexão sobre a aprendizagem. Neste enquadramento, as práticas de avaliação desempenham um papel central, pois não se limitam à verificação de resultados,

mas momentos específicos-chave de diálogo, feedback e reorientação que sustentam a correção. O objetivo deste estudo é explorar as percepções e práticas dos professores relativamente às diferentes fases do processo de correção na aprendizagem da matemática, articulando-as com as suas práticas de avaliação. Participaram seis professores dos 2.º e 3.º ciclos de escolaridade. Foi desenvolvida uma entrevista semiestruturada com o objetivo de compreender como os professores de matemática ajudam os alunos a preparar, acompanhar e avaliar o seu próprio trabalho, e como articula isso com a avaliação escolar. Foram introduzidas questões sobre como os professores orientam os alunos na definição de metas de aprendizagem, na análise das tarefas matemáticas e na escolha de estratégias de estudo; questões sobre a exploração das práticas de acompanhamento, feedback e ajustes em interação com os alunos, articuladas com a avaliação formativa contínua; questões sobre as formas de reflexão pós-tarefa, da utilização do erro como recurso de aprendizagem, da coavaliação e da autoavaliação como práticas que fortalecem a autorregulação. Foram ainda introduzidas algumas questões sobre as percepções globais e desafios que se levantam na implementação destas práticas de ensino e aprendizagem. Com base nos resultados preliminares obtidos, a análise das entrevistas revelou que os professores recorrem, ainda que de forma implícita e pouco frequente, a práticas que abrangem às diferentes fases do processo de autorregulação dos alunos em matemática e uma ligação entre essas práticas e formas de avaliação, sobretudo através do feedback oral e da observação direta sem registos. Persistem, no entanto, dificuldades associadas à gestão do tempo, à heterogeneidade das turmas e à pressão da avaliação sumativa. Acreditamos que a articulação entre a avaliação, o planeamento, o acompanhamento e a reflexão potencia a aprendizagem da matemática ao favorecer a compreensão conceitual e a autonomia dos alunos, enquanto promove o desenvolvimento profissional dos docentes, ajudando-os a diversificar suas estratégias e a melhorar a qualidade do feedback.

Palavras-chave: Correção; Práticas avaliativas; Autorregulação para aprendizagem.

Sala 7 | ID 325

[ID 325] Pensar estrategicamente a autoavaliação: necessidade ou imperativo?

Sofia Rodrigues | CIEd|FCT (UI/BD/154491/2022)|Instituto de Educação|UMinho |
rodrisofia@hotmail.com

Resumo

Pensar estrategicamente é hoje uma linguagem comum no seio das organizações, em especial quando nos reportamos aos contextos da gestão e do mercado, advogando-se que se trata de uma competência da máxima importância. No entanto, se a importância do pensamento estratégico é reconhecida e valorizada nos planos empresarial, económico e tecnológico, será que também se torna imprescindível ao nível das instituições escolares? Esta reflexão torna-se particularmente pertinente quando pensamos nas práticas de autoavaliação das escolas, que procuram responder a necessidades constantes de reconfiguração, com o intuito de apoiar a melhoria da qualidade educativa. Essa busca pela melhoria, sustentada no atual contexto de

accountability e na pluralidade de desafios e transformações que se colocam à escola, reforça e estimula essa reflexão, procurando compreender porque é que as abordagens mais tradicionais já não são adequadas e se torna necessário perfilar novas formas de pensamento, de organização e de ação. Se já é habitual, ao nível dos discursos e das práticas, pensar estrategicamente o currículo, fará sentido pensar estrategicamente a autoavaliação das escolas? É neste contexto que apresentamos esta reflexão, na qual analisamos a importância do pensamento estratégico na autoavaliação das escolas, tanto a nível nacional como internacional, com particular enfoque nas questões relacionadas com a Avaliação Institucional. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e quantitativa, baseado na análise documental de orientações dos organismos de referência para a elaboração de políticas educativas (OCDE, OEI, UNESCO e Eurydice), dos normativos nacionais (Ministério da Educação; IGEC) e dos relatórios de avaliação externa das escolas publicados (N=440). A análise dos dados foi conduzida através da análise de conteúdo e de procedimentos estatísticos, com vista à identificação de padrões recorrentes, nos pontos fortes e áreas de melhoria, relativamente ao pensamento estratégico da autoavaliação. O contexto de constante mudança em que vivemos exige da escola uma reflexão estratégica sobre si própria. Pensar estrategicamente a autoavaliação revela-se, assim, mais do que uma necessidade, um imperativo ético, político e institucional, orientado para a transformação e a inovação, consolidando-se como instrumento essencial de desenvolvimento e melhoria contínua.

Palavras-chave: Autoavaliação; Avaliação institucional; Pensamento estratégico de autoavaliação.

Sala 8 | ID 79

[ID 79] A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A PARCERIA ESCOLA E UNIVERSIDADE NO CURSO DE PEDAGOGIA

Luciene Cerdas | Universidade Federal do Rio de Janeiro | lucienecerdas@gmail.com

Resumo

Neste trabalho, discutimos o potencial da extensão universitária na formação de professores no Brasil, a partir da experiência vivenciada em um projeto de extensão universitária à alfabetização. Intitulado "Parceria escola e universidade na alfabetização de crianças e na formação inicial de alfabetizadores", o projeto inclui a inserção de licenciados do curso de Pedagogia em turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, nas quais predomina a aquisição da língua escrita. Desde sua criação em 2017, há parceria com escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro, que recebem os licenciados, que atuam em coparticipação com professores regentes. O projeto tem colaborado na troca de experiências entre aqueles em formação inicial e os já experientes, na perspectiva de que teoria e prática são dimensões da ação docente, intrinsecamente, entrelaçadas no cotidiano escolar. A escola de educação básica se torna, assim, espaço de uma docência compartilhada, em que o professor tem sua autoridade reconhecida e legitimada, e compartilha as responsabilidades relativas ao ensino com os licenciados, em contexto de trabalho colaborativo (Melo; Giraldo; Rosistolato, 2021).

Reconhecem-se os saberes emergentes do exercício da docência, e a possibilidade de se rever concepções, assimilar conhecimentos teórico-práticos e (re)significar a própria relação com o ensino. Preconiza-se a particularidade da escola e da universidade, construindo uma “casa comum de formação de professores dentro das universidades, mas sempre com uma ligação orgânica aos professores e às escolas da rede” (Nóvoa, 2019, p. 8). A extensão é potencializadora dessa “casa comum”, situando-se como momento de conhecimento da profissão, bem como é espaço e tempo para o autoconhecimento e autoconstrução (Rodrigues; Cruz, 2023). Fundamentado nesses princípios, este trabalho tem como foco as perspectivas das professoras regentes que atuaram no projeto de extensão no período de 2023 a 2025, quanto aos aspectos formativos dessa experiência. Para isso, foram comprovadas as falas de seis professoras que participaram de um grupo focal sob a mediação da coordenadora do projeto. As falas das professoras apontaram para a) o amadurecimento das licenciadas em sua atuação com as crianças em suas singularidades; b) o pertencimento das licenciadas às rotinas da alfabetização; c) a presença de um outro olhar para suas práticas; e d) o reconhecimento de seu papel como co-formadoras de futuras professoras em um diálogo intergeracional.

Palavras-chave: Formação de professores; Extensão universitária; Docência.

Sala 8 | ID 249

[ID 249] A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: pressupostos e peculiaridades de experiências no campo da saúde

Maria Isabel Da Cunha | Universidade Federal de Pelotas | cunhami@uol.com.br

Resumo

Esta comunicação corre do projeto MERCOSUL/NEIES (Núcleo de Investigação da Educação Superior) e envolve IES da Argentina, Brasil e Uruguai. O objetivo é produzir conhecimentos sobre as políticas de mudanças curriculares que impulsionem a prática profissional como eixo estruturante de carreiras da saúde. A obrigatoriedade da Curricularização da Extensão no curso de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas, no Brasil, constitui uma base teórico-empírica do estudo no país, para compreender os pressupostos que sustentam essa política atual. A fundamentação do diálogo conta com contribuições de autores como: Bourdieu (1983), Lucarelli e Finkelstein (2024), Freire (1997) e Tommasino e Stevenazzi (2016). Realizamos entrevistas semiestruturadas com seis professores que tiveram experiência em carga de gestão acadêmica recente. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A análise tem inspiração em Bardin (2011). Vale registrar que os Cursos universitários possuem especificidades culturais e estruturais das práticas curriculares que são específicas. A Odontologia depende de uma estrutura de equipamentos para o exercício de sua prática. A sua inexistência inviabiliza a sua quase totalidade, com exceção das iniciativas preventivas. A pesquisa mostra que, embora o Curso se afirme extensionista por natureza, a concepção prioritária indica ainda a presença de uma perspectiva aplicacionista, decorrente da tradição da ciência moderna na organização curricular com disciplinas de sustentação teórica na fase

inicial e as aplicadas na fase mútua e final da formação. A natureza do Curso pressupõe saberes da prática profissional e, para tal, é preciso ter práticas que possibilitem essa experiência aos estudantes. Essa condição diferencia os cursos da saúde dos demais na arena universitária. A concepção de extensão aplicacionista corrige, em grande parte, os critérios estruturais que o Curso impõe para o seu exercício, incluindo a organização do espaço físico, que revela a dicotomia prevista pelas especialidades. Entretanto, a curricularização da extensão no Curso tem provocado alterações significativas na formação profissional ao ampliar a inserção dos alunos no SUS e na comunidade; cultivar uma postura mais reflexiva e crítica sobre a prática profissional; favorecer a interdisciplinaridade e o trabalho multiprofissional e fortalecer a formação externa para a saúde coletiva. A compreensão de que na universidade há pedagogias no plural se confirma e que os campos científicos e profissionais incidem sobre as decisões pedagógicas (Lucarelli, 2004), (Cunha, 2006). O estudo será cotejado com os que estão em andamento nos países do Mercosul envolvidos no Projeto.

Palavras-chave: Práticas profissionais; Curricularização da extensão; Decisões pedagógicas.

Sala 8 | ID 336

[ID 336] A Extensão do currículo dos cursos de engenharia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Fernanda Raquel Brand | UFRGS | fernanda.brand@farroupilha.ifrs.edu.br

Simone Valdete dos Santos | UFRGS | simonevaldete@gmail.com

Resumo

A extensão obrigatória no currículo, denominada Curricularização da Extensão, conforme Resolução nº 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018), preconiza o atendimento à Meta 12, Estratégia 12.7, do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014-2024 (Brasil, 2014). Em observância às normas, os cursos de graduação devem garantir que, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos créditos curriculares sejam desenvolvidos por meio de programas e projetos de extensão, priorizando áreas de grande pertinência social. Esse direcionamento reflete o avanço na visão da Extensão Universitária do primeiro (2001-2010) para o segundo PNE, enfatizando seu caráter interdisciplinar e dialógico, e reforçando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades e Institutos Federais. Para além da obrigatoriedade, a institucionalização das atividades de extensão integradas ao currículo representou uma possibilidade de repensar os processos de ensino no âmbito universitário e, para tal, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) passaram por um processo de reformulação. Neste contexto, com o propósito de contribuir para o debate sobre as formas de integração das atividades extensionistas nos currículos dos cursos superiores, foi realizada uma análise do caminho percorrido para efetivação da creditação da extensão nos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia de Controle e Automação do campus Farroupilha do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Portanto, para compreender o processo de planejamento e de inserção da extensão obrigatória no currículo de cada curso,

fez-se uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com base em análise documental, sendo os seguintes documentos considerados: PPCs, atas de reuniões, bem como legislação pertinente. A análise buscou identificar como cada curso delineou a inserção da extensão em seu PPC e quais aspectos se destacaram nesse processo. De modo geral, recomendamos-se uma busca para aproximar os estudantes de atividades práticas, porém resistências foram observadas, principalmente em relação à distribuição da carga horária extensionista no currículo.

Palavras-chave: Educação superior; Institutos Federais; Curricularização da Extensão.

Sala 8 | ID 39

[ID 39] Concepções dos alunos e aprendizagem ativa: uma intervenção inovadora sobre a perigosidade dos animais no contexto do 2.º Ciclo

Marta Jorge | Escola Superior de Educação | 2023039@alunos.eselx.ipl.pt

António Almeida | Instituto Politécnico de Lisboa / EDUNOVA.ISPA / CICS.NOVA | aalmeida@eselx.ipl.pt

Resumo

A inclusão de temas relacionados com os animais na educação não se limita a uma estratégia pedagógica diferenciada e inovadora, mas configura-se igualmente como expressão de uma visão inclusiva alargada. Esta integração promove o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, respeito pela diferença e responsabilidade ética. Assim, a presença destes temas contribui para ampliar o conceito de inclusão, valorizando não apenas a diversidade humana, mas também a interdependência entre o humano e a biodiversidade que o rodeia. Com base nestas indicações, implementou-se um estudo com duas turmas do 5.º ano, com o objetivo de identificar e melhorar as concepções sobre a perigosidade de alguns animais. Investigação prévia evidencia que várias espécies, frutos de mitos, tradições e decorrente de séries e filmes transmitidos pela mídia, são considerados perigosos para as crianças, afetando a percepção da necessidade de sua preservação, enquanto outros, de elevada perigosidade por serem de doença, são tidas como inofensivas. O estudo teve como objetivos: (i) identificar as concepções dos alunos sobre a perigosidade de algumas espécies da fauna portuguesa; (ii) compreender os fatores comportamentais, morfológicos ou fisiológicos que os alunos consideram relevantes para justificar essa perigosidade; e (iii) desconstruir concepções incorretas detetadas. Para tal, administrou-se um questionário que avaliou o gosto por 14 espécies de diversos grupos taxonómicos, a percepção de perigosidade e atitudes de conservação, antes e depois de uma intervenção pedagógica ocorrida apenas num das turmas (grupo experimental), centrada na avaliação científica da perigosidade e no papel ecológico dos animais. Após a intervenção, ambas as turmas mantiveram a preferência por vertebrados, especialmente mamíferos. No grupo experimental, a percepção de perigosidade tornou-se mais ajustada: animais pequenos, como o mosquito, passaram a ser avaliados como de maior risco relativo, enquanto espécies de grande porte deixaram de ser vistas como ameaçadoras. Também aumentou o interesse de proteger todas as espécies, com

argumentos mais fundamentados em princípios ecológicos. Abordar a verdadeira perigosidade dos animais na educação é relevante porque permite desconstruir ideias erradas, promover o conhecimento científico e desenvolver atitudes de respeito e responsabilidade na relação entre os seres humanos e as outras espécies.

Palavras-chave: Perigosidade dos animais; Preservação da biodiversidade; Inovação em educação.

Sala 9 | ID 44

[ID 44] PEDAGOGIA FREINET: ENTRELAÇANDO NARRATIVAS E REFLEXIVIDADE DOCENTE NO COTIDIANO ESCOLAR

Roseane Gomes | Universidade Estadual de Campinas | daminelligomes@gmail.com

Ana Maria Aragão | Universidade Estadual de Campinas | anaragao@unicamp.br

Resumo

Este trabalho, fruto de uma investigação narrativa, teve por objetivo identificar, descrever e analisar como as práticas docentes democráticas e emancipatórias vivenciadas na Educação Infantil e referenciadas e fundamentadas na Pedagogia Freinet apresentadas na formação de professores reflexivos. A Pedagogia Freinet defende uma vivência escolar autônoma e cooperativa, fundamentada nos princípios da livre expressão, autonomia, cooperação e trabalho e introduz instrumentos pedagógicos diferenciados: aula passeio, texto livre, imprensa escolar e correspondência interescolar. Neste sentido, o cotidiano escolar revelou-se um potente produtor de conhecimento, no qual o saber da experiência envolvida em lugar de destaque e o conceito de reflexividade apareceu como elemento central implicando em uma análise crítica e fundamentada, na qual o professor, ao observar suas ações, busca suporte teórico para compreendê-las e transformá-las. A reflexividade docente se materializou em múltiplas propostas: na recusa a práticas que segregam, na valorização da autonomia das crianças, no reconhecimento da escola como espaço de formação coletiva e no exercício da escrita narrativa como produção de conhecimento. Este estudo brasileiro reafirmou o poder da pesquisa narrativa para a formação docente na medida em que narrar a prática cotidiana não é apenas registrar, mas ressignificar, compreender, transformar. Assim, este trabalho se configura como testemunho de uma caminhada em que docência e pesquisa se entrelaçam. A reflexividade, a Pedagogia Freinet e a metodologia narrativa compõem um tripé que sustenta a formação da professora-pesquisadora, permitindo-lhe, ao narrar o vívido, atravessar a experiência e construir novos sentidos para o presente e para o porvir, no encontro de olhares, na escuta sensível e na possibilidade de discutir práticas cotidianas constituindo uma formação compartilhada e permanente.

Sala 9 | ID 47

[ID 47] Políticas de formação docente e currículo de educação secundária na Nova Escola Mexicana

Patricia Ducoing-Watty | AFIRSE | pducoingw@yahoo.com.mx

Ileana Rojas-Moreno | AFIRSE | ileana.rojas.moreno@gmail.com

Resumo

No marco do Projeto da Nova Escola Mexicana, a integração de conteúdo foi plantada como um elemento “inovador” na organização e desenvolvimento do currículo na educação básica, e em contraste com a atomização do conhecimento. Certamente, a visão integrada busca romper com a lógica disciplinar que conduz o projeto curricular por atribuições e temas. No entanto, os currículos das escolas normais superiores continuam organizados por disciplinas — espanhol, matemática, física, química, história, biologia, geografia — e, em consequência, formando o ensino pessoal com base em diretrizes contrárias à proposta holística, global, que se desenvolve atualmente no currículo da educação secundária. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o avanço de uma investigação institucional em curso sobre a educação secundária no México, a propósito das articulações e desfases entre os elementos axiais: por um lado, caracteriza-se de forma analítica a estrutura curricular do plano de estudos vigente deste nível educativo e, por outro lado, a formação docente respectiva, transmitida oficialmente em instituições de educação superiores e escolas normais. Para efeitos da investigação em curso, a formação docente é considerada como um assunto de Estado forma parte do espectro de políticas públicas, na medida em que compreende um conjunto de aspectos teórico-práticos que incluem ações e estratégias para o design e puesta em marcha de regulamentos, modelos, aviões, dispositivos de índole diversa, etcétera (Cf. Tardif, 2004; Paquay, Altet, Charlier e Perrenoud, 2010), e o argumento principal é baseado em termos de enfatizar que a articulação-desfase entre o currículo de educação secundária e a formação de professores desse nível é uma condição atendida parcialmente a partir da normatividade vigente, mas na prática educativa cotidiana os professores precisam resolver com recursos próprios (p. por exemplo, o co-projeto de programas de estúdio) qualquer dificuldade neste sentido. Em correspondência com o encontro descrito, a estratégia metodológica inclui uma primeira fase de investigação documental (marco normativo, planos e programas de estudos de educação básica, oferta formativa de escolas normais para o professor de educação básica) e uma segunda fase de trabalho de campo (entrevistas a professores a partir do método de escuta). Entre os hallazgos preliminares, é apresentado o resultado tanto da análise documental quanto do suporte testemunhal copiado.

Palavras-chave: Políticas de formação docente; Educação secundária; Currículo de educação secundária.

[ID 104] Das políticas públicas às práticas docentes para a inclusão de alunos com medidas de suporte à aprendizagem

Laura Sousa | Universidade Lusófona | laurasousa999@gmail.com

Maria Odete Silva | Universidade Lusófona | p1529@ulusofona.pt

Resumo

A educação inclusiva constitui uma das expressões mais relevantes da concretização dos direitos humanos no campo educativo. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que reconheceu a educação como direito fundamental, a comunidade internacional reafirma o compromisso de construir sistemas escolares democráticos, equitativos e acessíveis. Documentos como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015) consolidaram esse princípio e apelaram ao desenvolvimento de políticas e práticas que o tornem eficazes. Todavia, alcançar uma Escola para Todos exige transformações políticas, culturais e organizacionais, em que cada necessidade seja reconhecida no seio da diversidade. A inclusão assenta em valores como fraternidade, direitos humanos, igualdade e equidade (Sanches, 2019), entendida esta última como mais do que igualdade formal: trata-se de garantir a justiça social e as condições que respeitam as necessidades de cada aluno, conforme sublinha também a UNESCO (2019). Do mesmo modo, a diversidade deve ser entendida como um recurso e uma oportunidade para democratizar aprendizagens (Booth & Ainscow, 2002; UNESCO, 2019b), exigindo políticas educativas que favoreçam culturas escolares inclusivas e cooperativas (Azorín & Ainscow, 2018). Nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 54/2018 introduz as Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (MSAI), orientadas para garantir impactos nos diferentes intervenientes, espaços e níveis de organização das escolas, perspetivando uma mudança estrutural no sistema educativo português (DGE, 2018). A escola inclusiva encontra-se em construção permanente, aprimorada em medidas consistentes de gestão escolar. Nesta comunicação, entendemos a inclusão como uma política cuja concretização, em Portugal, decorre de um processo de mudança organizacional, cultural e operacional, baseado num modelo de intervenção multinível, que envolve adaptações na gestão curricular, nas práticas pedagógicas e na monitorização (Booth & Ainscow, 2002; Azorín & Ainscow, 2018). Esta comunicação decorre da nossa investigação de doutoramento, de natureza qualitativa, cujo objetivo é analisar a percepção de docentes do ensino regular e de educação especial do ensino básico, em três municípios da ilha da Madeira, sobre a implementação das disposições da MSAI no DL 54/2018. Recorreremos à pesquisa documental e às entrevistas semidiréticas (Lüdke & André, 2005), comprovadas segundo a técnica de análise de conteúdo. Esta investigação pretende contribuir para a reflexão sobre as políticas educativas inclusivas, destacando os avanços, os esforços e as possibilidades de futuro no processo de consolidação de uma Escola para Todos.

Palavras-chave: Políticas educativas; Educação inclusiva; Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão.

Sala 9 | ID 273

[ID 273] O ensino escolar como educação ética na formação inicial do professor

Rocío Santana | ULisboa | rociosantana@uma.es

Ana Paula Caetano | ULisboa | apcaetano@ie.ulisboa.pt

Resumo

O assédio escolar (bullying) é um problema social existente na atualidade e com repercussões emocionais, sociais e acadêmicas que vão além do indivíduo, convertendo-se em uma reação ética e social. Desta forma, a formação inicial do professor apresenta um papel chave na detecção, prevenção e intervenção frente a essas situações, contribuindo para consolidar uma identidade docente comprometida com a justiça social. Foi realizada uma revisão sistemática de estudos científicos recentes (n=18) sobre ensino escolar e formação docente. Para isso, foram selecionadas publicações indexadas em bases de dados (internacionais e nacionais), com especial atenção aos trabalhos que abordam a dimensão ética na preparação de futuros professores e nos conflitos escolares. Os estudos analisados evidenciam carências na formação inicial do professor para abordar o ensino escolar. Há uma escassa incorporação de conteúdos éticos nos planos de estudo, assim como a falta de experiências práticas que favorecem a reflexão crítica e a empatia. Ao mesmo tempo, foram destacadas iniciativas inovadoras na formação ética e na educação em valores que potencializam a capacidade docente para enfrentar o bullying de forma integral. Com tudo isso vemos que o ensino escolar deve ser entendido como uma questão ética e social que exige respostas desde a mesma formação inicial do professor. Os resultados confirmam a urgência de reforçar os programas formativos com conteúdos e metodologias que promovam uma identidade docente sensata, reflexiva e comprometida com a prevenção da violência e a construção de comunidades educativas inclusivas.

Palavras-chave: Acoso escolar; Ética; Formação inicial.

Sala 10 | ID 186

[ID 186] Colonialidade, políticas curriculares e representações étnicas em manuais escolares portugueses (1960, 1990 e 2020)

Luiz Kavalerski | Faculdade de Letras da Universidade do Porto | luizkavalerski@hotmail.com

Resumo

O estudo analisa como políticas curriculares e editoriais em Portugal, entre 1960, 1990 e 2020, moldaram a representação das culturas étnicas nos manuais escolares de História. Os manuais são entendidos como instrumentos pedagógicos e também como veículos de políticas educativas, refletindo opções ideológicas que sustentam narrativas históricas. O objetivo é compreender de que forma essas representações reproduziram ou questionaram visões estereotipadas, evidenciando concretas entre finalidades oficiais de inclusão e a

manutenção da colonialidade do saber. A periodização escolhida – 1960, 1990 e 2020 – corresponde a reformas curriculares relevantes, à abertura editorial e à intensificação do debate sobre diversidade cultural e cidadania. As fontes são manuais de História do 3.º ciclo e do ensino secundário, correspondentes à 7ª, 8ª e 9ª de escolaridade, complementados por documentos legais e orientações curriculares que enquadram a sua produção e circulação. A metodologia articula análise qualitativa e quantitativa, cruzando categorias visuais e textuais com aportes da semiótica e da análise crítica do discurso. A investigação ancora-se em referenciais decoloniais para problematizar como as narrativas sobre o “Outro” são construídas, silenciadas ou subalternizadas. Os resultados apontam para a persistência de imagens e textos que reforçam posições culturais, representando povos não europeus de forma marginal, estereotipada ou folclorizada. Apesar disso, observam-se sinais recentes de abertura a discursos de diversidade, ainda pouco integrados nas narrativas centrais. Estes dados revelam o desfasamento entre os princípios de equidade e cidadania, afirmados nas políticas educativas, e a sua tradução em recursos pedagógicos. A investigação mostra que os manuais, enquanto produtos de políticas curriculares, são espaços de disputa simbólica e de transmissão de memórias históricas. Discutir a colonialidade nas representações escolares é essencial para pensar políticas de educação e formação mais plurais e inclusivas, alinhadas com os desafios democráticos contemporâneos.

Palavras-chave: Manual-escolar; Representações-étnicas; Decolonialidade.

Sala 10 | ID 4

[ID 4] PRÁTICAS CORPORAIS QUILOMBOLAS: ESTUDO EM COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS – MARANHÃO – BRASIL

Mirelle Pestana | Insituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Barreirinhas | mirelle.penha@ifma.edu.br

Ludmilla Silva Gonçalves | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Barreirinhas | ludmilla.goncalves@ifma.edu.br

Manoel Renato Muniz Farias | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Barreirinhas | manoel.farias@ifma.edu.br

Maria Eduarda de Sousa Ribeiro | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Barreirinhas | ribeiro.eduarda@acad.ifma.edu.br

Resumo

No Brasil, as comunidades quilombolas são reconhecidas como grupos étnico-raciais que possuem uma ligação histórica com a escravidão e que se mantêm como comunidades negras rurais, preservando suas tradições, formas de organização social e relação com o território (CORDEIRO, 2020). O Decreto nº 4.887/2003, em seu Art. 2º, define como remanescentes de quilombos os grupos étnico-raciais, conforme critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, caracterizados por relações territoriais específicas e pressupostos ancestrais negros relacionados à resistência à opressão historicamente sofrida (BRASIL, 2003). A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar as práticas corporais quilombolas em

oito comunidades localizadas no município de Barreirinhas, no estado do Maranhão – Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (em andamento), cujos participantes são moradores das comunidades quilombolas desse município. Por envolver seres humanos, a pesquisa está em conformidade com as diretrizes e normas do Conselho Nacional de Saúde, conforme a Resolução nº 196/96, e está registrada na Plataforma Brasil para aprovação por Comitê de Ética. A coleta de dados será realizada por meio de observação direta das práticas desenvolvidas nas comunidades e da aplicação de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se o método de análise de conteúdo. Com esta pesquisa, espera-se identificar e compreender as práticas corporais desenvolvidas nessas comunidades, investigando como são transmitidas de geração em geração, como são percebidas pelos membros quilombolas e de que forma se manifestam enquanto expressões corporais e culturais. Pretende-se ainda analisar como tais práticas atuam como formas de educação informal, desenvolvidas no contexto cultural dessas comunidades.

Palavras-chave: Práticas Corporais; Educação Física; Quilombolas; Barreirinhas.

Sala 10 | ID 284

[ID 284] “A QUE TIPO DE CONHECIMENTO PODE DAR LUGAR A IMAGEM?” condições de trabalho e mal-estar docente no ensino superior

Mariana Meireles | UFRB | mariana.meireles@ufrb.edu.br

Resumo

Ancorando-se nos princípios do paradigma do sensível e nos pressupostos da pesquisa (auto)biográfica, a investigação inspira-se no argumento-pergunta “a que tipo de conhecimento pode dar lugar a imagem?”. Do ponto de vista dos objetivos, este estudo buscou cartografar condições de trabalho docente e suas relações com o mal-estar na profissão prescrutando dores experimentadas por docentes universitários no contexto Brasil-Portugal. Ao propor a noção de visualidades da dor, a pesquisa se organiza em torno de um trabalho investigativo com narrativas, tangenciando não apenas o que pode ser visível no âmbito das condições de trabalho e mal-estar docente dos professores universitários, mas também o que irrompe da invisibilidade do desassossego de suas dobras. Nesta investigação, a produção das visualidades deriva de um esforço analítico resultante do processo de depuração de dados biográficos concedidos por 213 professores universitários, sendo 196 docentes vinculados a 49 Instituições brasileiras de Ensino Superior e 17 docentes associados a 9 Instituições portuguesas de Ensino Superior. Os dados depurados, por meio de questionários e entrevistas, revelam que os docentes participantes da pesquisa se tornaram o mesmo objeto de reflexão, operando com um aspecto figurativo de perspectiva hermenêutica, por meio de um trabalho de reflexividade biográfica que expande nuances da profissão no próprio corpo. Desse modo, por meio da dialética entre ocultamento e desvelamento, os docentes expressaram vivências marcadas por exaustão física e mental, sobrecarga de trabalho, desmotivação, incertezas e competitividade – um panorama atravessado por ansiedade, desânimo, estresse, angústia, solidão e depressão. É possível,

assim, inferir que as condições socioinstitucionais impostas pela organização do trabalho docente atuam como agentes propulsores de sofrimento, configurando-se, em muitos casos, como patogênicas. Ao final, o estudo sugere o desenvolvimento de políticas públicas e ações conjuntas de prevenção e promoção à saúde dos docentes, colocando em suspensão os modelos dominantes de organizar, pensar e materializar a universidade forjada em contextos neoliberais. Em que se pesa a agudeza das formas de adoecimento singularizadas na contemporaneidade que, sobremaneira, atingem os professores, esta investigação avista um horizonte possível de existir para além das zonas dolorosas.

Palavras-chave: Condições de Trabalho; Mal-estar Docente; Ensino Superior.

Sala 10 | ID 82

[ID 82] Formação inicial de professores (pedagogos) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: narrativas de percepções sobre a Matemática

Luciane Santos | Universidade do Estado de Santa Catarina | luciane.mulazani@udesc.br

Resumo

Tema importante de discussão nos diversos contextos em que se debate o campo da Educação, a formação inicial de pedagogos é um grande desafio para os professores formadores que têm em vista uma elevada gama de conhecimentos que devem ser construídos durante o curso de graduação. No campo da Educação Matemática, o desafio amplia-se uma vez que à luz da divulgação dessa área há estudos que mostram que estudantes, futuros pedagogos, relatam as dificuldades e barreiras que têm na relação com a matemática, originadas na maioria das vezes na Educação Básica, resultado da relação a que se distribuem entre esses estudantes e a disciplina. Nesse contexto, este trabalho apresenta uma pesquisa do campo da Educação Matemática, relacionada com a formação inicial de professores (pedagogos) para o ensino de matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Seu objetivo é discutir que influências pessoais em relação à matemática, de pedagogos em formação, podem exercer nas suas escolhas profissionais. Uma pesquisa foi realizada em uma turma da disciplina "Matemática e Ensino" do curso de graduação em pedagogia (licenciatura em pedagogia) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no sul do Brasil, com participação de vinte e dois alunos do curso. A investigação foi conduzida pela professora da disciplina e por duas orientações de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC durante o seu estágio de docência. No estudo, foram utilizados procedimentos metodológicos de pesquisa narrativa. Os dados foram coletados a partir de narrativas escritas que foram produzidas pelos participantes sobre suas memórias negativas e suas memórias positivas em relação à matemática referentes ao período em que foram alunos da Educação Básica. A análise desses dados foi feita com o método de análise paradigmática das narrativas. Os resultados demonstraram que as percepções negativas em relação à matemática dos professores em formação (pedagogos) interferem em suas escolhas profissionais, a ponto de fazer com que prefiram trabalhar apenas na Educação Infantil para não terem que ensinar matemática do 1º ao 5º ano. A pesquisa também revelou que, nesse

contexto, o professor formador que atua no curso de pedagogia tem um papel importante na superação de discussões negativas em relação à matemática de seus alunos para que eles queiram e se sintam seguros para ensinarem matemática nos anos finais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Educação Matemática; Formação de professores; Pedagogos.

Sala 10 | ID 245

[ID 245] Percursos formativos como dispositivos para promover letramentos acadêmico-científicos: análise de princípios estruturantes

Gabriela Belinelli | UEL | gabrielapepis@uel.br

Vera Cristóvão | UEL | cristova@uel.br

Eliana Barros | UENP | elianamerlin@uenp.edu.br

Resumo

Este artigo investiga a potencialidade do percurso formativo (PFor) como dispositivo didático para promover letramentos acadêmico-científicos em contextos de Ensino Superior articulados com a Educação Básica. Com ancoragem no Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 2003, 2006) e em estudos sobre PFor (Marques de Jesus; Cristovão; Ferrarini-Bigareli, 2021; Ferrarini-Bigareli; Vignoli; Kraemer, 2023; Cristovão et al., 2025), o estudo depreende características e princípios estruturantes desse dispositivo, como colaboração, coautoria, humanização e desacomodação. A partir disso, são analisados dois PFor implementados durante uma pesquisa de doutorado, vinculada a um projeto colaborativo e interinstitucional: um envolvendo graduandos do 1º ano de Letras de uma universidade pública paranaense, com ênfase na produção de pôsteres acadêmicos; outro articulando tais graduandos a estudantes do segundo ano do Ensino Médio de uma escola pública paranaense, com foco na elaboração de roteiros e episódios de podcast de divulgação científica (DC). A pesquisa, de caráter qualitativo e interpretativista, visa identificar os princípios que norteiam a macroestrutura dessas propostas formativas, relacionando-os aos princípios já delineados na literatura. Os resultados revelam aproximações significativas entre os dois PFor e as propostas anteriores, ao mesmo tempo em que destacam a parceria universidade-escola, a centralidade da retextualização e a DC como um dos diferenciais para a promoção dos letramentos acadêmico-científicos.

Palavras-chave: Percursos formativos; Letramentos acadêmico-científicos; Extensão; Universidade; Escola.

ATELIÊS 5 | ATELIERS 5

13/02 | 09h30 – 11h00

Sala 02 | ID 3

[ID 3] Práticas corporais de aventura em escolas de ensino fundamental nos anos finais em Barreirinhas – Maranhão - Brasil

Mirelle Pestana | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Barreirinhas | mirelle.penha@ifma.edu.br

Ludmilla Silva Gonçalves | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Barreirinhas | ludmilla.goncalves@ifma.edu.br

Antônio Luís da Conceição Filho | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Campus Barreirinhas | luisfilho@acad.ifma.edu.br

Resumo

Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo das Práticas Corporais de Aventura (PCA's) em diversos espaços no Brasil, com um número crescente de adeptos. Com essa ascensão, as PCA's consolidaram-se como conteúdos nas aulas de Educação Física, conforme homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que as contempla como unidade temática por representarem uma oportunidade rica de aprendizagem. Diante desse cenário, a presente pesquisa propôs-se a investigar as seguintes questões: (i) As escolas dos anos finais (6º ao 9º ano) da zona urbana de Barreirinhas têm trabalhado o conteúdo de PCA's nas aulas de Educação Física? (ii) Quais PCA's estão sendo ensinadas nessas aulas? Essas problematizações estão alinhadas ao eixo temático "Práticas Pedagógicas e Inovação Educativa", considerando que a análise das PCA's como conteúdo e prática pedagógica inserida no currículo escolar é de suma importância para o processo educacional brasileiro. A pesquisa teve abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, utilizando como instrumento um questionário. A análise dos dados seguiu o método de análise temática. O questionário foi respondido por 10 (dez) professores de Educação Física. A pesquisa foi realizada em conformidade com as diretrizes e normas da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Os resultados indicaram que a temática das PCA's é pouco explorada nas aulas de Educação Física. No entanto, a pesquisa despertou, entre os professores participantes, uma maior conscientização sobre a importância desse conteúdo e as possibilidades de sua aplicação prática. A realização do estudo contribuiu para uma maior difusão da temática nas escolas, por meio dos professores que, ao inserirem as práticas nas aulas, estarão ampliando o conhecimento dos alunos sobre as práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Práticas Corporais de Aventura; Ensino Fundamental; Barreirinhas.

Sala 02 | ID 242

[ID 242] Das pedagogias de mídias, de inclusão, de gênero e de sexualidade na escola: que verdades atravessam a Educação em Ciências?

Laíse da Silva Durante | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS |
laise.durante@gmail.com

Carol Corso Von Eye | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
|carol.corso.ve@gmail.com

Caroline Nectoux Culau | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS |
carolculau@gmail.com

Sabrina Farias Rodrigues | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS |
profsabrinafarias@gmail.com

Neila Seliane Pereira Witt | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS |
neila.witt@ufrgs.br

Resumo

Nas práticas sociais e culturais, os sentidos são atribuídos, compartilhados e promovem a subjetivação dos sujeitos, em jogos de poder e verdades, de diferentes campos de saberes. Portanto, as práticas pedagógicas não estão apenas na escola, mas também em meios de comunicação, família e trabalho, por exemplo. Estas produzem verdades que ensinam modos de pensar e agir sobre os corpos, sobre o que é bom/ruim, natural/artificial, normal/anormal, sadio/doente. Da vertente pós-estruturalista dos Estudos Culturais nos questionamos sobre como os saberes contribuem para a subjetivação dos sujeitos-alunos, nas aulas de Ciências. Com isso, as quatro pesquisas moveram-se por três caminhos: a compreensão de inclusão escolar em distintos espaços de ensino; os artefatos de mídias como ferramentas pedagógicas; e, as verdades tensionadas sobre corpo, gênero e sexualidade nos currículos de Ciências. Esses caminhos buscam conhecer por meio das falas de docentes de ciências as verdades que permeiam a trama discursiva, que constituem e fazem circular determinadas noções de corpo. Na primeira pesquisa, conhecer as verdades narradas por professores levou a pensar que a noção de inclusão se mostra apoiada no discurso legal de igualdade de acesso e oportunidades, atuando, portanto, como dispositivo de segurança que busca normalizar o público-alvo da Educação Especial sob a ótica neoliberal. Na segunda pesquisa, as mídias fílmicas, mostraram-se nas falas de docentes de ciências como uma importante ferramenta pedagógica, atuando na constituição de percepções do sujeito-aluno e em sua compreensão de mundo, sendo vista como um meio que o aproxima e o encanta com os assuntos previstos nos currículos de Ciências. Nas últimas pesquisas, as falas de docentes de Ciências levam a problematizar a apresentação do corpo humano sob um olhar biomédico que isola a sexualidade de seu contexto histórico-cultural, fazendo circular noções biologizantes, como a crença de que há um gênero “natural” produzido pelo sexo biológico. É possível, então, que o ensino de Ciências reforce noções heteronormativas através de verdades evocadas. Contudo, todos os movimentos investigativos levam a compreender que as aulas de Ciências constituem importantes espaços que podem contribuir para desnaturalizar verdades, ampliar horizontes de equidade e reconhecer o corpo como território de direitos, prazer e pluralidade, rompendo com noções de corpo essencialistas e promovendo a valorização das diferenças.

Palavras-chave: Estudos Culturais; Educação em Ciências; Sujeito.

Sala 02 | ID 124

[ID 124] Aprendizagens Significativas de conceitos de Física a partir de atividades de ensino de natureza cognitiva e metacognitiva

Harley Sato | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP | harleysato@gmail.com

Antônio Carlos Caruso Ronca | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP | accronca@gmail.com

Resumo

Um professor de Física na cidade de São Paulo – Brasil propôs um curso da disciplina de Física para 30 alunos voluntários, o qual foi estruturado em função dos princípios da Teoria da Aprendizagem Significativa e do desenvolvimento metacognitivo. O curso foi idealizado a fim de realizar uma pesquisa de doutorado, que tinha como objetivo investigar como ocorriam as aprendizagens cognitivas e metacognitivas dos alunos voluntários. O professor-pesquisador propôs aos estudantes atividades de duas naturezas: as cognitivas, que foram denominadas Sequências Didáticas (SD) e seguiam os princípios da Aprendizagem Significativa de David Ausubel; e as metacognitivas, compostas por questionários fundamentados na teoria de John Flavell. Todas as SD eram constituídas das mesmas etapas, por meio das quais o professor-pesquisador buscava investigar os conhecimentos dos alunos, ter parâmetros para lhes propor atividades de ensino e verificar suas aprendizagens. Nesta comunicação, apresentaremos os resultados aferidos de uma SD, que tinha como finalidade a aprendizagem de conceitos referentes ao tema eletricidade. Os dados da pesquisa foram obtidos a partir das produções dos alunos participantes nas SD, dos questionários metacognitivos e de entrevistas realizadas a partir da proposta de entrevista reflexiva. Os dados qualitativos foram analisados sob o prisma do método da análise de sentidos. A pesquisa traz evidências de como o par aprendizagem significativa e metacognição contribui para a aprendizagem dos alunos, principalmente em relação à formação de conceitos. Os resultados indicam que as estratégias escolhidas criaram oportunidades de novas aprendizagens para boa parte do grupo de alunos, tornando o processo de ensino proposto mais inclusivo e equitativo, dando passos em direção a uma educação que possibilita que todos aprendam. Também foi identificado que algumas dessas aprendizagens ultrapassaram os limites dos conhecimentos específicos da Física e refletiram na relação dos estudantes com conteúdos de outras áreas.

Palavras-chave: Aprendizagem significativa; Metacognição; Ensino de Física.

Sala 02 | ID 55

[ID 55] Espaços Escolares Inovadores e a sua Relação com o Bem-Estar dos Alunos

Helena Pires | Universidade de Lisboa | h_pires@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho resulta de um estudo desenvolvido para uma tese de mestrado. A investigação tem como objetivo perceber de que forma o espaço escolar influencia o bem-estar dos estudantes. Para alcançar esse propósito, a pesquisa se apoia em três objetivos específicos: compreender, a partir da perspectiva dos próprios estudantes, como estes percebem e se relacionam com o espaço em que estão inseridos; analisar os ambientes escolares e identificar suas potencialidades; e, por fim, contrastar duas realidades distintas, comparando o nível de satisfação dos alunos em cada uma delas. A pesquisa foi conduzida por meio de estudo de caso em duas escolas, uma pública e outra privada. Participaram do estudo 85 alunos do 10.º e 11.º anos do Ensino Secundário. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário aos alunos, além do registro em imagens das salas de aula frequentadas por eles. O questionário contou com um total de 55 perguntas, organizadas em 11 temáticas, sendo elas: A sua escola; Espaço de aprendizado relevante; Outras pessoas presentes no espaço de aprendizagem relevante; Preferências de aprendizado; Capacidade de aprendizado; Trabalhando em pares; Percepção de si mesmo; Autorregulação; Desenvolvimento acadêmico; Frequência e Envolvimento. Como resultado, a análise das respostas dos alunos aos questionários revelou diferenças mínimas entre as duas escolas. Embora a escola privada tenha mostrado possuir espaços com maior flexibilidade, os estudantes da escola pública demonstraram níveis de satisfação quase equivalentes. Como motivo para tal, apresentam-se algumas hipóteses: possível dificuldade em realizar uma avaliação totalmente criteriosa e objetiva por parte dos alunos, dado a familiaridade e apego em relação aos espaços; a deseabilidade social, que pode ter afetado os alunos ao responder o questionário; e a dificuldade em avaliar uma experiência cotidiana quando não se tem qualquer outro espaço que sirva como comparação.

Palavras-chave: Espaços escolares; Bem estar dos alunos; Ensino secundário.

Sala 03 | ID 110

[ID 110] Implementação da Resolução de Problemas no 1.º ciclo: Desafios e aprendizagens de uma professora

Isabel Velez | Escola Superior de Educação de Lisboa | ivelez@eselx.ipl.pt

Maria Nobre Silva | Escola Básica Ricardo Alberty | maria.nobre.silva@agmigueltorga.edu.pt

Resumo

A Resolução de Problemas (RP) é umas das capacidades matemáticas reconhecidas no documento das Aprendizagens Essenciais de Matemática e tem um papel central no desenvolvimento dos alunos do ensino básico, nomeadamente na preparação de cidadãos com pensamento crítico, autónomos, resilientes, perseverantes, colaborativos e comunicativos. A OCDE reforça esta perspetiva ao salientar a importância da literacia matemática, entendida como a capacidade de raciocinar matematicamente e aplicar conhecimentos em problemas de contextos diversos do mundo real. Nas escolas em Territórios Educativos de Intervenção prioritária (TEIP) através da RP podem trabalhar-se, simultaneamente, competências sociais e cognitivas, o que contribui para a redução de

desigualdades na nossa sociedade. Apesar das inúmeras vantagens para os alunos, a implementação da RP em sala de aula constitui um desafio para os professores, particularmente na seleção de problemas adequados, na gestão de tempo e no seguimento das estratégias dos alunos. O estudo apresentado, de natureza qualitativa, acompanha o processo de desenvolvimento profissional de uma professora do 4.º ano de escolaridade, com seis anos de experiência, a lecionar numa escola TEIP. A investigação inclui observações de aulas, entrevistas e análise dos trabalhos dos alunos, integradas em ciclos de planificação, implementação e reflexão. Os dados preliminares indicam que a professora sente dificuldades na promoção da escolha livre de múltiplas representações por parte dos alunos e na condução da discussão coletiva após a resolução. Ainda assim, evidencia aprendizagens significativas associadas à adaptação das tarefas, à valorização do raciocínio dos alunos e à sua reflexão crítica sobre a prática. Este estudo pretende contribuir para a compreensão das potencialidades e desafios da implementação da Resolução de Problemas numa turma do 1.º ciclo, salientando a sua importância em contextos vulneráveis. Assim, reforça-se a ideia de que a mudança exige tempo, reflexão e apoio, mas pode constituir um caminho promissor para práticas mais inclusivas, equitativas e alinhadas com as orientações curriculares nacionais.

Sala 03 | ID 54

[ID 54] Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): uma prática no Ensino Fundamental II

Thiago Silva | Universidade Federal do Paraná | thiagobarbosa.james@gmail.com

Sonia Haracemiv | Universidade Federal do Paraná | sharacemiv@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa propõe investigar a aplicabilidade da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) em contextos da Educação Básica, no Ensino Fundamental II, comparando os conceitos base da ABP frente ao Projeto Político Pedagógico da instituição investigada e a prática pedagógica proposta. No intuito de alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão sistemática e integrativa entre os autores para identificar os principais conceitos da Aprendizagem Baseada em Problemas. Nessa fundamentação teórica, utilizou-se autores como Barrows (1986), Berbel (1998), Delisle (2000), Barell (2007), Souza e Dourado (2015). Sucedeu-se também uma análise documental para verificar os princípios da Aprendizagem Baseada em Problemas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e com a coleta de dados analisou-se a organização do trabalho pedagógico dos docentes frente ao Projeto Político-Pedagógico e aos princípios da Aprendizagem Baseada em Problemas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com estudo exploratório-descritivo e documental. O conceito da ABP criado por Barrows (1986) representa uma metodologia de aprendizagem que tem por base a utilização de problemas como ponto de partida para a aquisição e integração de novos conhecimentos promovendo uma aprendizagem centrada no aluno com a utilização desta metodologia ativa. A partir dessa definição e da análise realizada concluiu-se que os discentes conseguem desenvolver as habilidades para solucionar situações- problemas que levarão para a vida adulta e ao utilizar a ABP os estudantes exercitam suas habilidades de

análise crítica das situações-problema e do cenário para a compreensão e a resolução, sendo essencial para cidadãos no século XXI.

Palavras-chave: Aprendizagem Baseada em Problema; Metodologias Ativas; Educação Básica.

Sala 03 | ID 259

[ID 259] A abordagem STEAM como inovação educativa na Amazônia: Revisão sistemática de dissertações do PPGEEC/UEA

Natana Castro | Universidade do Estado do Amazonas UEA | ndsc.dca25@uea.edu.br

Maud Rejane Souza | Universidade do Estado do Amazonas UEA | mrcsouza@uea.edu.br

Resumo

O artigo apresenta uma revisão de literatura sistemática, da abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics) e (tecnologias educacionais) como práticas pedagógicas. O levantamento bibliográfico, faz parte da construção dos fenômenos investigativos da tese a nível de doutoramento da pesquisadora. O estudo, tem como premissa descrever o estado do conhecimento em STEAM. O objetivo é analisar as dissertações no decorrer dos anos de 2021 a 2024 conforme análise no repositório institucional do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências na Amazônia – PPGEEC. Na busca de responder o problema de pesquisa: quais as lacunas e contribuições para a região amazônica as pesquisas potencializam para a inovação educativa? A partir da identificação das nove dissertações, resultantes da busca na biblioteca virtual do PPGEEC, utilizou como critério de inclusão o mapeamento das produções científicas que contemplaram a educação/abordagem STEAM em espaços formais e não formais. Para os resultados um total de seis dissertações referentes a linha de pesquisa 1: Currículo, Cognição e Formação de Professores foi identificado, e três dissertações da linha de pesquisa 2: Epistemologias, Divulgação Científica e Espaços Não Formais. Optamos pela abordagem qualitativa de Creswell (2014), na análise das entrelinhas e interpretação das lacunas identificadas nas dissertações. Dessa forma, foi possível traçar um olhar complementar em relação as pesquisas. No sentido de organizar as ideias, foi utilizado o método de Cornell, para anotar os conceitos-chave, pontuar os gatilhos e facilitar a memorização e o entendimento de cada dissertação. No delinear dos procedimentos metodológicos a técnica adotada foi a análise de conteúdo de Bardin (2021), conforme etapas pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferências e interpretações. Para a discussão dos dados, foram identificadas três dissertações da linha 1, que deram continuidade na temática do STEAM como elemento para o desenvolvimento de habilidades dos alunos, em anos subsequentes 2022 e 2023. Em consonância com as metodologias ativas, duas dissertações com enfoque nas pesquisas em laboratórios móveis do Projeto Academia STEM na cidade de Manaus entre os anos 2022 e 2024. Conclui-se que o estudo, possibilita um aprofundamento da temática STEAM e sua inserção ao contexto cultural e geográfico como abordagem criativa e holística para os passos em construção da tese.

Palavras-chave: STEAM; Tecnologias educacionais; Região Amazônica.

Sala 03 | ID 323

[ID 323] A Pedagogia de Projetos como instrumento para impulsionar a alfabetização científica de estudantes da educação básica nos municípios de Roraima-Brasil

Leila Ghedin | Instituto Federal de Roraima | leilamarciaghedin@gmail.com

Vlademir Gomes Filho | Estado do Amazonas | leilaghedin@ifrr.edu.br

Ernan Ghedin | Prefeitura de São Luis do Anauá-RR | ernanjoséghedin@gmail.com

Resumo

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado no ensino de ciências na Amazônia. A pesquisa buscou atingir o objetivo geral de analisar o processo de realização da feira de ciências, junto aos professores, com a finalidade de observar se esta é produzida na perspectiva da pedagogia de projetos e a partir daí, proceder a identificação dos reflexos da feira de ciências, considerando, a alfabetização científica dos estudantes da educação básica dos municípios de São Luiz do Anauá-Roraima-Brasil e de Alto Alegre-Roraima-Brasil. Os objetivos específicos estiveram direcionados a diagnosticar a situação atual do processo da realização da feira de ciências na educação básica nos municípios supracitados; verificar se os professores da educação básica dos referidos municípios utilizam a pedagogia de projetos para a realização da feira de ciências e identificar se, na visão dos professores, a alfabetização científica é um reflexo produzido pela feira de ciências nos estudantes da educação básica dos municípios estudados. Este trabalho esteve orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: na opinião dos professores a realização da feira de ciências e o trabalho com a pedagogia de projetos auxiliam na alfabetização científica de estudantes da educação básica dos municípios de São Luiz do Anauá-Roraima-Brasil e de Alto Alegre-Roraima-Brasil? Nos procedimentos metodológicos se utilizou a abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi do tipo etnográfica e fez uso de instrumentos como entrevistas gravadas com informantes-chave e aplicação de questionários, estes instrumentos tiveram a finalidade de captar se, a opinião dos professores, a feira de ciências contribui para a alfabetização científica de estudantes da educação básica, bem como se a pedagogia de projetos faz parte da rotina dos professores. Lançou-se mão da técnica de observação de campo com o intuito de registrar, também, os sentimentos e emoções dos sujeitos pesquisados no momento em que participaram da pesquisa. O estudo indicou que os docentes acreditam que a feira de ciências auxilia na alfabetização científica de estudante e que a pedagogia de projetos pode ser um instrumento de impulso do processo alfabetização científica no ensino fundamental e médio das escolas básicas do estado de Roraima-Brasil.

Palavras-chave: Alfabetização Científica; Pedagogia de Projetos; Feira de Ciências.

Sala 04 | ID 53

[ID 53] Práticas de Avaliação no Ensino Superior: Contributos de um Programa de Desenvolvimento Profissional

Rute de Moura | Universidade de Évora | d61706@alunos.uevora.pt

Resumo

A inovação pedagógica tem ganho destaque nas Instituições de Ensino Superior (IES) que envidam esforços de qualificação do corpo docente orientado para as temáticas pedagógicas (Almeida et al., 2022). A procura de práticas inovadoras nas IES surge aliada à qualidade, nomeadamente no que respeita à prática avaliativa dos estudantes. Neste contexto, a avaliação pedagógica tem vindo a ser perspetivada como um processo que envolve docentes e estudantes (Cid et al., 2023) e como uma componente central da pedagogia, em que os professores devem questionar as suas práticas para as compreender e aperfeiçoar (Almeida et al., 2022). O Desenvolvimento Profissional efetivo surge como uma aprendizagem profissional estruturada que resulta em mudanças no conhecimento e na prática do professor (Darling-Hammond et al., 2017), tem sido um fator decisivo para alcançar a qualidade educacional (Espinoza Freire et al., 2021) revelando impacto na eficácia do ensino, na auto-eficácia, nos resultados dos alunos e na satisfação profissional (Fabríz et al., 2021; Vilppu et al., 2019; Ödalen et al., 2019; Flores & Day, 2006). Esta investigação centra-se no Programa de desenvolvimento profissional de docentes com foco em práticas de ensino e de avaliação promotoras de aprendizagens dos estudantes, realizado na Universidade de Évora no ano letivo 2024/2025, no âmbito do projeto IPI Sucesso+ | Inovação e Integração para a promoção do sucesso escolar e redução do abandono dos estudantes inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez, da Universidade de Évora. Inserindo-se num paradigma interpretativo, de abordagem qualitativa, esta investigação tem como objetivos: (1) documentar o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP) de docentes do ensino superior, baseado em práticas docentes e na colaboração entre pares, com foco na avaliação pedagógica dos estudantes; (2) identificar o efeito desse PDP na prática dos docentes participantes relativamente à avaliação das aprendizagens dos estudantes. Como instrumentos de recolha de dados foram usados o diário de bordo do investigador, materiais produzidos pelos docentes-formandos e entrevistas semiestruturadas aos participantes do Curso do PDP (microcredencial).

Palavras-chave: Ensino Superior; Programa de Desenvolvimento Profissional; Práticas de Avaliação.

Sala 04 | ID 58

[ID 58] Engajamento Docente das Escolas da ULisboa: fatores limitantes para a prática da internacionalização

Enio Snoeijer | Federal University of Santa Catarina | enio.snoeijer@ufsc.br

Luciane Stallivieri | Federal University of Santa Catarina | luciane.stallivier@ufsc.br

Luísa Cerdeira | University of Lisbon | luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt

Ana Luísa Rodrigues | University of Lisbon | alrodrigues@ie.ulisboa.pt

Pedro Antônio de Melo | Federal University of Santa Catarina |
pedro.melo@ufsc.brBarreirinhas

Resumo

A internacionalização do ensino superior tem se consolidado como uma estratégia essencial para promover a qualidade acadêmica, a competitividade institucional e a formação de cidadãos globais. No entanto, observa-se um baixo engajamento dos docentes com práticas de internacionalização, especialmente no que tange à Internacionalização do Currículo (IoC), à Internacionalização em Casa (IaH) e à oferta de disciplinas em outros idiomas. A pergunta de pesquisa que orienta o trabalho é: quais são os principais obstáculos que dificultam o engajamento dos docentes da Universidade de Lisboa com as práticas de internacionalização, especialmente no que se refere à IoC, à IaH e ao ensino em línguas estrangeiras? Assim, este estudo busca compreender os fatores que limitam a participação ativa dos professores nesse processo de internacionalização da Universidade de Lisboa (ULisboa), em Portugal. A justificativa do estudo reside na necessidade de ampliar a compreensão sobre o papel dos professores na internacionalização e na urgência de desenvolver políticas institucionais que promovam sua formação e capacitação para atuar nesse contexto. A metodologia adotada envolveu levantamento bibliográfico e documental sobre internacionalização no ensino superior e práticas de internacionalização, além da realização de entrevistas semiestruturadas com sujeitos de diferentes áreas da ULisboa. As entrevistas, que envolveram 14 sujeitos de um total de 18 Escolas (Institutos e Faculdades) que compõem a ULisboa, permitiram identificar percepções, desafios e experiências relacionadas à internacionalização. Os resultados apontam que há uma lacuna significativa na formação dos professores para práticas internacionais, com destaque para: i. baixa inserção de conteúdos globais nos currículos; ii. na falta de oferta pela ULisboa e engajamento pelos docentes em cursos específicos de capacitação; e iii. resistência, por parte de docentes de algumas Escolas da ULisboa, ao uso de línguas estrangeiras em sala de aula, muito embora haja oferta de curso de línguas estrangeiras pela ULisboa para toda a comunidade acadêmica. Conclui-se que, para fortalecer a IoC e a IaH, é imprescindível investir em programas de capacitação docente, criar incentivos institucionais, motivar os docentes e fomentar uma cultura acadêmica voltada para a internacionalização inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: Engajamento Docente; Práticas de Internacionalização; Universidade de Lisboa.

Sala 04 | ID 46

[ID 46] A produção do conhecimento científico sobre a universidade brasileira na pandemia: uma análise sob a perspectiva de Bourdieu

João Martins | Faculdade de Economia da Universidade do Algarve; CICS.NOVA FCSH - Lisboa | jrmartins@ualg.pt

Adriana de Sousa Lima | Doutoranda no Programa Sociedade, Cultura e Fronteira (Unioeste – Campus Foz do Iguaçu. Doutorado sanduíche na Universidade do Algarve | adrianaunioeste@gmail.com

Regina Coeli Machado e Silva | Professora Sênior do Programa Sociedade, Cultura e Fronteira, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu | coeli.machado@yahoo.com.br

Resumo

A pandemia da COVID-19 gerou mudanças com a imposição de novas práticas sociais e, abruptamente, mudou o cotidiano da sociedade, com a imposição do distanciamento social. A utilização de novos recursos e novas políticas públicas como medida de enfrentamento à COVID-19, criou significados intrínsecos ao seu funcionamento, tais como a própria definição de aula, presencialidade, acesso ao conhecimento e o valor do diploma. Nas universidades, os efeitos desse evento tornaram-se, ele próprio, um objeto importante de produção de conhecimento. Partindo do pressuposto de que essa produção não é neutra, nosso objeto de estudo não são os efeitos da pandemia, mas sim a própria produção do conhecimento da área da Educação sobre esses efeitos. Com base nas contribuições analíticas de Pierre Bourdieu, investigamos como o campo científico da Educação no Brasil construiu esse objeto, interrogando: Que temas privilegiou ou silenciou? Que métodos e lentes teóricas utilizou? Como a posição do pesquisador no campo influenciou suas escolhas? Para responder a estas questões, o objetivo central da nossa pesquisa passa por investigar as categorias temáticas (como ensino remoto, desigualdade digital, saúde mental e trabalho docente), os enquadramentos metodológicos e as posições epistemológicas que estruturaram essas pesquisas sobre a relação entre a pandemia e as universidades brasileiras. A análise dos dados se dará em três níveis: 1) Análise de Conteúdo para categorias temáticas; 2) Classificação dos métodos e técnicas predominantes; 3) Análise Epistemológica do posicionamento dos pesquisadores no campo. Espera-se mapear a hierarquia de temas privilegiados (e os silenciados), identificar a predominância de abordagens metodológicas e analisar como a posição do pesquisador no campo científico influencia suas escolhas epistemológicas e a construção do seu objeto de estudo.

Palavras-chave: Campo científico; Universidade Brasileira; COVID-19.

Sala 04 | ID 120

[ID 120] Grupo de pesquisa conecta estudos, experiência e saberes sobre cartas pedagógicas de pesquisadores em educação

Flavia Wagner | Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL | flv.wagner@gmail.com

Clarissa Laus Pereira Oliveira | Universidade Federal de Santa Catarina | clarissa.oliveira@ufsc.br

Janivia Siridó de Souza | Instituto de Educação - ULisboa | jariniviasouza@gmail.com

Janaina Preve Costa | Universidade do Sul de Santa Catarina | janapreve@gmail.com

Lívia da Cruz | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | livcruz@gmail.com

Resumo

Por meio de cartas pedagógicas, produzidas dentro de um grupo de pesquisa, este trabalho tem por objetivo analisar os espaços, os saberes e as relações que constituem o pesquisador do ensino superior na área de ciências humanas. Sendo assim, este texto problematiza a experiência desenvolvida no ano de 2025 sobre o uso da "carta" como um gênero pedagógico e simbólico. O grupo de pesquisa estudou sobre as cartas pedagógicas de forma científica e redigiram suas próprias cartas para seus orientadores de forma reflexiva sobre suas trajetórias de pesquisadores no ensino superior. Foram vinte encontros, com a confecção de dezesseis cartas pedagógicas e a construção de uma pasta no google drive com um acervo de vinte e cinco textos que deram subsídios para o debate e a escrita dos documentos. Compreendemos que o embasamento teórico para estudar as cartas pedagógicas é interdisciplinar, mobiliza teorias da linguagem, do sujeito, da educação e da filosofia. A carta, ao conectar vivências e repertório, ao entrelaçar saberes e experiências, dialoga com a noção de experiência como fundante da formação, o que não é relatar apenas o que acontece, mas o que nos atravessa e nos transforma. Os estudos de Paulo Freire nos ajudaram a compreender que as cartas também são um espaço para exercer o ato político e de que a reflexão crítica sobre a própria prática é fundamental para a transformação. A metodologia foi um estudo exploratório de abordagem qualitativa, os instrumentos de produção de dados foram as cartas pedagógicas produzidas pelos grupo de pesquisa, usamos a análise de conteúdo (Bardin, 2016) e chegamos nas seguintes categorias: afetamento do orientador na trajetória do pesquisador(a); ambientes de aprendizagem que constituem o pesquisador; saberes que formam o pesquisador. Como resultado, constatamos que a carta, não é apenas um texto, mas como prática social, é um instrumento de formação, reflexão e comunicação em contextos educativos e de pesquisa. Se mostrou como um exercício de cuidado de si e de autoformação, pelo qual o sujeito se narra e se compreende.

Palavras-chave: Carta pedagógica; Formação não formal; Grupo de pesquisa.

Sala 05 | ID 67

[ID 67] Políticas educacionais e qualidade de vida no trabalho docente

Alboni Vieira | Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR | alboni@alboni.com

Elza Silva | Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR | efagundesilva@gmail.com

Resumo

Num contexto democrático, estudar a qualidade de vida (QV) e, especialmente, a qualidade de vida no trabalho (QVT) de profissionais docentes torna-se relevante, tendo em vista as novas demandas a que o professor deve atender, na contemporaneidade. Diversos professores sofrem com elevados níveis de estresse e insatisfação em relação às condições de trabalho, entre outros fatores que influenciam negativamente na sua qualidade de vida e na qualidade de vida no trabalho. Sabe-se que a qualidade de vida no trabalho está diretamente relacionada às políticas públicas educacionais implantadas pelos governos e que se manifestam no dia a dia das atividades docentes. Partindo dessa premissa, a pesquisa teve por objetivo investigar a produção acadêmica disponível sobre qualidade de vida (QV) e qualidade de vida no trabalho (QVT) docente, compreendida no período entre 2012 e 2022. Para a pesquisa, foi realizado um “estado do conhecimento” utilizando-se dados constantes da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Portal de Periódicos da CAPES e do ERIC – Education Resources Information Center, com o objetivo de identificar a produção acadêmica sobre QV e QVT. Foram encontrados 23 trabalhos, dentre os quais se selecionou aqueles com maior afinidade em relação à temática e que fundamentaram a pesquisa. Os resultados apontaram para produções de diversas áreas do conhecimento, visto que QV e QVT são conceitos multidisciplinares, tendo sido identificado um déficit de trabalhos na área da Educação que tratem dessa temática. Os conceitos de QV e QVT vêm sendo estudados há algum tempo, mas há uma dificuldade em se estabelecer um conceito concreto para cada um, uma vez que são questões de caráter subjetivo e multidimensional. Desse modo, diferentes pontos de vista sobre Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho são apresentados, a fim de demonstrar a diversidade de conceitos referentes a essa temática. Além disso, foi possível perceber que os conceitos, em sua maioria, abrangem aspectos de esferas objetivas e subjetivas, e utilizam-se da percepção individual do sujeito para mensurar QV e QVT. Constatou-se um pequeno número de pesquisas versando sobre políticas educacionais vinculadas à questão. Por fim, foi possível perceber uma lacuna em relação às pesquisas focadas na QV e QVT de professores da educação básica, sendo que a maioria das produções encontradas têm por objeto professores do ensino superior.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Qualidade de vida no trabalho; Políticas educacionais.

Sala 05 | ID 230

[ID 230] Formação e Profissionalização Docente: Uma Análise Comparativa das Políticas Portuguesas no Contexto Europeu

Marta Almeida | Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | mialmeida@ie.ulisboa.pt

Estela Costa | Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | ecosta@ie.ulisboa.pt

Resumo

O estudo analisa as políticas de formação e profissionalização docente em Portugal no quadro mais amplo do fenómeno de europeização da educação e da intensificação dos processos de regulação transnacional da profissão docente. Sustentado na sociologia política da ação pública, procura compreender de que modo as orientações supranacionais são apropriadas,

traduzidas e tensionadas no contexto nacional, produzindo configurações híbridas que oscilam entre a convergência normativa e a preservação de especificidades. A investigação assenta numa análise documental (1986–2023), que abrange legislação portuguesa, relatórios técnicos e documentos europeus. Os resultados evidenciam a elevação progressiva das qualificações exigidas, culminando na obrigatoriedade do grau de mestrado para o exercício da docência, bem como a substituição do modelo integrado de formação por um modelo sequencial aplicável a todos os ciclos de educação e ensino. Estas mudanças refletem a adoção de mecanismos de regulação soft característicos do Processo de Bolonha — como metas comuns, indicadores e boas práticas — que, sem carácter vinculativo, influenciam a formulação de políticas nacionais, aproximando Portugal de países como França, Islândia e Itália e afastando-o de outros que interpretaram as mesmas diretrizes de forma distinta. A análise demonstra que a convergência se manifesta, sobretudo, na valorização da prática supervisionada, da mobilidade e da diversificação de perfis profissionais. Todavia, subsistem divergências: a manutenção de um sistema centralizado de recrutamento e a fragmentação entre teoria e prática nos primeiros níveis de escolaridade evidenciam a forma como as políticas europeias são recontextualizadas de acordo com heranças institucionais e interesses nacionais. Conclui-se que a trajetória portuguesa é marcada por processos de multirregulação, nos quais as orientações externas são seletivamente apropriadas, reinterpretadas e traduzidas para o contexto nacional. Ao situar Portugal no espaço europeu de educação, esta análise contribui para a compreensão dos desafios inerentes à construção de políticas docentes transnacionais que, em simultâneo, promovam a convergência e respeitem legados profissionais e históricos.

Palavras-chave: Políticas sobre a profissão docente; Regulação transnacional; Europeização da educação; Educação comparada.

Sala 05 | ID 153

[ID 153] Formação Docente na Interface da Concepção da Educação Inclusiva: Diálogos Políticos-Normativos entre Brasil e Portugal

Jamila Galdino Prochaska Lemos | Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) |
jamilagaldinoadv@gmail.com

Maria José Lozano | Universidade do Estado de Santa Catarina |
marialozano.udesc@gmail.com

Resumo

Desde a década de 1990, países como Brasil e Portugal têm assumido a responsabilidade de assegurar o direito à educação para todos, com ênfase na escolarização das pessoas com deficiência. Nesse contexto, a docência é interpelada a responder aos desafios da inclusão, sendo a formação de professores condição imprescindível para sua efetivação. O trabalho objetiva colocar em diálogo as políticas de formação de professores do Brasil e de Portugal, tencionando-as na interface da concepção de educação inclusiva desses países. A investigação qualitativa e documental ancora-se na perspectiva foucaultiana, tomando a análise do

discurso como operador analítico para compreender como os enunciados das políticas legitimam verdades sobre os sujeitos citados nas políticas de inclusão. As recorrências revelam que o Brasil constrói sua perspectiva de educação inclusiva a partir de uma lógica de categorização, delimitando apenas os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação como público da educação especial. Tais sujeitos têm direito ao Atendimento Educacional Especializado, o qual se constitui como serviço que busca mitigar as barreiras que dificultam o acesso do estudante ao currículo da sala de aula comum. As normativas e a formação de professores ancoram-se em paradigmas de individualização a partir de laudos diagnósticos, o que corrobora para práticas docentes reduzidas à adaptação de atividades para determinados sujeitos. Em contraste, a materialidade político-normativa de Portugal revela um movimento discursivo que suprime terminologias específicas, afastando-se da categorização de estudantes como requisito para a escolarização. Suas normativas instituem um continuum de medidas de suporte à aprendizagem para todos e para cada um dos estudantes, sustentada pelos princípios de universalidade, equidade e diferenciação curricular, voltadas à qualificação docente que responda às singularidades dos sujeitos. Os achados da pesquisa revelam que as formas de produzir os sujeitos da inclusão se fundamentam em diferentes paradigmas, os quais operam como discursos de verdade e impactam a formação docente e, conseqüentemente, os processos educacionais. Conclui-se que a materialização de uma educação inclusiva estão atreladas a normativas e formação docente, inicial e contínua, que se fundamentem em princípios de equidade e justiça curricular.

Palavras-chave: Políticas educativas; Inclusão escolar; Formação docente.

Sala 05 | ID 270

[ID 270] A formação continuada de professores, o currículo e a territorialidade: perspectivas formativas para além do desempenho escolar

Mirna Araújo | FGV-UnB | mirna.franca@gmail.com

Luciana Limeira | IEA-USP/FGV/SEEDF | lucianaclimeira@gmail.com

Celina Henriqueta Nascimento | FGV-UnB | celinahmhnascimento@gmail.com

Resumo

A formação continuada de professores tem ocupado um importante espaço na realização de políticas públicas nacionais, sobretudo, no que se refere ao processo de alfabetização e letramento dos estudantes. No Brasil, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) tem possibilitado aos Estados e Municípios brasileiros promoverem ações formativas de grande abrangência no sentido apoiar e dar o suporte necessário à atuação docente para garantir a alfabetização dos estudantes na idade certa. Nesse contexto, a Diretoria de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV DGPE), tem promovido diferentes ações formativas, em parceria com diferentes Estados brasileiros para melhorar e fortalecer as práticas pedagógicas e, em decorrência, melhorar o

desempenho escolar dos estudantes. Trata-se de um Grupo de Estudo permanente que tem produzido proposições para as ações formativas tendo como eixos condutores de sua prática pedagógica ações dialógicas, participativas e integradas, constituindo assim sua metodologia de trabalho. Nesse processo de formação continuada de professores, gestores e técnicos educacionais, observa-se o importante papel ocupado pelo currículo escolar, orientado pelos currículos nacional, estaduais e municipais, assim como da forte influência da territorialidade e suas especificidades, como elementos constituintes e basilares da formação e atuação docente. Contudo, a avaliação em larga escala e o desempenho escolar dos estudantes ainda ocupa um espaço de destaque nas pautas formativas e temas debatidos. Este trabalho apresenta um recorte de uma Pesquisa Qualitativa, de caráter exploratório, a partir da análise documental realizada nos planejamentos dos módulos e pautas formativas de projetos desenvolvidos em dois Estados brasileiros, no âmbito do CNCA, bem como de relatórios dos encontros formativos em formato presencial. Para tanto, procedeu-se a uma análise de conteúdo, orientada por categorias analíticas previamente definidas, onde foi possível constatar a importância de se abordar os princípios norteadores do currículo juntamente aos da territorialidade, exaltando-se regionalismos e a multiculturalidade constituintes do território, como elementos agregadores e potencializadores do processo formativo.

Palavras-chave: Formação continuada; Avaliação e Desempenho escolar; Currículo e Territorialidade.

Sala 6 | ID 271

[ID 271] As faculdades de educação tecnológica do estado do Rio de Janeiro no contexto da política de ampliação e diversificação do ensino superior no Brasil

Thays Marcelino | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | thaysmarcelino@yahoo.com.br

Resumo

A partir da década de 1970, a crise orgânica do capital impulsionou uma reestruturação produtiva global que repercutiu diretamente nas políticas educacionais, sobretudo em países de capitalismo dependente. No Brasil, esse processo se materializou na reorganização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), orientada por organismos supranacionais como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), resultando na formulação de políticas públicas voltadas à formação da força de trabalho. A aprovação da LDB nº 9.394/1996, seguida do Decreto nº 2.208/1997, consolidou a oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs), caracterizados por currículos aligeirados voltados à rápida inserção no mercado. Como mecanismo de implementação dessa política, o Estado brasileiro, em parceria com BM e BID, lançou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), para que os estados aderissem a essa lógica formativa. Este trabalho tem como objetivo analisar a criação da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (REEPT-RJ), com ênfase nas Faculdades de Educação Tecnológica (FAETERJs), como expressão da materialidade dessa política. A rede, gerida pela FAETEC e criada em 1997, é

composta por nove unidades. Parte-se da hipótese de que a oferta dos CSTs configura uma formação alinhada às necessidades empresariais, consolidando uma educação dual e interessada, voltada à manutenção da lógica de acumulação do capital. Trata-se de uma pesquisa básica, de natureza explicativa, ancorada no materialismo histórico-dialético. Conclui-se que a proposta formativa das FAETERJs não rompe com as contradições estruturais da sociedade brasileira, e que a política de EPT reforça a desigualdade no acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Ao situar as FAETERJs no contexto da reconfiguração do ensino superior, evidencia-se que, sob o discurso da diversificação, do acesso ao ensino superior, e da resolução do desemprego estrutural, a educação profissional opera como instrumento de governabilidade neoliberal, limitando o acesso da classe trabalhadora ao avanço do patamar científico e tecnológico.

Palavras-chave: Educação superior; Cursos Superiores de Tecnologia; Faculdades de Educação Tecnológica do estado do Rio de Janeiro.

Sala 06 | ID 225

[ID 225] Ações afirmativas e trajetórias estudantis na Universidade de Brasília: acesso, permanência e equidade na graduação e pós-graduação

Ana Maria Moreira | Universidade de Brasília | anaalbuquerque@unb.br

Danielle Xabregas P. Nogueira | Universidade de Brasília | daniellen@unb.br

Flavio Sousa | Universidade de Brasília | flavio.sousa@unb.br

Janaina Angelina Teixeira | Universidade de Brasília | janaina.angelina@unb.br

Resumo

Este artigo analisa a institucionalização das ações afirmativas na Universidade de Brasília (UnB) e propõe indicadores de acompanhamento da trajetória estudantil na graduação e na pós-graduação. A política de inclusão da UnB iniciou-se em 2003 na graduação, antecipando a Lei nº 12.711/2012, posteriormente atualizada pela Lei nº 14.723/2023 (Brasil, 2012, 2023), que consolidou o regime de cotas no país. Em 2020, a Resolução CEPE nº 044 instituiu reserva de vagas na pós-graduação, reforçada pela criação do Comitê Permanente de Acompanhamento das Políticas de Ação Afirmativa (COPEAA) em 2022 e pela atualização de suas atribuições em 2025. O estudo fundamenta-se em análise documental e normativa, considerando também a Portaria MEC nº 13/2016 e as diretrizes da CAPES, que destacam a equidade como dimensão de avaliação. A metodologia organiza-se em quatro eixos — acesso, permanência, desempenho e egresso — por meio da Matriz de Acompanhamento da Trajetória Estudantil (MATE), que permite mensurar indicadores como taxa de ingresso por modalidade, evasão, retenção, coeficiente de rendimento, tempo médio de titulação e inserção de egressos. Os resultados evidenciam avanços expressivos no acesso de estudantes negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, reforçando a dimensão democratizante da universidade (Gomes, 2017; Carvalho, 2016). Contudo, revelam desafios

persistentes na permanência, relacionados à insuficiência de bolsas, às condições materiais, à acessibilidade e ao apoio psicossocial (Tinto, 1993; Dubet, 1994; Kuh, 2008). Argumenta-se que a consolidação das ações afirmativas depende da articulação entre políticas de inclusão e estratégias de monitoramento sistemático, integrando graduação e pós-graduação. Conclui-se que a UnB construiu um arcabouço normativo robusto e pioneiro, mas que a efetividade plena dessas políticas exige o fortalecimento de mecanismos de acompanhamento e a ampliação de políticas de permanência, assegurando que o ingresso pelas cotas se traduza em sucesso acadêmico, conclusão de curso e inserção social qualificada.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Trajetória estudantil; Universidade de Brasília.

Sala 06 | ID 342

[ID 342] Processo formativo de docentes para o uso da Inteligência Artificial Generativa no planejamento pedagógico inclusivo

Luís Castanheira | Centro de Investigação em Educação Básica do Instituto Politécnico de Bragança | luiscastanheira@ipb.pt

Gabriela Rios | Instituto Federal de São Paulo | v05363@ipb.pt

Elisa Schlünzen | Universidade do Oeste Paulista | luisabelanaclara@gmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar resultados de uma proposta formativa online voltada a educadores brasileiros, para o planejamento pedagógico inclusivo para atender aos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e da abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa (CCS), com o uso de recursos de Inteligência Artificial Generativa (IAG). A pesquisa é de abordagem qualitativa e foi adotada a metodologia de investigação-ação. Os dados foram coletados em um processo formativo, curso de extensão com carga horária de 100 horas e 32 concluintes, que foi construído a partir de reflexões teóricas e dos feedbacks dos participantes, no processo de looping da pesquisa-ação. Para que pudessem experienciar o DUA e a abordagem CCS, o processo formativo foi pautado pela intersecção entre essas duas teorias e construído conforme a aprendizagem em espiral, que colabora para que o participante reflita sobre seu contexto e atuação. Os professores, de acordo com a abordagem CCS, planejaram atividades para seus contextos reais de trabalho. As produções e feedbacks resultantes do processo formativo foram analisadas a partir da análise temática, que apontaram para mudanças nas práticas pedagógicas, com apropriação da IAG, usada para colaborar no atendimento às necessidades dos estudantes. Quanto à IAG, os resultados evidenciaram o uso predominante do ChatGPT, isolado ou em combinação com outros recursos. A IAG deu suporte aos professores para atendimento dos três princípios do DUA, evidenciados na elaboração de materiais didáticos; delineamento de estratégias diferenciadas; geração de exercícios contextualizados; produção de materiais multimodais. Os relatos nos diários autorreflexivos apontaram para avanços na compreensão dos participantes sobre o potencial da IAG para otimização do tempo de planejamento, diversificação das

estratégias pedagógicas e fomento às práticas pedagógicas mais acessíveis e personalizadas. Contudo, observou-se também o uso da IAG sem reflexão crítica, com cópias de respostas; prompts incorretos; confusão conceitual entre IAG e tecnologias digitais e dificuldade de articular os princípios das teorias nos planeamentos. Conclui-se que para a construção e materialização de processos formativos que transformam a prática, possibilitar que os participantes experienciem a espiral de aprendizagem, com análise de seus contextos de atuação é diferencial para processos formativos que consideram tecnologias disruptivas como a IAG.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Desenho universal para aprendizagem; Abordagem construcionista.

Sala 06 | ID 195

[ID 195] A Integração de Ferramentas de Inteligência Artificial no Processo de Ensino-Aprendizagem: caso de uma turma do 10.º ano de Economia A

Rui Romão | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa |
rui.manuel.romao@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho resulta da Prática de Ensino Supervisionada desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ensino de Economia e de Contabilidade do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. A prática letiva decorreu numa escola do distrito de Lisboa, numa turma do 10.º ano do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas, incidindo sobre o Tema 6 de Economia A – Rendimentos e repartição dos rendimentos. A literatura recente converge na valorização do ChatGPT como ferramenta com potencial pedagógico. Zheng (2023) salienta a sua capacidade de sintetizar informação, clarificar conceitos e estimular o pensamento crítico através da comparação entre respostas. Rueda et al. (2023) acrescentam que a ferramenta pode oferecer feedback imediato e responder a necessidades individuais, facilitando a compreensão de conteúdos complexos. Porém, e apesar da investigação científica sobre a aplicação do ChatGPT no contexto educativo se encontrar em fase inicial (Pradana et al., 2023; Rueda et al., 2023), pode refletir-se sobre os desafios da incorporação destas ferramentas generativas em sala de aula, nomeadamente, a importância de assegurar que as respostas geradas pela IA são exatas e fiáveis (Pradana, et al., 2023). Os resultados da investigação sobre a prática revelam que a utilização do ChatGPT nas atividades letivas contribuiu para a consolidação das aprendizagens curriculares e incentivou uma participação mais ativa dos alunos. Estes reconheceram tanto os benefícios como os riscos associados a ferramentas de IA generativa, enfatizando a importância do acompanhamento do professor e do feedback regular na sua exploração. Além disso, compreenderam que a adequada formulação das questões e a análise crítica da informação fornecida são essenciais para o sucesso das tarefas realizadas. Por conseguinte, o ChatGPT, enquanto ferramenta de apoio, pode contribuir substancialmente para a promoção da aprendizagem significativa ao ser integrado em metodologias que priorizam a construção ativa de conhecimento e em

formas de avaliação que privilegiam a autonomia, o pensamento crítico e a resolução de problemas (Gill et al., 2024). Deve ter-se em atenção, porém, que estes resultados foram obtidos num contexto de prática letiva onde o contexto socioeconómico da turma, as características físicas da escola e o contacto prévio dos alunos com a ferramenta favoreceram a integração do ChatGPT no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, realizar estudos deste género noutros contextos implica uma adequação à realidade específica de cada turma.

Palavras-chave: ChatGPT; Aprendizagem significativa; Economia A.

Sala 07 | ID 33

[ID 33] A Pedagogia das humanidades digitais e da inteligência artificial na educação: uma revisão sistemática

Márcio Finamor | UNIGRANRIO | marciofinamor@gmail.com

Resumo

As interfaces entre Humanidades Digitais (HDs) e Inteligência Artificial (IA) na educação têm recebido crescente atenção internacional, mas permanecem pouco exploradas no contexto brasileiro, revelando uma lacuna sobre práticas, desafios e oportunidades nesse campo emergente. Após uma revisão de escopo, identificou-se a fragmentação das abordagens e a ausência de sistematizações que articulem criticamente dimensões humanísticas e tecnológicas (Finamor; Silva; Silva, 2025). A questão que orienta este estudo é compreender de que modo as HDs e a IA têm sido integradas à educação, quais práticas se consolidaram e quais desafios permanecem. Diante disso, este estudo tem como objetivo mapear e analisar as interfaces entre HDs e IA na educação, por meio de uma revisão sistemática, reunindo evidências empíricas que consolidem práticas já implementadas mundialmente, bem como os principais desafios e possibilidades de transformação pedagógica. A pesquisa será conduzida nas bases Web of Science e SciELO Citation Index, seguindo as diretrizes do Joanna Briggs Institute e o protocolo PRISMA-ScR, com triagem realizada no software Rayyan. Para a análise dos metadados, será utilizado o VOSviewer, permitindo a visualização de redes de coocorrência de palavras-chave, cocitação de autores e coautoria entre países. Espera-se que os resultados desta revisão sistemática contribuam para identificar práticas consolidadas e desafios emergentes, oferecendo subsídios para integrar de forma crítica e humanizada as HDs e a IA na educação, fortalecendo tanto a produção acadêmica brasileira quanto a inovação pedagógica. Os achados também podem orientar pesquisas futuras que articulem práticas pedagógicas inovadoras em diferentes contextos educacionais.

Palavras-chave: Humanidades Digitais; Inteligência Artificial; Educação.

Sala 07 | ID 346

[ID 346] O Uso da Inteligência Artificial Generativa no Processo de Aprendizagem

Ana Barradas | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | anabarradasvc@gmail.com

Resumo

A presente investigação foi realizada no âmbito do Mestrado em Ensino de Economia e de Contabilidade do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e aborda um dos temas mais controversos da atualidade: a utilização pedagógica da Inteligência Artificial (IA) Generativa. Na base da escolha esteve o fascínio suscitado pelo conhecimento desta ferramenta digital, considerada comumente como um dos mais significativos acontecimentos do nosso século. Com o objetivo de compreender o impacto do uso da ferramenta de IA Generativa no processo de aprendizagem, foi desenvolvida uma investigação fundamentada na Prática de Ensino Supervisionada (PES), no ano letivo de 2024/25, numa turma do 12.º ano do Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas, na disciplina de Sociologia. A PES decorreu durante seis tempos letivos de noventa minutos, orientada pela seguinte problemática: “como o uso da IA Generativa pode contribuir para a aprendizagem dos alunos de uma turma de 12.º ano de Sociologia?”. A partir desta questão central, foram formuladas as seguintes interrogações específicas: de que forma o pensamento crítico e a criatividade podem ser desenvolvidos com o recurso à IA Generativa no ensino? que vantagens podemos identificar com a integração da IA Generativa no processo de aprendizagem dos alunos? quais os riscos e as dificuldades associados à utilização da IA Generativa em sala de aula? A metodologia aplicada durante a prática de ensino foi, na sua maioria, o método ativo, com recurso ao debate, gamificação, questão de aula, flipped classroom, reflexão crítica e jigsaw. Por sua via, a componente investigativa foi desenvolvida através da pesquisa sobre a própria prática, sendo de natureza interpretativa, com abordagem qualitativa. A recolha de dados foi realizada com recurso a observação participante, registo em diário de campo, grelha de observação, entrevista a informante privilegiado, questionários a professora cooperante e alunos, análise documental e registo de desempenho dos alunos. O resultado obtido com a introdução da IA Generativa indica que o apoio monitorizado deste instrumento dentro da sala de aula eleva as competências dos alunos no processo de aprendizagem. Neste sentido, a IA Generativa ao ter acesso a uma panóplia de informação sem limites, através da realização do correto prompt (instrução esclarecedora e precisa), facilita a compreensão dos conteúdos lecionados, permitindo a melhoria do pensamento crítico e o aperfeiçoamento da criatividade dos alunos.

Palavras-chave: Inteligência artificial generativa; Aprendizagem ativa; Pensamento crítico e criativo.

Sala 07 | ID 188

[ID 188] Reflexões sobre a Inteligência Artificial (IA) e o sofrimento psíquico dos professores

Maria Reszka | Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre | reszka@faculdaadedombosco.edu.br

Carolina Rippel | Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre | rippel.carolina@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da formação docente permeada por uma equipe multiprofissional com a presença do psicólogo escolar como um potencializador da escuta do sofrimento psíquico dos professores diante da inteligência artificial (IA). Visa expandir um pouco esse olhar, buscando possíveis formações docentes na área já existentes hoje no Brasil com a intenção de divulgar novas formas de pensar a educação utilizando essa tecnologia. Sabemos que o trabalho do educador é um constante desafio, onde o autodesenvolvimento e a formação se tornam cruciais. Com a chegada, tão rápida, dessa nova tecnologia, percebe-se o sofrimento psíquico causado nos docentes pela constante utilização de IA nas escolas, em estudos e trabalhos, o que provavelmente foi ainda mais significativo por não ter tido uma abordagem pensada pelo viés de desenvolvimento desse educador logo de início. Acreditando que muito provavelmente a IA não irá desaparecer da realidade social, gostaríamos de entender como as escolas e os educadores podem se desenvolver ao ponto de trabalharem lado a lado com essa tecnologia e não contra ela. As possibilidades de integração são infinitas e caso seja possível encontrar uma forma saudável e crítica de inseri-la no processo educativo, o potencial transformador dessa prática seria imenso, capaz de revolucionar a educação. A IA e a facilidade de acesso a essa tecnologia, ao mesmo tempo que apresenta inúmeros benefícios para a sociedade, também imputa novos desafios que crescem de forma exponencial e que devem ser abordados com atenção. Ela está presente hoje em praticamente todos os cenários da vida humana, inclusive nas escolas, e ignorar sua presença seria o mesmo que educar desconsiderando a própria realidade dos educandos. Concomitante a isso, analisaremos artigos científicos sobre a formação docente relacionada a IA, o sofrimento psíquico dos professores diante das tecnologias e a atuação do psicólogo escolar frente a essa realidade, utilizando-se de uma metodologia qualitativa de cunho exploratório. Como resultados parciais encontramos o sofrimento psíquico dos professores expressados através da ansiedade, de quadros depressivos, apontando uma desistência da profissão e a necessidade da formação docente junto ao psicólogo escolar, promovendo escutas e intervenções nos ambientes escolares.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico; Inteligência Artificial; Formação Docente.

Sala 07 | ID 294

[ID 294] Prácticas pedagógicas e innovación educativa: LA IA y la IAG en la retroalimentación adaptativa y su impacto en los factores de autorregulación del aprendizaje

José María Romero | Universidad Alfonso X el Sabio | jromemon@uax.es

Resumo

En el contexto educativo actual, la integración de la IA (Inteligencia Artificial) la IAG (Inteligencia Artificial Generativa) en las prácticas pedagógicas supone un claro enfoque hacia la innovación docente, especialmente en la retroalimentación adaptativa, que tiene como objetivo analizar cómo favorecer la autorregulación del aprendizaje en el alumnado. Esta investigación parte de la necesidad de comprender en profundidad cómo la implementación de sistemas basados en IA e IAG para la retroalimentación personalizada afecta a los factores

psicológicos, motivacionais y metacognitivos implicados en la autorregulación del aprendizaje (Panadero, 2017; Zimmerman & Schunk, 2011). La importancia y validez de la misma radica en la escasez de estudios empíricos centrados en los efectos reales y medibles de la inteligencia artificial sobre la autogestión académica, la motivación intrínseca y la mejora del rendimiento, así como la urgencia de aportar criterios pedagógicos sólidos para el diseño de ecosistemas educativos más inclusivos, equitativos y efectivos (Holmes et al., 2019). El objetivo principal es analizar el impacto de la retroalimentación adaptativa generada por sistemas de IA/IAG sobre la autorregulación de los estudiantes en entornos educativos formales, considerando variables como la planificación, el control y la autorreflexión sobre el propio aprendizaje (Panadero, 2017; Luckin et al., 2016).

Palavras-chave: Inteligencia Artificial; Autorregulación; Evaluación.

Sala 08 | ID 10

[ID 10] Teia de Saberes: Construindo Comunidades Educativas Através da Mentoria

Ana Luisa Sousa Gil | Inspeção de Educação | ana.gil380@gmail.com

Sonia Afonso Reis | AE Alvide | soniagoncalves@esalvide.edu.pt

Miguel Inez Soares | AE Alvide | miguelsoares@esalvide.edu.pt

Resumo

A mentoria tem vindo a ganhar destaque nas práticas educativas contemporâneas, promovendo a partilha de saberes e a melhoria contínua das práticas pedagógicas. No contexto escolar, a mentoria assume especial relevância quando aplicada de forma colaborativa entre diferentes profissionais, como professores e psicólogos. No Agrupamento de Escolas de Alvide (AE Alvide), desenvolveu-se um projeto inovador de mentoria que integra psicólogos escolares como coadjuvantes em sala de aula, atuando em estreita colaboração com os professores titulares. Este modelo visa não apenas o apoio ao desenvolvimento socioemocional dos alunos, mas também a promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e reflexivas. A presença dos psicólogos em contexto de sala permite uma observação direta das dinâmicas de aprendizagem, um acompanhamento mais próximo de alunos em situação de vulnerabilidade e a construção de estratégias pedagógicas ajustadas às necessidades identificadas. A coadjuvação traduz-se num trabalho horizontal e de coautoria, onde se valorizam tanto os contributos da psicologia educacional quanto os saberes docentes. Este projeto tem evidenciado impactos positivos ao nível do clima relacional, da gestão de comportamentos e da inclusão de alunos com necessidades específicas. Ao mesmo tempo, reforça a importância da multidisciplinaridade na promoção do sucesso educativo. A educação inclusiva, quando aplicada com mentoria na sala de aula, pode consubstanciar-se numa estratégia poderosa de aprendizagem significativa, a partir da personalização do ensino e do suporte ao desenvolvimento das habilidades de cada um. A experiência do AE Alvide revela o potencial transformador da mentoria interprofissional, entre agentes educativos, na construção de comunidades educativas mais colaborativas, sustentadas na reflexão conjunta.

Sala 08 | ID 143

[ID 143] Educação Matemática Pré-Escolar: Como os Modelos Educativos Moldam a Aprendizagem

Ana Pereira | CeIED Universidade Lusófona de Lisboa | anasofia.profmat@gmail.com

Resumo

A aprendizagem matemática das crianças assenta em bases que se começam a construir desde os primeiros anos de vida, através da interação com o meio envolvente e das experiências quotidianas que este proporciona (DEB, 1997; NCTM, 2000, como citado em Barbosa, 2013). Segundo Barbosa (2013), é fundamental apoiar as crianças na articulação da matemática com outros domínios do saber, pois essa integração potencia não só a consolidação de aprendizagens específicas, mas também a perceção da aplicabilidade da disciplina em diferentes áreas da vida. Tal visão exige que a ação educativa se estruture em torno de pressupostos claros, como a valorização das experiências prévias de cada criança, o reconhecimento da diversidade de ritmos de aprendizagem e a adaptação das práticas pedagógicas às suas necessidades individuais. Nesta perspetiva, a educação deve ser entendida como um processo contínuo, que transcende os limites do espaço escolar e se enraíza nas vivências do quotidiano. Como reforça Rodrigues (2010, como citado em Raimundo, 2015), as primeiras experiências matemáticas desempenham um papel determinante na construção de atitudes e conceções face à disciplina, influenciando a motivação, a autoconfiança e até a forma como a criança encara desafios cognitivos futuros. A Educação Matemática, em particular, requer uma atenção redobrada. O desenvolvimento das competências matemáticas desde a infância constitui um requisito essencial para a concretização de uma educação inclusiva e de qualidade (ODS4, 2017). A investigação tem vindo a demonstrar que as experiências em contexto pré-escolar desempenham um papel crucial na criação de bases sólidas, sobre as quais assentam aprendizagens posteriores. Compreender que matemática é apreendida antes da entrada no ensino formal é, portanto, decisivo, dado que esses conhecimentos moldam tanto o desempenho académico como a relação afetiva e simbólica que a criança estabelece com a disciplina. O estudo, ainda em desenvolvimento, aqui apresentado pretende constituir-se como um contributo neste campo, procurando identificar o tipo de conhecimento matemático que as crianças desenvolvem antes de entrarem na escolaridade obrigatória e problematizar a forma como diferentes modelos educativos influenciam esses processos. A análise centra-se, assim, na necessidade de compreender de que modo o modelo educativo condiciona as oportunidades de aprendizagem, mas também nas potencialidades que emergem quando se reconhece a matemática como parte integrante do quotidiano. Ao destacar estas dimensões, a investigação propõe-se fomentar uma reflexão crítica sobre a relevância da Educação Matemática nos primeiros anos, apontando caminhos que permitam alinhar políticas educativas, práticas pedagógicas e modelos de intervenção com as exigências contemporâneas de equidade, inclusão e qualidade.

Sala 08 | ID 293

[ID 293] Um estudo sobre a Coordenação Pedagógica no Brasil: resultados iniciais

Daiana Del Bianco | UNESP / UMinho | daiana.delbianco@unesp.br

Maria José Fernandes | Universidade Estadual Paulista - UNESP | mj.fernandes@unesp.br

Leonor Torres | Universidade do Minho – UMINHO | leonort@ie.uminho.pt

Resumo

Este trabalho, inserido no eixo temático “Políticas de Educação e Formação”, tem como objetivo apresentar resultados iniciais de um panorama da Coordenação Pedagógica no Brasil, evidenciando as principais características desta atividade profissional no contexto educacional. A Coordenação Pedagógica tem fundamental importância na organização do trabalho pedagógico, na articulação dos espaços coletivos e nos processos de formação continuada nas escolas. A pesquisa é quanti-qualitativa, de abordagem bibliográfica e pautada no Estado da Arte que busca revelar a interpretação de um dado fenômeno e explicitar posições teóricas e metodológicas localizadas nos diferentes estudos produzidos. Para a seleção do corpus de análise considerou-se as produções publicadas entre os anos de 2014 a 2024. Os autores de base foram Ferreira (2002; 2021), Gómez Vargas, Galeano Higueta e Jaramilo Muñoz (2015), Guevara Patiño (2016), Molina Montoya (2005) e Romanowski e Ens (2006) com suas proposições sobre o Estado da Arte; Domingues (2015; 2013 e 2009), Fernandes (2023; 2022; 2018; 2009; 2008 e 2004), Pinto (2013) e Placco, Almeida e Souza (2023; 2016; 2012 e 2011) foram mobilizados em função dos estudos sobre a Coordenação Pedagógica. Foram localizados, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; em Revistas do Qualis Capes/Periódicos no quadriênio 2017/2020 e Anais de Eventos da Área da Educação, um total de 776 trabalhos, sendo 48 teses, 426 dissertações, 200 artigos em periódicos e 102 trabalhos em anais de congressos. A partir do conjunto foram organizados os seguintes eixos temáticos: a) Identidade da Coordenação Pedagógica: formação inicial e formação continuada; b) Atuação, papel e atribuições da Coordenação Pedagógica; c) Coordenação Pedagógica e intervenção nos segmentos da Educação Básica: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos (EJA); d) Condições de trabalho, desafios, limites e possibilidades no contexto da Gestão Democrática; e) Revisão Bibliográfica sobre a Coordenação Pedagógica nas produções acadêmicas. Como principais resultados, até o momento, constataram-se que a identidade do docente vem sendo constituída, bem como sua atuação e atribuições dentro do ambiente escolar, o que se reverbera na produção do conhecimento. Contudo, a formação inicial e continuada ainda surge como um desafio para uma atuação mais efetiva com o corpo docente e tem sido o principal tema de interesse dos pesquisadores.

Palavras-chave: Estado da arte; Coordenação pedagógica; Educação básica.

Sala 08 | ID 322

[ID 322] Coordenação pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental: desafios e possibilidades em tempos de aulas remotas

Maria Goretti Carvalho | Universidade Estadual de Goiás | maria.goretti@ueg.br

Edson Ferreira Alves | Secretaria Municipal de Educação de São Luís de Montes Belos/GO e da Secretaria de Estado da Educação/GO | edson.belos@gmail.com

Fernanda Maria Siqueira Tavares | Universidade Estadual de Goiás | fernanda.tavares@ueg.br

Resumo

Este trabalho apresenta breve reflexão sobre o papel do coordenador pedagógico (CP) e os impasses encontrados nesta função, na perspectiva dos CPs de instituições de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa utilizada é de natureza bibliográfica, documental e empírica. Ela contextualiza historicamente o surgimento do CP no Brasil, em Goiânia e no município de São Luís de Montes Belos, fundamentado pela Lei das Diretrizes Básicas 9.394/1996 (Brasil, 1996). O levantamento documental incluiu trabalhos de conclusão de curso (TCCs) sobre a função do CP nos anos iniciais do ensino fundamental, produzidos nos Cursos de Pedagogia (no período de 2006 a 2020) e Letras (no período de 2009 a 2020). Adicionalmente, foi realizada a análise da matriz curricular de 2015/1 do curso de Pedagogia na UEG - Câmpus Oeste - sede São Luís de Montes Belos, e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (Goiás, 2015) da mesma unidade. O estudo se insere no contexto do período pandêmico, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como pandemia. Neste período, as instituições de ensino migraram os trabalhos presenciais para aulas remotas mediadas por tecnologias, modalidade que prevaleceu até 2022. O contexto de ensino remoto evidenciou a necessidade de ressignificar o uso das tecnologias como ferramentas mediadoras e de elaborar estratégias que atendessem tanto às demandas escolares quanto às necessidades das famílias. Para isso, foram ofertadas oficinas online para a capacitação dos professores no uso de aplicativos e plataformas diversas (como Canva, Google Meet, Google Classroom, Google Forms, entre outros). A pesquisa de campo empírica foi realizada no município de São Luís de Montes Belos, utilizando o Google Forms para a aplicação de questionários com questões subjetivas e objetivas. Os questionários foram direcionados a 18 coordenadoras pedagógicas da rede municipal de ensino. Os dados foram coletados no final de 2021 e início do primeiro semestre de 2022. Os dados da pesquisa evidenciaram que a concepção predominante do CP é como supervisora do trabalho docente na execução das atividades escolares, além de acompanhar os alunos e suas famílias. A pesquisa destaca a necessidade de políticas educacionais que garantam melhores condições de trabalho para os CPs, incluindo a ampliação das equipes e incentivos para formação e especialização contínua. Essas melhorias são consideradas fundamentais para a qualidade da gestão pedagógica e do ensino. O estudo defende que a formação inicial e continuada do coordenador pedagógico deve ser alicerçada em uma concepção que o reconheça como articulador, formador e transformador das práticas pedagógicas (ALMEIDA; PLACCO, 2015). O

objetivo final dessas práticas seja a construção de estratégias que assegurem a efetividade do ensino, priorizando a aprendizagem de todos os alunos e promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

Sala 09 | ID 247

[ID 247] Análise de políticas e práticas educativas para a expressão artística na educação básica açoriana

Susana Afonso | Susana Afonso | susana-marina@hotmail.com

Isabel Cabrita Condessa | FCSH – Universidade dos Açores | maria.id.condessa@uac.pt

Resumo

Este trabalho, baseado em investigação realizada entre 2010 e 2022 na Região Autónoma dos Açores (RAA), oferece uma análise crítica das políticas e práticas de educação e formação no ensino das expressões artísticas na Educação Básica. A partir da síntese das principais conclusões de cerca de uma dúzia de estudos académicos, foca-se predominantemente na perspectiva de educadores e professores, revelando os constrangimentos curriculares e os desafios pedagógicos enfrentados aquando do ensino-aprendizagem na área. Apesar do reconhecimento do vasto potencial educativo das expressões artísticas para o desenvolvimento criativo, emocional e cognitivo das crianças, os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico da RAA, em monodocência, confrontavam-se com a gestão do tempo e a pressão curricular de outras áreas, evidenciando lacunas nas políticas de alocação de recursos e flexibilidade curricular. Por outro lado, a investigação aponta para a necessidade de práticas de formação docente que capacitem os educadores a implementar metodologias pedagógicas inovadoras, focadas na escuta sensível e na exploração livre das expressões. No entanto, embora os resultados sublinhem a importância de políticas educacionais que promovam a autonomia e flexibilidade curricular, essenciais para a valorização e para uma abordagem mais integrada das expressões no currículo, nos últimos três anos, as políticas adotadas na RAA levaram a uma alteração da lição desta área, acabando com a monodocência e adjudicando-a apenas a alguns professores. Conclui-se que a superação desses desafios exige um maior envolvimento de todos os intervenientes – professores, famílias e entidades não formais – e a implementação de políticas e práticas de educação e formação que visem um sucesso educacional mais equitativo e um desenvolvimento global harmonioso das crianças, alinhado com as contribuições da investigação realizada.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas Inovadoras; Educação Expressiva; (Mono)docência

Sala 09 | ID 175

[ID 175] A arte enquanto processo de (R)existência: um relato de experiência da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Joyce Helena Leal | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | joyce.leal@ufms.br

Carlos Roberto dos Santos Filho | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | carlos_roberto@ufms.br

Jennefer Leles Nascimento | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | jennefer.leles@ufms.br

Resumo

A universidade é um espaço de saber, criação e transformação. Dentro desse ambiente, a arte e a expressão cultural ocupam um papel vital, não apenas como forma de comunicação, mas como ferramenta de crítica, resistência e construção de identidade. Segundo Vygotsky, a arte atua como uma ferramenta de mediação simbólica, assim como a linguagem. Ela permite ao ser humano organizar suas experiências internas e transformá-las por meio de formas culturais — como a pintura, o teatro, a literatura e a música. Essa mediação permite que o indivíduo elabore emoções complexas e compreenda melhor a si mesmo e ao mundo que o cerca. Para o autor “a arte é a técnica social das emoções, um meio de socialização dos sentimentos, de educação da sensibilidade.” (Vygotsky, 1925/2001, p. 281) Neste sentido, este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da arte dentro das universidades, analisando especificamente a atuação dos estudantes contemplados com a denominada “bolsa artista” ofertada pela Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte – PROECE- no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul localizada no Brasil. Para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos do materialismo histórico-dialético como método, pois este método busca entender a realidade dos participantes considerando o contexto social mais amplo em que vivem (Minayo, 2001). A bolsa artista, se trata de uma subvenção financeira no valor de R\$ 700,00, ofertada por meio de edital com a proposta de incentivar diretamente a criação e a produção cultural na universidade, por meio da inserção de estudantes de graduação em espaços e projetos artístico-culturais, sob orientação de um tutor. No Campus localizado na cidade de Paranaíba, há dois alunos contemplados e, por meio da tutoria, desenvolvem ações de manifestações culturais em consonância com seus talentos, uma vez que, estes estímulos são essenciais para formar cidadãos críticos e conscientes. Deste modo compreendemos que a oferta de bolsas com essa especificidade, são potencialmente importantes, pois a arte e a cultura promovem sensibilidade, empatia e reflexão sobre temas sociais, políticos e existenciais, ampliando a capacidade de interpretação do mundo e de expressão pessoal. E além do desenvolvimento integral dos estudantes, é um caminho de fortalecimento da própria instituição como espaço de produção e difusão de conhecimento. Afirmando que o processo educacional na universidade não deve formar apenas profissionais técnicos, mas principalmente, críticos.

Palavras-chave: Educação; Artes; Cultura.

Sala 09 | ID 335

[ID 335] Políticas culturais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Juliana Mülling | Instituto Federal do Rio Grande do Sul | juliana.mulling@gmail.com

Simone Valdete dos Santos | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | simonevaldete@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda as políticas culturais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil, formuladas via Pró-Reitorias de Extensão. Os IFs se diferenciam das Universidades por ofertarem prioritariamente o ensino médio integrado à educação profissional, bem como cursos superiores e pós graduação nas áreas das ciências e tecnologias, o que confere condições específicas para o desenvolvimento de suas ações artístico culturais. Com base na teoria do capital simbólico e no campo teórico metodológico de análise de políticas públicas, o objetivo é contextualizar os atores e fóruns que atuam na inserção da pauta da arte e da cultura na agenda dos IFs para, então, apresentar o levantamento das resoluções referentes às Políticas de Arte e Cultura (PACs) nos IFs em âmbito nacional. As resoluções que constituem o corpus da análise documental foram coletadas nos sites institucionais, sendo identificadas em 17 IFs, o que representa 45% do total de 38 instituições em funcionamento. A continuidade da pesquisa envolve análise de conteúdo para avaliação de referenciais cognitivos e instrumentos de implementação projetados para a institucionalização da arte e da cultura nos IFs. Por fim, aponta que o processo de publicação de PACs nos IFs é crescente desde 2015, e representa a coalizão entre referenciais da educação profissional ao Plano Nacional de Cultura, o qual organiza o setor artístico cultural para as políticas públicas no Brasil. Este trabalho conta com o apoio do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Políticas de Arte e Cultura; Análise de Política Pública; Formação Integrada.

Sala 09 | ID 161

[ID 161] Implicações neoliberais nas infâncias contemporâneas em contextos escolares

Karoline Santos | UNESC | karol.ciprianos@gmail.com

Greyce Souza | UNESC | greycehp@gmail.com

Resumo

O presente trabalho aborda os impactos da sociedade neoliberal sobre o contexto escolar relacionado às infâncias e as vivências desse grupo no que tange a educação. Para isso, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa compreender como o contexto escolar neoliberalizado tem impactado nas vivências das infâncias na contemporaneidade. Visando atender o objetivo, elencou-se dois objetivos específicos: i. Discutir os conceitos de infâncias e neoliberalismo e ii. refletir sobre as consequências da racionalidade neoliberal na formação das infâncias contemporâneas e nos contextos escolares de educação para a infância. Diante disto, foram discutidos os conceitos de infâncias a partir dos autores Aries (1981), Benjamin (1995, 2002) e neoliberalismo, com autores como Dardot e Laval (2016) e Veiga-Neto (2013).

Parte-se da contextualização da criança enquanto um ser social, além da compreensão de que não há um modelo exclusivo de infância, mas uma diversidade delas, e por isso, infâncias. Entretanto, mesmo com essa pluralidade de contextos infantis, ainda há situações que atravessam todas elas, ou pelo menos a maioria dessas infâncias. O neoliberalismo, dado sua capacidade de homogeneidade, é uma dessas situações que está se tornando comum não só às infâncias, como ao restante da sociedade. A partir dessas duas discussões foi possível traçar impactos que a racionalidade neoliberal estabelece sobre as infâncias, em especial no contexto escolar. Um dos cenários escritos foi a questão de investimento em capital humano, que se manifesta no cotidiano escolar de maneira a focar no aprender a aprender, nas competências a serem desenvolvidas para o neosujeito. Também há a problemática de não pensar no aprendizado ou na vivência das infâncias, mas num futuro. Percebeu-se que vivências de infância na escola está colocado o consumismo no ato de brincar, ou mesmo uma nova relação dos sujeitos infantis com a brincadeira. Também a competição é algo que atravessa essas brincadeiras, como algo bem-visto pela sociedade neoliberal, como uma preparação para a lógica de competição que os neosujeitos terão que conviver no futuro. Em síntese, com foco no contexto escolar e a partir das discussões de autores como Oliveira (2021) e Lockmann (2013), os impactos elencados foram: Investimento em capital humano, Educacionalização do social e encharcamento escolar, lógica de competição, consumismo e desconfiguração de direitos.

Palavras-chave: Infâncias; Neoliberalismo; Contexto escolar.

Sala 10 | ID 64

[ID 64] Currículo moldado pelos professores: o conhecimento científico como pilar nos anos iniciais do ensino fundamental

Daliana Patricia Gonçalves Domingues | Universidade Federal de Alfenas (MG Brasil) | daliana.domingues@sou.unifal-mg.edu.br

Helena Maria dos Santos Felício | Universidade Federal de Alfenas (MG Brasil) | helena.felicio@unifal-mg.edu.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar como o currículo moldado pelos professores, por meio da tradução do currículo prescrito, se reflete no planejamento e na elaboração do plano de aula, especialmente no que se refere à abordagem do conhecimento científico. Como parte de uma pesquisa maior que está em desenvolvimento, busca-se: identificar como ocorre a intervenção do professor no planejamento e no plano de aula a partir dessa tradução, analisar o planejamento coletivo realizado durante as reuniões pedagógicas e examinar os componentes dos planos de aula produzidos pelas(os) professoras(es). O estudo fundamenta-se na perspectiva crítica de currículo e toma como referência autores como Sacristán (2000), Young (2011), Libâneo (2018) e Vygotsky (2001), cujas contribuições possibilitam a compreensão das múltiplas dimensões do currículo, da prática docente e da relação com o conhecimento científico na educação básica. Para alcançar os objetivos, foram

realizadas a análise documental dos planos de aula; observações, durante três meses, das reuniões pedagógicas (realizadas semanalmente na escola e registradas em diário de campo); e entrevistas semiestruturadas com três professoras do 5º ano do Ensino Fundamental, em uma escola da rede estadual de um município brasileiro. A análise qualitativa, de base construtivo-interpretativa, utilizou a triangulação de dados, enquanto estratégia que visa garantir maior confiabilidade aos resultados e os núcleos de significação como recurso metodológico. Os resultados preliminares indicam que o currículo prescrito, com prescrições genéricas, dificulta a modelação curricular e reforça a dependência de materiais já traduzidos, como livros didáticos e recursos pedagógicos estaduais. Evidenciaram-se, ainda, limitações decorrentes da formação polivalente, que fragiliza o domínio dos conhecimentos científicos e restringe a produção de propostas próprias. Conclui-se que a formação continuada necessita privilegiar o aprofundamento dos conhecimentos científicos, associadas à criação de espaços e tempos de reflexão coletiva, como condição fundamental para favorecer práticas docentes críticas, reflexivas, socialmente referenciadas e orientadas a uma educação que promova o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, torna-se imprescindível promover estudos sobre o currículo que incentivem diálogos acerca dos reais objetivos propostos, evitando interpretações superficiais ou ingênuas por parte dos professores.

Palavras-chave: Currículo Moldado; Planejamento Docente; Conhecimento Científico.

Sala 10 | ID 180

[ID 180] Construir espaços de participação e inclusão no ensino superior, que desafios?

Gorete Pereira | CIE-UMa | goretepereira@staff.uma.pt

Resumo

Nos últimos tempos, temos assistido ao incremento de políticas reguladoras das condições de acesso e medidas de apoio, aos estudantes com necessidades especiais (Estudantes NE) nas instituições de Ensino Superior. Assumindo a prioridade da promoção, desenvolvimento e otimização de respostas e medidas de apoio às aprendizagens e inclusão no contexto universitário, a Universidade da Madeira (UMa) aprovou o regulamento n.º193/2022 – Regulamento do Estatuto do Estudante com Necessidades Especiais (NE), que visa, conforme descrito no seu preâmbulo, “contribuir para um sistema de ensino mais justo e inclusivo, assegurando a promoção de equidade de oportunidades de aprendizagem, participação, desenvolvimento pessoal e profissional de todos os seus estudantes, sem exceção, bem como para maiores níveis de coesão social da sociedade.” Esta investigação procurou compreender as políticas, práticas implementadas e desafios emergentes da inclusão, adaptação e aprendizagens no contexto da IES, onde se desenrola a nossa ação pedagógica. A pesquisa versa uma abordagem qualitativa pelas possibilidades de descrição, indução e análise do regulamento acima referenciado, bem como das percepções dos sujeitos envolvidos - membros da Comissão de Análise e Acompanhamento de Estudante-NE (CAA-NE). Operacionalizado do ponto de vista metodológico por um estudo de caso, utilizou-se como técnicas de recolha de dados a análise documental e a entrevista. Concluiu-se que a existência da CAA-NE otimiza as

respostas e medidas de apoio aos estudantes, promovendo a sua inclusão e participação efetiva no contexto acadêmico. A criação de condições adequadas, designadamente a adaptação de espaços, a aquisição de material específico, e outros recursos disponíveis na instituição, aumentaram a participação e promoveram o sucesso dos estudantes NE.

Palavras-chave: Políticas; Participação; Inclusão; Ensino superior; Necessidades especiais.

Sala 10 | ID 115

[ID 115] Investigadores com deficiência nos mestrados e doutoramentos em Educação em contexto do Brasil e Portugal

Joana Maria Costa | Instituto de Educação da ULisboa | joana@unochapeco.edu.br

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski | Universidade Comunitária Regional de Chapecó-Unochapecó | taniazp@unochapeco.edu.br

Sofia Freire | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - ULisboa | asraposo@ie.ulisboa.pt

Resumo

O capacitismo, por muito tempo, fechou portas as pessoas com deficiência, frequentemente compreendidas de forma generalizante como incapazes. Nas últimas décadas, o acesso ao ensino superior e à pós-graduação aumentou, mas persistem barreiras que limitam a permanência e a progressão acadêmica. Nesse contexto, as trajetórias de investigadores com deficiência na pós-graduação podem ser compreendidas como exercícios de contraconduta, na medida em que confrontam as lógicas normativas de tutela e assistência, historicamente atribuídas às pessoas com deficiência, deslocando papéis padronizados do investigador e do profissional da educação, abrindo possibilidades institucionais mais inclusivas. Assim, importa identificar as barreiras e compreender a trajetórias estes estudantes. Esta pesquisa, em andamento, visa responder ao seguinte problema de pesquisa: como investigadores com deficiência, vinculados a cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento em Educação, experienciam e conduzem suas vidas ao longo da trajetória acadêmica? O objetivo geral é analisar como os cursos de pós-graduação mestrado e doutoramento em Educação contribuíram para a condução das formas de vida de investigadores com deficiência, analisando as suas experiências e trajetórias à luz das barreiras enfrentadas, dos ajustamentos institucionais realizados e das estratégias mobilizadas pelos/as próprios/as estudantes. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, na perspectiva pós-estruturalista. Para análise das materialidades empíricas, foram utilizadas entrevistas narrativas organizadas em agrupamentos temáticos e examinadas por meio da Análise do Discurso, com referenciais foucaultianos. Participaram do estudo investigadores em contexto do Brasil e de Portugal que concluíram ou estão cursando o Mestrado e ou o Doutoramento em Educação. Para a sua seleção foi utilizada a técnica de amostragem denominada bola de neve, selecionada por meio de indicação, ou seja, de uma cadeia de referência. Espera-se identificar padrões comuns de barreiras vivenciadas pelos investigadores portugueses e brasileiros, em contraste, com

diferenças contextuais entre os dispositivos institucionais de apoio, no enquadramento legal e variações na implementação e na efetividade dessas medidas.

Palavras-chave: Investigadores com deficiência; Pós-graduação em Educação (mestrado e doutoramento); Contraconduta.

Sala 10 | ID 290

[ID 290] A educação dos anormais/excepcionais em Portugal e Brasil no início do Século XX: Olhares sobre Sujeitos e Instituições

Helder Henriques /| Instituto Politécnico de Castelo Branco / Ceis20 - Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra | helder.henriques@ipcb.pt

Wesley Silva | Universidade Federal de Alfenas-MG | wesley.silva@unifal-mg.edu.br

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar algumas iniciativas educacionais para anormais/excepcionais que ocorrem no Brasil e em Portugal nas primeiras décadas do Século XX. Pretende-se destacar a atuação de duas personagens de importância para a história da educação. No Brasil, Helena Antipoff, psicóloga e educadora, se destaca por ações que empreendeu em instituições para a educação de excepcionais e formação de professores para atuar com esse público, assim como o papel que desempenhou na reforma educacional do Estado de Minas Gerais, a partir de 1927. Em Portugal destacamos a figura do médico e educador Vítor Fontes que atuou na Colônia S. Bernardino e no Instituto Médico-Pedagógico, ambas existentes no âmbito da Casa Pia de Lisboa. O artigo aborda o papel destas instituições na educação da criança anormal/excepcional, destaca o papel dos educadores e aborda: o contexto histórico em que se observa a circulação de ideias pedagógicas, a adoção de instituições educativas de traços comuns e o lugar do conceito de anormalidade como fundamento para tais iniciativas. Além disso, abordamos o fenômeno das viagens pedagógicas que se associam diretamente com a ideia de circulação de ideias. Isso se observa tanto no processo de formação de Antipoff, com a sua passagem em Paris, na Suíça e Alemanha, como o seu papel determinante nas reformas educacionais em Minas Gerais, a partir de 1929. Do mesmo modo, no decorrer do desenvolvimento profissional de Vítor Fontes encontramos um conjunto de viagens pela Europa que permitiram acrescentar valor ao olhar desenvolvido sobre o estudo da Criança Portuguesa. O ponto de contacto entre estes dois protagonistas aconteceu no Brasil, em 1954, ocasião em que Vítor Fontes se encontrou com Antipoff, em Belo Horizonte. O texto aponta a similitude das iniciativas de um e outro educador nas suas origens, buscando problematizar a concepção de anormalidade pedagógica que orientou as políticas educacionais que ajudaram a consolidar. Para produção do artigo levamos em consideração o já produzido por outros autores(as) no Brasil e em Portugal, além de publicações oficiais, o ordenamento jurídico em ambos os países e publicações oriundas das instituições, tal como a Sociedade Pestalozzi, de Helena Antipoff, no Brasil, e do Instituto Médico-Pedagógico, que contou com a participação de Vítor Fontes, em Portugal.

Palavras-chave: Educação dos anormais; Educação de excepcionais; História da educação especial; História Social da Educação.

Sala 11 | ID 227

[ID 227] Compreendendo a inovação pedagógica nas escolas portuguesas – Projeto ChangEDU

Natalie Santos | Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | natalie.santos@ie.ulisboa.pt

Catarina Gonçalves | Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | catarinagoncalves@ie.ulisboa.pt

Joana Viana | Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | jviana@ie.ulisboa.pt

Resumo

A mudança é um processo social complexo e tenso que implica a aquisição de novas compreensões e de novos significados profundos, nem sempre fáceis de assimilar. Na inovação educativa isto implica que são necessárias infraestruturas e processos que envolvam os professores na transformação dos significados atribuídos às suas práticas e à própria construção do conhecimento profissional docente. O Projeto ChangEDU, iniciado em maio de 2025 e com data final prevista em abril de 2028, está a ser desenvolvido com o objetivo de compreender a mudança em educação, estudando as condições, os desenvolvimentos e os resultados dos processos de inovação educativa. O projeto desenrola-se em torno de três dimensões fundamentais para a compreensão da mudança em educação: 1) a compreensão das condições que permitem que a inovação pedagógica ocorra em contextos concretos, 2) a descrição e análise das mudanças concretas nos métodos pedagógicos e nas conceções/crenças dos professores, assim como nas interações entre os atores educativos e 3) o estudo das dinâmicas pelas quais a organização assimila e normaliza a mudança, aprofundando os mecanismos de estabilização da inovação. Nesta comunicação pretendemos apresentar os resultados preliminares das condições (especificidades profissionais, institucionais e políticas) que permitiram a inovação pedagógica em cinco escolas/agrupamentos de escolas de diversas regiões do país: uma do 1.º ciclo, duas do 2.º e 3.º ciclo e duas do ensino secundário. Os resultados incluem uma análise documental dos projetos educativos, planos de atividades, relatórios e outros documentos institucionais que enquadram a inovação pedagógica, entrevistas semiestruturadas (entre 10 e 15) aos responsáveis da inovação, e questionários aos professores. Os dados recolhidos serão tratados através de análise de conteúdo interpretativa, visando caracterizar em profundidade as condições contextuais da mudança. Espera-se que os resultados sejam relevantes para a criação de um hub de inovação que conte com a participação das escolas inovadoras e dos seus respetivos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE), formando assim uma rede de centros e dinâmicas escolares promotoras da mudança.

Palavras-chave: Inovação pedagógica; Formação de professores; Mudança educativa; Escolas; Portugal.

Sala 11 | ID 261

[ID 261] Didatização em ação: um percurso formativo com foco na produção de materiais didáticos de português para estrangeiros em contexto universitário brasileiro

Dener Martins de Oliveira | Universidade Estadual de Londrina | dener.martins@live.com

Luciana Manuela de Almeida Graça | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo | lucianagraca@ese.ipvc.pt

Vera Lúcia Lopes Cristovão | Universidade Estadual de Londrina | cristova@uel.br

Paula Baracat de Grande | Universidade Estadual de Londrina | pauladegrande@uel.br

Resumo

A crescente demanda por formação docente em produção/adaptação de Materiais Didáticos (MD) de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) em contexto universitário enfrenta desafios como a necessidade de materiais que reflitam a língua como prática social e a dificuldade dos professores em aplicar seus princípios teóricos na criação ou adaptação de recursos, o que exige a revisão de concepções teórico-metodológicas consolidadas (Reis, 2015). Nesse contexto, esta pesquisa visa investigar a relação entre saberes, capacidades docentes e as ações de didatização de MD por meio de um Percurso Formativo (PFor) com professores de PFOL que atuaram no Programa de Estudantes-Convênio de Português Língua Estrangeira (PEC-PLÉ) na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Os objetivos específicos da pesquisa são: 1. Identificar e analisar os saberes e as capacidades docentes desses professores no processo de didatização de MDs. 2. Investigar as razões por trás das decisões dos professores, relacionadas à concepção de língua e ensino, durante o planejamento, produção e implementação dos recursos didáticos. Esta pesquisa qualitativa, descritiva, explicativa e interpretativa, utiliza procedimentos de pesquisa-ação. O PFor buscou sensibilizar professores para temas relevantes na produção de MD de PFOL sob a perspectiva dos gêneros textuais e promover a reflexividade sobre a produção de MD por meio de um processo de refacção. Os dados foram gerados por meio de questionários, planos de ensino, transcrições e análise de MD produzidos por professores em diferentes versões. A triangulação desses dados permitirá sua interpretação e análise. Para esta pesquisa, os pressupostos teóricos utilizados são o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) e a noção de gêneros (Schneuwly, 2004). Para entender como ocorreu o processo de produção de MD, recorreremos aos conceitos de saberes e capacidades docentes (Hofstetter, Schneuwly, 2009; Stuts, 2012), transposição didática (Chevallard, 1985) e didatização (Bezerra, 2008). Esta comunicação entende o PFor como um instrumento mediador que tem potencial de contribuir para o desenvolvimento teórico-metodológico de professores na produção e na adaptação de MD, além de contribuir com aspectos teórico-práticos para a fundamentação de outros cursos de formação de

professores, na medida em que trazemos à luz as ações de didatização empregadas para o referido contexto.

Sala 11 | ID 205

[ID 205] Investigando cruzamentos entre Arte e Educação: um estudo exploratório sobre abordagens metodológicas de construção de conhecimento

Ana Oliveira Pires | ESE-IPS | ana.luisa.pires@ese.ips.pt

Resumo

A presente comunicação apresenta resultados preliminares da primeira fase de um projeto de investigação em curso (“Investigando cruzamentos entre Arte e Educação: metodologias e abordagens de construção de conhecimento no Ensino Superior”, no âmbito do SABIN-IPS 2025/26), com a finalidade de analisar e interrogar práticas de educação e investigação desenvolvidas no ensino superior, no âmbito de cursos que cruzam distintos campos disciplinares (no caso, Educação, Artes e Ciências Sociais). O projeto tem como objetivo construir conhecimento sobre metodologias e abordagens de investigação em baseadas em Artes (Boyd & Berry, 2024; Cole & McNiff, 2008; Gustavo & Moreira, 2025; Knowles & Cole, 2008); Greenwood, 2019; Morris & Paris, 2021). Pretende-se analisar e discutir conceitos e práticas, contribuindo para a evolução dos referenciais com que se pensa e faz investigação no Ensino Superior em domínios inter e transdisciplinares. Nesta primeira fase, pretende-se mapear as metodologias e técnicas de investigação/intervenção mobilizadas para a realização de dissertações/projetos de intervenção de um mestrado particular, nos anos letivos de (2022/23, 2023/24 e 2024/25). A pertinência desta análise decorre da especificidade/relevância desse curso para o aprofundamento da temática. O mestrado em análise — Mestrado em Educação, Práticas Artísticas e Inclusão, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal — iniciado em 2021/22, apresenta características únicas e singulares. Destacam-se a multidisciplinaridade do plano de estudos (Educação, Artes e Ciências Sociais), a inter/ transdisciplinaridade das UC a abordagem ao conhecimento (pluri)profissional e científico, a sua intrínseca relação com os contextos onde o conhecimento é produzido (escolas, museus, organizações sociais, comunidades, territórios, entre outros), e a inter/transdisciplinaridade das temáticas a investigar (situadas no cruzamento entre a educação, as artes e as ciências sociais), decorrentes dos interesses e da experiência profissional e social dos estudantes, na sua grande maioria detentores de significativas trajetórias profissionais. Procura-se compreender até que ponto os desafios epistemológicos relativos a modos de construção de conhecimento que cruzam domínios científicos tradicionalmente separados, partindo de problemáticas daí emergentes, podem ser aprofundados por abordagens de investigação interdisciplinares, coletivas e colaborativas.

Palavras-chave: Formação interdisciplinar; Investigação baseada em artes; Abordagens de investigação colaborativa.

Sala 11 | ID 92

[ID 92] A tomada de consciência do valor da Democracia para a liberdade no exercício da profissão docente

Carla Figueiredo | Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação | cibeldefster@gmail.com

Elisabete Gomes | Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Centro de Investigação em Qualidade de Vida (CIEQV) | elisabete.gomes@ese.ips.pt

Resumo

O enquadramento legal da formação inicial de professor/as e educador/as de infância (Dec-Lei n.º 79/2014) explicita as componentes de formação exigidas: áreas de docência, educacional geral, didáticas específicas, cultural social e ética, iniciação à prática profissional. Para cada uma destas áreas existe um n.º mínimo de créditos ECTS requeridos, à exceção da “área cultural social e ética” (Valente, Feio & Leite, 2023; Gomes & Brito, 2022). Atendendo a que a defesa de uma sociedade democrática é um imperativo ético, como defendê-la se não for uma componente essencial da educação praticada na escola pública?! Nesta comunicação pretendemos realçar a importância que adquire a formação inicial de professores/as e educadores/as de infância para a tomada de consciência do valor da democracia para a liberdade no exercício da profissão docente e para a importância desta fazer parte da educação escolar das crianças/jovens. Na Unidade Curricular de Fundamentos de Ação Pedagógica há um design metodológico em que se usa como trave-mestra o saber construído na profissão docente por aqueles que a exercem ou exerceram. Usam-se as histórias de vida de professores/as e educadores/as de infância (Nóvoa, 2000) como principal recurso de ensino e aprendizagem, através de tertúlias pedagógicas em torno de diários profissionais (Figueiredo, 2023) e de entrevistas biográficas. Nos últimos três anos letivos, temos incluído a Democracia como um tópico nos guiões de entrevista, podendo ser explorado de duas formas: a) entrevistando docentes que viveram, enquanto estudantes ou profissionais, a transição entre educação em ditadura e em democracia e/ou b) pesquisando qual a importância, sentido e prática da Democracia nas opções pedagógicas dos/as docentes. No primeiro caso, investe-se na compreensão da dimensão socio-histórica da profissão e da sua afirmação no contexto das profissões intelectuais e pensadores livres. No segundo, indagam-se as múltiplas possibilidades para educar para a Democracia. Os dados que apresentamos reportam-se aos que foram captados e enfatizados pelos/as estudantes, num corpus selecionado de cerca de 15 entrevistas a profissionais, incidindo nestes dois tópicos, não só em relação ao seu conteúdo, mas também enquanto parte de um processo formativo. Defendemos a urgência de pôr em comum experiências concretas vividas na formação que, superando a vertigem tecnocrata da lei, assegurem à formação uma dimensão existencial, plural e democrática.

Palavras-chave: Formação de docentes; Biografias profissionais; Democracia.

ATELIÊS 6 | ATELIERS 6

13/02 – Sexta-feira

ATELIÊS 6 | ATELIERS 6 - 13/02 – Sexta-feira – 11h30-13h00

Sala 02 | ID 156

[ID 156] Ensinando a viver em democracia: o Questionário de Incidentes Críticos

Harley Sato | PUC-SP | harleysato@gmail.com

Resumo

Um professor de Física de uma escola da cidade de São Paulo - Brasil, que também é o responsável por esta pesquisa, desejava investigar como estimular a participação dos alunos visando desenvolvimento da sua consciência a respeito da importância da participação em sala de aula para o estabelecimento de contextos democráticos. Para esse fim, o professor-pesquisador utilizou uma estratégia de ensino democrático por meio da escuta aos alunos, que também foi o instrumento de produção de dados, denominado Questionário de Incidentes Críticos (QIC), proposto por Stephen D. Brookfield. Trata-se de cinco perguntas feitas aos alunos sobre seu processo de ensino e aprendizagem. O questionário foi aplicado, de forma anônima, seis vezes ao longo de 2019. Após sua aplicação, era dado retorno aos alunos, sendo que o conteúdo da fala estava relacionado com os pontos mais relevantes das suas respostas ou com aqueles de maior incidência. Também foram apresentadas respostas mais ou menos reflexivas para que os alunos tivessem contato com modelos de respostas que o professor considerava mais ou menos adequados para o processo metacognitivo que foi proposto. Os referenciais teóricos utilizados foram o ensino democrático, proposto pelo professor Vítor Henrique Paro, e a psicogenética walloniana. Os dados produzidos a partir das respostas dos alunos foram analisados por meio da análise de sentidos. Os resultados indicaram que a escuta aos alunos por meio do QIC disparou um convite à participação deles, o que colaborou para o autoconhecimento de alunos e professor: no caso do professor, influenciando suas decisões sobre acompanhamento de suas práticas; e no caso dos alunos, contribuindo para sua formação como cidadãos críticos, conscientes e solidários.

Palavras-chave: Ensino democrático; Escuta ao aluno; Psicogenética walloniana.

Sala 02 | ID 253

[ID 253] A Prática da disciplina "projeto de vida" em uma turma do ensino fundamental

Amanda Catem | Unigranrio | alvesamanda2@yahoo.com.br

Tamara Campos | Unigranrio | tamara.campos@unigranrio.edu.br

Resumo

A disciplina "Projeto de Vida", com a crescente valorização das competências emocionais no contexto escolar, representa uma abordagem educacional que tem por objetivo auxiliar os alunos a ponderarem sobre suas identidades, suas metas de vida e o impacto que desejam ter e gerar na sociedade. Em conformidade com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), essa disciplina torna-se relevante para o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo habilidades socioemocionais e preparando-os para os desafios que estão por vir e também “para torná-los cada vez mais conscientes de sua própria individualidade e identidade através da visualização sistematizada de suas descobertas, valores, escolhas, conquistas, perdas e desafios do passado, do presente e dos futuros possíveis” (Rio de Janeiro, 2024. p.31). O objetivo central dessa pesquisa é relatar a experiência da execução da disciplina Projeto de Vida, por uma professora de Língua Portuguesa, tendo como fundamento a reflexão sobre identidade e diversidade, e como ela pode promover o autoconhecimento e estimular o respeito mútuo entre os discentes. Foi utilizada uma abordagem qualitativa, com observação ativa em uma turma do 8º ano de uma escola pública no município do Rio de Janeiro, ao longo de um bimestre letivo. A metodologia utilizada envolveu analisar o impacto de atividades pedagógicas específicas, como debates sobre suas histórias familiares e estímulos de expressões artísticas, na forma como os alunos se percebem e percebem seus colegas de classe. As atividades foram desenvolvidas buscando incentivar a expressão individual e valorizar a diversidade, reconhecendo a particularidade de cada aluno. Os resultados demonstraram que as atividades proporcionaram um ambiente em que os adolescentes se conectaram consigo mesmos e com seus colegas de classe, promovendo, desta forma, empatia e respeito mútuos. Contudo, revelou-se a dificuldade de alguns discentes em fazer projeções para o futuro e estabelecer metas individuais e pessoais. A pesquisa destaca a relevância de um ambiente escolar acolhedor e seguro, em que a expressão individual seja encorajada e livremente estimulada. Conclui-se que a escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, críticos e empáticos, capazes de impulsionar mudanças tanto em suas vidas quanto na sociedade.

Palavras-chave: Projeto de Vida; Ensino Fundamental; Identidade.

Sala 02 | ID 260

[ID 260] Práticas inovadoras em prol do bem estar e bem viver: reflexões de um estudo exploratório realizado com crianças e jovens

Joana Câmara | Centro Social e Paroquial da Maia | joanacamara2017@gmail.com

Isabel Cabrita Condessa | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/U. Açores | maria.id.condessa@uac.pt

Eduardo Marques | Faculdade de Ciências Sociais e HumUniversidade dos Açores | eduardo.js.marques@uac.pt

Resumo

As sociedades humanas estão a desenvolver-se de forma acelerada, com a tecnologia a invadir todas as dimensões da vida e de forma cada vez mais desumanizada e desconectada da natureza o que deixa o grupo dos vulneráveis, cada vez mais vulneráveis. Neste sentido é importante os profissionais, que intervêm na educação de crianças e jovens, adquirirem competências técnico-práticas para uma intervenção mais acessível, de modo a dar

oportunidades educativas que primem pela equidade. Surgem incertezas no que diz respeito à capacidade de intervenção do profissional quando confrontado com as diversas realidades destas crianças e jovens, muitas vezes sem suporte familiar ou vítimas de múltiplas situações com influência negativa no seu modo de estar e viver. Este estudo exploratório foi realizado em três zonas das mais carenciadas do concelho da Ribeira Grande-Açores, nomeadamente na Vila de Rabo de Peixe e nas freguesias de Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro. A nossa ação pedagógica inovadora foi realizada junto de grupos de crianças e jovens que integram espaços de intervenção socioeducativa de contexto não formal, bem como aos profissionais destes espaços situados no concelho acima referido. Alguns dos objetivos foram: (i) Perceber a importância das práticas inovadoras para o desenvolvimento multidimensional de crianças e jovens, no contexto do Bem-Estar e Bem-Viver; (ii) Pesquisar práticas de animação e intervenção educativa, que se integrem na vertente de práticas inovadoras orientadas para a conceção do Bem-Estar e o Bem-Viver, junto de profissionais da área educativa e/ou social das instituições; (iii) Analisar práticas inovadoras potenciadoras da aquisição de hábitos, comportamentos e valores, capacidades e competências, promovidas em espaços de intervenção socioeducativa em contexto não formal. Para este fim recorreu-se a diferentes instrumentos e procedimentos, nomeadamente a observação no local- entrevista individual aos profissionais das instituições; entrevista de focus group com as crianças e jovens e observação de práticas. Para a análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo, mediante a aplicação dos consentimentos informados. Verificou-se que as práticas inovadoras são ferramentas eficazes para promover o bem-estar e o desenvolvimento multidimensional das crianças e jovens com impacto a nível físico, mental, emocional e social.

Palavras-chave: Práticas inovadoras; Contexto educativo não formal; Bem-estar; Bem-viver.

Sala 02 | ID 272

[ID 272] A escola de tempo integral - seus espaços, ações e articulações – qual o lugar do território?

Luciana Limeira | IEA-USP/FGV/SEEDF /| Lucianaclimeira@gmail.com

Luis Carlos de Menezes | IEA/USP | menezes@if.usp.br

Resumo

O território define-se por um espaço delimitado por formas, constituído por lugares contíguos e lugares em rede, onde o acontecer solidário se impõe numa permanente dialética do território. O espaço, por sua vez, é um conjunto indissociável dos sistemas de objetos e sistemas de ações sendo, portanto, social. O espaço reflete a sociedade e sua organização resulta de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história. A escola de tempo integral, enquanto espaço de contínuas ações e articulações para a realização das funções historicamente que lhe são atribuídas, como a função pedagógica, social e política, volta-se para o estímulo e desenvolvimento de diferentes habilidades dos estudantes. Seu território de atuação aparece delimitado, tanto fisicamente, quando estabelecidos seus espaços de realização, quanto documentalmente, quando vislumbradas as ações e definidos os propósitos

de sua existência nos documentos de políticas públicas e no Projeto Político-Pedagógico das escolas. Para tanto, o espaço escolar nem sempre se encontra habilitado em sua estrutura e equipes atuantes para garantir o desenvolvimento pleno dos estudantes, conforme encontra-se definida a finalidade da educação na Constituição Federal. Valendo-se dessas considerações, este trabalho apresenta um recorte analítico sobre a escola de tempo integral em Brasília, a partir dos espaços definidos para sua realização e sua relação com o seu território. Resulta de estudos e reflexões ocorridos no âmbito do Grupo de Estudos Escola e Território, da Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, onde a pesquisadora realiza seu pós-doutorado. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório, por meio de análise documental do Projeto Político-Pedagógico de três Escolas Parques de Brasília, participantes da Rede Integradora de Educação de Tempo Integral, onde procedeu-se a uma análise de conteúdo sendo possível compreender como as escolas de tempo integral da Rede Integradora do Plano Piloto/Brasília definem seus espaços de realização da oferta de tempo integral e como encontram-se situadas e relacionadas com seu território. Dessa forma, foi possível reafirmar a importância das Escolas Parques de Brasília enquanto espaços públicos e gratuitos projetados para a realização de uma educação integral em tempo integral, onde os estudantes participam de diferentes atividades educativas de caráter lúdico, artístico, esportivo, orientadas e conduzidas por professores habilitados para atuarem nessas ações, imprescindíveis para a formação cidadã dos estudantes.

Palavras-chave: Escola de Tempo Integral; Espaços, ação e articulação; Território.

Sala 03 | ID 193

[ID 193] Ações afirmativas no ensino superior brasileiro

Mirtes Ribeiro | UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE) | mirtes.lira@upe.br

Marcia Raika | Universidade Estadual do Maranhão | marciaraika@gmail.com

Sinara Duarte | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará | sinara.duarte@ifce.edu.br

Resumo

É sabido que as ações afirmativas no Ensino Superior são ponto de pauta nos debates interno e externos, acirrando discussões polêmicas desde a falta de consenso sobre o acesso, acessibilidade e permanência no Ensino Superior até as desigualdades sociais e discriminação. Para apresentar um panorama do que se tem investigado sobre o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior no Brasil, assim como as compreensões e lacunas evidenciadas nesse contexto, este estudo tem como objetivo investigar as ações afirmativas voltadas para esses estudantes, a partir da análise dos objetivos e dos resultados de pesquisas nacionais. Para identificação e seleção dos estudos de forma delimitada, elegemos como descritor de busca “ações afirmativas”, para localizar os trabalhos pertinentes ao nosso estudo. Assim, como forma de alcançar o maior quantitativo de dados, optamos por

três bases de produções acadêmicas, foram elas: (1) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); (2) Catálogo de Dissertações e Teses da Capes; e (3) Scientific Electronic Library Online (SciELO). Vale ressaltar que o enfoque dado à busca foi exclusivamente pelo título das produções até o ano de 2023. no universo de 346 produções relacionadas às “Ações Afirmativas”, foi possível identificar apenas 17 produções voltadas para estudantes com deficiência no Ensino Superior. Como contribuições dessa revisão de literatura, observa-se, a partir dos descritores tratados, um número reduzido de pesquisas voltadas para a questão da acessibilidade e permanência dos estudantes ao Ensino Superior, de forma desproporcional, considerando o quantitativo de universidades brasileiras existentes. Os estudos analisados trouxeram, questões muito próximas quanto à importância das cotas destinadas às pessoas com deficiências, como também os desafios, os entraves e os avanços das Instituições quanto à acessibilidade e permanência desses estudantes no Ensino Superior brasileiro.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Ensino Superior; Inclusão e acessibilidade.

Sala 03 | ID 330

[ID 330] Considerações sobre a política de ampliação e diversificação para o ensino superior no Brasil e em Portugal

Thays Marcelino | UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO | thaysmarcelino@yahoo.com.br

Belmiro Cabrito | UNIVERSIDADE DE LISBOA | b.cabrito@ie.ulisboa.pt

Ana Luisa Rodrigues | UNIVERSIDADE DE LISBOA | alrodrigues@ie.ulisboa.pt

Resumo

A formação para o trabalho constitui um elemento central do desenvolvimento econômico e social de um país, razão pela qual a formulação de políticas públicas educacionais voltadas à qualificação profissional integra as prioridades governamentais. Em sociedades orientadas pela lógica do mercado, a formação de trabalhadores procura acompanhar as transformações do sistema produtivo, preparando profissionais capazes de responder às novas exigências econômicas. No Brasil, essa realidade tem materialidade na década de 1990 durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso por meio da promulgação da LDB 9.394/1996 que institui a Política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que demandou uma reestruturação do sistema educacional. Para o ensino superior tem-se o Decreto 2.208/1997 que consolida a criação dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST), cursos com carga horária reduzida voltados à formação da força de trabalho adaptada às novas exigências do mercado. Em Portugal como resposta à Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974, marco histórico importante para o desenvolvimento do país, surge o Decreto Lei 427-B/77 de 14 de outubro que dá origem aos Cursos dos Institutos Superiores Politécnicos (CISP). A lei objetivava a qualificação da força de trabalho a fim de responder à procura de educação superior que se verificou com a democratização da oferta de ensino. O Ensino superior português a partir disso se diversifica e se organiza em um sistema binário formado pela coexistência de um

subsistema de ensino universitário e um subsistema de ensino politécnico. Este trabalho tem como objetivo perceber como a política de ampliação e diversificação para o ensino superior se concretiza no Brasil e em Portugal. Tal análise busca compreender fundamentos ideológicos para a formação da força de trabalho, e a concepção de formação humana dessa modalidade de ensino superior. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise referenciada no materialismo histórico-dialético, cujos objetivos lhe conferem características de uma análise explicativa, que para a coleta de dados se utiliza de análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias. Espera-se, como resultado, compreender o impacto dessas reformulações para a oferta do ensino superior em ambos os países. Além disso, busca-se refletir se tais políticas são capazes de promover oportunidades educacionais mais igualitárias ou, ao contrário, se acabam por reforçar, sob novas formas, as desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Educação Superior; Cursos Superiores de Tecnologia; Institutos Superiores Politécnicos.

Sala 03 | ID 232

[ID 232] Livro Tátil de Neuroanatomia: Recurso Inclusivo para o Ensino Superior

Caroline Ribeiro Souza | Faculdades Metropolitanas Unidas | caroline.souza@fmu.br

Juliana Leandro | Faculdades Metropolitanas Unidas FMU | juliana.leandro@fmu.br

Ana Claudia Balda | Faculdades Metropolitanas Unidas FMU | ana.balda@fmu.br

Resumo

O projeto “Livro Tátil de Neuroanatomia: Recurso Inclusivo para o Ensino Superior”, desenvolvido por docente do curso de Fisioterapia da FMU, nasceu a partir da necessidade de oferecer acessibilidade no ensino de conteúdos complexos da neuroanatomia. A iniciativa surgiu ao identificar uma estudante com deficiência visual que demandava materiais adaptados para compreender estruturas neurológicas essenciais na disciplina de Fisioterapia Neurológica. A proposta baseou-se no uso de recursos táteis, criados com materiais simples e de fácil diferenciação, possibilitando ao estudante explorar texturas e formas para reconhecer estruturas anatômicas. O livro teve como principais objetivos: facilitar o aprendizado de neuroanatomia, promover inclusão e acessibilidade, e evidenciar a relevância desse conhecimento para a compreensão da fisiopatologia de doenças neurológicas. A metodologia consistiu na seleção e confecção de representações táteis de estruturas do sistema nervoso central, como o Polígono de Willis, neurônios com bainha de mielina e seções transversais da medula espinal, adaptadas com materiais como canudos, algodão, glitter, barbante e lã. Cada recurso foi correlacionado a temas de aulas práticas, incluindo Acidente Vascular Cerebral, Esclerose Múltipla e Lesão Medular, permitindo ao aluno vivenciar de maneira inclusiva os conceitos de fisiopatologia, manifestações clínicas e abordagens fisioterapêuticas. As atividades propostas envolveram tanto a exploração tátil individual quanto práticas inclusivas com toda a turma, ampliando a experiência de aprendizado colaborativo e despertando a sensibilização dos colegas sobre a importância da inclusão no ensino superior. Os resultados

evidenciaram que o recurso tátil foi eficaz para a aluna com deficiência visual e contribuiu para enriquecer o aprendizado de todos os estudantes, ao demonstrar que a neuroanatomia pode ser ensinada de forma criativa, acessível e significativa. A reflexão final destaca que a educação só é verdadeiramente transformadora quando acessível a todos, reafirmando a necessidade de repensar as práticas docentes em prol de um ensino mais inclusivo, humano e equitativo. Aprender deve ser um direito universal, e iniciativas como o livro tátil mostram que caminhos inovadores podem e devem ser construídos para garantir igualdade de oportunidades no ensino superior.

Sala 03 | ID 268

[ID 268] Reflexão Crítica e Intervenção Pedagógica na Formação de Professores: Experiências de Estágio

Gorete Pereira | CIE-UMa | goretepereira@staff.uma.pt

Resumo

Os relatórios de estágio desenvolvidos no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, visam a obtenção do grau de mestre. Estruturados em duas partes: Enquadramento Teórico e Metodológico sustentam as opções pedagógicas adotadas e a Intervenção Pedagógica, que descreve e reflete criticamente as práticas desenvolvidas ao longo das PPI, PPII e PPIII, realizadas em contextos distintos: a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico. A abordagem reflexiva e investigativa adotada a partir da Investigação-Ação e o Trabalho de Projeto, permitem a melhoria das problemáticas emergentes dos contextos de educativos. Recorrentemente a implementação e desenvolvimento de projetos distintos contribui para o desenvolvimento emocional das crianças, através da criação por exemplo de um cantinho das emoções e de atividades de expressão emocional. No 1.º Ciclo, outros projetos como a Escrita Criativa fomentam a autonomia, a criatividade, a literacia e a cidadania ativa dos alunos. As práticas pedagógicas foram orientadas por princípios de inclusão, participação ativa e aprendizagem significativa, valorizando o papel do professor como mediador e facilitador do processo educativo. A planificação intencional, a avaliação formativa e o recurso a metodologias ativas revelaram-se fundamentais para promover o envolvimento dos alunos e a construção de saberes com sentido. Os relatórios refletem, assim, um percurso de crescimento pessoal e profissional, marcado pela construção de competências, pela reflexão crítica e pelo compromisso com uma educação centrada na criança.

Sala 04 | ID 204

[ID 204] Modelos organizacionais, liderança escolar e gestão das escolas inscritos na agenda da inclusão

Henrique Ramalho | Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação | hpramalho@esev.ipv.pt

Resumo

Não será despiendo considerar a ideia de que um dos pilares fundamentais da educação inclusiva, muito conectada, também, à ideia de escola inclusiva e de professores e educadores inclusivos, é a liderança. Não será, igualmente, estranha a intenção de associarmos as lideranças escolares aos modelos organizacionais de escola em vigência, especialmente, tendo como referência o atual regime de direção, gestão e autonomia das escolas. É objetivo deste estudo dar uma resposta compreensiva à questão se o modo como, hoje, as escolas são geridas e lideradas promovem a agenda da educação inclusiva e, talvez mais importante, que tipo de educação inclusiva estão em condições de promover e, de resto, como a promovem? Do ponto de vista teórico conceitual, estamos compelidos a revisitar as teorias e metáforas organizacionais da escola (Costa, 1996), de entre outros estudos realizados sobre a escola e sua dimensão organizacional (e.g. Lima, 1998; Estêvão, 1998) e, mais em concreto, a liderança (Costa et al., 2011; Costa, Mendes & Castanheira, 2011; Costa, Figueiredo & Castanheira, 2013). Metodologicamente, acercam-nos de procedimentos de confrontação do referencial da educação inclusiva, com procedimentos de meta-análise de dez investigações académicas seleccionadas nos repositórios científicos de referência, segundo o critério de ter como objecto de estudo integrado as dimensões alusivas aos modelos organizacionais das escolas, às lideranças escolares e à gestão das escolas. Assume os pressupostos e procedimentos da análise sistemática de conteúdo (Bardin, 2016), de natureza temático categorial (Poirier, Valladon & Raybant, 1983). Fica a ilação de que a educação inclusiva tenderá, per se, a acomodar-se aos modelos organizativos e estilos de liderança em vigência nas escolas, não se adivinhando o contrário, desde logo, porque não parece ser uma preocupação relevante o facto de estar em vigor um regime de direção, gestão e autonomia das escolas, que abriga tais modelos e estilos, em contracorrente com a agenda da educação inclusiva. Algo que, interpretativamente, sugere que a educação inclusiva tenderá a sucumbir aos pressupostos e princípios de uma escola pública governada tecnocraticamente, com um claro desvio da educação inclusiva do ideário da escola democrática.

Palavras-chave: Modelos organizacionais; Liderança escolar e gestão das escolas; Educação inclusiva.

Sala 04 | ID 131

[ID 131] Produção Discursiva do Sujeito na Inclusão Escolar: Diálogo entre Normativas e Políticas Educativas do Brasil e de Portugal

Jamila Galdino Prochaska Lemos | Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) | jamilagaldinoadv@gmail.com

Resumo

A presente comunicação, desdobramento da pesquisa de Mestrado em andamento na Universidade do Estado de Santa Catarina, analisa como discursos político-normativos produzem efeitos na concepção do sujeito da inclusão escolar. O trabalho objetiva colocar em diálogo as racionalidades que orientam as políticas educativas do Brasil e de Portugal, focando

nos mecanismos de regulação que definem o estudante da Educação Especial. A investigação de cunho qualitativo ancora-se na perspectiva teórico-metodológica de Michel Foucault e usa a noção de discurso como operador analítico. A análise do arcabouço normativo brasileiro evidencia, como agrupamento analítico, as perspectivas mobilizadas sobre o estudante, categoria que observa os modos como o discurso constrói e define quem é o estudante elegível para o acesso aos serviços educacionais especializados da Educação Especial. Como achado, este exercício revela que o discurso presente nas normativas educacionais no Brasil opera sob uma lógica de categorização dos estudantes, definindo um público específico. Em diálogo, a análise da materialidade político-normativa vigente em Portugal revela um movimento discursivo distinto, que rompe com a premissa da categorização como condição para o acesso aos serviços especializados, o foco, portanto, desloca-se da avaliação clínica para a avaliação das barreiras à aprendizagem. Conclui-se que estas distintas formas de produzir o sujeito da inclusão não são neutras; impactam a regulação das políticas públicas educativas e os processos educacionais, no que se refere ao acesso de serviços especializados, e nos sentidos sobre a inclusão escolar.

Palavras-chave: Políticas Educativas; Inclusão Escolar; Análise do Discurso.

Sala 04 | ID 94

[ID 94] Ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência no contexto de uma escola pública brasileira

Débora Dainez | Universidade Federal de São Carlos | ddainez@ufscar.br

Izabella Sant'Ana | Universidade Federal de São Carlos | izabellams@ufscar.br

Resumo

A defesa da educação pública como direito de toda população configura-se como um movimento de luta constituído pelas possibilidades históricas e contingências sociais e políticas do Brasil. A Constituição Federal brasileira de 1988 institui a educação como direito social, assegura o ensino público, obrigatório e gratuito, prevendo o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Com isso, o país avança no reconhecimento da diversidade, trazendo propostas políticas a fim de potencializar a universalização da educação básica e garantir a inclusão escolar. Todavia, a efetivação do direito à educação escolar ainda é um desafio para as pessoas com deficiência, sobretudo, se considerarmos que a educação brasileira é marcada pela precariedade e pouco investimento financeiro do Estado. Considerando esse contexto, temos como objetivo analisar as condições de ensino e aprendizagem que envolvem estudantes com deficiência, ressaltando as potencialidades que emanam das práticas pedagógicas. Com ancoragem na teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, que concebe a educação como processo humanizador, realizou-se, durante o ano de 2025, um trabalho de campo em uma escola estadual do Ensino Fundamental II, Anos Finais, e Ensino Médio, de um município do estado de São Paulo – Brasil. A escola foi inaugurada no ano de 2014 e está situada em uma região periférica da cidade, que apresenta vulnerabilidade social. Conta com um total de 705

matrículas de estudantes, sendo que 36 são matrículas de estudantes com deficiência. Os procedimentos metodológicos usados foram: entrevistas semiestruturadas e áudio gravadas com professores e gestores da escola; observações em sala de aula registradas em diário de campo. Os resultados indicam que, mesmo diante de condições precárias, o coletivo escolar pensante empenha-se com o compromisso em promover práticas educativas inclusivas, adotando estratégias didáticas criadoras e emancipatórias. Entretanto, muitas vezes, reproduz-se situações que expressam o desafio de situar o ensino da pessoa com deficiência como parte do trabalho educativo comum. Considera-se a importância de problematizar as ações observadas na escola e colocar em perspectiva a proposta de educação inclusiva brasileira, no sentido de dar visibilidade às contradições que permeiam a escolarização das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação escolar; Educação inclusiva; Práticas educativas.

Sala 04 | ID 141

[ID 141] A Constituição da identidade de adolescentes negros/as na escola de educação integral de tempo integral

Talita Oliveira Ribeiro | Universidade Federal de Minas Gerais | talita_gro@hotmail.com

Barbara Moreira Ramalho | Universidade Federal de Minas Gerais | bbramalho@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG), tem como objetivo investigar os processos de constituição da identidade de adolescentes negros de uma escola de Educação Integral de Tempo Integral localizada na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Para tanto, leva-se em conta os debates e disputas traçadas em torno da Educação Integral de Tempo integral, tanto no âmbito das políticas públicas, quanto no que diz respeito a sua concepção e representação e se ancora em teorias que tematizam a constituição a identidade negra. Identifica-se que, no Brasil, as proposições de uma educação denominada integral, a princípio não necessariamente aliada a extensão do tempo na instituição escolar, emerge a partir de três distintas, e em confronto, correntes políticas que se delinearão entre as décadas de 1920 e 1930 do século XX. Destas correntes, logram maior espaço a de ordem liberal, tendo em vista seu projeto de escola atrelado a um projeto de país em processo de industrialização. Na década de 1950 é criado o primeiro Centro de Educação Integral no país e entre as décadas de 80 e 90 mais de 500 Centro Integrados de Educação Pública, os CIEP's, no estado do Rio de Janeiro. Embora os documentos explicitem que este modelo de educação era voltado para as classes populares, não há presente um debate racial em torno deste projeto, o que se faz relevante tendo em vista que a população que compunha esta classe era majoritariamente negra. As políticas de implementação de Educação Integral em Tempo Integral que se seguem ao longo do tempo se restringem a políticas de governo e não de Estado, portanto, sujeitas às suas sazonalidades. Na atualidade, o governo brasileiro, a fim de fazer valer a meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a qual preconiza que deve ser oferecido educação em

tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas a fim de atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica, implementa o “Programa Escola em Tempo Integral”. Nesse sentido, um país cuja maior parcela da população é negra, o debate racial continua a interpelar a educação integral a fim de compreender qual concepção de humanidade pauta a concepção de integralidade. Busca-se, portanto, compreender como adolescentes negros constroem sua identidade em escola de tempo integral, usando abordagem etnográfica e entrevistas para dialogar com educadores e estudantes.

Palavras-chave: Educação Integral em Tempo Integral; Identidade Negra; Adolescentes.

Sala 05 | ID 241

[ID 241] Futuros professores e programas de indução: inquietações e confiança

Carolina Carvalho | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | cfcarvalho@ie.ulisboa.pt

Estela Costa | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | ecosta@ie.ulisboa.pt

Marta Almeida | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | mialmeida@ie.ulisboa.pt

Joana Viana | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | jviana@ie.ulisboa.pt

Ana Sofia Pinho | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | aspinho@ie.ulisboa.pt

Resumo

Num contexto em que a escassez de docentes se verifica na generalidade dos países ocidentais, estima-se que Portugal necessite de aproximadamente 40 000 professores até 2034, segundo o Ministério da Educação. O desafio é por isso imenso, não só atrair jovens para a profissão, reforçar a formação inicial como ainda criar condições que garantam a sua permanência nas escolas. A literatura revela como as experiências nos primeiros anos de docência são decisivas para o desempenho profissional futuro, motivação e permanência na profissão. A questão que se pode colocar é como as entidades envolvidas na formação de jovens professores podem contribuir para que estes queiram permanecer na profissão. Uma resposta possível encontrada na literatura prende-se com a criação de programas de indução. Neste estudo procurámos responder à seguinte questão de investigação: Que concepções têm jovens professores sobre programas de indução? Para tal, aplicou-se um questionário de perguntas abertas a uma amostra de 32 docentes em início de carreira. Entre os principais resultados, destacam-se: a valorização dos programas de indução; a necessidade e a vontade de neles participar; e a sugestão de incluir temáticas relacionadas com a prática letiva e com a diversidade de alunos. Os dados indicam que os jovens professores identificam com precisão os requisitos para a sua permanência nas escolas, ao mesmo tempo que apontam para a urgência de mudanças institucionais nas escolas que anualmente recebem novos docentes, caso aspirem à sua retenção.

Palavras-chave: Políticas de indução docente; Programas institucionais de Indução; Futuros professores.

Sala 05 | ID 111

[ID 111] Formação inicial de professores de francês e de italiano - da prática à reflexão no contexto do PIBID no Colégio de Aplicação/UFSC

Clarissa Laus Pereira Oliveira | Universidade Federal de Santa Catarina | clarissa.oliveira@ufsc.br

Sara da Silva | Universidade Federal de Santa Catarina | foliesara@gmail.com

Daniela Bunn | Universidade Federal de Santa Catarina | danibunn@yahoo.com.br

Narceli Piucco | Universidade Federal de Santa Catarina | lelapiucco@gmail.com

Resumo

O Colégio de Aplicação (CA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil, recebeu, em 2024, dezesseis estagiários, estudantes dos cursos de Letras Francês e Letras Italiano, bolsistas de Iniciação à Docência (ID) do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O PIBID é um programa da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos graduandos dos cursos de licenciatura a inserção no cotidiano escolar. As línguas italiana e francesa, na UFSC, acompanham de forma voluntária esse programa institucional desde 2020, integrando o Subprojeto Multidisciplinar Línguas Estrangeiras/Adicionais (espanhol, francês e italiano), sendo o espanhol a única língua oficialmente presente no programa. Dessa forma, o subprojeto é composto por seis bolsistas de italiano, oito de espanhol e dez de francês, três professores regentes e três coordenadoras de línguas. O recorte feito aqui apresenta as ações das duas professoras efetivas de língua francesa do Colégio de Aplicação, e dos estagiários bolsistas de italiano e de francês que participam das aulas semanalmente e relatam suas impressões sobre a prática docente, num diálogo contínuo promovido pelas professoras. A participação efetiva dos IDs nas aulas com as turmas se dá por meio de auxílio aos estudantes no processo educativo, de elaboração de atividades, como jogos didáticos online e impressos, a partir dos temas definidos em cada contexto. A proposta de integrar o espaço escolar com a formação de futuros professores estimula uma prática docente reflexiva de qualidade e contribui para a formação continuada das professoras efetivas. Essa comunicação visa socializar a experiência, as ações realizadas no contexto de integração das línguas italiana e francesa, um percurso interdisciplinar que se traça na formação docente dos graduandos com a atuação das professoras regentes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

Palavras-chave: Formação docência; Línguas estrangeiras; PIBID/UFSC.

Sala 05 | ID 173

[ID 173] Formação inicial de professores de história: análise contrastiva das experiências da Universidade do Estado de Minas Gerais com aquelas da Universidade de Lisboa

Luisa Andrade | Luísa Andrade | lteixeiraa@gmail.com

Resumo

Este trabalho compõe uma das dimensões da pesquisa de pós-doutoramento em desenvolvimento na Universidade de Lisboa e tem como objetivo refletir sobre a formação inicial de professores de História a partir de um estudo contrastivo entre os processos de formação docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Unidade Ibirité/Minas Gerais/Brasil) via Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/2025) com aqueles que ocorrem nos mestrados em ensino de História da Universidade de Lisboa. Com isso, pretende-se construir uma proposta de formação de professores no recém-inaugurado curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Acadêmica de Ibirité, Minas Gerais Brasil. Os aportes teóricos que fundamentam esta pesquisa estão ancorados no campo de estudos de formação de professores, em geral e de História, em particular. Os procedimentos metodológicos de viés etnográfico incluíram entrevistas, pesquisa de campo e observação participante. Neste trabalho, de caráter exploratório, analisamos as práticas de formação inicial de professores de História da Universidade de Lisboa a partir de alguns pilares: relação universidade/escolas de Educação Básica; relação teoria e prática; finalidades da docência em História; concepção de História, de Educação e de ensino de História; currículo de Formação Docente em História. Destacamos contrastes significativos nos modelos de currículos, nas práticas pedagógicas, e nos modelos de estágios supervisionados.

Palavras-chave: Formação de Professores; Currículos; Práticas Docentes.

Sala 05 | ID 300

[ID 300] Autonomia em risco: reflexão sobre o esvaziamento do espaço-tempo de trabalho coletivo na escola

Luana Almeida | Universidade Federal de São Carlos | luanaca@gmail.com

Resumo

O debate sobre a articulação entre as políticas públicas e a reflexão coletiva na escola é crucial para recuperar a capacidade de delineamento de horizontes de ação. Presente em vários países, a valorização do modelo empresarial ocasiona a perda progressiva de autonomia da escola e, embora isso não signifique homogeneidade em diferentes países, muitas transformações nos sistemas nacionais acabam por seguir direções comuns, ainda que não gerem cenários idênticos de efetivação (Laval, 2019). No Brasil, a política de avaliação externa em larga escala, a centralização da formação continuada pelas secretarias de ensino e a adoção de plataformas e materiais didáticos padronizados evidenciam uma intervenção crescente que homogeneiza as práticas pedagógicas e esvazia os espaços de trabalho coletivo.

Contextualizado em uma pesquisa colaborativa escola-universidade em curso (FAPESP - 22/02996-5) que utiliza a qualidade social como disparadora de autoavaliação na escola, o presente trabalho debate o esvaziamento dos espaços-tempos coletivos da escola. Argumenta-se que a adoção de políticas alinhadas ao modelo empresarial ameaça a possibilidade de trabalho coletivo na escola, colocando em risco sua autonomia. Os dados gerados a partir da constituição de um Grupo de Trabalho Coletivo, com participação voluntária de professores, gestores e funcionários da escola, revelam fortes condicionantes externos que têm cerceado progressivamente a autonomia escolar. Dentre outros efeitos, os tempos e espaços de trabalho coletivo da escola são usurpados em nome de pautas e formações centralizadas pela rede de ensino. Tal fenômeno é ainda mais acentuado em redes que avançaram na adoção de processos de plataformização da educação, como dos estados de São Paulo e Paraná, no Brasil (Adrião & Domiciano, 2021; Barbosa & Alves, 2023). Como demonstram Barbosa e Alves (2023), o trabalho pedagógico mediado por plataformas se alicerça no controle, na padronização e na geração de processos hiper-burocratizados. Este quadro compromete a capacidade crítica dos profissionais sobre o projeto educacional, afastando-se da garantia do direito humano à educação. Apesar desse panorama, o esvaziamento do professor como intelectual não é absoluto, pois, como afirma Laval (2019), "é um equívoco dizer que o discurso dominante venceu". O desafio reside em reverter a indução limitadora, recuperando o papel dos educadores na (re)construção dos objetivos e práticas, visando uma formação humana ampliada.

Palavras-chave: Trabalho coletivo; Autonomia escolar; Espaço-tempo; Política gerencialista.

Sala 06 | ID 203

[ID 203] O Impacto da avaliação do desempenho na transformação da escola e da profissão docente

Henrique Ramalho | Politécnic de Viseu - Escola Superior de Educação | hpramalho@esev.ipv.pt

Resumo

O ensaio em proposta tem como objeto de análise a avaliação do desempenho docente, enquanto política educativa pública de referência, face a uma narrativa instituída em Portugal em torno das prerrogativas associadas às correntes teóricas do eficientismo educacional, circunstanciadas, também, na linha da nova gestão pública. Tem como objetivo central, por um lado, compreender os impactos que a avaliação do desempenho docente tem vindo a suscitar no desenvolvimento organizacional da escola e, por outro, analisar a sua influência no desenvolvimento profissional dos professores. A metodologia mobilizada tem por base procedimentos metodológicos próprios da análise sistemática de inferência não frequencial (Bardin, 2016), do tipo temático categorial (Poirier, Valladon & Raybant, 1983). Fazemos evoluir esses procedimentos para uma meta-análise qualitativa inscrita nos pressupostos da Teoria Fundamentada nos Dados (Glaser & Strauss, 1967; Charmaz, 2009; Glaser, 2011), especialmente orientada para os estudos em educação, na linha de uma meta síntese ou

revisão sistemática qualitativa (Zimmer, 2004). Decorrente da constituição de um corpus documental, parte de um procedimento de amostragem inicial (Charmaz, 2009), aventando a integração de resultados de investigação empírica já consolidada (Lo & Lo, 2014). Em termos de ilações gerais, é possível projetar uma meta-síntese que denuncia o arrolamento do desempenho docente numa deriva paradigmática da gestão educacional que se mostra, radicalmente, funcional e instrumental aos fins educacionais de feição macro administrativa e tecnocêntrica, sistematizados, mais a jusante, numa lógica essencialista sobre os resultados acadêmicos dos alunos. Nesta deriva, seguindo a lógica da normalização do funcionamento das escolas e dos sentidos da prestação do serviço educativo público no âmbito de uma cultura hegemónica de performatividade (Ramalho, 2024), as agências de professor, de aluno e de competência são inseridas numa agenda reformista da educação escolar de feição reprodutivista, funcionalista e instrumental. Mais propriamente, a escola, enquanto organização, mantém-se, invariavelmente, no espectro de um isomorfismo da sua própria imagem institucional do tipo burocrática e empresarial, refém que está do cumprimento das expectativas de uma determinada planificação social, com recurso a uma avaliação institucional e profissional que opera, sobretudo, como mecanismo de extração de contas.

Palavras-chave: Meta-análise; Avaliação do desempenho docente; Desenvolvimento organizacional e profissional.

Sala 06 | ID 298

[ID 298] Avaliação externa em larga escala no campo da qualidade social: achados de uma pesquisa bibliográfica

Luana Ferrarotto | IFSP - campus Bragança Paulista | luanaferrarotto@ifsp.edu.br

Luana Almeida | Ufscar | luanaca@ufscar.br

Resumo

A qualidade da educação pública, embora presente na defesa tanto de empresários quanto de educadores, apresenta diversos sentidos que acarretam diferentes formas de vislumbrar o trabalho escolar. Quando vinculada à lógica mercadológica, associa-se a medidas e hierarquizações (Silva, 2009). Com o avanço neoliberal no Brasil, as políticas públicas incorporaram a concepção de qualidade total, a qual avalia a instituição escolar como se fosse empresa (Gentili, 1996). Esse contexto se associa à proliferação de avaliações externas em larga escala, na trilha das recomendações de organismos internacionais de cunho gerencial. Na contramão dessa lógica, a concepção de qualidade social contempla fatores extra e intraescolares (Silva, 2009), busca a emancipação humana e a ruptura com a ordem vigente (Flach, 2023). A qualidade social está referenciada na formação humana multidimensional e ultrapassa o domínio de competências aferidas em testes padronizados (Bertagna et al., 2020). A avaliação sustentada na concepção de qualidade social não ignora as avaliações externas, todavia seus resultados são contextualizados nos processos de autoavaliação escolar. No âmbito das discussões sobre qualidade educacional, apresentamos uma investigação (FAPESP - 22/02996-5) cujo objetivo foi analisar os debates acerca da avaliação

externa no campo de pesquisa da qualidade social. Foram efetuadas buscas com os descritores “qualidade social” e “qualidade socialmente referenciada” no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Base Scopus e Base Redalyc. O corpus da pesquisa ficou constituído por 29 artigos científicos. Utilizamos a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977) e construímos 3 categorias: Políticas em âmbito nacional, avaliação externa e qualidade educacional; Políticas em nível estadual, avaliações externas e qualidade da educação; Políticas em nível municipal, avaliação externa e qualidade educacional. Neste trabalho, dedicamo-nos a primeira categoria que reúne artigos que abordam políticas educacionais do Brasil e discutem a concepção de qualidade que as perpassam. De modo geral, os artigos apontam que essas políticas são atravessadas por concepções mercadológicas e ancoradas nas avaliações externas como expressão de qualidade. Por conseguinte, estão afastadas da qualidade social e fragilizam a construção de um sistema educativo comprometido com a democracia e inclusivo como proclamado na Constituição Federal Brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas; Qualidade da educação; Avaliação externa.

Sala 06 | ID 233

[ID 233] Feedback imediato em práticas clínicas

Juliana Leandro | Faculdades Metropolitanas Unidas FMU | juliana.leandro@fmu.br

Ana Claudia Balda | Faculdades Metropolitanas Unidas FMU | ana.balda@fmu.br

Caroline Ribeiro Souza | Faculdades Metropolitanas Unidas FMU | caroline.souza@fmu.br

Resumo

A aplicação do feedback imediato nas práticas de estágio do curso de Fisioterapia tem se mostrado uma metodologia pedagógica de grande impacto para o desenvolvimento do estudante, pois estabelece uma conexão direta entre a ação realizada e a orientação recebida. Alinhada à Taxonomia de Bloom, essa estratégia organiza os níveis cognitivos da aprendizagem em uma hierarquia progressiva, indo do mais simples ao mais complexo, e possibilita que o retorno dado pelo docente esteja adequado ao nível de exigência da atividade. Nos estágios, o feedback imediato atua como um recurso essencial para guiar o aluno em tempo real, corrigindo posturas, raciocínios clínicos e condutas terapêuticas no momento em que são executados. Essa prática evita a consolidação de erros, reforça o aprendizado de acertos e contribui para o desenvolvimento de competências práticas, cognitivas e atitudinais. Assim, o estudante não apenas memoriza informações (nível “lembrar”), mas também aprende a compreender conceitos, aplicar técnicas, analisar situações clínicas, avaliar condutas e, por fim, criar estratégias de intervenção personalizadas. O alinhamento entre feedback e níveis cognitivos garante que a devolutiva seja pertinente ao estágio de desenvolvimento em que o aluno se encontra. Em uma atividade inicial, por exemplo, o foco pode estar em recordar conteúdos e compreender fundamentos; já em situações mais avançadas, a ênfase recai sobre análise crítica e tomada de decisão clínica. Dessa forma, a progressão do estudante ocorre de

maneira estruturada e coerente com sua formação. Além de potencializar o aprendizado, o feedback imediato fortalece a segurança do aluno na prática profissional, promove autonomia progressiva e estimula a autorreflexão. Ele também favorece a relação professor-aluno, criando um ambiente de confiança, diálogo e parceria no processo de ensino-aprendizagem. No contexto do estágio em Fisioterapia, essa metodologia é especialmente relevante, pois a prática clínica exige tomada de decisão rápida e fundamentada, além de habilidades técnicas e comunicativas refinadas. O feedback imediato, ao corrigir e orientar no momento da execução, contribui para que o futuro fisioterapeuta desenvolva raciocínio clínico, postura ética e competência prática alinhados às demandas reais da profissão. Assim, pode-se afirmar que o uso do feedback imediato, associado à Taxonomia de Bloom, constitui uma estratégia pedagógica transformadora, que promove aprendizado significativo, consolida competências profissionais e reforça o compromisso com a qualidade da formação em saúde.

Sala 06 | ID 228

[ID 228] Instrumentos para o rastreio do desenvolvimento e a aprendizagem autorregulada na Educação Pré-Escolar

Janete Silva Moreira | Piaget Institute | janete.moreira@ipiaget.pt

Rita Laranjeira | Piaget Institute | rita.laranjeira@ipiaget.pt

Resumo

Uma educação de infância de qualidade proporciona uma abordagem holística ao desenvolvimento e educação da criança. Este tipo de abordagem permite melhorar as oportunidades educativas, com o envolvimento das famílias e a flexibilidade das práticas dos profissionais de infância, de forma a ajustá-las às capacidades, necessidades e interesses das crianças. Reforça-se ainda a importância de dar voz às crianças enquanto participantes ativas na construção da sua aprendizagem. As etapas e marcos do desenvolvimento infantil estão estabelecidos, enquanto base essencial à aquisição e consolidação de competências e aprendizagens, assim como os documentos orientadores da Educação Pré-Escolar indicam áreas de conteúdo e competências-chave para o desenvolvimento integral da criança, entre elas, a resolução de problemas e o desenvolvimento pessoal e social. A investigação tem mostrado que os educadores de infância têm conhecimento sobre desenvolvimento e proporcionam experiências às crianças para aprenderem de forma intencional, mas faltam instrumentos adaptados e contextualizados à idade pré-escolar e ao contexto português que permitam a estes profissionais efetuar o rastreio de desenvolvimento e a avaliação dinâmica da aprendizagem no decorrer das suas práticas. Face às necessidades identificadas, pretende-se desenvolver uma investigação que contribua para compreender o impacto que um conhecimento mais preciso sobre o desenvolvimento de cada criança tem na organização do processo educativo por parte dos educadores de infância. Nesse sentido, definiram-se os seguintes objetivos: sensibilizar os profissionais e as famílias para a importância do rastreio de desenvolvimento e a promoção da aprendizagem autorregulada; envolver as famílias no contexto educativo; conhecer a perceção das crianças sobre a sua aprendizagem; contribuir

com instrumentos que promovam a aprendizagem autorregulada apropriados às práticas dos educadores de infância; observar a aplicação de estratégias autorregulatórias das crianças em atividades autênticas. A investigação prevê a utilização de instrumentos já validados e adaptados à população infantil portuguesa como o Ages and Stages Questionnaires, versão portuguesa (ASQ-PT) e o método de Avaliação Dinâmica da Aprendizagem Autorregulada na Educação Pré-escolar (ADAAEP), permitindo acompanhar longitudinalmente o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Estes instrumentos contribuem para obter informações específicas sobre a criança e orientar os educadores na sua prática educativa, para além de permitirem validar as perceções dos profissionais sobre o desenvolvimento das crianças e sustentar a identificação de crianças que necessitam de avaliação de desenvolvimento. A investigação que nos propomos desenvolver prevê também a formação conceptual e prática dos educadores de infância para a aplicação dos instrumentos e a promoção do envolvimento das famílias, na sequência de estudos anteriores.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Aprendizagem autorregulada; Práticas educativas; Educação Pré-escolar.

Sala 07 | ID 71

[ID 71] Construindo pontes para a Educação do Futuro: Uma análise crítica sobre o Caderno de Encargos para a aquisição de serviços para a implementação de um Ecosistema de Aprendizagem com Inteligência Artificial em Portugal

Susana Alves | Universidade Lusófona de Lisboa | susana.cgm.alves@gmail.com

Resumo

A comunicação apresenta uma reflexão crítica sobre o Caderno de Encargos para a aquisição de serviços para a implementação de um Ecosistema de Aprendizagem, com Inteligência Artificial (IA), elaborado pelo Ministério da Educação em 2025. O objetivo principal centra-se na identificação da filosofia educacional que está por detrás da introdução de ambientes de IA nas escolas em Portugal. A partir de cinco eixos analíticos — (1) relevância e adequação dos seus requisitos face aos objetivos do Ecosistema de Aprendizagem (EA); (2) exequibilidade do projeto atendendo aos contextos e condições atuais nas escolas; (3) impacto que pode ter nas práticas da aprendizagem, incluindo a aprendizagem personalizada, o feedback e o raciocínio automatizado; (4) contributos que os requisitos podem gerar nas práticas de ensino e aprendizagem; (5) identificação de possíveis barreiras à implementação do EA com IA — explora-se a viabilidade, a sustentabilidade e os princípios éticos ligados à proposta. A metodologia adotada é de natureza qualitativa que combina uma revisão crítica da literatura e a análise de um conjunto de documentos normativos nacionais e internacionais, incluindo uma sistematização conceptual articulada com uso reflexivo de ferramentas de IA. As escolas vivem hoje, provavelmente, uma mudança de paradigma, cuja importância estratégica contrasta com os debates sobre limitações e formas de responder às necessidades atuais. A implementação de um Ecosistema de Aprendizagem com integração da Inteligência Artificial

nas escolas é um desafio e uma oportunidade, mas que exige um olhar crítico sobre os recursos, fundamentos pedagógicos, enquadramentos políticos e investimentos associados.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Ecossistema de Aprendizagem; Políticas Educativas.

Sala 07 | ID 34

[ID 34] Diálogos de saberes: uma experiência em educação popular em segurança e soberania alimentar e nutricional

Caetana Silva | Universidade de Brasília | caetanarezende@gmail.com

Resumo

O presente estudo encontra-se no campo das investigações sobre a complementaridade entre processos educativos formais, não formais e informais que ocorrem no meio acadêmico e fora deste. Analisamos uma experiência em educação popular em Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN) desenvolvida no âmbito da política institucional de extensão universitária da Universidade de Brasília (UnB). O projeto é conduzido por um coletivo formado por profissionais da saúde e da educação, lideranças comunitárias, educadoras e educadores populares, docentes e discentes da UnB. Considerando a educação popular como um espaço epistemológico de construção e intercâmbio de saberes, buscamos compreender em que medida essas ações têm colaborado para a estruturação de aprendizagens na direção de uma formação humana integral e emancipatória. Questionamos se essas ações podem ser caracterizadas como promotoras de aprendizagens coletivas e cooperadas, capazes de contribuir para a formação de laços de solidariedade, e se os sentidos produzidos colaboram para o desenvolvimento de uma postura comprometida ética e politicamente com a vida. O estudo se orienta por uma abordagem qualitativa e pela perspectiva dialética. Está referenciado nas formulações da educação popular de base freiriana e, no campo da educação profissional, nos enfoques críticos norteados pela concepção do trabalho como princípio educativo. Foram analisados materiais disponíveis no site do coletivo responsável pela consecução das ações formativas; os relatórios dos projetos de extensão dos anos de 2021 a 2024; as entrevistas realizadas com uma docente e com três lideranças comunitárias; relatos de discentes e anotações pessoais das atividades de campo. Entre os principais resultados alcançados até o momento, observamos que os processos coletivos da educação popular propiciam alternativas de ampliação dos nexos entre saberes acadêmicos/científicos e os saberes circulantes na concretude da vida.

Palavras-chave: Educação popular; Formação profissional; Extensão universitária.

Sala 07 | ID 60

[ID 60] Paulo Freire, pensador do sul global: contribuições para a educação em países de língua portuguesa

Celso Carminati | Universidade do Estado de Santa Catarina | cjcarminati@gmail.com

Resumo

O educador Paulo Freire (1921-1997), teve sua atuação reconhecida no Brasil e em diversos países. As experiências com alfabetização de adultos junto às comunidades empobrecidas no estado de Pernambuco, Brasil, contribuíram para a formação e conscientização de trabalhadores, principalmente a partir do curso de 40 horas em Angicos. Essas experiências, aos poucos foram implantadas por governos populares e democráticos em diversas cidades no país e incorporadas como política de formação pelo Ministério da Educação e Cultura, durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964). Os resultados surpreendentes de alfabetização de adultos, o levaram a prisão e ao exílio, após o golpe militar de 1964, com breve passagem pela Bolívia, diversos anos no Chile, onde assessorou lideranças e comunidades indígenas e concluiu escritos importantes como a “Pedagogia do Oprimido”. Nos Estados Unidos, depois da experiência como professor convidado na Universidade de Harvard, já em 1970, a convite do Conselho Mundial de Igrejas, mudou-se para a Europa, onde trabalhou em Genebra, na Suíça, e coordenou programas de cooperação e de formação em países do continente Africano. A sua “andarilhagem”, como afirmam alguns estudiosos, pelo mundo e em especial, pelo continente Africano, evidenciou contribuições e aprendizagens em diálogos com lideranças locais nos programas de formação e de alfabetização. Em meio ao processo de colonização, Freire, “defendia uma ruptura radical com o passado colonial e a sua superação por meio de uma nova educação, radicalmente democrática e comprometida com a emancipação social” (Romão; Gadotti, 2012, p. 69. As aproximações de sua visão de mundo, em defesa das lutas dos povos oprimidos com os pensamentos do líder revolucionário, Amílcar Cabral, referência das independências das colônias, indicam aspectos importantes para a organização e articulação das lutas decoloniais e pós-coloniais dos países do sul global, pelas suas liberdades e independências. Assim, com base em pesquisas bibliográficas, apresentaremos, a partir dos escritos de Paulo Freire e de seus interlocutores, os sentidos dessas práticas pedagógicas contra hegemônicas que desafiam as estruturas opressoras historicamente impostas pelos países capitalistas centrais.

Palavras-chave: Educação; Conscientização; Sul Global.

Sala 07 | ID 163

[ID 163] Complementariedade entre educação formal e não-formal para as infâncias: experiências educativas no PROJAE - Programa Jornada Ampliada Escolar no município de Criciúma

Karoline Santos | UNESC | karol.ciprianos@gmail.com

Alex Sander Silva | UNESC | alexsanders@unesc.net

Silvana Mazzuquello | UNESC | silvanamazzuquello6@gmail.com

Larissa Nascimento | UNESC | LarissaAparecidaStar@gmail.com

Guilherme Canarim | UDESC | gocanarim@gmail.com

Resumo

Apesar de muitos avanços históricos em relação à conquista de direitos para as infâncias, muitas crianças ainda se encontram em situação de vulnerabilidade. A vida indigna é uma experiência corpórea, ficamos pensando então que outras experiências corpóreas podem oportunizar para tentar melhorar a vida desses sujeitos? Nesse sentido, buscamos analisar as potencialidades formativas relacionadas às experiências para infâncias das atividades desenvolvidas pelo PROJAE no município de Criciúma. Os objetivos específicos são: i. refletir sobre as categorias infâncias, experiências educativas e políticas de educação; ii. discutir o potencial formativo das atividades de contraturno realizadas pelo PROJAE. Pesamos as questões pertinentes à pesquisa com apoio de autores como Agamben (2005), Ariès (1981), Arroyo (2012), Benjamin (1994; 2002), Garcia (2002), Gélis (1997), Gohn (2013; 2017), Kramer (2005), Larrosa (2002), Lockmann (2013), Nóvoa (2009), Rizzini (1997), Sawaia (2003), Silva (2004) e Trilla (2008). Em termos metodológicos, a pesquisa teve abordagem qualitativa, com análise de entrevistas dos coordenadores e educadores do PROJAE. As experiências formativas ofertadas pelo PROJAE são de esporte. Ficou evidente no contexto o esporte como mobilizador social, afeto e narrativa entre os alunos e educadores, experiências corpóreas de um viver digno. A partir disso, concluímos que a educação formal não dá conta de suprir todas as necessidades educativas, a escola não dá - e não deveria mesmo - conta de todos os problemas educativos. Outras modalidades de educação e outras instituições vêm para auxiliar, em complementariedade. Essas articulações entre as modalidades de educação, e também os acontecimentos não previstos de cada uma, aquilo que acontece também, corrobora com aquilo que comentamos sobre a vida ser movimento. As coisas não são estanques, por mais que se proponha uma coisa fechada, o movimento acontece, o também, acontece. O movimento da vida, do pensamento, dos corpos, das classes sociais, e nós vamos resistindo e nos movimentando. Acredito que, no fundo, o que gostaríamos de demonstrar era isso, que mesmo numa racionalidade como a nossa, nós também podemos viver.

Palavras-chave: Infâncias; Experiência; Educação formal, não-formal e informal.

Sala 08 | ID 218

[ID 218] Dos mestrados aos doutorados profissionais em educação: quatro fases na sua trajetória

Adolfo Calderón | Pontifícia Universidade Católica de Campinas |
adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br

Ana Paula Dos Santos | Pontifícia Universidade Católica de Campinas |
ana.ps11@puccampinas.edu.br

Resumo

Os cursos de pós-graduação stricto sensu em formato profissional foram institucionalizados no Brasil em 2009, respondendo à necessidade de aproximar a produção científica das práticas sociais. Inicialmente restritos aos Mestrados Profissionais em Educação, esse movimento

avançou, na última década, para a criação dos Doutorados Profissionais, consolidando-se como uma modalidade em expansão. Sua trajetória é marcada por tensões em torno da legitimidade acadêmica, da identidade frente à modalidade acadêmica e da valorização da prática como espaço de produção de conhecimento. O trabalho tem como propósito analisar a trajetória dos Mestrados e Doutorados Profissionais em Educação no Brasil, identificando quatro fases distintas de sua constituição e desenvolvimento, bem como refletir sobre seus avanços, limites e desafios. Trata-se de uma pesquisa de caráter histórico-analítico e documental, fundamentada em marcos normativos da CAPES, portarias regulatórias e literatura especializada. A análise organiza-se cronologicamente, destacando as fases de resistência, regulamentação, expansão e consolidação, sempre em diálogo com as políticas públicas e com as concepções de qualidade da pós-graduação brasileira. O estudo evidencia que, embora inicialmente recebidos com desconfiança, os mestrados e doutorados profissionais em educação vêm conquistando espaço na pós-graduação nacional, legitimando a pesquisa aplicada e reforçando a conexão entre universidade e sociedade. Persistem, entretanto, dilemas relativos à equivalência acadêmica, ao reconhecimento internacional e à definição de uma identidade própria. O estudo demonstra que os Mestrados e Doutorados Profissionais em Educação passaram de uma fase inicial de resistência e desconfiança, marcada por críticas quanto à sua legitimidade acadêmica, para um processo gradual de consolidação, com crescente reconhecimento de sua relevância social. A análise das quatro fases revela avanços na regulamentação e na valorização da pesquisa aplicada, mas também expõe tensões persistentes em relação ao status acadêmico, à equivalência com a modalidade acadêmica e às possibilidades de internacionalização.

Palavras-chave: Doutorado Profissional; Pós-graduação em Educação; Políticas Educacionais.

Sala 08 | ID 291

[ID 291] Construindo redes de conhecimento entre Portugal e o Brasil: relatos de uma missão pedagógica em 1954

Helder Henriques | Instituto Politécnico de Castelo Branco / Ceis20 - Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra | helder.henriques@ipcb.pt

Wesley Silva | Universidade Federal de Alfenas-MG | wesley.silva@unifal-mg.edu.br

Resumo

O presente trabalho assume o propósito de interpretar o processo de circulação e difusão de ideias pedagógicas, relacionadas com as crianças "anormais" e suas instituições, em meados do século XX em Portugal e no Brasil. Colocamos em evidência a construção de uma rede de conhecimentos científicos que proporcionaram a consolidação do campo médico pedagógico no estudo da infância. Para tal objetivo, concorreram diferentes fontes de informação com destaque para o relatório de viagem produzido, em 1954, pelo médico e professor Vítor Fontes, enquanto diretor do Instituto Médico Pedagógico António Aurélio da Costa Ferreira. Este relato constitui um elemento fundamental para a compreensão dos processos de circulação e de difusão de ideias pedagógicas, no domínio da higiene mental infantil em

Portugal e no Brasil. Além disso, utilizamos a imprensa diária brasileira (nomeadamente do Rio de Janeiro) para evidenciar, ainda que sumariamente, o impacto do programa teórico e prático da visita de Vítor Fontes ao Brasil no ano de 1954. Do ponto de vista teórico, ancoramos este trabalho em diversos autores que têm contribuído decisivamente para a valorização dos relatos de viagem enquanto importantes fontes de informação capazes de tornarem evidente a ideia de “rede” científica e pedagógica. Quanto às metodologias utilizadas na construção do estudo, assumimos uma perspectiva qualitativa, de natureza documental, onde se procura através da crítica histórica a triangulação dos dados recolhidos e a sua respetiva validação científica. A riqueza deste relato de viagem, em articulação com outras fontes, torna evidente a importância destes relatos na interpretação do impacto de atitudes culturais e, em particular, a importância da higiene infantil no processo de desenvolvimento das crianças em Portugal e no Brasil. Esse desenvolvimento encontra-se ancorado em instituições especializadas e saberes científicos apropriados numa geografia unida pela Oceano Atlântico.

Palavras-chave: Circulação de ideias; Médico-pedagogia; Instituto António Aurélio da Costa Ferreira; Relatos de Viagens.

Sala 08 | ID 282

[ID 282] O Clube de Leitura como prática de letramento literário e formação crítica na escola pública

Luanner da Silva | Luanner Silva | luanner.silva@gmail.com

Resumo

Relato de experiência desenvolvida na Escola Modelo Luís Eduardo Magalhães, vinculada ao programa Educamais, que tem como foco a implementação de um Clube de Leitura. O projeto foi concebido como prática pedagógica inovadora e espaço de formação crítica, inspirado nas reflexões de Cosson (2006) sobre o letramento literário, compreendido como experiência estética, cognitiva e social que possibilita ao estudante ressignificar sua relação com a leitura e com o mundo. A proposta fundamenta-se também no pensamento de Freire (1989), ao compreender a leitura não apenas como decodificação, mas como ato político, dialógico e transformador, e dialoga com Alves (2002), ao valorizar a imaginação, o encantamento e a afetividade no processo educativo. A dinâmica do clube organiza-se em encontros semanais, com rodas de leitura, produção textual e debates que ampliam a pluralidade de vozes e repertórios, integrando dimensões da educação formal e não formal. A experiência evidencia a relevância de práticas inclusivas e democráticas na escola pública, fortalecendo a participação ativa dos estudantes e promovendo a formação leitora como instrumento de emancipação, identidade e cidadania. Além disso, articula-se aos debates sobre políticas de leitura, formação de professores e inovação pedagógica, reforçando o potencial do Clube de Leitura como espaço de diálogo, diversidade e resistência no campo educacional dialógico e transformador, em consonância com Rubem Alves (2002), ao valorizar a imaginação, o encantamento e a afetividade no processo educativo.

Palavras-chave: Clube de Leitura; Letramento literário; Práticas pedagógicas; Educação.

Sala 08 | ID 236

[ID 236] Produzindo uma pesquisa/intervenção multicêntrica: desafios no cuidado para e com jovens estudantes de ensino médio no Brasil

Roseli Lopes | Universidade Federal de São Carlos | relopes@ufscar.br

Patrícia Borba | Universidade Federal de São Paulo | patricia.borba@unifesp.br

Beatriz Pereira | Universidade Federal da Paraíba | beatriz.prado@academico.ufpb.br

Iara Braga | Universidade Federal da Paraíba | iara.falleiros@academico.ufpb.br

Lívia Pan | Universidade Federal de São Carlos | liviapan@ufscar.br

Marina Silva | Universidade Federal de São Carlos | marinajorge@ufscar.br

Rafael Barreiro | Universidade Federal da Bahia | rafaelbarreiro@ufba.br

Stéphany Reis | Universidade Federal de Sergipe | stephanyreis@academico.ufs.br

Bruna Reis | Universidade Federal de São Carlos | bruna.reis@estudante.ufscar.br

Giselle Ito | Universidade Federal de São Carlos | gito29@hotmail.com

Resumo

A pandemia de COVID-19 agravou muitas problemáticas não suficientemente enfrentadas pelas políticas públicas sociais do Brasil. A evasão escolar é uma delas e afeta desproporcionalmente jovens das classes populares, em especial aqueles que são pobres, negros e periféricos, demandando corresponsabilidade de diferentes setores e atores sociais. Esta experiência voltou-se para as matrizes explicativas que incidiram e permanecem incidindo na ocorrência da evasão e/ou desistência escolar, tomando-se a perspectiva dos jovens, seus familiares e sua comunidade, além da compreensão e busca da superação dos motivos impeditivos do retorno ou da permanência do jovem à/na escola. Uma equipe interinstitucional formada por pesquisadoras(es) vinculados à Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social, ao lado de colegas das áreas de Educação e Estudos das Juventudes no Brasil, composta também por jovens pesquisadoras(es) universitárias(os) e jovens pesquisadoras(es) estudantes de ensino médio desenvolveram, entre 2022 e 2024, uma pesquisa/intervenção nas cidades de São Carlos e Santos (SP), João Pessoa (PB), Petrolina (PE), Brasília/Ceilândia (DF) e Simão Dias (SE). Para tanto, tendo como base a pesquisa-participante e a terapia ocupacional social, jovens universitárias(os) e jovens pesquisadoras(es) em suas escolas e/ou comunidades acompanharam, de forma singular e territorial, outros jovens que estavam fora da escola. Agregando-se outras estratégias metodológicas, tais como questionários, photovoice, entrevistas, bem como ampliando-se a ideia da “busca ativa”, que tem sido exigida dos profissionais da educação, foram reunidas informações e análises para a

criação de metodologias participativas e diretrizes para políticas públicas que viabilizem o acesso e a permanência à/na escola por jovens pobres, a fim de se produzir um cuidado ativo e democrático, corresponsabilizando todos que compõem a rede social de suporte dos jovens - garotos e garotas - em seus dados territórios. O recorte a ser trazido ao XXXIII COLÓQUIO AFIRSE PORTUGAL pretende compartilhar como se deu a implementação desse projeto de pesquisa/intervenção, temático e multicêntrico, para a composição/desenvolvimento de um campo empírico em torno das problemáticas da evasão/desistência e da dificuldade de permanência escolar de jovens em escolas públicas de ensino médio no Brasil, como também os questionamentos decorrentes dessa experiência.

Palavras-chave: Juventudes; Educação; Evasão Escolar; Rede Social de Suporte.

Sala 09 | ID 49

[ID 49] Indicadores educacionais: desafios de usos pedagógicos na Educação Básica brasileira

Camila Rostirola | Unoesc | camila.rostirola@unoesc.edu.br

Marilda Schneider | Unoesc | marilda.schneider@unoesc.edu.br

Ricardo Hack | Unoesc | hack.ricardoadv@icloud.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre o uso de indicadores educacionais na educação básica brasileira, com a finalidade de transformar dados em ações que contribuam para a melhoria educacional. Os primeiros registros do uso de indicadores no Brasil remontam a 1937, com destaque para aspectos relacionados ao acesso e à permanência no ensino fundamental. A partir da década de 1990, o uso desses instrumentos se intensifica, em razão das influências de organismos internacionais e dos esforços do Estado brasileiro para melhorar o desempenho educacional. Dentre as ações desenvolvidas neste período histórico estão a criação de sistemas nacionais de avaliação e a produção de indicadores que enfatizavam a preocupação com a medição do desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala (Costa, 2019). Atualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é o órgão governamental responsável por produzir e publicar indicadores educacionais. Em seu site, os indicadores são apresentados considerando três categorias: trajetória, contexto e aprendizagem. Na primeira categoria, os indicadores procuram traçar a trajetória dos estudantes, referem-se ao número de matrículas, à média de estudantes por turma, ao número de estudantes incluídos, de matrículas em tempo integral, à taxa de aprovação, de reprovação, de abandono e à taxa de distorção idade-série. Os de contexto apresentam relação com o nível socioeconômico dos alunos, com a complexidade da gestão escolar, a adequação da formação docente, o esforço docente, a regularidade docente e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Já os indicadores da categoria aprendizagem contemplam o número de estudantes e de escolas que participam das avaliações do Sistema de Avaliação da educação Básica, e os resultados obtidos pelos

estudantes nos testes de Língua Portuguesa e Matemática. Apesar das críticas ao uso de indicadores com finalidades meritocráticas pautadas na eficiência e eficácia e na obtenção de resultados educacionais que assegurem a competitividade internacional (Schneider; Nardi, 2014), eles podem contribuir no diagnóstico da situação educacional. Quando priorizadas suas finalidades pedagógicas, os indicadores podem subsidiar o planejamento de ações educacionais e a gestão democrática da educação. Nesse horizonte, os indicadores se vinculam à noção de qualidade, entendida não apenas como um resultado a ser mensurado, mas como um processo dinâmico que integra dimensões internas e externas ao contexto escolar.

Palavras-chave: Indicadores Educacionais; Usos pedagógicos; Educação Básica.

Sala 09 | ID 212

[ID 212] Políticas de formação docente para a Educação Infantil no Brasil (2000-2025): discursos e desafios

Giane Oliveira | UDESC | giane_pedagoga@hotmail.com

Jaqueline Schroeder | UDESC | jaqueline.schroeder@prof.pmf.sc.gov.br

Resumo

Precedente à consolidação de políticas públicas voltadas à Educação Infantil no Brasil, o atendimento às crianças de zero a seis anos esteve marcado por iniciativas isoladas, assistencialistas e filantrópicas, pouco reconhecidas como parte do sistema educacional. Nesse cenário, a formação docente para a primeira infância também se mostrava fragmentada, sem diretrizes consistentes que considerassem as especificidades do campo. A partir da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), a Educação Infantil passou a ser reconhecida como direito da criança e dever do Estado, com reflexos diretos nas exigências de formação docente. Esse processo produziu novos discursos e práticas, tensionando a docência entre prescrições normativas e a complexidade do cotidiano. Este estudo tem como objetivo compreender as políticas de formação docente para a Educação Infantil no Brasil, considerando o processo de incorporação da etapa ao setor educacional e as demandas que daí emergem. A investigação ancora-se em uma perspectiva pós-estruturalista, apoiada no conceito de discurso em Michel Foucault, compreendendo as políticas não apenas como textos regulatórios, mas como práticas discursivas que produzem verdades, legitimam saberes e instituem modos de ser professor. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, com análise documental de normativas e legislações nacionais entre 2000 e 2025. As categorias não são previamente definidas, mas emergem do material, assegurando fidedignidade interpretativa e a consideração dos contextos históricos, políticos e sociais de produção. Os resultados apontam avanços no reconhecimento da criança como sujeito de direitos, na valorização da indissociabilidade entre educar e cuidar e na centralidade da formação docente para a qualidade da Educação Infantil. Contudo, permanecem desafios quanto à efetiva materialização dessas políticas nos cotidianos

institucionais. Como limitação, ressalta-se o foco em documentos oficiais, indicando a necessidade de investigações sobre a recepção e tradução dessas políticas por gestores e professores em seus contextos.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Formação Docente; Educação Infantil.

Sala 09 | ID 229

[ID 229] Governança Transnacional e Indução Docente: contributos de um Projeto Erasmus+ para as Políticas de Educação e Formação na Europa

Marta Almeida | Instituto de Educação, Universidade de Lisboa | mialmeida@ie.ulisboa.pt

Estela Costa | IE-Ulissboa | ecosta@ie.ulisboa.pt

Joana Viana | IE-Ulissboa | jviana@ie.ulisboa.pt

Carolina Carvalho | IE-Ulissboa | ccarvalho@ie.ullisboa.pt

Resumo

O estudo analisa os processos de regulação educativa no contexto da governação transnacional e, em particular, no quadro dos fenómenos de Europeização da Educação, a partir do estudo de caso do projeto europeu Loop – Empowering Teachers (ação-chave 3 do programa Erasmus+). O consórcio reuniu diversos atores -representantes dos Ministérios da Educação, académicos e organizações profissionais- de seis países europeus, com o objetivo de conceber e testar políticas de indução docente, alicerçados em programas de mentoria para professores em início de carreira. O estudo inscreve-se no debate sobre os processos de regulação transnacional e soft governance, destacando o modo como programas europeus como o Erasmus+ funcionam como arenas políticas inovadoras. Nestes espaços, a produção de conhecimento, a negociação entre múltiplos atores e a construção de consensos desempenham um papel central, substituindo a regulação normativa por formas mais subtis de orientação política. Assim, a governação em rede, apoiada em dados, boas práticas e discursos de legitimação, reforça a convergência das políticas nacionais com prioridades definidas à escala transnacional. O projeto LOOP é aqui considerado como uma lente analítica privilegiada para compreender esses processos de regulação. Trata-se de um caso concreto que permite explorar criticamente as dinâmicas de soft governance, da colaboração entre atores de distintos mundos e da mobilização de diferentes tipos de conhecimento nos processos de problematização e preconização. A investigação baseou-se na análise fenomenológica de documentos produzidos entre 2020 e 2024, incluindo relatórios nacionais, inquéritos a professores e líderes escolares, entrevistas, grupos focais e ensaios-piloto. Os resultados revelam um processo de multirregulação, no qual atores de diferentes escalas (europeia, nacional e local) mobilizam conhecimentos diversos (científico, profissional, institucional, empírico e narrativo) para definir problemas comuns e propor soluções partilhadas.

Palavras-chave: Políticas de educação e formação; Indução docente; Regulação transnacional; Conhecimento; Erasmus+.

Sala 09 | ID 107

[ID 107] Entre políticas curriculares e práticas docentes: manuais escolares de História, Aprendizagens Essenciais e formação de cidadãos no Portugal democrático

Clara Serrano | Instituto de Educação da Universidade de Lisboa | claraisabelmeloserra@gmail.com

Resumo

As políticas educativas em Portugal, particularmente no campo da História, sofreram profundas reconfigurações nas últimas duas décadas, refletindo orientações nacionais e supranacionais e integrando tensões entre padronização, equidade e autonomia. Este trabalho propõe uma análise crítica do percurso entre as "Metas Curriculares" (ano letivo 2013/2014) e as "Aprendizagens Essenciais" (2018), tomando como estudo de caso o manual escolar "Procura - História - 9.º ano" (Raiz Editora). A investigação assenta na articulação entre historiografia contemporânea (Rosas, Torgal, Loff, Pimentel), didática da História (Rüsen, Wineburg) e políticas curriculares (Cardina, Carvalho), procurando compreender como os manuais funcionam como mediadores entre políticas públicas, práticas docentes e formação cívica dos alunos. Metodologicamente, recorre-se à análise documental de manuais escolares e de referenciais curriculares, complementada por entrevistas a professores em formação inicial e contínua, com enfoque nas suas perceções acerca da adequação dos manuais aos objetivos formativos da disciplina e ao desenvolvimento do pensamento histórico. Os resultados evidenciam que os manuais, embora alinhados formalmente com as "Aprendizagens Essenciais", apresentam lacunas no tratamento de dimensões críticas como a memória do colonialismo, a descolonização e a integração europeia. Este hiato gera dificuldades na formação de cidadãos críticos e informados, potenciando uma visão simplificada do passado. Conclui-se que a formação de professores deve integrar uma reflexão crítica sobre os materiais escolares, articulando políticas curriculares, práticas pedagógicas e cidadania democrática. O estudo contribui para o debate em torno do papel das políticas educativas e das práticas docentes na construção de sistemas educativos mais inclusivos, reflexivos e socialmente relevantes.

Sala 10 | ID 194

[ID 194] Pensamento computacional e aprendizagens significativas: estudo de caso no Programa Pré-Profissionalização

Natália Abreu /| Escola Básica Integrada de Ponta Garça | nataliadeabreu@hotmail.com

Resumo

Este estudo de caso investiga o impacto de atividades de pensamento computacional na promoção de aprendizagens significativas em cinco alunos, com idades entre 13 e 17 anos, do

Programa de Pré-Profissionalização, um projeto voltado para o desenvolvimento de competências vocacionais em contextos inclusivos. Fundamentado no conceito de pensamento computacional de Jeannette Wing (decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmos) e nos princípios construtivistas de Seymour Papert, que priorizam a aprendizagem ativa, o estudo avalia como essas atividades fomentam a resolução de problemas e o desenvolvimento integral. Metodologicamente, adota-se um design qualitativo, com coleta de dados por observações participantes, entrevistas semiestruturadas com alunos e professores, análise de artefactos produzidos e avaliações pré e pós-intervenção. Os resultados preliminares indicam avanços significativos na decomposição de problemas e no planejamento de tarefas, com transferência para competências pré-profissionais, como organização de rotinas diárias. Os alunos relataram maior autoconfiança e autonomia, corroborando a literatura sobre os benefícios do pensamento computacional. A discussão destaca que, integrado ao construtivismo, o pensamento computacional cria “micromundos” onde os alunos constroem e testam ideias, transformando conceitos abstratos em experiências concretas. Limitações incluem o tamanho reduzido da amostra e a curta duração do estudo. A investigação contribui para a educação especial, evidenciando o potencial de abordagens que integram tecnologias e construtivismo para desenvolver competências essenciais em contextos inclusivos. Estudos futuros com amostras maiores são recomendados.

Palavras-chave: Pensamento computacional; Aprendizagem significativa; Programa pré-profissionalização; Resolução de problemas.

Sala 10 | ID 301

[ID 301] O Processo de alfabetização a partir da análise fonêmica da palavra

Janaina Umbelino | Unioeste | janadumbelino@gmail.com

Rosane Corrêa | Universidade Estadual do Oeste do Paraná |
rosanebrandalisecorreia@gmail.com

Resumo

O processo de apropriação da leitura e da escrita, no Brasil, requer uma ampla discussão sobre sua organização e garantia de acesso, principalmente pelas crianças consideradas com dificuldade de aprendizagem. Compreendida como um processo de formação humana, alfabetizar não se limita à codificação e decodificação de letras e sons, mas é uma atividade mediada socialmente, fundada na apropriação do sistema simbólico da linguagem e nas condições históricas de sua produção. Para Vigotski (2007), a escrita é um processo cultural complexo que requer a internalização de instrumentos culturais. A partir disso, Elkonin (1989) elabora uma proposta de ensino, na qual a apropriação da linguagem escrita se dá pelo uso de instrumentos auxiliares para compreender a estrutura sonora da palavra. Nesse texto, apresentamos uma proposta de organização de ensino realizada com crianças com dificuldade de aprendizagem, em níveis iniciais de alfabetização, no contexto de um projeto de pesquisa e extensão universitária. Tal atividade objetiva compreender, a partir dos pressupostos dos autores mencionados, como uma organização do ensino intencional, mediada pelo outro mais

experiente, por instrumentos auxiliares e pela linguagem oral, contribui para a apropriação da leitura e da escrita e para a formação da ação intelectual consciente de crianças com problemas de aprendizagem. Como metodologia, a oralidade foi o elemento mediador de todas as atividades realizadas, uma vez que ela orienta as ações das crianças no processo inicial de apropriação da linguagem escrita. Foram realizadas atividades nas quais estimulava-se as discussões sobre os temas abordados, a análise da estrutura das palavras e a produção escrita, individual e coletiva. Ao final, identificamos que as crianças, consideradas com dificuldade de aprendizagem, apresentaram melhora na expressão e representação do pensamento, por meio da fala, desenhos e escrita. Compreenderam a estrutura da palavra enquanto sistema simbólico e conceitual. Os resultados revelaram que uma organização de ensino intencional, sistemática e socialmente orientada potencializa a consciência fonêmica, promovendo a apropriação e compreensão da escrita enquanto instrumento simbólico e cultural, ampliando a comunicação, promovendo o desenvolvimento das funções psíquicas. Assim, ensinar a ler e escrever, nessa perspectiva, assume o compromisso de formar sujeitos conscientes, capazes de compreender a escrita como instrumento cultural e social.

Palavras-chave: Alfabetização; Teoria Histórico-Cultural; Consciência Fonêmica.

Sala 10 | ID 76

[ID 76] Memórias e saberes docentes compartilhados: “conselho é bom e eu gosto!”

Marta Lícia Jesus | Universidade Federal da Bahia | martaliciatelesbr@yahoo.com.br

Resumo

Esta comunicação discute a resposta de docentes experientes da Educação Básica do Brasil para a seguinte questão: qual o conselho você daria aos futuros professores? Levando-se em consideração de que há uma legitimidade atribuída a quem é considerado capaz de aconselhar e quem é digno de receber um bom conselho. Do ponto de vista metodológico, abordamos dados qualitativos, recolhidos da análise de entrevistas-narrativas (Muylaert et al, 2014), nas quais os professores foram entrevistados por estudantes de licenciaturas, ou seja, futuros professores. Os depoimentos foram produzidos entre 2020 e 2021, no contexto desafiador para os docentes com o fechamento das escolas e implementação do ensino remoto emergencial, no contexto da pandemia covid-19. Os achados contribuem para a memória coletiva da profissão docente (Catani, 2014) e dialogam com a contribuição de pesquisadores, tais como, Josso (2004), Souza (2009) e Tardif (2002). As conselheiras são, em sua maioria, mulheres, que acumulam mais de 6 anos de experiência na rede pública e suas biografias são documentos valiosos. Por meio delas, tomamos contato com as memórias da infância das professoras, suas experiências escolares, a escolha pelo magistério, a formação e o processo de profissionalização e aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas, aspectos considerados fundamentais para entender o fio condutor do tipo de conselho analisado. Os dados revelam o potencial da experiência-formação, a sabedoria de quem produz saberes docentes durante a atuação profissional e a valorização da prática de pesquisa nos cursos de formação inicial em colaboração com a formação continuada de docentes.

Palavras-chave: Memória docente; Saberes docentes; Formação de professores.

Sala 10 | ID 136

[ID 136] Saberes docentes em circulação na formação continuada do estado de Santa Catarina

Maria Lozano | UDESC | marialozano.udesc@gmail.com

Raquel Fröhlich | UDESC | raquel.frohlich@udesc.br

Resumo

No Brasil, mesmo que a inclusão escolar de pessoas com deficiência esteja legalmente garantida, os cursos de formação inicial de professores abordam os saberes acerca desta importante temática de forma aligeirada e superficial. Em consequência disso, a responsabilidade de dirimir essa lacuna recai para a formação continuada. O trabalho objetiva problematizar os saberes sobre inclusão escolar fomentados na formação continuada oferecida pelo Estado de Santa Catarina, a partir dos cursos ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e Secretaria Estadual de Educação (SED) no período de 2012 a 2022. De cunho documental, a pesquisa analisa editais e projetos dos cursos oferecidos pelas instituições citadas, à luz da noção foucaultiana de regime de verdade. O movimento analítico evidenciou a recorrência de saberes procedimentais que fazem referência às adaptações de atividades escolares na interface dos diagnósticos e que se articulam diretamente com campos de saber de ordem médica e clínica. A discussão dos dados salienta que os saberes procedimentais fomentados nos cursos de formação continuada fragilizam a instrumentalização da práxis docente na perspectiva da educação inclusiva, à medida que enfatizam os processos de individualização do estudante a partir do laudo. Tal enfoque tende a reforçar paradigmas centrados em suas limitações, corroborando para a reprodução de práticas de in/exclusão no contexto escolar. A formação continuada promovida pelo Estado está, pois, ancorada em uma perspectiva médica das deficiências, reforçando regimes de verdade que subordinam a educação ao campo biomédico. Com isso, negligencia a construção de um repertório pedagógico, ancorado em seu próprio campo epistemológico, fundamental para instrumentalizar os professores no processo de inclusão escolar. Conclui-se que os saberes sobre inclusão devem contribuir para operacionalizar práticas docentes que potencializem as aprendizagens dos estudantes da educação especial, devendo ocupar a centralidade da formação continuada de professores.

Palavras-chave: Formação docente continuada; Inclusão escolar; Saberes.

Sala 11 | ID 78

[ID 78] Militarização da educação e disciplina escolar: contradições e disputas em torno da escola pública brasileira

Nathalia Corrêa da Silva | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO | nathaliasilva.ped@gmail.com

Andrea Fetzner | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO | andrea.fetzner@unirio.br

Resumo

Com a ascensão da extrema direita no governo brasileiro (2019-2022), o modelo de escolas militarizadas expandiu-se como política pública educacional. Mesmo após a mudança de governo, a política mantém seu vigor, sendo adotada por diferentes estados em articulação com forças de segurança e sustentada por discursos de ordem, eficiência e combate à indisciplina. Entre os fatores que impulsionam essa expansão, a disciplina de inspiração militar constitui o núcleo de diferenciação em relação às demais escolas públicas, consolidando percepções favoráveis entre familiares e, em alguns casos, também entre professores. Considerando o papel dos docentes na resistência ou na conformação às políticas educacionais, busca-se compreender de que modo a disciplina escolar, inspirada na lógica militar, incide sobre percepções e práticas docentes e como essas percepções contribuem para legitimar ou questionar o projeto de militarização como política pública. A investigação adota uma abordagem qualitativa, com análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com quinze docentes. O material empírico é interpretado com base na Análise Crítica do Discurso. O quadro teórico mobiliza os conceitos de campo, habitus e capital para compreender disputas simbólicas em torno da escola militarizada, articulando-os às reflexões críticas sobre disciplina, poder e educação. Os achados indicam que a disciplina militar é percebida como fator de valorização institucional, vinculada ao alívio da sobrecarga docente e à visão da indisciplina como desvio a ser contido, o que ignora seu potencial pedagógico. Ao mesmo tempo, emergem críticas quanto à rigidez excessiva, à padronização comportamental e à afronta aos direitos educativos fundamentais previstos na legislação brasileira. Estas percepções revelam ambivalências sobre o papel da escola pública em um contexto de crise democrática, demonstrando que a disciplina opera como mecanismo de disputa política e simbólica, com impactos sobre a cidadania e as finalidades da educação. Ao explicitar tais paradoxos, o estudo oferece elementos para ampliar o debate internacional acerca das políticas de regulação dos sistemas educativos, oferecendo subsídios para repensar os efeitos da militarização e desse modelo disciplinar sobre a formação de sujeitos críticos, capazes de contribuir para o fortalecimento de um Estado democrático e para a transformação da sociedade.

Palavras-chave: Militarização da educação no Brasil; Políticas públicas; Disciplina escolar.

Sala 11 | ID 145

[ID 145] Os desafios curriculares na transição do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental no contexto brasileiro

Felipe Paiva | Unifal - Universidade Federal de Alfenas - MG | felipe.paiva@sou.unifal-mg.edu.br

Helena Maria dos Santos Felício | UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas - MG | helena.felicio@unifal-mg.edu.br

Resumo

A pesquisa tem como objetivo compreender os elementos do desenvolvimento curricular que implicam na transição dos estudantes do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental, tendo em vista o desenvolvimento integral do estudante em um Colégio Público situado em um município brasileiro. Considerando que os conteúdos trabalhados, são determinados pelo currículo prescrito em que também se encontram estabelecidos os níveis e tipos de exigências para os processos e a ordenação do tempo na escola, identificamos o currículo como um mecanismo que pode regular os processos de ensino e de aprendizagem no contexto escolar (Sacristán, 2013). Neste contexto, observa-se uma queda no desempenho escolar dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, de modo que essa situação se apresenta como um tema de crescente preocupação, de toda sociedade, de modo especial da escola e dos familiares, pois, é uma fase de muitas mudanças no ambiente escolar, transições físicas e emocionais, típicas do ciclo vital humano, além do que, o próprio currículo escolar se apresenta com mais disciplinas. A pesquisa está fundamentada na metodologia construtivo-interpretativa que é um processo dinâmico e complexo de produção do conhecimento que inclui ativamente os participantes, inclusive o pesquisador e, sabendo que o caráter construtivo e o caráter interpretativo sejam parte de um mesmo processo, em que um guia e complementa o outro, possuem particularidades que merecem atenção especial (González Rey, 2015). A pesquisa está fundamentada em teóricos como Sacristán (1991, 2013), Young (2011, 2016), Saviani (2011, 2013), Libâneo (2018), Vygotsky (1989, 1991, 2001), Davydov (1988) entre outros, que contribuem com estudos direcionados ao currículo, ao conhecimento, a aprendizagem. Conclui-se que este estudo contribua para compreensão crítica de como o currículo escolar pode estar a serviço da aprendizagem dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, considerando as modificações pelas quais esse ano escolar é submetido.

Palavras-chave: Currículo; Aprendizagem; Conhecimento.

Sala 11 | ID 237

[ID 237] Gestão de Resultados para a Educação Básica no Brasil: A formação dos diretores das escolas paulistas

Juliana Aporta Salvadeo | UNESP | julianapaporta@gmail.com

Regiane Bertagna | UNESP | regiane.bertagna@unesp.br

Resumo

Realizado no Brasil, a partir do olhar para a gestão escolar, este estudo qualitativo aborda a questão macro de tensão entre a gestão democrática prevista na Constituição Federal de 1988 e a crescente adoção de políticas gerencialistas inspiradas em agendas internacionais, como Banco Mundial e OCDE. Trata-se de um recorte de pesquisa que investigou a implementação do Método de Melhoria de Resultados (MMR) na rede pública do estado de São Paulo (2016 a 2019) para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP)

por meio da utilização de ciclos estratégicos, monitoramento digital e enquadramento do diretor escolar como agente central na implementação. A investigação apoiou-se na análise documental dos referenciais de implementação do MMR (2017–2021) e análise de conteúdo (BARDIN, 1977) a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com dez diretores de escolas, considerando os três eixos: (1) aspectos de implantação e formação, (2) avaliação e qualidade educacional e (3) possíveis implicações do método para o trabalho do diretor. De maneira geral, com a articulação das contribuições dos três eixos, o MMR é percebido dentro de princípios de individualismo, competição e meritocracia, marcando a intensificação de um processo de aproximação das ações educativas paulistas aos pressupostos gerencialistas e o contínuo movimento de apropriação de termos discursivos originalmente ligados aos fundamentos da ação democrática para legitimar formas de gestão baseadas no controle e princípios da eficiência e eficácia. Em consideração ao que apontam as discussões do primeiro eixo, especificamente, a formação apresentada para a implementação do MMR revelou-se como um processo de instrumentalização técnico-operacional, voltado à execução das etapas pré-determinadas e com foco exclusivamente na elevação dos índices do IDESP. Essa formação restringiu-se, em grande medida, ao treinamento em serviço e à disponibilização de guias de implantação, sem promover reflexões pedagógicas mais amplas ou considerar a complexidade da realidade escolar. A operacionalização do método, ligada ao contexto de burocratização aumentada, reduziu o papel do diretor à execução de tarefas prescritas e ao preenchimento sistemático da plataforma digital da Secretaria Escolar Digital (SED), conduzindo ao enfraquecimento da sua função pedagógica e política no contexto escolar. A discussão deste estudo indica a importância de análises dos novos programas e plataformas educacionais adotados pelo estado de São Paulo nos anos seguintes ao MMR e destaca a necessidade de se articular conhecimento científico, práticas pedagógicas contextualizadas e participação democrática em prol de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

Sala 11 | ID 77

[ID 77] Considerações sobre a formação dos professores na educação inclusiva/inclusiva: a transposição didática e o uso de novas tecnologias, para o ensino interdisciplinar do ensino fundamental anos finais

Gilvany Melo | Universidade de Lisboa | gilvanym@gmail.com

Luís Alexandre Fonseca Tinoca | Universidade de Lisboa | Itinoca@ie.ulisboa.pt

Resumo

Os estudos demonstram, não só as contradições, mas a complexidade do processo de inclusão vivido pelas escolas. Como também, ao tratar da temática da Educação Especial no processo de formação de professores. Pesquisas revelam a necessidade da formação docente, que contemplem as reais necessidades formativas dos docentes, para atender as diversidades estudantis, a fim de resultar numa aprendizagem significativa. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de formação continuada dos professores, do Ensino Fundamental Anos Finais, das Escolas Estaduais da cidade do Recife-PE, Brasil. Nessa abordagem, faremos

uma análise sobre a transposição didática, nas práticas educativas, a fim de percebermos, como se apresentam no processo de formação. Visualizar às práticas pedagógicas, referentes ao processo de estudos, uso de novas tecnologias adequadas às estratégias de ensino. Sabemos que essas estratégias são relevantes, pois, podem modificar as metodologias na apresentação dos conteúdos científico, para uma melhor acessibilidade de aprendizagem. A transposição didática envolve vários aspectos, observaremos: Interdisciplinaridade, simplificação e contextualização na seleção de conteúdos, uso das tecnologias, feedback e reflexão, quanto ao processo no ensino-aprendizagem. Entretanto, observaremos o seguinte: avaliação formativa, e o uso das tecnologias, nas turmas que contemplem estudantes com necessidades especiais, em salas regulares de ensino. Realizamos uma pesquisa qualitativa/quantitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados, um questionário com perguntas fechadas e uma aberta. Como também, referências bibliográficas de diversos autores e análise documental. Para análise de dados utilizamos, o método conhecido como análise de conteúdo de Bardin. Há uma clara lacuna na formação de professores. A necessidade de capacitação é praticamente unânime, com a esmagadora maioria de 97,4% dos docentes afirmando que precisa de formação na área. A demanda não é genérica; ela é focada em conhecimentos práticos e aplicáveis, como a adaptação de materiais e o uso de recursos de acessibilidade, mostrando um desejo de ir além do uso básico das ferramentas. A principal barreira para a integração tecnológica, apontada pelos docentes, é a "Falta de formação", que foi o obstáculo mais citado. Em seguida, aparecem a "Falta de ferramentas tecnológicas" e a "Falta de laboratório de informática". Isso indica que, embora as condições materiais sejam um grande impedimento, a necessidade de capacitação é a dificuldade mais sentida pelo corpo docente. Concluímos que existe um forte consenso entre os professores de que a tecnologia promove a inclusão, com 92,3% dos docentes concordando total ou parcialmente com esta afirmação. Além disso, quase 80% dos docentes observaram "muitas" ou "muito significativas" as mudanças na aprendizagem dos estudantes da Educação Especial.

Palavras-chave: Formação de Professor; Educação Especial; Tecnologia.

APOIOS/SUPPORTS

Apoios | Supports

O XXXIII Colóquio da AFIRSE Portugal é um evento organizado em parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.



São apoios já habituais dos colóquios da AFIRSE Portugal as seguintes organizações e empresas, a quem se agradece o apoio prestado.

